



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**  
**HISTÓRIA SOCIAL**

**YAZID JORGE GUIMARÃES COSTA**

**“O SÉCULO DOS MUSEUS”: PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE  
INFORMAÇÕES SOBRE MUSEUS BRASILEIROS (1927–1958)**

**FORTALEZA**

**2022**

YAZID JORGE GUIMARÃES COSTA

“O SÉCULO DOS MUSEUS”: PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE  
INFORMAÇÕES SOBRE MUSEUS BRASILEIROS (1927–1958)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Doutor em História. Linha de pesquisa: Memória e Temporalidade.

Orientador: Dr. Antonio Gilberto Ramos  
Nogueira

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

C876" Costa, Yazid Jorge Guimarães.  
"O Século dos Museus" : Produção e circulação de informações sobre museus brasileiros  
(1927-1958) / Yazid Jorge Guimarães Costa. – 2022.  
255 f. : il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa  
de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2022.  
Orientação: Prof. Dr. Antonio Gilberto Ramos Nogueira.

1. museus. 2. brasil. 3. intelectuais. 4. história cruzada. I. Título.

CDD 900

---

YAZID JORGE GUIMARÃES COSTA

“O SÉCULO DOS MUSEUS”: PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE  
INFORMAÇÕES SOBRE MUSEUS BRASILEIROS (1927–1958)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Doutor em História. Linha de pesquisa: Memória e Temporalidade.

Aprovada em 30/08/2022.

BANCA EXAMINADORA

---

Antonio Gilberto Ramos Nogueira  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Francisco Régis Lopes Ramos  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Zita Rosane Possamai  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

Letícia Julião  
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

---

Manuelina Maria Duarte Cândido  
Université de Liège (ULiège)

À Karim e a todos e todas que fazem,  
fizeram e ainda farão os museus  
brasileiros.

## AGRADECIMENTOS

Assim como o palhaço macabro que entre 2019 e 2022 usou a faixa verde e amarela, preciso declarar que “a família acima de tudo”, portanto são a tais entes tão queridos que ficam os meus primeiros agradecimentos — não os do palhaço macabro, e que não haja dúvidas disso.

Tal família pode ser arrolada desde à figura que me trouxe ao mundo, Elvira, assim como aquele do qual sem a sua contribuição eu não estaria cá, Jorge, e sua companheira Escol. Já há longínquos anos, sou grato pela Josiane, que apesar de todas as minhas falhas, dá o seu apoio e incentivo, e a quem dei uma pequeníssima parte de mim para que viesse aquela que ilumina os nossos dias, todos eles, Karim. E com ela, a Josiane, veio também a dona Maristela, o seu Luís, a Meirinha, o Eurimaci, o Júnior, o Zé Luís e o César, bem como aos sobrinhos Ilgner, Wilker e Ivna, a quem agradeço da mesma forma por todo o apoio e incentivo de seguir nessa caminhada.

Mas a jornada foi iniciada lá atrás, ao lado de Isinha, que hoje traz também o Portela, o Arthur e a Ana, Mimi, Gy que traz a Joyci e o Benjamim, e a Cel. A vocês registro a minha profunda gratidão, pois mesmo em meio a tantas tempestades nunca descuidarem de mim, enviando palavras de apoio e incentivo quando eu mesmo acreditava que nada mais era possível.

Agradeço àqueles que, mesmo distante, comigo sempre estão, agradeço aos Felipes (Macedo, Mihaliuc e Couto), ao Nando, à Fernanda, ao Leo, à Karen, ao Enzo, ao Thiago, à Rebeca e ao Lima também.

O tempo passou e a família aumentou, e ramo de historiadores talvez seja, portanto, o maior, com o Alexandre, o André, a Amanda, a Ana Amélia, a Auriene, a Bárbara, o Breno, o Carlo, a Cristina, o Cristiê, o Daniel (in memoriam), a Eliane, a Flávia, a Gabi, o Iran, a Janaína, a Jormana, o JB (membro honorário), o João Paulo, o Júnior, o Júnior (sim, são dois mesmo =D), a Kátia, o Lucas, a Nina (também honorária) o Pádua, o Paulo, a Patrícia, a Rafaela, o Renan, a Suyá (também honorária) a Vanessa, o Weber.

Neste ramo há ainda aquele dos amigos do GEPPM, sem os quais nenhuma das minhas maluquices acadêmicas teriam sido possíveis, pois desde 2007 compartilharam, e alguns compartilham a caminhada até hoje. Marco, assim, os meus agradecimentos ao Adson, à Amanda, ao André, ao Aterlane, à Camila, à

Carolina, à Cícera, ao Daniel, ao Everaldo, ao Hildebrando, à Jana, ao João, à Juliana, ao Klayver, à Luiza, à Patrícia, ao Pedro, aos Renatos (Freire e Mesquita), à Tânia, ao Thiago, ao Ulysses, ao Vagner, e, obviamente, registro o meu agradecimento ao nosso líder, Gil.

Agradeço também aos amigos da Memória, que dez anos depois ainda mantêm os laços afetivos, e dos quais espero nunca esquecer, sendo com eles que dei os primeiros passos numa investigação séria e laboriosa. Portanto, agradeço uma vez e quantas mais forem necessárias ao André, à Buri, ao Carlos, à Eladir, ao Josué, à Lorena, à Regina, à Rosângela, ao Tiago, à Sabrina, ao Vítor e dois mestres que foram sustentáculos daquela caminhada, Marília e Bessa.

Não posso deixar de demarcar também o agradecimento àqueles que iniciaram esta caminhada comigo, lá no início de 2016, num período tão conturbado na história do Brasil e da nossa história também, pelas leituras, sugestões e diálogos. Agradeço ao Daniel, ao Dércio, ao Eduardo, ao Halysom, à Tatiana, ao Ramon, ao Roberto, ao Romário, ao Victor, e, também, à Alba, à Ana Rita, à Isabelle e ao Régis, cujas lições espero tomar como parte de mim mesmo.

E essa família, que já muito longa vai, *máish creche* (*mais cresce*, como se diz em Portugal) a cada dia. Então, expresso o meu agradecimento ao Adel, ao Angelo, à Beatriz, à Clarissa, à Cláudia, às Cristinas (Bruno e Lara), à Gabriela, à Graça, à Didi, ao Henrique, à Isabel, à Karol, à Luísa, ao João, à Judite, ao Júlio, ao Marcelo, às Marias (Monsalve, Neu e Paz), aos Mários (Antas, Chagas e Moutinho), à Maristela, ao Miguel, à Nathália, à Paula, ao Renato, à Roberta, ao Thiago, ao Taques, à Tatiana e à Vânia.

Agradeço ainda aos amigos de além-mar, seja aqueles que vieram das Américas, manifesto aqui os meus agradecimentos ao Enos, à Gabriela, à Bia, ao Lula, à Rosário, ao Alex, à Nathalia, à Geneide e à Duda, ou àqueles que já estavam cá, no que agradeço à Alanis, à Carla, à Cristina, à Manuela, à Micaela, à Sofia, ao Paulo e ao Vítor, companheiros de última hora.

Por fim, agradeço a Deus, às Deusas, a Jesus, à Nossa Senhora de Fátima, a Santiago Maior, a Padre Cícero, a São Francisco, e aos bons Espíritos, rogando que deem bons prazo e ténis para a quitação da dívida contraída.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

“Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então: mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais.” (GRAMSCI, 1982, p. 07)



## RESUMO

Não foi sem motivos que em 1942, quando refletia sobre o aumento dos museus no Brasil, Mário Barata afirmou que a denominação de “século dos museus” poderia ser atribuída ao século XX, que passou de 06 (seis) museus registrados em 1908, para 1.225 (mil duzentos e vinte e cinco) em 1988, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esta pesquisa buscou, então, compreender como estratos da população brasileira, nomeadamente os intelectuais, percebiam o aumento dos museus no país e se esta percepção influenciou o desenvolvimento de tais instituições. Para tanto, foi investigado o acervo de periódicos nacionais da Hemeroteca Digital Brasileira, assim como documentos produzidos por agentes do Estado, como o IBGE, o Ministério da Educação e Saúde, e o das Relações Exteriores, além de documentos produzidos pelo *Institut International de Coopération Intellectuelle* (IICI), *Office International des Musées* (OIM), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Conselho Internacional de Museus (ICOM). A análise da documentação forneceu indícios de fecunda interação transnacional entre os campos museal, estatístico e da cooperação intelectual, mediada por organizações internacionais multilaterais, o que permitiu a construção da narrativa de uma história cruzada. Esta perspectiva indicou o fomento à produção e circulação de informações sobre museus brasileiros, no país e no exterior, sob a forma de estatísticas, publicações periódicas e livros, caracterizando o período entre os anos de 1927 e 1958. A investigação concluiu que este processo foi pautado pelo trabalho de intelectuais que eventualmente transitavam entre os três campos e atuavam na imprensa periódica e favoreceu a construção de imagens dos museus no Brasil e no exterior, baseadas em diversas experiências de tempo não raro conflitantes, permitindo seu acionamento na defesa de diferentes projetos para o passado, o presente e o futuro do país. Esta pesquisa foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e está vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Memória e Patrimônio (GEPPM/CNPq/UFC).

**Palavras-chave:** Museus, Brasil, Estatística, Intelectuais, história cruzada.

## ABSTRACT

It was not without reason that Mário Barata stated that the 20th century could be nominated as the “museums century”, motivated by the acknowledgment of the growth in the numbers of these institutions in Brazil, which arose their figures from nearly 06 (six) registered museums in 1908, to the astonishing amount of 1.225 (one thousand two hundred and twenty-five) near the end of the century, according to data published by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) regarding the year of 1988. This research then aimed to understand how certain strata of the Brazilian population, namely intellectuals, perceived the development of museums in the country and whether this perception influenced this same process. To this end, the collections of national newspapers held by the Brazilian National Library and made available in digitized versions in its Digital Brazilian Newspaper Library were investigated, as well as documents created by State agents such as IBGE, the Ministry of Health and Education and the Ministry of Foreign Affairs, and also documents produced by the International Institute of Intellectual Cooperation (IICI), the International Museums Office, the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) and the International Council of Museums. The analysis of the documents provided evidence of fruitful interaction between the fields related to museums, statistics, and intellectual cooperation on a transnational scale, mediated by multilateral international organizations, which allowed the construction of a narrative of a crossed history. This perspective pointed to the impulse of the production and circulation of information about Brazilian museums, in the country and abroad, in the form of statistics, periodicals and books, characterizing the period between 1927 and 1958. The investigation concluded that this process was guided by the work of intellectuals who eventually had agency in the three fields and worked in the national periodical press, favoring the construction of images of museums in Brazil and abroad, not rarely involving several experiences of time, allowing their activation in defense of different projects for the past, present, and future of the country. This research was funded by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) and is linked to the Grupo de Estudos e Pesquisa em Patrimônio e Memória (GEPPM/CNPq/UFC).

**Keywords:** Museums, Brazil, Statistics, Intellectuals, Crossed History.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Museus no Brasil divididos por dependência administrativa — 1967–1988 .....	<b>37</b>
Gráfico 2 – Periodicidade de dados inéditos sobre museus no AEB por década de publicação .....	<b>63</b>
Gráfico 3 – Total de questões publicadas nos AEB (1908–1912 a 1992) .....	<b>64</b>
Gráfico 4 – Museus no Brasil de 1901 a 1988 segundo o IBGE, por ano de referência .....	<b>112</b>
Gráfico 5 — Museus no Brasil segundo sua tipologia com base em <i>Museums of Brazil</i> (1953) .....	<b>154</b>
Gráfico 6 — Museus por dependência administrativa (1953) .....	<b>160</b>
Gráfico 7 — Museus no Brasil divididos em públicos e privados .....	<b>163</b>
Gráfico 8 — Museus brasileiros e seus profissionais (1958–1985) .....	<b>217</b>
Gráfico 9 — Profissionais de museus por categoria x museus .....	<b>222</b>

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 — Movimento de visitantes, por meses, do MN e do MHN, no período de 1932 a 1936 .....	<b>117</b>
Tabela 2 — Dados sobre a relação entre museus e escolas de ensino primário, por dependência administrativa .....	<b>120</b>
Tabela 3 — Período de fundação dos museus brasileiros .....	<b>157</b>
Tabela 4 — Museus divididos por localização com base em Trigueiros (1956) e (1958), Hollanda (1958) e IBGE (1959) .....	<b>183</b>
Tabela 5 — Dados dos museus brasileiros produzida a partir de Preliminary Report on Museum Statistics (1958) .....	<b>214</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS

<b>AABB</b>	Associação Atlética do Banco do Brasil
<b>AAM</b>	Associação Americana de Museus
<b>ABM</b>	Associação Brasileira de Museologistas/Museologia
<b>AEB</b>	Anuário Estatístico do Brasil
<b>AMAB</b>	Associação dos Museus de Arte do Brasil
<b>AN</b>	Arquivo Nacional
<b>BN</b>	Biblioteca Nacional
<b>CBPE</b>	Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
<b>CFC</b>	Conselho Federal de Cultura
<b>CNM</b>	Congresso Nacional de Museus
<b>DGE</b>	Directoria-Geral de Estatística
<b>DGIED</b>	Directoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação
<b>DPHAN</b>	Directoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>ENBA</b>	Escola Nacional de Belas Artes
<b>GEPPM</b>	Grupo de Estudos e Pesquisa em Patrimônio e Memória
<b>HDB</b>	Hemeroteca Digital Brasileira
<b>IAHGP</b>	Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano
<b>IBBD</b>	Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
<b>IBECC</b>	Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultural
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>ICOM</b>	Conselho Internacional de Museus
<b>IHGB</b>	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
<b>IICI</b>	Instituto Internacional de Cooperação Intelectual
<b>IIE</b>	Instituto Internacional de Estatística
<b>IPHAN</b>	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>MA</b>	Associação dos Museus (Reino Unido)
<b>MAE</b>	Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo
<b>MAST</b>	Museu de Astronomia e Ciências Afins
<b>MEC</b>	Ministério da Educação e Ministério da Educação e Cultura
<b>MES</b>	Ministério da Educação e Saúde Pública
<b>MHN</b>	Museu Histórico Nacional
<b>MinC</b>	Ministério da Cultura
<b>MN</b>	Museu Nacional
<b>MNBA</b>	Museu Nacional de Belas Artes
<b>MP</b>	Museu Paulista
<b>MPEG</b>	Museu Paraense Emílio Goeldi
<b>MR</b>	Museu da República
<b>MREx</b>	Ministério das Relações Exteriores
<b>NUMMUS</b>	Núcleo de Memória da Museologia no Brasil
<b>OIM</b>	Escritório Internacional de Museus
<b>ONICOM</b>	Organização Nacional do Conselho Internacional de Museus
<b>SDN</b>	Sociedade das Nações
<b>SEC</b>	Secretaria de Cultura do MEC
<b>SEEC</b>	Serviço de Estatística da Educação e Cultura do MEC
<b>SEES</b>	Serviço de Estatística da Educação e Saúde do MES
<b>SPHAN</b>	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>SRA</b>	Seção de Relações Artísticas do IICI
<b>UFC</b>	Universidade Federal do Ceará
<b>UFRJ</b>	Universidade Federal do Rio de Janeiro

**UNESCO** Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
**UNIRIO** Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
**USP** Universidade Federal de São Paulo

## SUMÁRIO

1.	CONSIDERAÇÕES PREAMBULARES .....	17
2.	MURMÚRIO, SUSSURROS E BALBUCIOS EM MEIO A PERGUNTAS SEM RESPOSTAS .....	45
2.1.	Uma nova rede de circulação de informações .....	46
2.2.	Uma mirada aos museus sul-americanos .....	54
2.3.	Os museus a partir do Brasil .....	60
2.4.	Diferentes visões de uma mesma realidade .....	65
2.5.	Interpelações não correspondidas .....	74
3.	COOPERAÇÃO INTELECTUAL INTERNACIONAL EM BUSCA DE INFORMAÇÕES SOBRE OS MUSEUS BRASILEIROS .....	84
3.1.	Estruturação de uma nova rede de interações .....	86
3.2.	Patrimônios, museus e (falta de) cooperação intelectual .....	94
3.3.	Apelos e apoios da Estatística à Cooperação Internacional .....	99
3.4.	(Desejos de) Cooperação Intelectual para a estatística museal .....	107
3.5.	Sabores internacionais na estatística museal brasileira .....	113
3.6.	O Brasil rumo ao século dos museus .....	124
4.	MUSEUMS OF BRAZIL: UM OLHAR PARA LONGE EM MEIO À CRISE ESTATÍSTICA .....	130
4.1.	O IBECC e os museus do Brasil .....	132
4.2.	Museus em disputa .....	141
4.3.	Os museus em meio à crise estatística .....	144
4.4.	E os museus do Brasil? .....	151
4.5.	Cruzamentos de museus .....	156
4.6.	Em busca de <i>Museums of Brazil</i> .....	166
5.	“SURTO DE MUSEUS” E SUPRIMENTOS NÃO-OFICIAIS DE DADOS SOBRE MUSEUS .....	170
5.1.	A percepção do aumento dos museus pelo ICOM do Brasil .....	171
5.2.	Um surto de museus? Uma expressão exagerada .....	174
5.3.	Os museus e a educação do povo .....	178
5.4.	Os museus e seus recursos educativos .....	186
5.5.	Mais um intruso no campo .....	203

<b>5.6. Entrelaçando informações não-oficiais dos museus brasileiros .....</b>	<b>206</b>
<b>6. UM EPÍLOGO, OU, O OCASO DAS ESTATÍSTICAS MUSEAIS .....</b>	<b>212</b>
<b>7. CONSIDERAÇÕES À GUIA DE ENCERRAMENTO .....</b>	<b>226</b>
<b>8. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>235</b>



## 1. CONSIDERAÇÕES PREAMBULARES

“Mas o Brasil não continuou a ignorar a necessidade de museus e seu número já foi aumentado de várias unidades, caminhando para o acréscimo de várias dezenas, até o dia em que se falará de várias centenas, equiparando-nos nesse setor cultural aos principais países do mundo.” (Barata, 1942)<sup>1</sup>

Iniciar um processo de escrita é sempre uma tarefa árdua, não importa há quanto tempo a pesquisa esteja em andamento — e talvez concluir seja até mais. São muitas as escolhas a realizar, tais quais: a decisão por seu objeto, as formas de abordá-lo, como avaliar e interpretar os fragmentos do passado que ajudarão a compor sua ficção com efeito de realidade, o desenrolar da trama, os momentos de corte, de costura, os ajustes de lentes ao detalhe ou ao panorâmico, o movimento ou o quadro.

Além disso, precisamos pensar também sobre os motivos de nossas escolhas, refletir quando nos vemos sem opções, ponderá-las e rever posições quando necessário. E, por fim, intentar a apresentação escrita do que foi desenvolvido concretamente, talvez até indicando caminhos possíveis não trilhados, seja para desbravá-los no futuro ou para auxiliar outros viajantes que porventura sintam-se animados pela leitura deste relato.

Gostamos da metáfora apresentada por Antoine Prost<sup>2</sup> (2014, p. 213) que compara o trabalho do historiador ao do marceneiro, pois esse nunca pega duas peças aleatórias na construção de um móvel, mas os seleciona a partir de critérios que não são puramente estéticos, mas também funcionais, objetivando uma construção final.

Assim como o marceneiro, o historiador também seleciona entre vários materiais (ou uma massa heterogênea e confusa, se também concordarmos com Prost), se utilizando de critérios explícitos ou implícitos na composição de sua narrativa.

Partindo da mesma comparação, também quem investiga em história encontra-se no papel de alguém que tem de selecionar entre materiais brutos, documentos produzidos ou afetados pela ação humana ao longo do tempo e que de

---

<sup>1</sup> BARATA, Mário. Proteção ao nosso patrimônio histórico e artístico no quinquênio 1937-1942. Cultura Política, Rio de Janeiro, Ano II, n. 21, 1942.

<sup>2</sup> PROST, Antoine. Doze lições sobre a história. Rio de Janeiro: Autêntica, 2014.

alguma forma chegaram ao acesso do profissional. A matéria bruta deve ser, então, trabalhada com as ferramentas da história, de modo a extrair dela aquilo que seja possível e necessário para construir uma narrativa que tem sua forma, conteúdo e função.

Mas e o que diferenciaria, então, o historiador de um marceneiro? Ou de um sociólogo, um filósofo, um economista? Afinal, todo ofício tem os seus paradigmas. Marc Bloch<sup>3</sup> (2002, p. 46) nos diz que a história difere da marcenaria ou da relojoaria — assim como de outras artes aplicadas, por exemplo, por ser “um esforço para conhecer melhor” e que, assim, está em constante movimento.

Michel de Certeau (2010)<sup>4</sup> também nos ajuda por meio de sua concepção de operação historiográfica, que identifica o tripé legitimador na sociedade de tudo aceito na História como um produto significativo: os lugares sociais de produção e recepção, a prática e a escrita.

Esta é, sem dúvida, uma afirmação ainda válida, principalmente se estivermos a referir-nos aos trabalhos em história produzidos no circuito acadêmico, como o caso deste que se apresenta para leitura. É ainda significativo complementar tal questão quando adicionamos à equação a noção de campo<sup>5</sup>, operacionalizado por Pierre Bourdieu (1989)<sup>6</sup>, que serve tanto para refletirmos sobre nossa própria prática, quanto como ferramenta heurística de nossa análise, enquanto “existem homologias estruturais e funcionais entre todos os campos” (p. 61).

Quando o Bourdieu fala sobre como desenvolver uma análise que visa compreender um campo (neste caso específico ele fala sobre o campo intelectual ou artístico, mas como vimos anteriormente a noção de campo é aplicável a quaisquer deles), demonstra ainda que existem três etapas a realizar, intimamente ligadas, sendo: a análise da posição desses sujeitos relativamente às classes dirigentes; uma análise da estrutura das relações objetivas entre os diversos grupos que concorrem entre si pela legitimidade na estrutura do campo em um tempo determinado, e, por fim, a construção do *habitus* do campo em análise (Bourdieu,

---

<sup>3</sup> BLOCH, Marc. Apologia da história, ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

<sup>4</sup> CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

<sup>5</sup> Destacamos que ao longo do texto também nos referiremos a concepção de setor, nomeadamente quando estivermos a falar de um aparato específico que atua no campo, como, por exemplo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística faz parte do campo estatístico e compõe o setor estatístico federal.

<sup>6</sup> BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: DIFEL, 1989.

2007, p. 191)<sup>7</sup>, compreendendo que *habitus* é o “sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores” (Bourdieu, 1983, p. 94)<sup>8</sup>.

Não temos dúvida, também, que é em função do lugar social de produção que os métodos e interesses são selecionados e como se definem quais questionamentos e documentos auxiliarão a responder tais pontos, ainda que a recepção não passe pelo controle apenas dos historiadores.

Considerando nossa vinculação com a linha de pesquisa de Memória e Temporalidade, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará (PPGH/UFC), com esta pesquisa optamos por refletir sobre a expansão de uma forma pela qual as sociedades lidam com seu passado, presente e futuro, tornada visível por meio das práticas de colecionamento tornadas públicas em museus.

Dado que entendemos que este processo de expansão tem ao longo dos últimos 03 (três) séculos paulatinamente se tornado um tópico global, com especial aceleração na segunda metade do século XX, a partir da atuação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e do Conselho Internacional de Museus (ICOM), decidimos que seria necessário circunscrever nossa análise em um tempo e um espaço razoavelmente definido, ainda que esteja demarcada que esta é, portanto, uma história transnacional, fruto de interações entre sujeitos e instituições oriundas de diversos contextos nacionais, mas interligados por meio da expansão das redes de transporte e comunicação, que ampliaram a intensidade da circulação de pessoas, conhecimentos e mercadorias.

Pode-se afirmar seguramente que todo o século XX foi um período de franca expansão dos museus brasileiros, passando de apenas 05 (cinco) museus no início dessa centúria considerados “importantes”<sup>9</sup> o suficiente para terem seus dados a coletados e publicados no terceiro volume do *Anuario Estatístico do Brazil* (1908–

---

<sup>7</sup> \_\_\_\_\_. A Economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2007.

<sup>8</sup> \_\_\_\_\_. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada, 1983.

<sup>9</sup> O uso das aspas em “importantes” dá-se pelo fato de que na tabela onde é apresentada a frequência dos museus arrolados pelo *Anuario Estatístico do Brazil* (1927, p. 559), tais instituições são denominadas como os “principaes museos do Brazil”. Cf. DGE. *Anuario Estatístico do Brazil* — 1º ano — (1908–1912). Vol. 3. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1927.

1912), em 1927, para 3.025 (três mil e vinte e cinco) em 2010, segundo o Instituto Brasileiro de Museus<sup>10</sup>.

Não é por acaso, portanto, que tal expansão levou Mário Chagas (2012, p. 08)<sup>11</sup> a refletir, com base em um exercício analítico dos dados apresentados por Guy de Hollanda, na obra *Recursos Educativos dos Museus Brasileiros* (1958)<sup>12</sup>, que se o século XIX era considerado o “século dos museus” na Europa, no Brasil seria o XX, em virtude do considerável aumento das instituições pelo território nacional, passando de aproximadamente 10 (dez) museus criados no século XIX para cerca de 148 fundados ainda na primeira metade no século XX.

Diz Mário Chagas que

A notável proliferação de museus iniciada nos anos trinta prolonga-se e amplia-se nos anos quarenta e cinquenta e atravessa a Segunda Guerra Mundial e a denominada Era Vargas e atinge com vigor os chamados anos dourados. Na atualidade [dados de 2007], existem no Brasil, segundo dados recentes do Cadastro Nacional de Museus, 2470 museus. Fica claro, portanto, que se trata de um universo em expansão e que o século XX, mais do que o XIX, pode no Brasil ser chamado de o século dos museus (CHAGAS, 2012, p. 10)

Não obstante, outro Mário, de sobrenome Barata<sup>13</sup>, já havia refletido de maneira semelhante, quase 70 anos antes de Chagas, quando em 1942 publicou na revista *Cultura Política*<sup>14</sup> uma longa análise sobre as ações do Estado brasileiro relativamente à proteção do patrimônio histórico e artístico nacional durante os 05 (cinco) anos anteriores, após a decretação do Estado Novo por Getúlio Vargas.

Neste artigo, Mário Barata inicia de imediato relacionando o Brasil ao resto do mundo por ele conhecido, ao defender que o valor das ações e transformações ocorridas nos anos recentes, relativamente aos museus, impediriam que no futuro:

<sup>10</sup> Tal informação o encontra-se na obra *Museus em Números*, publicada pelo Instituto Brasileiro de Museus em 2011 com base nas informações produzidas por meio do Cadastro Nacional de Museus. Atualmente o Ibram mantém a plataforma online MuseusBR, acessível pelo link <https://museus.cultura.gov.br> onde é possível encontrar informações de 3.879 (três mil oitocentos e setenta e nove) museus. Acesso em 07/05/2019.

<sup>11</sup> CHAGAS, Mário S. *Museus, memórias e movimentos sociais*. Cadernos de Sociomuseologia, 41, 2012.

<sup>12</sup> HOLLANDA, Guy de. *Recursos Educativos dos Museus Brasileiros*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais/ONICOM, 1958.

<sup>13</sup> Mário Antônio Barata (1921-2007) diplomou-se no Curso de Museus do MHN no ano de 1940, ingressando para o serviço público no cargo de Conservador, em 1943. Sua carreira foi marcada pela atuação no ensino relacionado aos museus, à história e à história da arte, com intensa participação na imprensa do Rio de Janeiro.

<sup>14</sup> BARATA, Mario. *Proteção ao nosso patrimônio histórico e artístico no quinquênio 1937-1942*. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano II, num. 21, pp. 327-354, 10 de novembro de 1942.

[...] nós viríamos a ser, dentro em breve, a única nação no mundo inteiro a colocar ao lado das muitas centenas de museus existentes nos Estados Unidos ou na Inglaterra, na Alemanha ou na França, a irrisória e ridícula quantidade de seis ou sete museus (BARATA, 1942, p. 327)

Para Mário Barata, a realidade passada, de uma “irrisória e ridícula quantidade” dos museus brasileiros, seria fruto, em parte, do valor atribuído as instituições museais previamente ao período em análise em seu artigo (1937–1942), e que tal não viria mais a ocorrer exatamente devido ao reconhecimento do valor educacional dos museus e de seu papel como centro de atividades sociais, inspirado e tornado conhecido no Brasil principalmente devido ao contato com as experiências norte-americanas e inglesas, e que o caminho pelo qual seguiam os museus nos “principais países do mundo” era aquele que levava a:

[...] um museu novo, vivo, útil a todos os homens, um museu cheio de vigor, de força e de trabalho [e que] se o século XX já foi chamado de século da criança e século da máquina, das grandes guerras e das grandes revoluções, também poderá lhe caber a denominação de século dos museus (Idem). (BARATA, 1942, p. 327)

Chamamos a atenção de quem lê, entretanto, para o fato que o artigo de Mário Barata nos traz três elementos que serão basilares para a nossa análise, e que julgamos característico de todo o período: a reflexão sobre a realidade museal brasileira a partir de dados quantitativos; a comparação da realidade brasileira com as de outros países; e, a mobilização de diversas temporalidades (passado, presente e futuro) na reflexão sobre a realidade museal brasileira.

Tais acionamentos se mostram de diferentes formas no período: na produção e circulação oficial de estatísticas — das quais as relativas aos museus são apenas uma pequena parcela das estatísticas intelectuais; na produção de livros com informações sobre os museus brasileiros — sejam guias ou repertórios, ou a inserção de dados sobre as instituições em materiais de divulgação para o público internacional; na produção de críticas, crônicas e matérias jornalísticas na imprensa periódica nacional.

Desta forma, de início nos questionamos: é possível refletir sobre a percepção da expansão dos museus brasileiros entre as décadas de 1920 e 1950, a partir da análise da produção e circulação de informações sobre os museus

brasileiros e das interações entre os campos museal, estatístico e da cooperação intelectual em escala transnacional?

Portanto, para responder a essa e tantas outras perguntas aqui elencadas, foi necessário debruçar-nos por diferentes tipos de fontes, que demandaram também um conhecimento acerca de como tratá-las e as formas de melhor apreender as possibilidades de compreensão sobre a realidade passada, bem como refletir sobre quais os cenários mais propícios para nossa narrativa.

No caso do Brasil, recorte espacial que decidimos elencar como prioritário para nossa análise, entendemos que o período entre os anos de 1927 e 1958 seja especialmente fecundo para o desenvolvimento de tal reflexão. Assim o afirmamos por alguns motivos, e o primeiro deles é por acreditarmos que as 03 (três) décadas que separam os marcos inicial e final de nossa pesquisa foram aquelas nas quais houve a estruturação do campo museal brasileiro<sup>15</sup>.

Aqui devemos realizar uma ressalva. François Mairesse e André Desvallées (2013)<sup>16</sup> definem o campo museal a partir de museologia, como campo teórico reflexivo e a museografia como campo prático (p. 22), ou, para citar Pierre Bourdieu, o *habitus* do campo museal, e este não é de todo o nosso caso.

Acreditamos, portanto, que não é possível falar de campo museal anteriormente a tal período, entendendo que Bourdieu afirma que um campo se define:

[...] entre outras coisas através da definição dos objetos de disputas e dos interesses específicos que são irredutíveis aos objetos de disputas e aos interesses próprios de outros campos (...) e que não são percebidos por quem não foi formado para entrar neste campo (...). Para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de *habitus* que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas, etc. (BOURDIEU, 2003, p. 89)

---

<sup>15</sup> É significativa nesse sentido a dissertação de Ana Carolina Gelmini de Faria (2013) que apresenta o Curso de Museus do Museu Histórico Nacional, concebido a partir de 1922 mas posto em prática apenas em 1932, como a matriz intelectual do campo dos museus brasileiros, no que concordamos. Já Ana Karina Calmon de Oliveira Rocha (2020) defende que a institucionalização do campo da museologia no Brasil ocorreu posteriormente, entre as décadas de 1960 e 1980, com a criação de cursos universitários na área. Cf. FARIA, Ana Carolina Gelmini de. O caráter educativo do Museu Histórico Nacional: o Curso de Museus e a construção de uma matriz intelectual para os museus brasileiros. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013; e, ROCHA, Ana Karina Calmon de Oliveira. Construção e disputas do campo museologia no Brasil: os fóruns nordestinos (1988-1996). Tese (Doutorado em Museologia), Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2020.

<sup>16</sup> DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. Conceitos-chave de museologia. São Paulo: Armand Colin; Comitê Internacional para Museologia do ICOM; Comitê Nacional Português do ICOM, 2014.

Ora, quando o Museu Paulista (MP), por exemplo, é aberto ao público em 1895 não existia um campo museal, pois não existia um corpo de conhecimentos e práticas incorporadas consolidados no Brasil sobre os próprios museus. O museu era, então, uma materialização da História (sim, aquela mesma, com o H maiúsculo) e da História Natural, e as disputas, interesses e práticas faziam parte, portanto, da História e da História Natural. Da mesma forma, quando o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) é aberto ao público em 1911 (e aqui, abandonamos a sua história anterior, desde o 1865), não estava a se fazer museologia, e sim História Natural, e, portanto, o MPEG, em seus objetos de disputa e interesse faziam parte do campo da História Natural<sup>17</sup>.

Outro ponto importante a destacar é que os campos, devido mesmo as disputas que ocorrem em sua estruturação, têm seus próprios ritmos de mudanças e permanências. Não é por acaso, portanto, que quando se iniciam as atividades Curso de Museus do Museu Histórico Nacional (MHN), em 1932, as ações e interesses dos sujeitos envolvidos neste museu — como exemplificado a partir de sua figura mais destacada, Gustavo Barroso<sup>18</sup> — eram definidas a partir dos interesses e objetos de disputa da História (novamente, aquela com H maiúsculo), e, ainda que a atuação de Barroso, ao longo das décadas seguintes, tenha sido fulcral para a estruturação do campo museal, ele continuou a deter imenso capital relativamente ao campo da História.

Assim, acreditamos que anteriormente ao período ao qual dedicamos nossa análise, os museus, seus agentes, seus interesses e seus objetos de disputa faziam parte do campo intelectual, e, caso a caso, interagem com e compunham campos distintos, como a História, a História Natural, a Ciência etc.

---

<sup>17</sup> São clássicas as obras de Maria Margaret Lopes (2009) e Lília Moritz Schwarcz acerca dos museus brasileiros no século XIX e início do XX. Cf. SCHWARCZ, Lília Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. LOPES, Maria Margaret. O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

<sup>18</sup> Vale a leitura da tese em História de Aline Montenegro Magalhães (2009), em especial o item, “Um eleito entre as Letras e a História”, do Capítulo I, que traz, entre outros temas, a análise do ingresso de Gustavo Barroso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1931, no que a autora destaca a recepção das obras de Barroso na área da história pelo então presidente do IHGB, Conde Afonso Celso, que as categoriza como “literatura histórica”. Cf. MAGALHÃES, Aline Montenegro. Troféus da Guerra perdida: Um estudo histórico sobre a escrita de si de Gustavo Barroso. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

O segundo motivo é por entendermos que foi neste período aquele no qual a interação entre o campo museal e o campos da estatística — estes dois passavam por franco processo de estruturação no Brasil — e da cooperação intelectual internacional foram os mais intensos e fecundos. Ainda assim, não é possível afirmar uma homogeneidade de relações ao longo do período, sendo, em verdade, que há um crescendo nestas interações a partir do recorte inicial e elas têm seu ápice em nossa baliza final.

O terceiro motivo dá-se no sentido tal em que as ações dos sujeitos aqui analisados produziu farta documentação, seja oficial, devido a sua atuação como servidores públicos ou intelectuais que interagiam com agentes do Estado; seja na forma de documentação pessoal, de cunho profissional ou não, colecionada ao longo das carreiras e legada a arquivos posteriormente; seja, também, na forma de material publicado em periódicos dos mais variados tipos e formatos, como jornais diários, hebdomadários, boletins, periódicos científicos, especializados etc.

Face ao perfil socioprofissional dos sujeitos envolvidos em nossa narrativa, foi base para nossa análise a noção de intelectuais apresentada por Jean-François Sirinelli (2003)<sup>19</sup>, que ao se questionar sobre o que define um intelectual e quais são os impactos de suas ideias e ações no mundo, apresenta uma concepção dupla, sendo que a primeira ressalta o papel do intelectual como criador e mediador da cultura — em amplo espectro de atuação, e a outra, que se baseia na noção de engajamento, sendo ambas não excludentes, ainda que representem espectros da atuação dos sujeitos na sociedade.

O autor também destaca a importância dos elementos de natureza sociocultural, visto que o que confere legitimidade ao intelectual para defender suas causas é exatamente a sua especialização ou notoriedade eventual reconhecida pela sociedade na qual ele vive.

Relativamente aos “criadores” e “mediadores”, Sirinelli diz que:

[...] estão abrangidos tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito. Nos degraus que levam a esse primeiro conjunto postam-se uma parte dos estudantes, criadores ou “mediadores” em potencial, e ainda outras categorias de “receptores” da cultura. (SIRINELLI, 2003, p. 242)

---

<sup>19</sup> SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. IN: RÉMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.



Já a noção de engajamento que o autor propõe acerca dos intelectuais, que, em suma, não é autônoma em relação à concepção de “mediador” e “criador”, resta na caracterização da atuação desses sujeitos na sociedade, quando o intelectual põe a sua notoriedade ou sua especialização “a serviço da causa que defende” (SIRINELLI, 2003, p. 243).

Ao analisar a participação dos diversos sujeitos envolvidos na narrativa que segue, verificamos que frequentemente se utilizavam da arena pública proporcionada pela imprensa periódica, pelo sistema editorial ou na participação em eventos públicos e privados para defender seus ideais e causas, demonstrando as duas facetas propostas por Sirinelli.

Não sendo esta pesquisa, entretanto, de história intelectual, aqui não vamos nos dedicar ao estudo minucioso do itinerário desses intelectuais, ainda que as noções de geração e sociabilidade permeiem nossa análise, pelo que a noção de intelectual proposta pelo autor enquadra-se mais como uma chave de interpretação das ações desses sujeitos no processo analisado do que a adoção do roteiro metodológico defendido pelo autor, o que incluiria a análise exaustiva e sistemática dos seus textos para fins prosopográficos (Idem, p. 245).

Sabemos, então, que muitas das escolhas que serão aqui apresentadas foram constituídas anteriormente ao desenvolvimento da escrita (e que, no entanto, também se transformaram no seu decorrer), e, que, não por acaso, elas ambicionam permitir o desenvolvimento de uma reflexão crítica sobre a ação de determinados sujeitos no tempo, se inscrevendo em um campo definido, o da história, produzida a partir do Ceará com objetivos de produzir uma narrativa de abordagem transnacional, cujo palco principal é a escala nacional do Brasil ao longo do século XX, interrompendo a nossa análise no ano de 1958.

Voltemos, então, às nossas balizas temporais, pensando nos termos de Antoine Prost, quando ele chama a nossa atenção para a percepção de que a definição dos limites cronológicos implica na escolha de como apresentar o desenvolvimento da questão que se quer responder, incluindo personagens e cenários (PROST, 2014, p. 218).

O que marca, então, o início e o fim de nossa reflexão? Por um lado, em 1927 há a publicação do terceiro volume *Anuario Estatístico do Brazil*, pela Diretoria Geral de Estatística, vinculada ao *Ministerio da Agricultura, Industria e*

*Commercio*<sup>20</sup>, com dados do período entre 1908 e 1912, dedicado aos temas “Cultos, Assistencia, Repressão e Instrucção”, entre os quais, os *principaes museos do Brazil*<sup>21</sup>.

Também em 1927 é iniciada a publicação do periódico *Mouseion*, pelo *Office International des Musées* (OIM)<sup>22</sup>, órgão criado no ano anterior no âmbito do *Institut International de Coopération Intellectuelle*<sup>23</sup>, por sua vez vinculada a *Société des Nations* (SDN). A importância desse evento para nossa reflexão é dada pela publicação de pequena informação sobre o MPEG, a indicar o envio de publicações do museu — juntamente a dezenas de outros museus do mundo — para o recém-criado OIM.

Os marcos aqui apresentados, mais que apontarem a presença ou o início de uma prática, a da produção e circulação de informações sobre os museus brasileiros (apesar de também o serem), assim foram escolhidos pela ausência, ou silêncio, que eles representam exatamente no mesmo processo, simultaneamente demonstrando seu aspecto transnacional.

Já a baliza final é marcada tanto pela produção e circulação de informações sobre os museus brasileiros quanto pela demarcação da ruptura deste mesmo processo no Brasil, que só será retomado a partir do início dos anos 1970.

Assim, explicitamos que um ponto fulcral a determinar o ano de 1958 para o fim de nossa análise é a realização, no Rio de Janeiro, do “Seminário Regional sobre o papel educativo dos museus”, de 07 a 30 de setembro daquele ano, realizado pela UNESCO, com a sua Divisão de Museus e Monumentos, e pela organização nacional da UNESCO no Brasil na altura, o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultural (IBECC) e pelo ICOM, que também já estava

---

<sup>20</sup> Nas próximas referências, será usada a grafia atual.

<sup>21</sup> A partir daqui os Anuários Estatísticos do Brasil serão referenciados pela sigla AEB seguindo do ano-base da publicação. A exceção a isso será o *Anuario Estatistico do Brazil* (1908-1912), que eventualmente será referenciado apenas como o “Anuario”, desacompanhado do ano de referência, por ser o único assim grafado, tendo em vista sua publicação anterior ao Acordo Ortográfico entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa, de 1931.

<sup>22</sup> O Escritório Internacional de Museus foi criado em 1926, no âmbito do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, funcionando oficialmente até 1946. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Conselho Internacional de Museus (ICOM) e o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) assumiram as diversas empreitadas iniciadas pelo OIM no período entreguerras em prol da preservação do patrimônio cultural e dos museus.

<sup>23</sup> O Instituto Internacional de Cooperação Intelectual esteve ativo desde sua criação em 1926 até 1940, quando da ocupação nazista da França. Suas atividades ficaram “dormentes” até 1945, e foram encerradas em 1946 após a criação da UNESCO e sua absorção – administrativa, financeira e de suas competências.

estabelecido em território brasileiro em uma Organização Nacional do ICOM (ONICOM).

A realização de tal evento é significativo por ser o catalisador da produção de dois livros no Brasil dedicados à circulação de informações sobre os museus brasileiros, publicados no mesmo ano. Primeiro, o livro “Museu e Educação”, de Florisvaldo Trigueiros dos Santos, com prefácio de Heloísa Alberto Torres, uma edição revista e ampliada de seu livro de 1956, intitulado “Museus — sua importância na educação do povo”, e a obra assinada por Guy de Hollanda “Recursos Educativos dos Museus Brasileiros”, produzida especificamente devido à realização do Seminário da Unesco.

Além dessas duas publicações, também é significativa a produção, pela UNESCO, do *Preliminary Report on Museum Statistics*, finalizada a janeiro de 1958, que traz informações sobre estatísticas de museus de 20 (vinte) países, incluindo o Brasil, conhecido pela UNESCO por produzir regularmente estatísticas sobre museus (UNESCO, 1958, p. 03). Não obstante a prática regular de produção de informações estatísticas sobre os museus brasileiros, é informado na introdução do relatório que o Brasil era um dos 05 (cinco) países aos quais havia sido enviado o questionário sobre o tema que a UNESCO não havia recebido dados.

Mas, falemos então dos cenários, e eles foram muitos. O primeiro deles é exatamente aquele que tem por referência o seu lugar de produção. Aqui destacamos que esta investigação foi realizada a partir do Ceará e isto não é para meramente sublinhar nossa origem geográfica, mas para destacar, como chama a atenção Michel de Certeau, nosso lugar social, que não é meramente espacial. Produzir esta pesquisa a partir do Ceará implicou uma série de dificuldades, nomeadamente aquelas do acesso às fontes e à bibliografia, dado que os principais centros documentais e bibliográficos brasileiros localizam-se na região sudeste do país, especialmente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

Aliada à distância geográfica dos acervos, está o posicionamento periférico do Ceará relativamente aos polos recebedores de investimentos na ciência, implicando na baixa capacidade de investimento e fomento a pesquisadores, que quando possível recebem bolsas de pesquisa, como foi o caso desta, financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, o que possibilitou a realização de viagens de campo para consultar acervos do Arquivo Nacional (AN), do Arquivo Histórico do Itamaraty, do Ministério das Relações

Exteriores (MREx), Arquivo do Museu Histórico Nacional (MHN), Arquivo do Museu da República (MR), Arquivo Noronha Santos, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Biblioteca Nacional (BN), Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil (NUMMUS), sob a guarda do Departamento de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), todos eles localizados na capital do Estado do Rio de Janeiro.

Não obstante a localização física de tais acervos estar tão distante do lugar de produção efetivo dessa pesquisa, o desenvolvimento tecnológico das últimas décadas e a adoção de tecnologias de digitalização e divulgação de acervos possibilitou o acesso a fontes que outrora seriam inacessíveis ao pesquisador baseado no Ceará, sendo notável a riqueza documental do acervo de periódicos disponibilizados pela BN em sua Hemeroteca Digital Brasileira (HDB)<sup>24</sup> que além de conceder acesso aos usuários à distância, dispõe de ferramenta de busca por meio da tecnologia de *Optical Character Recognition* (OCR), que apesar de não ser uma ferramenta livre de falhas, como qualquer outra, permite a descoberta do inesperado ou mesmo impensável, possibilitando o enriquecimento das reflexões possíveis a partir do momento em que é inserida uma palavra-chave e as fronteiras pré-determinadas de um objeto se expandem para milhares de indícios.

A opção pelos periódicos se deu tanto por ser esta uma arena pública onde intelectuais frequentemente pelejam quanto pela facilidade no acesso em etapas iniciais da elaboração da pesquisa, no sentido tal que o acervo digitalizado por meio da HDB possibilitou vasculhar a temática dos museus em um amplo espaço territorial brasileiro, assim como ao longo de uma média duração, permitindo avaliar a circulação de ideias, a divulgação de eventos, a produção de relatos, entre outros elementos acionados para a crítica das fontes documentais oficiais.

O uso das fontes periódicas ainda foi importante, pois nos permitiu perceber a construção de “imagens” sobre os museus brasileiros<sup>25</sup>, no sentido de que os personagens dessa pesquisa são eminentemente sujeitos letrados, adeptos do

---

<sup>24</sup> A Hemeroteca Digital Brasileira (HDB) faz parte da Biblioteca Nacional Digital (BNDigital), oficialmente lançada em 2006 a partir de acervos digitalizados desde 2001.

<sup>25</sup> Nós buscamos nos apropriar das reflexões sobre a difusão das ideias vinculadas ao nacionalismo para o caso dos museus. É de destacar na análise de Anderson as formas como as estatísticas foram utilizadas pelo aparato oficial do Estado britânico para construir um imaginário sobre as colônias do sudeste asiático. Cf. ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas – Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

debate público, seja pessoalmente, em seus encontros formais e informais, nos diversos eventos promovidos para discutir os limites e horizontes dos museus, e, também, do debate por meio da imprensa periódica.

Durante a operacionalização da crítica das fontes periódicas, buscamos não descuidar a atenção ao fato de que elas, assim como quaisquer outros documentos, não foram produzidas inocentemente, correspondendo às demandas políticas e sociais de seu tempo, sendo elas aqui valorizadas exatamente por as entendermos como registros “[...] fragmentários [de um] presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões” (LUCA, 2015, p. 112)<sup>26</sup>.

Nas condições atuais do desenvolvimento de pesquisas — seja em história ou quaisquer outras áreas do conhecimento humano — esta é uma situação pode-se pôr em paralelo àquela passada por Ulisses (quem pesquisa) ao aproximar-se da ilha das sereias (a Hemeroteca Digital Brasileira), que com seu canto maravilhoso (sistema de busca por palavras-chave) enreda os marinheiros a ouvir suas melodias tão bonitas e tão mortais, e assim o são, pois no mais das vezes podem enredar quem pesquisa àquelas situações das quais profissionais devem fugir: buscar apenas aquilo que se quer confirmar (LUCA, 2015, p. 117).

O próprio Ulisses, orientado pela feiticeira Circe, entretanto, apresenta uma possibilidade crível de como lidar com a cantoria mistificadora. Ainda que decida por escutar as sereias, mantém seus movimentos restringidos, com a ajuda de amarras e do apoio de seus companheiros de viagem, impedindo-o que mergulhe para o destino fatal daqueles que se afogam ou são devorados em meio à melodia hipnótica daqueles seres mitológicos.

Da mesma forma deve proceder quem utiliza tal ferramenta de pesquisa, a HDB, assim como qualquer outro acervo. A vastidão de possibilidades disponíveis em um acervo tão diverso é tal que se assemelha a todo um exército de sereias a cantar belamente, obrigando a quem se aventura por tais águas a manter-se amarrado ao seu tema, seu objeto e seus objetivos, sob o risco de ser devorado e nunca conseguir sair desse mar tão calmo quanto enganoso.

E, ainda assim, ao escutar a bela melodia, deve-se fazê-lo com todos os filtros possíveis: a tipologia do periódico; a localização de sua publicação; sua circulação; e, tiragem. Deve-se ainda avaliar a tipologia de texto — se opinativo,

---

<sup>26</sup> LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2015, pp. 111-153.

noticioso, uma crônica etc.; em qual seção está enquadrado (por que o texto está na seção de política, se discute cultura?); faz parte de uma série ou é um material isolado? Qual a sua posição relativa aos outros textos na mesma página e do próprio periódico? Afinal, um texto de primeira página não é o mesmo que uma pequena notinha de rodapé ao fim do jornal; o texto está assinado? É o nome real ou um pseudônimo? Se pseudônimo, qual o motivo do seu uso? Todas essas e muitas mais perguntas devem servir de filtro à historiografia com recurso às fontes periódicas.

O fato é que não somos sábios heróis gregos de uma Odisseia contemporânea, e o canto das sereias é realmente belo, nos assemelhando mais com um remador indisciplinado que decidiu não escutar seu sábio capitão e seus conselheiros, navegando de ouvidos nus, ávido por ouvir a sinfonia de um passado desconhecido. E fomos nós fisgados inúmeras vezes por elas, pois não foram poucos os momentos em que tivemos de ser resgatados por nossos companheiros, que já tendo passado por tais águas, por elas já navegam com seus ouvidos cheios de cera, ainda que com mãos firmes, olhares atentos e atenciosos, prontos a resgatar aqueles perdidos no oceano de fontes.

Portanto, enquanto escutávamos o canto das sereias e registrávamos minuciosamente suas melodias, separando (ou seja, buscávamos aplicar os filtros supracitados) as belas notas da cacofonia sem sentido, fruto da profusão de referências, ignorávamos simultaneamente os conselhos da feiticeira Circe (em seu papel de metodologia) que nos orientara antes do início da viagem, foi necessário ser amarrado pelos companheiros que tristemente diziam: “lembra-te do que vieste tu cá fazer, a viagem não para aqui, mas se cá tu ficares, nunca chegará ao teu destino”.

E, assim, lembramos que para responder a nossa pergunta, lá acima colocada, deveríamos alcançar determinados objetivos, sendo o mais amplo aquele de refletir sobre como a expansão dos museus no Brasil ao longo dos anos 1930 até o fim da década de 1950 era percebida, ou ainda se tal expansão que hoje, ao ser produzida tal pesquisa, já é um fato consolidado, era mesmo notada pelos intelectuais que atuavam no campo museal. Em caso afirmativo, quais as possibilidades de apreensão dessa percepção dos agentes no período<sup>27</sup>, e, mais, se

---

<sup>27</sup> É exemplar a citação no Jornal da Exposição Nacional de 1908 de que eram escassos os museus no Brasil, ante a riqueza de espécimes passíveis de coleção na natureza brasileira. Mais notável

o próprio processo de percepção interferiu na expansão dos museus no período, ou seja, se as imagens criadas sobre os museus brasileiros agiram como um motor de mudança.

Para tal, foi necessário investigar referências aos museus encontradas em periódicos do período que apresentassem reflexões e informações não de uma instituição específica, mas à generalidade dos museus brasileiros.

Também tivemos como objetivo questionar a produção e circulação de informações estatísticas sobre os museus brasileiros nas escalas nacional e internacional, refletindo sobre as interações entre agentes dos campos museal, estatístico e das relações internacionais.

Por fim, visamos compreender se a produção e circulação de informações sobre museus brasileiros fez parte de uma estratégia de construção de imagem do que era o Brasil para os brasileiros e para o exterior.

Tendo nos recordado de quais eram nossos objetivos ao início da viagem, retornemos então aos nossos cenários. Imaginemos que assistimos a uma peça teatral em um palco gigantesco onde a iluminação está, nos mais das vezes, focada em apenas um lugar, em nosso caso, é o Distrito Federal da República Federativa do Brasil<sup>28</sup>, onde hoje está o município do Rio de Janeiro.

Tal se dá por ser neste espaço o desenrolar da atuação da maior parte dos sujeitos envolvidos na narrativa que aqui apresentamos. Não obstante, como será percebido ao longo da leitura, focos de luz destacarão outras regiões do país e do mundo, compreendendo que o processo sobre o qual refletimos não ocorreu em apenas um espaço circunscrito, como já dito desde o início, mas que se imbricou pelo globo, reconhecendo, entretanto, os condicionamentos causados pela disponibilidade de material de análise.

Assim, nosso cenário é um Brasil em relação a outros países, e diversos “Brasis” relacionados entre si, com foco nas particularidades e semelhanças dos seus usos do passado, especificamente, os museus. Para pensar essas relações, foi vital a operacionalização da noção de *cruzamento*, desenvolvida por Michael Werner e Benedicte Zimmermann (2003) quando apresentaram de forma programática a

---

ainda é que seu Boletim listou apenas 05 instituições, sem dúvida contribuindo para a construção de uma imagem entre seus leitores, em processo semelhante ao qual Benedict Anderson analisa relativamente à construção de imagens da nação. Cf. Fauna Brasileira. Jornal da Exposição Nacional de 1908, Rio de Janeiro, ano 1908, n. 24, p. 02, 29 de setembro de 1908.

<sup>28</sup> Destacamos que a transferência do Distrito Federal para Brasília foi aprovada pela Lei n.º 3.273, de 01 de outubro de 1957.

abordagem da história cruzada, ambicionando especificar pontos que diferenciasssem a *sua* história cruzada daquelas outras que apenas operacionalizam a metáfora do *cruzamento*.

Assim, a subdisciplina que os autores propõem “[...] associa formações sociais, culturais e políticas, geralmente ao nível nacional, acerca das quais se assume existir relações entre uns e outros” (WERNER; ZIMMERMANN, 2003)<sup>29</sup>. Na história cruzada, a escala transnacional não deve ser compreendida como apenas “mais uma” escala, junto às escalas nacional, regional e local, ajustando o foco conforme a lógica da pesquisa. Assim, a escala transnacional é compreendida como um nível interagindo com os outros, desenvolvendo lógicas próprias, ao mesmo tempo que essas têm efeito retroalimentador sobre outras lógicas estruturantes do espaço.

Não foi por acaso que a busca por um referencial que ajudasse a compreender nosso objeto levou à reflexão em história cruzada, uma vez que ao longo da pesquisa prévia foram surgindo nas fontes cada vez mais indícios da relevância da realização de trocas de experiências no campo museal brasileiro seja em escala local, regional ou nacional, assim como a escala transnacional, entre os diversos agentes do campo museal no período, seja por meio do debate público realizado em periódicos, sejam eles de circulação para o público geral ou fossem direcionados ao público especializado, como *Mouseion* ou o Anuário Estatístico do Brasil, também na participação em associações a serviço do Estado, ou mesmo como frequentadores de eventos dedicados aos museus.

Mas a história cruzada não se refere apenas à vaga metáfora do cruzamento — que alguns podem dizer, relativamente à hermenêutica das fontes, é um procedimento típico da historiografia desde meados do século XX —, mas sim na busca por destacar as interações socioculturais que escapam à tradicional história centrada no nacional ou mesmo naquelas de viés comparatista, produzindo questionamentos acerca das ligações manifestadas entre formações históricas diversas, sondando “por um viés particular, questões gerais como escalas, categorias de análise, relação entre sincronia e diacronia, regimes de historicidade e da reflexividade” (Idem, p. 90).

---

<sup>29</sup> ZIMMERMANN, Bénédicte; WERNER, Michael. Pensar a História Cruzada: entre empiria e reflexividade. *Textos de História*, v. 11, n. 1-2, p. 89-127, 2003.



Ela, a história cruzada, permite seu próprio questionamento a partir de um “triplo procedimento de historicização: do objeto, das categorias de análise e das relações entre o pesquisador e o objeto” (Idem, p. 90). Não é sem propósito que destacamos o lugar social de produção dessa investigação, pelo que o papel do “observador” é assumido como relevante, posto que produza efeitos seja na operação cognitiva do cruzamento, seja na exteriorização do conhecimento produzido por meio da narrativa apresentada.

E tendo já falado dos documentos oficiais e dos periódicos, devemos agora abordar aquelas que completam o tripé que sustenta a nossa análise: os dados quantitativos sobre os museus brasileiros, sejam eles oriundos das estatísticas produzidas e publicitadas sobre o tema em apreço, assim como aqueles dados extraídos de outras fontes, como repertórios, guias ou outros documentos quantificados para fim desta análise.

Em busca de auxiliar-nos no melhor proveito do uso das fontes — quando optamos pela utilização de técnicas de quantificação, possibilitando a abordagem de análise de dados seriados — nos valem das recomendações de Ciro Flamarion Cardoso e Héctor Pérez Brignoli (1979)<sup>30</sup>, Julio Aróstegui (2006)<sup>31</sup> e Peter Burke (2002)<sup>32</sup>, nos distanciando de uma perspectiva tal como a defendida por Pierre Chaunu (1964)<sup>33</sup>. Assim, aqui a pesquisa quantitativa é entendida da mesma forma que a qualitativa, como propõe Aróstegui, no sentido tal que ambas buscam “[...] explicar o homem, o coletivo e individual. [permitindo] [...] encontrar relações, explicações de comportamentos, que permanecem muitas vezes ocultas a uma pesquisa qualitativa” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 538).

Por outro lado, as reflexões dos autores sobre Pierre Chaunu nos levaram imediatamente a questionar sobre os elementos que pretendíamos quantificar: dados variados sobre os museus brasileiros, publicados entre os anos de 1927 e 1992 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>34</sup>, bem como

<sup>30</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion S.; BRIGNOLI, Hector Perez. Os Métodos da História. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

<sup>31</sup> ARÓSTEGUI, Julio. A pesquisa histórica. Teoria e método. Bauru: Edusc, 2006.

<sup>32</sup> BURKE, Peter. História e teoria social. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

<sup>33</sup> CHAUNU, Pierre. Histoire quantitative ou histoire sérielle. Cahiers Vilfredo Pareto, T. 2, No. 3, 1964, pp. 165-176.

<sup>34</sup> Quando o setor estatístico federal for referido de modo genérico – sem uma âncora temporal – será nomeado por IBGE. Quando a referência for realizada a um momento específico, será utilizada a nomenclatura do órgão adotada no período. Em 1871 foi criada a Diretoria Geral de Estatística no âmbito do Ministério da Agricultura, órgão que teve como atribuição realizar o recenseamento da população brasileira. Em 1931 foi criado no âmbito do Ministério da Educação e Saúde Pública do

pesquisas produzidas por intelectuais ou grupos de pesquisa coordenados e/ou financiados por instituições nacionais e internacionais, como as seguintes obras: *Museums of Brazil* (1953) de Heloísa Alberto Torres; *Museus — sua importância na educação do povo* (1956), de Florisvaldo dos Santos Trigueiros; *Recursos Educativos dos Museus Brasileiros* (1958), de Guy de Hollanda; *Guia dos Museus do Brasil* (1972), coordenado por Fernanda de Camargo e Almeida, tendo uma segunda edição publicada em 1978, coordenada por Maria Eliza Carrazzoni; e, o *Catálogo dos Museus do Brasil* (1984)<sup>35</sup>.

Portanto, o nosso primeiro questionamento se deu a partir dos três critérios exigidos às fontes para o trabalho em história serial, quais sejam: validade ou segurança; continuidade e abundância; e, homogeneidade (CARDOSO; BRIGNOLI, 1979, p. 281). O primeiro critério se refere à “absoluta confiança” acerca da representação do real esperada pelo documento daquilo que se espera medir, enquanto o segundo vai em direção à construção de séries longas e ininterruptas, pois isso permite “conclusões verdadeiras”, e, por fim, o último critério indica que toda fonte deve ter a mesma natureza ao longo de todo o período estudado.

Ora. Esse não é o nosso caso, afinal, aqui entende-se que a “confiança” necessária para a construção desta narrativa se elabora no processo da crítica documental, e não algo inerente à tipologia de fonte utilizada. Assim, quando

---

governo de Getúlio Vargas a Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação, assim como o Departamento Nacional de Estatística, vinculado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que foi resultado da fusão do setor de estatística do Ministério da Agricultura bem como da Diretoria de Estatística Comercial do então Ministério da Fazenda. Como decorrência das ações do governo varguista na organização do setor estatístico federal brasileiro, entre os anos de 1933 e 1934, outros setores estatísticos foram criados em diferentes ministérios, como os Ministério da Agricultura, com a Diretoria de Estatística da Produção, do Ministério da Fazenda, com a Diretoria de Estatística Econômica e Financeira e do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, com a Diretoria de Estatística Geral. Em 1936 foi instalado o Instituto Nacional de Estatística, criado desde 1934, tendo como objetivo coordenar – com o apoio do Conselho Nacional de Estatística, coordenar as ações dos diversos setores estatísticos federais. Em 1938 foi criado, por meio do Decreto-lei 218, de 26 de fevereiro de 1938, a autarquia Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Em 13 de fevereiro de 1967 a autarquia IBGE foi substituída pela Fundação IBGE, arranjo institucional que permanece até a contemporaneidade. Cf. <https://memoria.ibge.gov.br/images/memoria/linha-do-tempo/LinhaDoTempoSemImagem.pdf> e <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/fundacao-instituto-brasileiro-de-geografia-e-estatistica-ibge>. Acessados em 08 de maio de 2019.

<sup>35</sup> TORRES, Heloísa Alberto. *Museums of Brazil*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1953.; TRIGUEIROS, Florisvaldo dos Santos. *Museus – sua importância na educação do povo*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1956.; HOLLANDA, Guy de. *Recursos Educativos dos Museus Brasileiros*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais/ONICOM, 1958.; ALMEIDA, Fernanda de Camargo e (org.). *Guia dos Museus do Brasil*. Rio de Janeiro: Editôra de Guias LTB; Editôra Expressão e Cultura, 1972.; CARRAZZONI, Maria Eliza (org.). *Guia dos Museus do Brasil – 2ª Edição*. Rio de Janeiro: Editôra Expressão e Cultura, 1978.; SANTOS, Fausto H. dos; MOURA, Fernando M. de; FERNANDES, Neusa. *Catálogo dos museus do Brasil*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Museologia, 1984.

analisamos os 75 (setenta e cinco) volumes dos AEB produzidos pelo IBGE, observamos que os dados referentes aos museus, apesar de constarem desde seu primeiro volume<sup>36</sup>, apresentam variações em sua periodicidade, bem como das temáticas relacionadas aos museus que foram divulgadas como estatísticas oficiais.

Acerca do primeiro ponto, questionamos, qual documento permite ter absoluta confiança sobre o passado? Não obstante, compreendemos o debate no qual Chaunu estava inserido, durante os anos 1960, no qual se buscava a legitimação da historiografia como ciência, e nesse caso específico, o caminho para isso era a aliança entre historiadores e economistas, sendo a aplicação da história serial majoritariamente utilizada no âmbito história econômica.

Apesar das contribuições para o campo, a história serial, como uma abordagem, não demonstrou ser um caminho frutífero para nossa pesquisa, de modo tal que optamos por enfrentar esses dados por meio de técnicas de quantificação mais simples, com base nas reflexões de Julio Aróstegui (2006), que define as técnicas de quantificação como aquelas que procuram medir relações ou descobrir novas relações por meio da estatística.

Ele conclui que tanto a pesquisa quantitativa quanto a qualitativa têm por objetivo “[...] explicar o homem, coletivo e individual. A quantificação permite encontrar relações, explicações de comportamentos, que muitas vezes permanecem ocultas a uma pesquisa qualitativa” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 538). Não obstante, discordamos do autor, na mesma medida em que discordamos de Chaunu, no sentido em que ambos acreditam em uma pretensa *exatidão* possível a partir do uso de dados quantitativos e de equações matemáticas.

Apesar do centro de nossa reflexão localizar-se temporalmente entre as décadas de 20 e 50 do século XX, julgamos a necessidade — exatamente para

---

<sup>36</sup> No AEB 1908-1912 constam dados apenas dos “principais” museus do país, com dados coletados a partir de trabalho realizado após 1916, cujas informações embrionárias foram publicadas no BEN 1908. Cabe apontar, ainda, que já consta no Decreto n. 4676 de 14 de janeiro de 1871, que criou a Directoria Geral de Estatística, no 9º item do parágrafo 2º de seu Art. 5º, que deveriam ser alvo dos trabalhos de estatística, acerca do estado intelectual do império, o número e sede de todos os museus públicos, gerais, provinciais e municipais, além de todos os museus privados franqueados ao público, e que deveriam também ser observados os números dos “[...] individeos colleccionados em cada um dos três reinos da natureza [...]”. O mesmo item trata ainda de arquivos e bibliotecas. Cf. BRASIL. Decreto n. 4676 de 14 de janeiro de 1871. Crêa na Côrte do Imperio uma Directoria Geral de Estatistica, em virtude da autorização concedida pelo art. 2º da Lei nº 1829 de 9 de setembro de 1870, e manda executar o respectivo Regulamento. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/405740/publicacao/15734825> Acesso em junho/2019. Ao longo da segunda metade do século XIX é possível encontrar o trabalho de coleta e processamento de informações sobre os museus brasileiros a partir dos relatórios da DGE, que eram publicados no item “Instrucção”. Por ora, tais dados não serão abordados devido a irregularidade em sua publicação.

definir as particularidades do período ao qual nos debruçamos — de analisar o desenvolvimento dos museus brasileiros ao longo do século XX, com base nos anuários publicados pelo IBGE entre os anos de 1927 e 1992, cuja extensão temporal vai de 1901 a 1988.

Também analisamos 07 (sete) publicações lançadas entre 1953 e 1984 que buscam apresentar informações sobre os museus brasileiros. Quando possível, questionamos às fontes sobre as seguintes informações: nome da instituição, data de fundação e localização. Acreditamos que a busca por conhecer/listar/repertoriar os museus brasileiros é exemplar de uma percepção do próprio desconhecimento<sup>37</sup>, assim como uma afirmação sobre o desconhecimento da população sobre tais instituições.

Assim, como primeiro exercício, foram analisados 75 (setenta e cinco) volumes do AEB, compreendendo os anos de publicação entre 1927 e 2015, identificando a existência de dados sobre museus entre anos 1901 e 1988. Além disso, foi percebida a periodicidade irregular de dados, bem como padrões diferentes acerca dos questionamentos publicados pelo IBGE acerca dos museus. Um produto dessa análise foi a identificação de 33 (trinta e três) volumes nos quais houve a publicação de dados sobre museus, dos quais 22 (vinte e dois) trazem referências inéditas sobre essas instituições — ou seja, que não são republicação de informações já publicadas em AEBs anteriores.

As fontes do IBGE com certa frequência trouxeram dados referentes aos acervos — quantitativo e qualitativo, por tipologia, estado e região. Esse é um dado de extrema relevância para percebermos a expansão da prática colecionista que toma forma por meio dos museus. É significativo ressaltar que no anuário de 1939–40, com referência ao ano de 1937 foi registrada pelo IBGE a existência de um acervo nacional composto por cerca de 35.000 (trinta e cinco mil) peças, estando 22.554 (vinte e dois mil quinhentos e cinquenta e quatro) em exposição e 2.480 (dois mil quatrocentos e oitenta) em depósito, correspondendo a 56 museus. Em 1985, 895 (oitocentos e noventa e cinco) museus informaram possuir um acervo

---

<sup>37</sup> Na seção *Foreword* de *Museums of Brazil*, por exemplo, Heloisa Alberto Torres deixa explícita a natureza precária das informações apresentadas na obra, sugerindo cautela na sua análise e ressaltando a pouca documentação sobre museus existentes no Brasil no período. A isso soma-se a notícia de que cerca de 30 (trinta) instituições cujas informações a ela chegaram foram excluídas da publicação por serem dúbias ou contraditórias (TORRES, 1953, pp. 04-05).

catalogado de 15.735.511 (quinze milhões setecentos e trinta e cinco mil quinhentos e onze) peças das mais diversas tipologias.

Foram dados passíveis de apreensão, também, aqueles relativos à visitação — eventualmente, sobre as visitas de escolares<sup>38</sup> — e sobre a ocupação profissional. O questionamento acerca do aparelhamento profissional dos museus surge no AEB de 1969, sendo também encontrado naqueles dos anos 1973, 1979, 1981, 1984, 1985, 1986 e 1987–1988, compreendendo informações dos anos 1967 a 1985. De antemão é possível observar uma ampla expansão no campo profissional dos museus, considerando que se no AEB de 1969 indica a existência de 1.767 (mil setecentos e sessenta e sete) profissionais em 232 (duzentos e trinta e dois) museus, passando a 13.238 (treze mil duzentos e trinta e oito) divididos em 895 museus em 1985, conforme o AEB 1987–1988. Uma constante, porém, é a concentração dos profissionais na região sudeste do país.

É significativo reconhecer o valor dessas fontes por trazerem também referências sobre o universo do patrimônio histórico e artístico em âmbito nacional<sup>39</sup> também nos anos 1930, demonstrando o interesse do Estado em saber — e, eventualmente, ter controle — sobre os museus e o patrimônio cultural.

No gráfico da próxima página, por exemplo, nós podemos observar que ao longo da segunda metade do século XX os museus privados e públicos — federal, estadual e municipal — foram criados em ritmos diferentes, o que julgamos ter ocorrido com base no impacto das políticas públicas e do desenvolvimento da prática colecionadora na sociedade brasileira, concretizada seja pela sociedade civil, seja pelo Estado, por meio de seus agentes.

Tais informações possibilitaram avaliar a partir das tipologias dos museus e seus acervos (histórico — nacional, regional, local —, artístico — belas-artes, arte popular —, de ciências, entre inúmeras outras possibilidades de tipologias), o desenvolvimento de uma prática colecionista em parcela da população e a relação

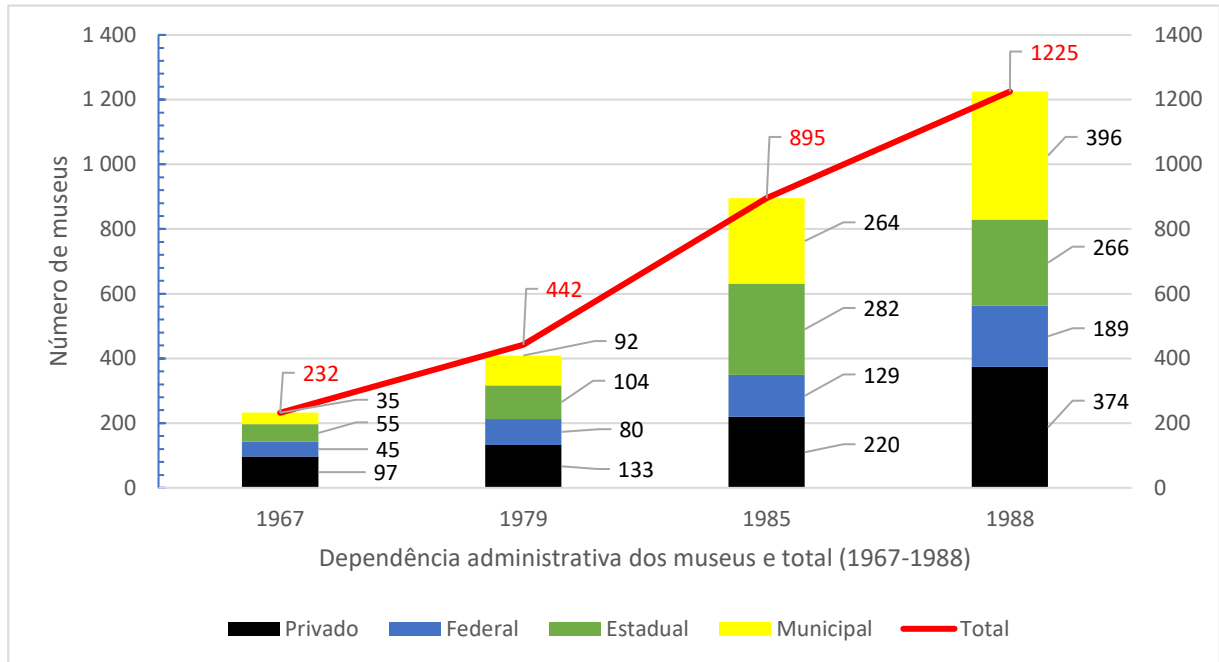
---

<sup>38</sup> O tema é tratado com profundidade em ALVES, Vania M. S. *Museus escolares no Brasil: de recurso de ensino ao patrimônio e a museologia*. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; MAST, Rio de Janeiro, 2016.

<sup>39</sup> É possível encontrar dados acerca dos monumentos históricos e artísticos brasileiros nos AEB de 1938, 1939-1940, 1941-1945, 1949 e 1950. Tais dados são organizados por estados, regiões, capitais ou interior bem como apresenta tipologias possíveis para o enquadramento dos monumentos, apresentando uma expansão de 1.094 (mil e noventa e quatro) monumentos em 1936 para 3.071 (três mil e setenta e um) monumentos em 1948.

dessas coleções com o público<sup>40</sup>, a concentração de museus em determinadas regiões e as transformações simbólicas da prática colecionista — coleções privadas transformadas em instituições públicas, por exemplo.

Gráfico 1 - Museus no Brasil divididos por dependência administrativa– 1967–1988



Fonte: Anuários Estatísticos do Brasil de 1969, 1982, 1987-88 e 1992.

Portanto, aqui ela se justifica no sentido de ajudar a explicar o desenvolvimento de uma prática cultural específica, o colecionamento, que se materializa de forma pública por meio dos museus, indicando aí uma possibilidade de apreensão das interações entre espaços de experiência e horizontes de expectativa, com o auxílio da abordagem cruzada e da ideia de regimes de historicidade.

A técnica de cruzamento na análise de produção de dados comparativos acerca da proliferação deste *uso do passado*, o museu, é também baseado na aplicação da ferramenta dos regimes de historicidade, como proposto por François Hartog (2014)<sup>41</sup>, e elaborado com base em Reinhardt Koselleck e Krzysztof Pomian,

<sup>40</sup> Merece destaque a preocupação do IBGE, desde seu primeiro volume, em avaliar quantitativamente os números de visitação dos museus. Do conjunto de AEBs selecionados por conter dados únicos sobre museus 18 deles questionavam sobre os números de visitação aos museus, indicando uma frequência de 140.004 (cento e quarenta mil e quatro) visitantes em 5 instituições respondentes para 20.082.345 (vinte milhões oitenta e dois mil trezentos e quarenta e cinco) visitantes em 895 (oitocentos e noventa e cinco) museus.

<sup>41</sup> HARTOG, François. Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

no sentido em que nós o interpretamos sendo “[...] como uma sociedade trata seu passado e trata do seu passado [...] (e) a modalidade de consciência de si de uma comunidade humana (HARTOG, 2014, p. 28). Ou seja, como as categorias de passado, presente e futuro são acionadas por determinado grupo social, não significando ativar a história como transformada em um tempo único, mas com o reconhecimento da pluralidade do tempo social, em vários ritmos diferentes, em relação ou não entre si (Idem, p. 37)

Independentemente de suas tipologias, os documentos utilizados para esta reflexão foram analisados com o auxílio do método indiciário, mas um pouco diferente do proposto por Carlo Ginzburg (1989)<sup>42</sup>. O historiador italiano desenvolveu suas reflexões a partir da *microstoria*, representando uma virada historiográfica acerca do questionamento das escalas, observando a existência de um padrão na análise historiográfica anterior aos anos 1970 que priorizava a escala macro.

É nesse contexto que a história quantificada buscava legitimar uma ciência histórica a partir da aliança com a economia, a matemática e a estatística. Mas a escolha de Carlo Ginzburg e outros historiadores pela escala micro, mais do que significar entenderem a escala micro como privilegiada em relação à macro, se deu também pelas possibilidades diferentes de questionamentos sobre o social, que a partir do indivíduo poderia ser compreendido.

Apesar de se basear em uma coleta extensiva de fontes, denotando as características empiristas da abordagem micro-histórica — da qual, feliz ou infelizmente somos devedores —, a proposição de Ginzburg coloca no centro de seu método o caráter conjectural do conhecimento histórico, chamando a atenção de que no momento da análise, elementos imponderáveis entram em jogo, o “[...] faro, golpe de vista, intuição” (GINZBURG, 1989, p. 179).

Dessa forma, a proposição do método indiciário se coloca como uma tentativa de *caminho do meio* acerca do dilema no qual vivem as ciências humanas desde o século XV, no qual se deveria “[...] assumir um estatuto científico frágil para chegar a resultados relevantes, ou assumir um estatuto científico forte para chegar a resultados de pouca relevância.” (Idem p. 178). É de se salientar que o método indiciário proposto por Ginzburg se desenvolveu com vistas à análise de indivíduos e

---

<sup>42</sup> GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

suas relações com a sociedade, sendo amplamente praticado em análises de escala micro.

Não obstante, acreditamos que suas reflexões foram úteis principalmente, pois se nossa abordagem privilegia os cruzamentos entre escalas nacionais e transnacionais, tais cruzamentos ocorrem com bastante frequência em escalas micro, como durante os seminários, congressos, viagens, intercâmbios, reuniões, entre outras situações analisadas durante a pesquisa, então se acionaram as discussões realizadas em diferentes momentos da escrita.

E isso se deu embasado em um conjunto teórico que pressupôs o rompimento entre as barreiras disciplinares em prol do desenvolvimento do conhecimento histórico. Se para Michel de Certeau (2011)<sup>43</sup> o seu “entremeio” é a zona fronteira, o nosso é aquele mesmo da dissolução da fronteira, compreendendo-as nada mais do que construções imaginadas e assim, fazemos história não devido às fronteiras disciplinares, mas por carregarmos a história como um conjunto de saberes construídos e apropriados como nossos, ou, para lembrar Bourdieu, um *habitus*.

Nesse sentido, nós nos apoiamos em reflexões oriundas não apenas da historiografia, mas da museologia, das ciências sociais (sociologia e antropologia), da ciência política, da teoria das relações internacionais e dos estudos culturais, passando da análise macro do Brasil e do desenvolvimento dos seus museus em relação a países parceiros nas relações culturais, percebendo a expansão de uma prática colecionista institucionalizada no mundo, movimento no qual o Brasil toma parte, para situações ocorridas em escala micro, nas quais é possível apreender os embates entre trabalhadores dedicados à “elaboração intelectual”, para lembrar Antonio Gramsci (1982)<sup>44</sup>, em suas disputas por seus objetos de interesse.

Assim, o que se buscou ao utilizar a quantificação dos dados sobre os museus brasileiros, foi não encontrar um número exato de museus, um retrato fiel do passado, a realidade mais exata possível, e sim, tornar mais complexa nossa reflexão sobre o desenvolvimento de uma relação com o tempo, por parcelas da sociedade brasileira — colecionadores, individuais e institucionais que tornaram suas coleções públicas por meio de museus. Essa relação é mediada pelo

---

<sup>43</sup> CERTEAU, Michel de. História e psicanálise: entre a ciência e a ficção. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

<sup>44</sup> GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1982.



patrimônio cultural por meio de um conjunto de práticas que se inserem no processo de musealização, entendido simplificada e como a valorização de um bem cultural em contexto museológico.

O processo de musealização, então, é definido por Marília Xavier Cury (2005)<sup>45</sup>, com base na leitura de Waldisa Guarnieri (1981)<sup>46</sup>, como um processo que integra a comunicação e a preservação, se iniciando com a valorização seletiva de bens culturais, em meio a um conjunto de ações que qualificam o objeto em documento e o comunicam ao público, o que em termos práticos significa todo o processo de seleção, pesquisa, documentação, conservação, comunicação, gestão, entre outros elementos que fazem parte da vida cotidiana dos museus.

De todo modo, a operacionalização do conceito de musealização aqui se dá em sentido simbólico, aquele que se refere às etapas de colecionamento (seja por indivíduos, grupos, instituições públicas ou estatais) e a apresentação da coleção ao público. Assim, a musealização nos interessa, pois apesar de inúmeras diferenças existentes entre as instituições museológicas brasileiras, no tempo e no espaço, todas elas realizaram um processo de colecionamento e de apresentação ao público dessas coleções.

Portanto, quando entrelaçamos em nossa narrativa documentos oficiais, periódicos e quantitativos, o fizemos para possibilitar a extrapolação da noção de musealização como um processo que ocorre em/por uma instituição, para aplicá-lo a uma prática coletiva da humanidade que pode ser apreendido na sociedade brasileira no período por meio da análise da produção e circulação de informações sobre museus no Brasil.

Em outras palavras, para fugir de generalizações, estratos da dessa sociedade dotados de capacidade financeira, desejo de colecionamento e exposição, de imaginações museais, como apresenta Mário Chagas (2009)<sup>47</sup>, ou, simplesmente, como diz Pierre Bourdieu, estratos da sociedade dotados de capital econômico, social e cultural, agentes do campo do poder.

Entendemos, assim, que refletir sobre museus, em sentido amplo, é refletir sobre um modo se relacionar com o tempo que as sociedades desenvolvem, em

---

<sup>45</sup> CURY, Marília Xavier. Comunicação museológica: uma perspectiva teórica e metodológica de recepção. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

<sup>46</sup> GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. L'interdisciplinarité en Muséologie. MuWop/DoTraM, Estocolmo: ICOM, n. 2, p. 58-59, 1981.

<sup>47</sup> CHAGAS, Mário de Souza. A imaginação museal: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: MinC/Ibram, 2009.

uma interação ininterrupta entre as diversas temporalidades que permeiam tais processos, com materialidades e referências culturais que interligam passado, presente e futuro.

Portanto, relacionamos a percepção do desenvolvimento dos museus no Brasil em relação ao contexto internacional por intelectuais inseridos no campo museal brasileiro, entre os anos de 1927 e 1958, com a expansão de uma relação com o tempo no Brasil do século XX associado ao regime moderno de historicidade, conforme elaborado por François Hartog (2014), ainda que deva ser reconhecido que assim como é complexa a sociedade, da mesma forma são os regimes de historicidade em interação e disputa.

De modo a apresentar os resultados do planejamento que aqui foi exposto, dividimos nossa narrativa em 7 (sete) partes, sendo a primeira aquela na qual a leitura se encontra, onde são apresentados os princípios orientadores dessa investigação e onde está concentrada a discussão teórico-metodológica da pesquisa.

A segunda, intitulada “Murmúrio, sussurros e balbucios em meio a perguntas sem respostas” e, por sua vez, dividida em 05 (cinco) itens, cobre, sensivelmente, o momento balizador inicial do nosso recorte temporal, centrando a análise naquilo que particulariza o fim da segunda década do século XX, compreendida como um momento de viragem na produção e circulação de informações sobre museus brasileiros, ainda que sejam realizados recuos e avanços temporais na análise para demonstrar que as balizas utilizadas, ainda que justificadas, são meramente indicativas e não determinantes.

A leitura dessa parte conduzirá ao entrecruzamento de fontes, discursos, sujeitos e eventos, afirmando o caráter transnacional da narrativa apresentada, operando um entrelaçamento dos campos dos museus, da estatística e da cooperação intelectual, partindo do pressuposto que tais campos encontravam-se em franco processo de estruturação com a criação de organismos internacionais e suas interações com instituições e sujeitos em diversas partes do mundo, tendo por foco, entretanto, aquelas interações que envolvem sujeitos e instituições brasileiras.

A premissa desta parte é de que embora seja possível identificar indubitavelmente as interações entre os ditos campos — sendo inclusive destacado em seu início que tais interações não são de todo novas —, por meio da análise de periódicos (especializados e de público amplo), publicações e documentos oficiais, a

produção e circulação de informações sobre museus brasileiros no período foi incipiente, pese embora o valor reconhecido de alguns museus nacionais aos olhos de estrangeiros bem como da própria existência de instituições que, em última análise, quedariam como inexistentes caso nos fiássemos em uma tipologia de fontes.

Outrossim, esta parte também pode ser percebida como um testemunho do uso de fontes quantificadas ou quantificáveis na historiografia por meio da reflexão sobre as condições de produção e dos usos sociais dessas informações, demonstrando como os interesses, objetivos e metodologias envolvidas nesses processos condicionam o produto apresentado ao público, frequentemente exposto como uma representação *fidedigna* da realidade.

Já a terceira parte, intitulada “Cooperação intelectual internacional em busca de informações sobre os museus brasileiros”, subdividida em 06 (seis) itens, visa refletir, principalmente, sobre as interações identificadas entre os campos da Cooperação Intelectual Internacional e da Estatística no Brasil, por meio da figura de duas figuras-chave, Elyseu da Fonseca de Montarroyos, Delegado do Brasil no Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, e Mário Augusto Teixeira de Freitas, Diretor de Informações, Estatística e Divulgação do Ministério da Educação e Saúde e posterior Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística.

A atuação desses dois sujeitos, entretanto, é percebida como de mediadores de interesses institucionais nos seus respectivos campos, pelo que a narrativa apresentada priorizará a demonstração e reflexão sobre os entrecruzamentos desses campos na produção e circulação das informações sobre museus brasileiros, seja em território nacional ou internacional, questionando as estratégias adotadas por esses intelectuais na busca pelo êxito dos seus objetivos.

Uma premissa dessa parte é tentar compreender as motivações e os jogos de interesses que encadearam o desenvolvimento da cooperação entre esses dois campos na produção e circulação de informações sobre museus brasileiros, partindo da hipótese de que esse é um contexto de estruturação desses campos no Brasil, nos quais os sujeitos envolvidos tinham interesse não apenas na construção de imagens do que seria o Brasil — para um público nacional e estrangeiro — mas também do próprio produto de seu trabalho.

Ao fim deste capítulo são colocadas em relevo as consequências percebidas, nacionalmente, da produção e circulação (ou falta) de informações

sobre os museus brasileiros no concerto das nações, dando indícios de como ações do Estado podem ser influenciadas pelo consumo de imagens construídas sobre outras nações por meio de estatísticas.

Na quarta parte, nomeada “*Museums of Brazil: um olhar para longe em meio à crise estatística*”, subdividida em 06 (seis) itens, será analisado o processo de produção e publicação da obra *Museums of Brazil*, de autoria da antropóloga Heloísa Alberto Torres, publicada em 1953, em língua inglesa, pelo Ministério das Relações Exteriores, com um duplo objetivo de conhecer os museus brasileiros e divulgá-los no exterior.

O destaque dado a esta obra ocorre por a percebermos como a concretização de um desejo acalentado desde pelo menos duas décadas antes, conforme é demonstrado no nosso capítulo anterior, da elaboração de um repertório dos museus brasileiros. Assim, partimos da premissa de que a realização de tal obra é fruto dos entrecruzamentos descritos nas partes anteriores dessa investigação, e, ela própria, entrelaçada pelas vicissitudes das disputas entre os campos museal, estatística e da cooperação intelectual internacional.

Neste capítulo é colocada, ainda, no centro da discussão a chamada “crise estatística”, ocorrida no início da década de 1950 e compreendida como fruto das disputas geracionais ocorridas no âmago do campo estatístico, cujos embates impactam a produção de estatísticas oficiais sobre museus brasileiros nos anos seguintes, colocando-as mesmo como elemento de discussão da crise.

Na quinta parte, denominada “‘Surto de museus’ e suprimentos não-oficiais de dados sobre museus”, subdividida em 06 (seis) itens, centramos a nossa análise na dupla análise da percepção dos intelectuais do campo dos museus e, eventualmente, da arte, acerca dos museus brasileiros por meio da análise de fontes periódicas concomitantemente à análise da produção de obras que buscavam listar e apresentar dados sobre os museus brasileiros.

Da mesma forma que nos capítulos anteriores, refletimos sobre como as interações entre os três campos ensejou a produção dessas obras em um contexto de afirmação internacional do Brasil por meio de seus museus, com a realização de eventos nacionais e internacionais que agiram como catalisadores da produção das obras “Museus e Educação”, de Florisvaldo Trigueiros dos Santos (1956), em função do I Congresso Nacional de Museus, na cidade de Ouro Preto, e “Recursos Educativos dos Museus Brasileiros”, assinado por Guy de Hollanda e cuja produção

e lançamento estiveram inseridos no âmbito do Seminário Regional da UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, em 1958.

Este capítulo encerra o nosso recorte temporal, apresentando o fim de um ciclo que identificamos ter iniciado no ano de 1927, aquele do entrecruzamento dos campos museal, estatístico e da cooperação intelectual internacional na produção e circulação das informações sobre os museus brasileiros, em um processo que julgamos fazer parte da própria estruturação desses campos em contexto nacional.

A sexta parte, “Um epílogo, ou, o ocaso das estatísticas museais”, atua como, talvez, um apêndice, daquilo que foi apresentado até agora, fornecendo pistas a outras pessoas que se interessem pelo tema e demonstrando que a partir de 1958 não há um encerramento das interações entre os campos, mas que a dinâmica será encontrada será de independência entre os campos, demonstrando a maturidade, autonomia e distância entre eles.

Por fim, as “Considerações à guisa de encerramento” buscam apresentar um sumário dessa investigação, realizando um apanhado daquilo que julgamos o cerne da pesquisa, incluindo uma representação gráfica de elementos-chave apresentados ao longo da narrativa.

## 2. MURMÚRIO, SUSSURROS E BALBUCIOS EM MEIO A PERGUNTAS SEM RESPOSTAS

“Les musées doivent être, non seulement des instituts de recherches et d'études, mais d'abord, et le plus tôt possible, des milieux où l'on apprend à aimer la vie, l'histoire, les maîtres et à connaître la diversité du monde.”<sup>48</sup> (FOCILLON, 1926)

É importante salientar que no primeiro quarto do século XX, quando decidimos pelo início da nossa história, os museus brasileiros já se faziam conhecer internacionalmente pela sua qualidade, em decorrência dos inúmeros intercâmbios de pessoas, acervos e saberes ocorridos desde a criação do Museu Real, em 1818, e do desenvolvimento da ciência e da História Natural no Brasil ao longo de todo o século XIX.

É clássica a reflexão proposta por Maria Margaret Lopes (1997), demonstrando que neste período, de formação e consolidação dos museus brasileiros, eles — os museus e sujeitos envolvidos em tais instituições — criaram “[...] extensas redes de intercâmbios internacionais, particularmente com os principais museus europeus e norte-americanos” (LOPES, 1997, p. 223).

Tais intercâmbios foram vastos, possibilitando a troca de conhecimentos, peças, livros, o trânsito de pessoas e práticas, e, dessa forma, a autora destaca que mesmo entendendo os museus como uma das “[...] manifestações dos mecanismos de disseminação e estabelecimento das ciências nos países não-europeus” (Idem, p. 20), deve-se buscar formas de investigação que superem os localismos, reconhecendo a existência das especificidades locais, mas não descartando os cruzamentos em várias escalas, incluindo a transnacional.

Não obstante, é necessário ressaltar que tais redes de intercâmbios que possibilitaram o conhecimento sobre museus brasileiros tanto em âmbito nacional quanto internacional dificilmente podem ser interpretadas como focos de irradiação de informações para além de um grupo muito restrito de sujeitos, composto majoritariamente por intelectuais, ainda que sem dúvida tenham tido papel fulcral no estabelecimento do campo museal brasileiro ao longo do século XIX.

---

<sup>48</sup> Trecho do relatório de Henri Focillon, sobre a criação do Office International des Musées, parcialmente publicado no número 01 da revista *Museion* (1927): “Os museus devem ser, não somente institutos de pesquisa e de estudos, [devem ser] antes de tudo, e o mais rápido possível, ambientes onde se aprende a amar a vida, a história, os mestres e a conhecer a diversidade do mundo”.

## 2.1. Uma nova rede de circulação de informações

Realizando um salto temporal e adentrando já o século XX, é exemplar a citação ao Museu Paraense Emílio Goeldi — entre outros museus do mundo —, no número 1<sup>49</sup> da revista *Mouseion*<sup>50</sup>, produzida pelo *Office International des Musées* (OIM), publicada pela mesma instituição, entre os anos de 1927 e 1940.

Ora, destacar a presença de referência a um museu brasileiro em *Mouseion* não é sem motivo. Este é um caso em que Pierre Bourdieu apresenta como um dos efeitos do campo: a impossibilidade de compreensão do valor de uma obra (e, dadas as proporções, do valor de uma informação) sem o conhecimento do contexto de produção da obra.

Ora, a referência ao MPEG está entre uma listagem de museus<sup>51</sup> em agradecimento ao envio de catálogos e publicações para a biblioteca do recém-criado OIM. Mas bem, por que haveria o Museu Goeldi de enviar tal material ao OIM? Sua explicação está exatamente no início do periódico e se relaciona com a própria criação e os objetivos do OIM.

O artigo que inaugura o periódico *Mouseion*, intitulado *L'Œuvre de coopération intellectuelle et l'Office International des Musées* não é assinado, mas a nota em seu índice aponta que os artigos não assinados eram escritos pelos profissionais do OIM, dos quais acreditamos ser seu autor Richard Dupierreux<sup>52</sup>, chefe da Seção de Relações Artísticas do IICI (SRA).

<sup>49</sup> OFFICE INTERNATIONAL DES MUSÉES. *Mouseion*. N. 1, 1927, Paris, França, p. 85.

<sup>50</sup> Apesar de não ter sido possível a consulta, é sugerida a leitura de CAILLOT, Marie. *La revue Mouseion (1927-1946). Les musées et la coopération culturelle internationale*. Dissertação (Mestrado), École des Chartres, 2011. Este é um, entre tantos outros casos nos quais o lugar de produção da pesquisa condiciona o acesso a documentos e referências bibliográficas.

<sup>51</sup> Estão listadas 125 instituições de 28 (vinte e oito) países: África do Sul (01); Alemanha (10); Austrália (02); Áustria (03); Bélgica (05); Brasil (01); Canadá (01); Checoslováquia, atual República Checa (04); Dinamarca (04); Egito (02); Estados Unidos da América (16\*); Estônia (03); Finlândia (01); França (24); Grã-Bretanha, inclui museus da Escócia, Inglaterra e Irlanda, (11); Grécia (01); Hungria (01); Holanda (05); Itália (07); Iugoslávia (01); Noruega (03); Palestina (01); Polônia (01), Portugal (02); Romênia (04); Suécia (05); Suíça (07) e Turquia (01). Nem todas as instituições listadas neste número de *Mouseion* são museus, como, por exemplo, a *American Association of Museums* (AAM), dos EUA.

<sup>52</sup> Richard Dupierreux (1891-1957) foi um advogado belga que atuou também como jornalista no campo das relações internacionais e da arte. Assumiu o cargo Chefe da Seção de Relações Artísticas em 1925, onde permaneceu até 1929. Trabalhou anteriormente com Jules Destrée entre os anos de 1915 como seu secretário pessoal, e, também, entre 1919 e 1921 foi seu chefe de gabinete, quando Destrée assumiu o Ministério das Artes e Ciências da Bélgica.

Segundo o relato, o OIM foi criado no âmbito do IICI a partir da defesa de Henri Focillon<sup>53</sup>, durante a primeira reunião da *Sous-Commission des Lettres et des Arts* do IICI, do papel que os museus teriam como instituições de cooperação intelectual, destacando mais especificamente o valor dos museus locais em apresentar “a nação” a visitantes estrangeiros, ao mesmo tempo em que também apresentariam aos cidadãos locais exemplos do “gênio das civilizações estrangeiras”. O seu foco nos museus “mais modestos” estaria no fato de que há muito os grandes museus já utilizavam seus acervos para atuar internacionalmente.

Após tal intervenção, Focillon foi designado para elaborar um relatório sobre a criação do órgão proposto, apresentado e aprovado na segunda reunião da *Sous-Commission*, em janeiro de 1926. Para colaborar na obra da cooperação intelectual internacional, era proposto que o OIM fosse algo como um centro de documentação, partindo da compreensão de que as informações reunidas no/pelo OIM seriam a matéria-prima básica para o desenvolvimento dos trabalhos do próprio *Office*, e que tais informações poderiam tanto ser baseadas em anuários especiais, já publicados ou em vias, como ainda colaborar na produção deles.

Não obstante, não deveria ser compreendido, assim, que havia qualquer possibilidade da criação de algo como um “super museu” cujo acervo seriam dados e informações, mas sim que tal órgão deveria ser bem-informado e capaz de informar ou suscitar a produção de informações sobre os museus, direcionadas tanto para especialistas quanto a leigos (*savants et amateurs*).

De modo a produzir tais dados foi sugerido que o OIM deveria buscar ativamente os responsáveis por museus, “os curadores”, de modo a divulgar e gerar interesse nesses pela obra do OIM, e que os museus, por seu lado, deveriam enviar seu último catálogo publicado e preencher um pequeno formulário que seria enviado juntamente ao material de divulgação, e já havia, à altura, a percepção de que deveria ser este um questionário sucinto e direto, pois havia grandes chances de algo extenso não produzir respostas.

E mais, a sugestão de coligir e produzir informações, por Focillon, era motivada pela percepção de que frequentemente museus em um mesmo país

---

<sup>53</sup> Henri Focillon (1881-1943) foi um historiador da arte francês cuja atuação passou da gestão de museus, como diretor do Musée des Beaux-Arts de Lyon, na França ao ensino universitário sobre a história arte medieval na Universidade de Sorbonne, França, tendo emigrado para os Estados Unidos da América em 1938 para lecionar na Universidade de Yale e posteriormente na Universidade de Harvard.



ignoravam a existência uns dos outros. Dizia seu relatório, parcialmente transcrito para a revista, que

On est frappé de voir, dans certains pays du moins, combien les musées semblent s'ignorer les uns les autres. Sans doute les conservateurs se connaissent, s'apprécient et correspondent selon les besoins de leurs travaux. Ils sont groupés en Associations amicales, ils forment un corps ayant les mêmes soucis et suivant les mêmes méthodes. Mais, si l'on met à part les institutions de premier ordre, les musées collaborent peu. (OIM, 1926, p. 06)<sup>54</sup>

Coligir, produzir e divulgar informações dos museus seria, portanto, uma forma de ampliar as possibilidades de colaboração entre os museus, seja em âmbito nacional ou internacional. E, com o intuito de dar continuidade à criação do OIM, em maio de 1926 a Seção de Relações Artísticas, responsável pelas atividades preparatórias do OIM, enviou uma carta circular<sup>55</sup> com questionários<sup>56</sup> em anexo para diversos museus — sem especificar quais ou quantos, conforme sugestão de Focillon anteriormente, e, paralelamente, passou a estudar um programa possível para o OIM.

A carta circular número 6, que apresentou a proposta de criação do OIM e informou aos curadores seus objetivos, solicitava a colaboração dos mesmos no envio de seus catálogos e informações, sendo produzidas 1600 cópias em francês e 1900 delas em inglês<sup>57</sup>, produzidas ainda no mês de março de 1926.

<sup>54</sup> “É impressionante ver, pelo menos em alguns países, como os museus parecem ignorar uns aos outros. Sem dúvida, os curadores se conhecem, se valorizam e se correspondem com base nas necessidades de seu trabalho. Agrupam-se (os curadores) em associações, formam um grupo com as mesmas preocupações e seguem os mesmos métodos. Mas, se deixarmos de lado as instituições de primeira ordem, os museus pouco colaboram.” (tradução nossa).

<sup>55</sup> Na pasta “BOX\_NOOCR\_000460” encontram-se versões em inglês e francês da carta circular 6, bem como seu rascunho manuscrito, sendo disponibilizado o endereço eletrônico da versão em inglês, de maior tiragem. IICI. Circular C.1.6. Paris, 1926. Disponível em: <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/c5970d03-9f81-46a8-f5f8-547b07840f60/media/aac583bc-b2ad-dd2b-cbc3-d615863a4f9e> Acesso em 13/06/2021.

<sup>56</sup> Tal questionário foi elaborado em parceria com James H. Hyde, herdeiro e filantropo norte-americano que na altura vivia em Paris e doou a quantia de 200 (duzentos) dólares, ou, 5.000 (cinco mil) francos para o desenvolvimento do Repertório dos Museus da França. Cf. HYDE, James H. Carta a Julien Luchaire. Paris, 19 de maio de 1916. Disponível em <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/c59478a6-89e0-b95b-2bfa-96d2c9738a31/media/390b3d3a-7cbc-c284-0227-b58b5fc5cb95> Acesso em 18/03/2021.

<sup>57</sup> A pasta onde se encontra solicitação de produção das cópias (documento digital IICI0000002380\_0063) pode ser consultado no portal UNESCO Digital Archives. Cf. SRA. Feuille de renseignements. Paris, 16 de março de 1936. Disponível em: <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/c5970d03-9f81-46a8-f5f8-547b07840f60/media/32b7ab06-2130-3d5c-c1ca-79d8f34661ea> Acesso em 13/06/2021.

As informações solicitadas pela SRA foram divididas em dois questionários<sup>58</sup>, com um deles dedicado às informações dos museus<sup>59</sup>, que buscava respostas às seguintes questões: 1. Nome exato do museu ou da coleção; 2. Endereço; 3. Tipologia das seções, se aplicável; 4. Data da fundação; 5. Nome dos profissionais (curador, curador adjunto, e seção a seção, caso aplicável); 6. Quantidade de peças conservadas, divididas por seção, se aplicável; 7. Horário de funcionamento, incluindo preços ou dias em que a entrada fosse gratuita; 8. Título e preço da última publicação ou catálogos editados pelo museu; 9. Se existia biblioteca vinculada ao museu, sua importância e se seria pública; 10. Se havia um gabinete de reproduções no museu ou em sua biblioteca; 11. Se havia uma oficina de moldagens ou de produção de fotografias, e, em caso positivo, quem eram seus responsáveis; 12. Se havia um catálogo de moldagens ou fotografias, e, positivamente, qual seu título; e, por fim, 13. O museu promovia cursos regulares ou conferências ocasionais<sup>60</sup>.

Entretanto, não é possível avaliar quantas delas foram enviadas e ainda menos quantas resultaram em respostas<sup>61</sup> à Seção de Relações Artísticas, apesar de ser informado que as respostas recebidas indicaram grande apreço ante o programa do OIM<sup>62</sup>.

Ora bem, se não é possível, por meio dos arquivos produzidos e salvaguardados pela instituição ter acesso às informações enviadas, por meio do próprio conteúdo de *Mouseion*, na sua listagem de agradecimento pelo envio de publicações, podemos encontrar indícios daquelas instituições que tanto receberam a carta circular e seus questionários anexos quanto produziram respostas que contemplaram pelo menos uma das solicitações: o envio de publicações.

<sup>58</sup> O “Questionnaire II” tratou especificamente de coleções de fotografias de obras de arte para fins de produção de um catálogo internacional, no entanto tal questionário não foi encontrado na documentação consultada.

<sup>59</sup> Cf. IICI. C. L. 6.(1). Paris, 1926. Disponível em: <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/c5970d03-9f81-46a8-f5f8-547b07840f60/media/122016af-02ea-9b2b-8157-03eb913eeaf> Acesso em 13/06/2022.

<sup>60</sup> Em 1932 o OIM enviará outro questionário, ligeiramente modificado, no âmbito do projeto de elaboração de um repertório internacional de museus e coleções de arte, arqueologia, história, etnologia e arte popular. Cf. IICI. Répertoire International des Musées O.I.M. 14. Paris, 1932. <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/f3191323-8cf9-5d18-6bc4-ab192e9e92e5/media/e6f0e3b1-185c-721a-19f3-257e19b89655> Acesso em 13/06/2022.

<sup>61</sup> Tendo em vista a dinâmica arquivística do IICI e do nascente *Office*, a documentação encontra-se organizada territorialmente – obviamente com suas falhas, oriundas dos diversos processos de transferência física e transformações institucionais ao longo dos últimos 100 anos – portanto seria necessário avaliar a pasta referente à documentação de cada país, o que foge do escopo desta investigação.

<sup>62</sup> OIM. L'Œuvre de Coopération Intellectuelle. *Mouseion*, Paris, ano I, n. 1, 1927, p. 09.

Mas, se parece, para quem lê, que realizamos um desvio deveras longo de nosso objetivo de refletir sobre a produção e circulação de informações sobre museus brasileiros, devemos lembrar que ao longo do período que apontamos as interações transnacionais não foram de todo homogêneas.

No caso em questão, por exemplo, o diálogo (sim, por ora, no singular) entre Brasil e OIM não passou de um murmúrio do Museu Paraense Emílio Goeldi, uma vez que, para nós, a sua referência, dentre 125 (cento e vinte e cinco) outras instituições que, como o MPEG, enviaram publicações à biblioteca do OIM, é um indício claro de não apenas o recebimento da circular — o que informa o conhecimento prévio da existência do museu — como da produção de alguma resposta, e, por fim, o recebimento dessa pelo OIM a tempo de figurar no número 1 de *Mouseion*.

E entendemos como apenas um murmúrio, pois no mesmo número e nos subsequentes, os editores de *Mouseion* publicaram, em seções como “La Vie des Musées”, ou ainda em pequenas notas informativas, relatos, descrições e notícias sobre diversos museus, produzidas exatamente por meio das informações enviadas pelas próprias instituições, e que levará alguns anos até que haja a publicação de informações enviadas por museus brasileiros, mas ainda devemos aguardar um pouco para avançar nesta questão.

Voltemos, então, para 1926, pois paralelamente ao envio da carta circular e dos questionários, o próprio SRA dedicou-se a elaborar um programa para o futuro OIM. Após deliberações internas e o avanço de estudos sobre o programa do OIM, foi decidido<sup>63</sup> que seria necessária a realização de uma reunião de especialistas para debater a proposta de programa, realizada em Genebra, Suíça, no mês de janeiro de 1927, e que contou com a participação de “especialistas, escolhidos em diversos países” de modo que avaliassem o programa provisório.

Não é possível saber quais foram os “diversos países” cujos especialistas em museus foram convocados pela Sociedade das Nações, mas o fato é que apenas europeus estiveram presentes à reunião, presidida por Jules Destrée, advogado e político belga, representante do Comitê Internacional de Cooperação Intelectual, órgão consultivo da Liga das Nações, Daniel Baud-Bovy, escritor suíço membro da *Sous-Commission de lettres et des arts*, e na altura presidente da *Commission fédérale des beaux-arts* da Suíça; Jean Capart, egiptólogo belga que na

<sup>63</sup> OIM. L'Œuvre de Coopération Intellectuelle. IN: *Mouseion*, Paris, ano I, n. 1, 1927, p. 10.

altura era curador-chefe do *Musée du Cinquantenaire*, em Bruxelas, Bélgica; Henri Focillon, historiador da arte francês, membro da *Sous-Commission des lettres et des arts*, e na altura professor da Universidade de Sorbonne, na França; Max Friedländer, historiador da arte e curador alemão, na altura diretor do *Kupferstichkabinett im Neuen Museum*, na Alemanha; Jean Guiffrey, historiador da arte francês, conhecido pela sua carreira como curador do Departamento de pinturas do *Musée du Louvre*, na França; Fernando Álvarez de Sotomayor, pintor espanhol, na altura diretor do *Museo del Prado*, na Espanha; e, Henri Verde, curador francês e na altura diretor dos museus nacionais da França<sup>64</sup>.

Nesta reunião foram discutidos diversos temas, desde um acordo para intercâmbio de gravuras em metal entre museus de Roma, Madri e Paris — que estava em costura desde 1925; acordo similar relativo à produção de moldagens de esculturas; a elaboração de normas gerais para a confecção de catálogos de museus, compreendendo as necessidades de diferentes tipos de públicos visitantes, como turistas e especialistas; também refletiram sobre critérios gerais para a elaboração de catálogos para obras de arte à venda, repertórios de obras desmembradas (por exemplo, trípticos ou dípticos com painéis ausentes, esculturas incompletas etc.). Também refletiram sobre a criação de depósitos de obras (ou, podemos dizer, reservas técnicas coletivas?); debateram sobre as formas de financiamento associadas ao patrocínio dos museus e que as propostas apresentadas e debatidas durante a conferência deveriam ser experimentadas em contextos diferentes, de modo que pudessem ser avaliadas por meio do fomento de exposições temporárias e itinerantes.

Dois pontos ainda não citados nos parecem, entretanto, do maior valor para nossa reflexão. O que julgamos mais significativo, como não poderia deixar de ser, é aquele do “Intercâmbio de informações e documentos”, composto por 5 sugestões, das quais a primeira indica que a reunião julgava ser desejável que o OIM recebesse relatórios anuais dos museus e os divulgasse em seu periódico em uma versão resumida. Ainda sugeria a publicação de fotografias de novas aquisições, a atuação do OIM como intermediário entre especialistas e museus nos processos de identificação de obras, o intercâmbio entre os museus de fotografias, impressões, moldagens e gravuras que reproduzissem obras dos acervos e, também, o

---

<sup>64</sup> OIM. Programme de l’Office International des Musées. IN: *Mouseion*, Paris, ano I, n. 1, 1927, p. 11.

agrupamento de documentos sobre determinadas obras de modo a possibilitar a melhor compreensão delas. (OIM, 1927, p. 15)

O segundo tema é relativamente à função educativa dos museus, a qual os membros da reunião julgaram ser tão importante que recomendavam a realização de uma conferência específica sobre o tema, de preferência com a presença de especialistas norte-americanos, o que de fato ocorreu, em outubro de 1927, também em Genebra, Suíça.

Destaca-se, entretanto, que a própria sugestão da conferência com a presença de especialistas norte-americanos teve sua costura iniciada poucos meses antes, quando analisamos o percurso das interações entre Richard Dupierreux, Jacques Lefrancq e Jean Capart.

A carta enviada em 05 de novembro de 1926<sup>65</sup> por Dupierreux a Lefrancq, parabeniza-o por sua apresentação sobre os serviços educativos do *Musée du Cinquantenaire* durante o *Congrès des Associations Belges d'Éducation Populaire* e solicita o envio do texto de seu relato<sup>66</sup>, pois o conteúdo apresentado por Lefrancq durante o Congresso, segundo Dupierreux, ia ao encontro de estudos da SRA que seriam confiados ao OIM.

A troca de comunicações a seguir ainda demonstra o desejo de estreitamento das relações intelectuais entre o IICI, na figura de Dupierreux e Lefrancq, com a realização de visita de Dupierreux a Bruxelas, Bélgica, no fim de novembro de 1926, tendo ele se reunido com Jean Capart, e produzido relato datado de 01 de dezembro de 1926<sup>67</sup>.

No relato, Dupierreux informa que desta reunião teria surgido a ideia da realização de uma pequena conferência na qual fossem convidados responsáveis de museus europeus para debater os métodos educativos propostos por museus americanos, dado ser esse o esforço realizado nos últimos anos pelo serviço

---

<sup>65</sup> Cf. DUPIERREUX, R. Carta à Jacques Lefrancq. Paris, 05 de novembro de 1926. Disponível em <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/a3de5519-4668-ba9b-f936-0804067bfa1a/media/9ade0bbe-653f-ecd2-f17c-faa6094ebe97> Acesso em 22/07/2022.

<sup>66</sup> O texto de Jacques Lefrancq encontra-se também digitalizado na integralidade. Cf. LEFRANCO, Jacques. *Le rôle éducatif des Musées*. Bruxelas, 1926. Disponível em: <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/a3de5519-4668-ba9b-f936-0804067bfa1a/media/eebe0b87-701b-0a13-6abe-a3e8a119a212> Acesso em 22/07/2022.

<sup>67</sup> Cf. DUPIERREUX, Richard. *Conversation avec M. Capart, Conservateur du Musée du Cinquantenaire à Bruxelles*. Paris, 01 de dezembro de 1926. Disponível em <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/a3de5519-4668-ba9b-f936-0804067bfa1a/media/0102e819-cdd5-6c39-e33b-1f0e0882f7b3> Acesso em 22/07/2022.

educativo do *Musée du Cinquantenaire*: adaptar e aplicar propostas norte-americanas relativamente à educação em museus.

O grande astro desse evento foi Laurence Vail Coleman<sup>68</sup>, que publicara seu *Manual for small museums*, editado pela *American Association of Museums*, da qual era seu Secretário Executivo, e cuja recepção foi muito positiva nas páginas de *Mouseion*, conforme relatado em seu número 02, de setembro de 1927<sup>69</sup>.

Seu livro foi descrito como fruto de uma longa experiência e pesquisa nas coleções públicas norte-americanas, útil tanto para museus de arte como para aqueles de história e de caráter científico, englobando temas como a formação e gestão de coleções, as características dos edifícios de museus, entre outros temas.

A pequena nota destaca, ainda, que apesar de ter sido produzido em um contexto americano e para os museus americanos, seu conteúdo poderia ser útil a todos os envolvidos em museus.

O destaque que damos para Laurence Vail Coleman se dá, pois ele foi o especialista norte-americano convidado a debater o tema, tendo sua comunicação publicada na íntegra em *Mouseion*. Também a comunicação de Jean Lefrancq, diretor dos serviços educativos do *Musée du Cinquantenaire* foi publicada na integralidade, entretanto julgamos que tal fato tenha se dado não tanto pelo conteúdo em si, mas por ser Jacques Lefrancq representado Jean Capart, diretor do Museu que não pôde participar da reunião, enviando seu substituto.

Outros intervenientes da reunião tiveram suas falas relatadas apenas parcialmente e não foram identificadas referências ao conteúdo apresentado por Lefrancq, simultaneamente, as citações à apresentação de Coleman têm alguma regularidade nas falas dos outros interlocutores.

Tal fato pode ser fruto, também, de uma postura de contraposição dos interlocutores europeus ante as ideias apresentadas por um norte-americano sobre um contexto diferente do vivido por eles, o que interpretamos como uma defesa do próprio percurso histórico dos museus europeus na altura.

---

<sup>68</sup> Laurence Vail Coleman era Diretor da *American Association of Museums* (AAM), tendo assumido o cargo em 1923, onde permaneceu até 1958.

<sup>69</sup> OIM. *Muséographie: Un manuel pour les petits musées*. IN: *Mouseion*, Paris, ano I, n. 2, 1927, p. 173.

## 2.2. Uma mirada aos museus sul-americanos

Mas, voltemos uma vez mais aos museus brasileiros, pois foi pelas palavras dele, Coleman, que tais instituições voltaram a ser tema de *Mouseion*, em artigo do número 9, de dezembro de 1929<sup>70</sup>, e, nesse caso, os museus do Brasil são apresentados em conjunto com aqueles dos outros países sul-americanos.

Tal artigo tem relação com a obra do mesmo autor, publicada também em 1929 pela AAM, intitulada *Directory of Museums in South America*<sup>71</sup>, cuja produção foi decorrente de viagem de estudos na América do Sul, em 1928, financiada pelo *Carnegie Endowment for International Peace*<sup>72</sup>. Laurence Vail Coleman viajou por quatro meses, passando por Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai. Dos 10 (dez) países da América do Sul, apenas Colômbia e Venezuela não foram visitados, tendo seus dados coletados por meio de questionários.

Destaca-se que tal viagem não teve o objetivo apenas de coligir e divulgar informações sobre os museus da América do Sul, mas fez parte de um projeto de criar “uma base de cooperação” entre os museus estadunidenses e aqueles da América do Sul, mediada pela atuação da AAM<sup>73</sup>. Além do *Directory* a viagem de Coleman teve como produto a elaboração de dois projetos de museus, um em Washington e outro no Panamá, mas não foi possível verificar sua realização.

Coleman chegou ao Brasil em 13 de julho, o que foi noticiado em diversos periódicos do Rio de Janeiro, como a edição de 14 de julho de 1928 de “A Esquerda”, que noticia a chegada do “cientista americano” (p. 04)<sup>74</sup>, ou a edição do mesmo dia d'O Imparcial, que noticia a chegada de “um sábio americano”,

<sup>70</sup> COLEMAN, Laurence Vail. Les Musées de l'Amérique du Sud. *Mouseion*, Paris, ano 3, n. 9, pp. 249-260, dezembro de 1929.

<sup>71</sup> No número 7 de *Mouseion*, de abril de 1929, há uma pequena nota a informar sobre a produção dos Repertórios de museus dos EUA, Canadá e América do Sul, bem como os planos futuros para a produção de repertórios de museus do México e da América Central. Cf. OIM. Guide des musées américains. *Mouseion*, Paris, ano 3, n. 7, p. 93, abril de 1929.

<sup>72</sup> A mesma organização concederá uma bolsa de estudos a Bertha Lutz, então funcionária do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, para visitar os museus Estados Unidos da América de modo que conhecesse os serviços educativos promovidos pelos museus do país, tendo visitado 52 (cinquenta e dois) museus. A viagem teve como produto o livro “A função educativa dos museus”, publicado apenas no ano de 2008.

<sup>73</sup> Tal informação, apesar de não surgir na própria publicação, consta no relatório anual da AAM relativo ao ano de 1928, produzido por Coleman e divulgado em forma resumida nas páginas do número 8 de *Mouseion*. Cf. OIM. L'activité de l'American Association of Museums. *Mouseion*, Paris, ano 3, n. 8, p. 174, setembro de 1929.

<sup>74</sup> A bordo do “Western World”. *A Esquerda*, Rio de Janeiro, ano II, n. 322, p.04, 14 de julho de 1928.

informando que ele tomara parte nas “Jornadas Médicas”, e ainda declarando ser Coleman “um nome bastante conhecido nos círculos científicos dos Estados Unidos. Autor de várias obras notáveis, é também mesmo do *Smithsonian Institute*, de Washington” (p. 14)<sup>75</sup>. Também as edições de 14 de julho de 1928 de O Jornal (p. 08)<sup>76</sup> e O Paiz (p. 05)<sup>77</sup> noticiaram simultaneamente sua chegada.

Em 04 dezembro de 1928 (p. 05)<sup>78</sup> o tradicional Diário Pernambucano divulgou nota sobre o *Instituto Archeologico*, informando que:

The American Association of Wusenms (sic), que tem sede em Washington, está organizando uma publicação com informes de todos os museus da América do Norte, da América Central e da América do Sul sejam officiaes sejam particulares, contanto que situados em cidades de mais de cem mil habitantes. Foram pedidos informes ao *Instituto Archeologico*, para que o museu dessa sociedade figure na publicação, o que já foi atendido pela secretaria. (DIÁRIO PERNAMBUCANO, 1928, p. 05).

Também o Jornal do Recife publicou, no dia seguinte<sup>79</sup>, nota enviada pelo Instituto para divulgar, entre outros assuntos, que havia sido contatada pela Associação Americana de Museus que lhes solicitava o envio “para figurar no Anuario em organização [...] [de] informes minuciosos sobre as suas coleções”, tendo sido o pedido atendido pela secretaria.

Em seu artigo — cujo conteúdo será utilizado à guisa de introdução em seu *Directory* — Laurence Vail Coleman apresenta aos leitores de *Mouseion* o Museu Nacional e o acervo da Escola Nacional de Belas Artes, ambos localizados no Rio de Janeiro, como possivelmente os museus mais antigos da América do Sul. No primeiro caso, do Museu Nacional, por sua fundação em 1818, e no segundo, a ENBA, pela história da instituição, que se fundada em 1826, tal fundação se deu em decorrência da mudança na Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, criada por Dom João VI em 1815.

É interessante citar que nesse artigo, produzido em 1929, há uma análise que chama a atenção para o papel dos museus na formação dos Estados Nacionais na América Latina (tanto em seu momento de “formação” quanto de comemoração,

<sup>75</sup> O *Western World* na Guanabara. O Imparcial, Rio de Janeiro, ano XVI, n. 6.193, p. 14, 14 de julho de 1928.

<sup>76</sup> No *Western World* chegaram... O Jornal, Rio de Janeiro, ano X, p. 08, 14 de julho de 1928.

<sup>77</sup> O *Western World* em transito para o Prata. O Paiz, Rio de Janeiro, ano XLIV, n. 15.973, p. 05, 14 de julho de 1928.

<sup>78</sup> Instituto Archeologico. Diário Pernambucano, Recife, ano 103, n. 283, p. 05, 05 de dezembro de 1928.

<sup>79</sup> Associações. Jornal do Recife, Recife, ano LXXXI, n. 284, p. 02, 05 de dezembro de 1928.



particularmente nos centenários de independência), com o predomínio de museus de história natural, história e arte no desenvolvimento dos museus na América do Sul, com maior desenvolvimento na segunda metade do século XIX, e nas primeiras décadas do século XX, quando ocorreram inúmeras celebrações nos centenários de independência<sup>80</sup> dos países sul americanos, sendo tais transformações catalisadas pela produção de Exposições Nacionais<sup>81</sup>.

Assim, o autor informa que dos 100 (cem) museus que existiam na América do Sul, eram 22 (vinte e dois) museus de história natural, 18 (dezoito) museus de história, 14 (quatorze) museus de arte, 07 (sete) de antropologia (e aqui, o autor considera a arqueologia e a etnologia como parte da categoria maior), 06 (seis) dedicados ao comércio ou à agricultura. Ainda existiam 33 (trinta e três) museus, dos quais aproximadamente a metade era dedicada, concomitantemente, a mais de um tema, como antropologia e história natural ou história, sendo o restante dedicados a temas gerais ou ao atendimento exclusivo de escolas.

Sobre a dependência administrativa — se é público ou privado, bem como as várias esferas possíveis — Coleman apresenta um quadro que perduraria até a atualidade, pelo menos no Brasil, o da predominância dos museus públicos (federais, estaduais e municipais) em detrimento dos museus privados, observando que dos 100 (cem) museus apresentados, 58 (cinquenta e oito) eram museus nacionais, dos quais 51 (cinquenta e um) estavam nas capitais dos países, enquanto 18 (dezoito) deles eram estaduais ou provinciais, bem como 08 (oito) eram municipais. Apenas 06 (seis) museus privados ou de associações são listados. No Brasil são lembrados os museus dos Institutos Históricos e Geográficos, em Recife, Rio de Janeiro e Salvador, na Argentina o Museu da Agricultura e o Museu Social Argentino, e uma coleção no Chile (COLEMAN, 1929, p. 253).

Para além da listagem, é importante ressaltar a avaliação comparativa realizada por Coleman, no sentido em que ao registrar os dados dos vários museus, ele encontrou recorrências, além de muitas ausências, bem como processos desenvolvidos apenas em um, ou poucos países naquele momento, como os

---

<sup>80</sup> Anos de independência, no século XIX, dos países sul-americanos e respectivos centenários: 1) Argentina, 1816-1916; 2) Bolívia, 1825-1925; 3) Brasil, 1822-1922; 4) Chile, 1818-1918; 5) Colômbia, 1810-1910; 6) Equador, 1822-1922; 7) Paraguai, 1811-1911; 8) Peru, 1821-1921; 9) Uruguai, 1828; e, 10) Venezuela, 1811-1911.

<sup>81</sup> Como será abordado mais adiante, os números compilados no *Boletim da Exposição Nacional de 1908* (1909) serão também utilizados para compor o Volume III do AEB (1908-1912), publicado em 1927, quase 20 anos após a realização da Exposição Nacional de 1908.

museus municipais, localizados todos na Argentina e no Brasil, em número de 04 (quatro) em cada país.

Deve-se ressaltar que os dados do autor não representam uma totalidade do real, longe disso, mas a partir desses indícios devemos partir para outros, de modo a cruzar os dados e verificar a confiabilidade deles, e, no momento do cruzamento, devemos também pensar nas condições de produção, os sujeitos envolvidos, bem como as temporalidades envolvidas.

Julgamos que seja, ainda, significativo apontar que é possível verificar a recepção do *Directory* no Brasil por meio de Mário Melo<sup>82</sup>, Secretário Perpétuo do *Instituto Archeologico, Historico e Geographico Pernambucano* (IAHGP), que por meio da figura de seu Secretário Perpétuo, publica dois artigos na imprensa pernambucana após ter contato com a publicação.

Em 30 de outubro de 1929<sup>83</sup> Mário Melo faz uma apresentação da obra que, de início, destaca sua interpretação sobre quais as relações que o povo norte-americano desenvolvia com os museus, informando que eles dariam grande importância a tais instituições, destacando a fundação da AAM e da edição do periódico *The Museum News*, editado pela associação, de modo a estreitar os laços entre os museus norte-americanos e “dar notícia do movimento de todos os museus da América” (aqui supomos que Melo referia-se aos Estados Unidos da América, e não ao continente americano).

Melo ainda informa aos leitores sobre o processo de produção da obra, da viagem à América do Sul e visitas a 15 (quinze) cidades realizadas por Laurence Vail Coleman, bem como uma descrição sucinta de seu conteúdo, relacionando os dados continentais e destacando aqueles do Brasil, definindo a obra como “verdadeiro *vade-mecum*”.

Deve ser ressaltado que as intenções de Melo em divulgar a obra não podem ser compreendidas como restritas à mera informação de sua publicação, mas sim uma tomada de posição em defesa dos museus ao ressaltar o valor atribuído a tais instituições pelos norte-americanos, ao mesmo tempo em que demarcava a relevância do próprio *Instituto* que representava, ao chamar a atenção

---

<sup>82</sup> Mário Carneiro do Rego Melo (1884-1959) foi um advogado pernambucano com atuação na imprensa, na história e na política, sendo autor de mais de 50 livros.

<sup>83</sup> MELO, Mário. Os museus da América do Sul. *Diário de Pernambuco*, Recife, ano 104, n. 250, p. 03, 30 de outubro de 1929.

para a presença de informações sobre seu museu na mesma publicação, transcritas para os leitores do Diário de Pernambuco.

Ora, tal interpretação é reforçada ao perceber que o tema voltou a ser tratado, dessa vez em matéria iniciada na capa do Jornal Pequeno<sup>84</sup>, também de Recife, onde Mário Melo aponta que nas últimas semanas tomara conhecimento da repercussão, nos EUA, da publicação do *Directory*, e mais uma vez destaca sua visão sobre a relação dos museus que acredita ser a desenvolvida pelos norte-americanos:

Vejo, agora, que este trabalho está tendo grande repercussão na América do Norte, onde os Museus são objectos de maior carinho. Interessante a psicologia do povo norte-americano: é o povo mais progressista do mundo mas talvez também o mais conservador. Evolve sem renegar o passado. (MELO, 1929, p. 01)

Após apresentar os dados coligidos por Coleman, Mário Melo inicia, com base nos escritos do primeiro, a defender a atuação dos intelectuais do *Instituto* relativamente ao conteúdo de seu acervo e exposições, criticados por destacar “heróis de movimentos armados”, ao mesmo tempo que Coleman aponta ser esta uma tendência geral dos museus históricos da região, o que para Mário Melo seria, portanto, uma qualidade e não uma deficiência, pois o museu do *Instituto* estaria consoante as tendências dos outros museus e, assim, podemos afirmar, *atualizados* ante a tendência regional.

Mas além de defender a atuação do Instituto e de seu museu, Mário Melo ainda demarca a posição de vanguarda de sua instituição relativamente a atuação na área educativa, relatando o esforço do Instituto em atrair professores de nível primário para visitar o museu com seus alunos e as tratativas com o diretor da Escola Normal, Francisco Pinto de Abreu<sup>85</sup>, para realização de visita coletiva com os estudantes.

Mário Melo termina ao transcrever o diagnóstico que serve à guisa de conclusão de Coleman e demarca a inserção do Instituto e seu museu como exemplar desta mesma avaliação. Diz Coleman, e, em seguida, Mário Melo, que:

---

<sup>84</sup> MELO, Mário. Os Museus da América do Sul. Jornal Pequeno, Recife, ano XXXI, n. 257, p. 1 e p. 04, 13 de novembro de 1929.

<sup>85</sup> Francisco Pinto de Abreu foi um bacharel em direito formado na Faculdade do Recife em 1892 com atuação na área do ensino, tendo sido diretor da Escola Normal do Rio Grande do Norte.

“O mundo inteiro está atualmente interessado nos museus, o que concorre para o desenvolvimento dos mesmos e para a construção de amplos edifícios. Onde quer que se sinta essa admiração ou esse interesse pelos museus, é necessário que se promova nos mesmos maior intensidade no desenvolvimento da mais ampla utilidade pública. Nas repúblicas sul-americanas sente-se um elevado grau, a influência dos museus, de modo que é de se esperar que maiores incentivos e mais amplos horizontes se abram a centenas de instituições.”

Ainda bem que ao Instituto Arqueológico — único museu de Pernambuco citado pelo diretor da Associação americana de museus — não tem faltado, a pesar de algumas inofensivas pedradas oriundas do despeito, o conforto do público que o prestigia e a acção do governo que o auxilia, para ‘maiores incentivos e mais amplos horizontes’. (MELO, 1929, p. 04)

A atuação de Mário Melo pode, então, ser caracterizada como uma defesa da sua atuação e do *Instituto* em meio a estruturação do campo museal, e, também, um exemplo das disputas ocorridas em meio a tal processo, face ao seu destaque, no fim, de que o museu do *Instituto* havia sido o único museu pernambucano a figurar na publicação.

A julgar pela afirmação tanto Coleman quanto do próprio Melo, o *Directory* apresentaria o conjunto de museus existentes na América do Sul, com exceção de “umas poucas coleções em escolas, faculdades e universidades” que tenham sido negligenciadas, para Coleman não haveria omissões importantes. Mas, se não haveria omissões importantes, por qual motivo Mário Melo chamaria a atenção de que o museu do Instituto fora o único museu de Pernambuco citado por Coleman?

Afinal, se fosse, de fato, o único museu de Pernambuco — ou mesmo o único conhecido por Mário Melo, o que é improvável, dada a sua atuação intelectual na região — a própria construção frasal dele seria diferente, e talvez até mesmo haveria uma defesa do Estado no todo, por ser o único museu da região e ainda ter sido citado em uma obra internacional.

Não foi o caso, entretanto. E quem nos ajuda a responder tal questão é Rodrigo José Cantarelli Rodrigues (2012)<sup>86</sup> ao refletir sobre a trajetória da Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais e do Museu Histórico e de Arte Antiga do Estado de Pernambuco<sup>87</sup>, criados em pela Lei n.º 1918, de 24 de agosto de 1928, assinada pelo Presidente do Estado de Pernambuco, Estácio Coimbra<sup>88</sup>, em ação

<sup>86</sup> RODRIGUES, Rodrigo José Cantarelli. Contra a conspiração da ignorância com a maldade: a Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais e o Museu Histórico e de Arte Antiga do Estado de Pernambuco. Dissertação (Mestrado em Museologia), Rio de Janeiro, 2012.

<sup>87</sup> Sua inauguração deu-se em 07 de setembro de 1930, já nomeado Museu do Estado.

<sup>88</sup> Estácio de Albuquerque Coimbra (1872-1937) foi um advogado e político brasileiro com atuação no Estado de Pernambuco, do qual foi seu Presidente, assim como ocupou o cargo de vice-presidente do Brasil entre os anos de 1922-1926, quando era Arthur Bernardes o Presidente do Brasil.

catalisada pela atuação do deputado estadual Anníbal Fernandes<sup>89</sup>, que seria nomeado seu Inspetor, onde esteve até a Revolução de 1930, quando foi substituído por... Mário Melo.

Rodrigo Rodrigues demonstra como as disputas envolvendo a *paternidade* do Museu do Estado se desenvolveram na imprensa pernambucana transformando uma relação de amizade e colaboração de décadas em declarada inimizade, que, iniciada nas disputas do campo intelectual, culminou na perseguição política. O que estava em jogo, portanto, era o poder sobre o próprio passado e sobre quem estava autorizado a construir o passado pernambucano, seja localmente, seja em relação ao nacional.

No caso em análise, portanto, é possível perceber como uma publicação internacional pôde ser acionada como munição para uma disputa intelectual local, demonstrando o mecanismo de funcionamento do *habitus* (Bourdieu, 1983, p. 94) intelectual e a interação de sujeitos, eventos e conhecimentos em diversas esferas de atuação, considerando que a produção de um diretório de museus da América do Sul de modo algum foi pensada como ferramenta para as disputas internas ao campo intelectual pernambucano, apesar de ter sido o seu uso efetivo por Mário Melo, quase como a sussurrar aos ouvidos de Anníbal Fernandes a dizer: o museu do Instituto foi o único museu pernambucano a ser citado nesta grande obra!

### **2.3. Os museus a partir do Brasil**

Avancemos, pois até agora refletimos sobre a produção e circulação de informações sobre os museus brasileiros no exterior, por meio de umas poucas citações publicadas na revista *Mouseion*, a viagem de Laurence Vail Coleman à América do Sul e a apropriação de tais informações em um contexto local para fins completamente adversos àqueles da sua produção, que, como vimos, era promover a cooperação internacional entre os museus, mas que, pelo visto, foi utilizado como munição para uma disputa intelectual local.

Acreditamos que, até agora, tenha sido possível demonstrar que aquilo que analisamos é um processo transnacional onde as escalas cruzam-se, e que tal cruzamento não é apenas uma ferramenta metodológica, mas uma característica

---

<sup>89</sup> Anníbal Gonçalves Fernandes (1894-1962) foi um advogado, jornalista, professor e político pernambucano ligado ao movimento regionalista.

mesmo do processo que analisamos, ou seja, que para compreender, por exemplo, a presença da citação ao Museu Goeldi no número 1 de *Mouseion* ou da apresentação do *Directory of Museums of South America* no Diário de Pernambuco não é possível analisar tais documentos sem perceber as interações entre as escalas local, nacional e internacional, em uma composição de narrativa transnacional.

Retomemos um pouco, então, a nossa narrativa para o ano de 1927, e isto devido à sincronia entre o lançamento do primeiro número de *Mouseion* e do terceiro volume do AEB 1908–1912, no qual se encontram dados acerca dos museus brasileiros entre os anos de 1901 e 1912, mas, também sublinhamos a proximidade temporal com a vinda de Laurence Vail Coleman no ano seguinte, 1928, e com a publicação de seu *Directory* em 1929<sup>90</sup>.

O que queremos chamar a atenção aqui, mais do que afirmar uma correlação prévia e imanente entre tais eventos, é cruzá-los<sup>91</sup> e analisar como eles interagem de diferentes formas, seja como fontes, quando cruzamos os dados apresentados e construímos as relações entre eles, seja como tema de pesquisa, quando construímos representações do passado com base na crítica documental.

Assim, gostaríamos de cruzar os dados produzidos temporalmente próximos, mas contingenciados pelas suas próprias condições de possibilidades, observando que foram produzidos por sujeitos de características diferentes, um produzido pelo aparato estatal brasileiro, e outro, por um indivíduo representando instituições estrangeiras, a AAM e a *Carnegie Endowment for International Peace*, da parte de Laurence Vail Coleman, e, assim, foram produzidos com interesses, objetivos, metodologias e públicos diferentes.

A importância deste cruzamento se fia na observação de que tais eventos são indícios de uma conjunção de interesses acerca dos museus brasileiros demonstrada no exterior ou, ainda, o interesse de valorizar os museus brasileiros no exterior — e sobre esse ponto falaremos mais adiante —, bem como do interesse primevo do IBGE, ou seja, dos sujeitos envolvidos na produção estatística oficial do

---

<sup>90</sup> Das 6 instituições listadas no AEB 1908-1912, apenas o Museu Anchieta, localizado em Curitiba, Paraná, está ausente na obra de Laurence Vail Coleman.

<sup>91</sup> Agora, sim, pode-se considerar este um cruzamento de tipo mais identificado com uma ferramenta típica da história, entretanto, tal abordagem também é realizada de modo a demonstrar os cruzamentos da própria história aqui narrada.

Estado brasileiro, em coletar e publicar dados sobre os museus brasileiros, suas coleções e a frequência de visitantes anual e mensal para fins de divulgação interna.

Ao longo de um século de estatísticas sobre os museus brasileiros foram notadas várias ausências de dados inéditos sobre os museus brasileiros, desde o AEB 1908–1912 até o AEB 1992, sendo o maior período de omissão concentrado entre os anos de 1960 e 1979, período no qual foram publicadas 13 (treze) edições sem quaisquer dados sobre os museus brasileiros, em um recorte de 20 (vinte) edições. Também observamos que entre as décadas 1930 e 1950, quando não há dados inéditos, são frequentes as republicações de dados contidos em Anuários anteriores para suprir tal ausência, o que em um total de 19 (dezenove) AEB em 3 (três) décadas, houve apenas 5 números sem os quais houvesse a figuração de dados sobre os museus brasileiros, inéditos ou repetidos<sup>92</sup>.

Assim, frequentemente os AEB apresentam defasagem<sup>93</sup> entre os dados apresentados e o ano-base do Anuário, sendo este quadro bastante acentuado até o início dos anos 1980, década na qual foram publicados 05 (cinco) AEB com dados inéditos, além de todos os AEB do período contarem com dados sobre os museus, quando não inéditos, repetidos. Assim, é relevante destacar que entre os anos de 1930 e 1960 foram 03 (três) anuários por década com dados inéditos sobre museus, caindo a média entre 1960 e 1980 para apenas dois anuários por década, sofrendo um abalo na década de 1990, quando em 1992 é publicado o único, e último, AEB a conter dados sobre os museus brasileiros.

O que o gráfico da página a seguir indica, para nós, é um interesse constante do IBGE em buscar a divulgação<sup>94</sup> de dados sobre os museus brasileiros entre os anos de 1930 e 1950. Esse período pode ser compreendido como aquele no qual há a consolidação tanto do próprio IBGE, observando que anteriormente à década de 1930 a compilação e produção de dados estatísticos ao nível nacional se dava por meio de diversos órgãos estatísticos localizados em diferentes Ministérios,

---

<sup>92</sup> Ao longo do capítulo “Museums of Brazil: Um olhar para longe em meio à crise estatística” será analisado o contexto que acreditamos ter promovido o corte percebido no interesse de produção de estatísticas sobre museus brasileiros por parte do setor estatístico federal, com destaque para o evento nomeado “a crise estatística”, na qual os museus tomarão parte.

<sup>93</sup> Este tema será tratado de forma mais aprofundada quando da discussão sobre a Crise Estatística e sua relação com as informações sobre museus, no capítulo “Museums of Brazil: um olhar para longe em meio à crise estatística”.

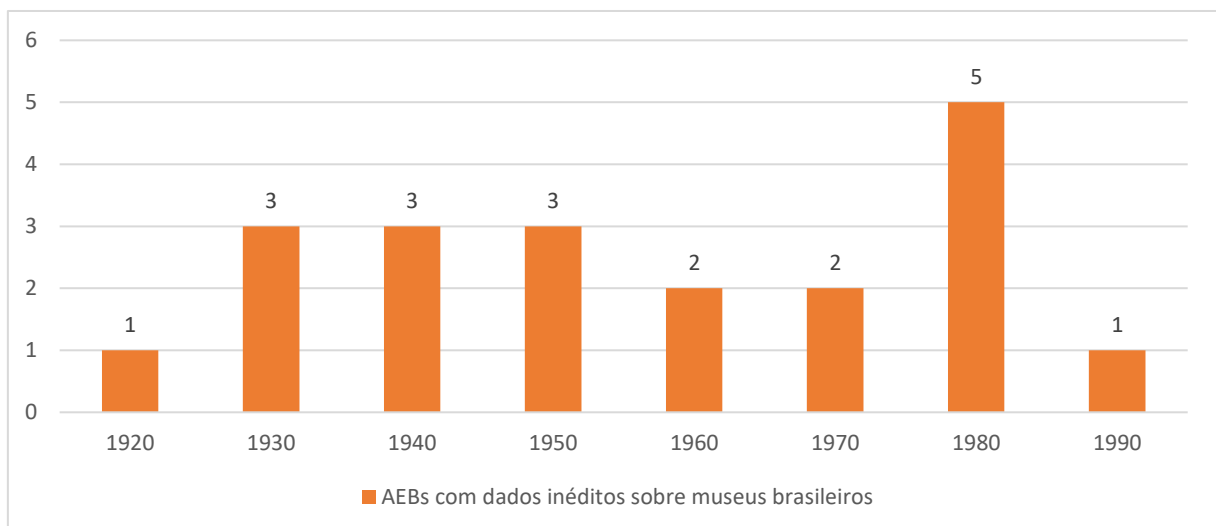
<sup>94</sup> É importante ressaltar que aqui está sendo destacado o ato de divulgar, mais do que buscar a compilação de tais dados, tendo em vista que devido à perspectiva descentralizada da produção estatística brasileira no período, ficando a cargo do IBGE organizar os dados produzidos por diversos setores estatísticos federais, estaduais e municipais.

quanto da política federal de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, que toma forma definitiva com a edição do Decreto-lei 25/1937.

Deve ser apontado que é apenas com a publicação do AEB 1939–1940 que as fontes dos dados sobre museus passam a ser creditadas: Serviço de Estatística da Educação e Saúde, que figurará (a partir de 1956 nomeado como Serviço de Estatística da Educação e Cultura) como fonte dos números até o AEB 1991. Tal será a única fonte creditada das informações publicadas pelo IBGE até o AEB 1979, quando é iniciado um período de maior contribuição entre outras repartições na produção de dados sobre os museus brasileiros.

Nesse ano, 1979, o MEC passará a ser creditado junto ao SEEC, sendo creditado até o AEB 1991. No AEB 1983 há a participação da Secretaria de Informática — que também contribuirá no AEB 1984. No AEB 1985 a Secretaria de Informática deixa de figurar como fonte, quando é atribuída a participação da Secretaria Geral, que permanecerá até o AEB 1990. Ainda no AEB 1986 houve a contribuição da Divisão de Análise e Disseminação. Já no AEB 1992, último a conter dados sobre museus, as informações são creditadas à Presidência da República e à Secretaria de Cultura, órgãos que em 1990 absorveram as atribuições do Ministério da Cultura, com base na Lei 8.029 de 1990.

Gráfico 2 - Periodicidade de dados inéditos sobre museus no AEB por década de publicação.



Fonte: AEB 1908-1992 a AEB 1992 (DGE/INE/IBGE)

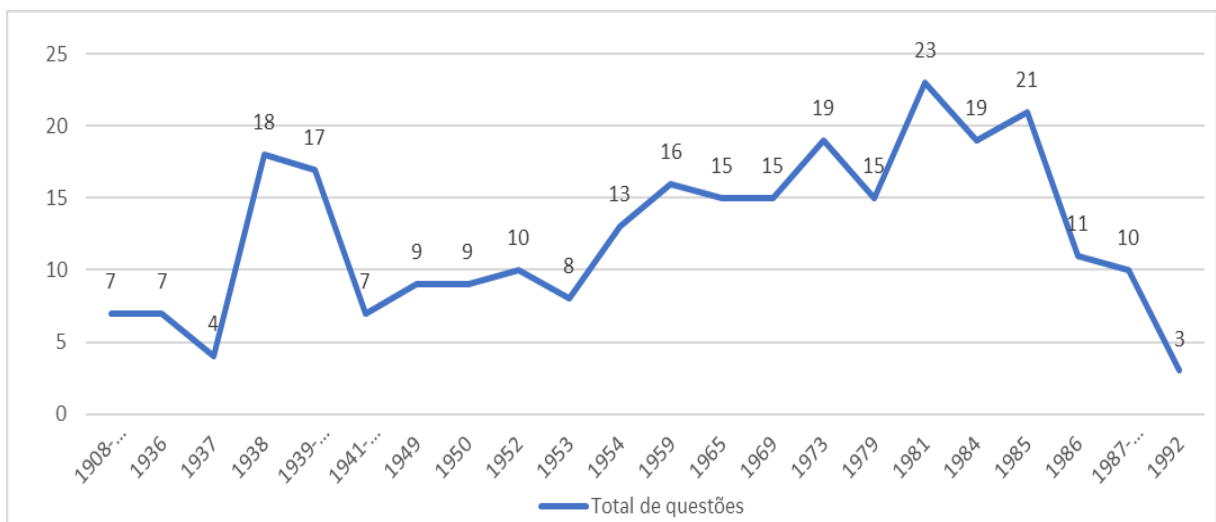
Tal interesse sofre um sobressalto nas décadas de 1960 e 1970, quando há um declínio nesse sentido durante o período anterior ao golpe militar de 1964 e



durante todo o período que levaria à redemocratização, quando o IBGE terá um papel de destaque na produção de indicadores culturais<sup>95</sup>. Sinalizar que em 1992 foi publicado o último AEB a conter dados sobre os museus brasileiros, não indica uma afirmação de que cessou o interesse do IBGE em coletar e tratar dados sobre os museus brasileiros, mas que eles deixaram de ser veiculados por meio do Anuário Estatístico do Brasil.

Ainda que as décadas de 1960 e 1970 representem um período no qual a divulgação de informações inéditas sobre os museus brasileiros sofre uma diminuição, é importante ressaltar que é possível observar que nesse período há um aumento da diversidade de dados sobre museus divulgados.

Gráfico 3 - Total de questões publicadas nos AEB (1908–1912 a 1992)



Fonte: AEB 1908-1992 a AEB 1992 (DGE/INE/IBGE)

A observação do Gráfico 3 indica haver um crescimento na produção de indicadores sobre os museus brasileiros, a despeito do declínio de publicação de dados inéditos entre os anos 1960 e 1970, com um pico localizado na década de 1930 (como já indicado, momento de formação das políticas públicas para a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional) e outro na década de 1980, período no qual há uma aceleração de um crescimento que já pode ser observado a partir da década de 1950, mas que também associamos ao desenvolvimento de

<sup>95</sup> A partir de 2001 o IBGE passou a publicar a série Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), em 2004 foi criado o Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC), em convênio com o Ministério da Cultura.

políticas culturais no país, nomeadamente aquelas voltadas para o patrimônio cultural, nas quais os museus estão inseridos<sup>96</sup>.

Não imaginamos ser surpresa que haja um aumento na qualidade — aqui associada à diversidade de questões — das informações sobre os museus, face à publicação da obra *Museums of Brazil* (1953), bem como da realização do Seminário Regional sobre a Função Educativa dos Museus, ocorrida no Rio de Janeiro em 1958. Paradoxalmente, após a criação do Ministério da Cultura, em 1985, os indicadores sobre os museus brasileiros nos AEB sofrem declínio em sua diversidade até o seu completo abandono em 1992, ainda que a década de 1980 seja aquela com a maior taxa de periodicidade de publicação dos dados, conforme o Gráfico 2.

#### 2.4. Diferentes visões de uma mesma realidade

Mas voltemos aos cruzamentos com os trabalhos de Coleman, pois tanto seu artigo na revista *Mouseion* quanto seu *Directory*, apresentam indícios sobre a atenção dada ao desenvolvimento dos museus no Ocidente no período entreguerras e que irá se expandir no período pós-II Grande Guerra. É significativo observar que se em 1928, Coleman viaja à América do Sul em busca de conhecer e estabelecer as bases de cooperação entre os museus do continente, em 1939 ele se volta para o próprio país e publica a obra em 3 (três) volumes *The Museum in America: A Critical Study*, consolidando-se como expoente na coleta, processamento e divulgação de dados de museus norte-americanos.

Seria necessário esperar até 1953 até que o Brasil tivesse uma publicação específica com a sistematização de dados dos museus brasileiros, a partir da obra *Museums of Brazil*, organizada por Heloísa Alberto Torres e publicada pelo Ministério das Relações Exteriores. Mas antes de chegar lá, é necessário que voltemos ao nosso cruzamento entre a produção de Laurence Coleman e as informações sobre museus produzidas pelo IBGE.

---

<sup>96</sup> Para uma análise do desenvolvimento de políticas para museus no Brasil entre as décadas de 1970 e 1980 por meio da reflexão sobre a atuação da museóloga paulista Waldisa Rússio, cf. GOUVEIA, Inês. Waldisa Rússio e a Política no Campo Museológico. 2018. 375f. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; MAST, Rio de Janeiro, 2018.

Em seu *Directory*, Coleman faz referência à existência de 24 (vinte e quatro) museus no Brasil, além de registrar também 03 (três) jardins zoológicos, 02 (dois) jardins botânicos e o mesmo número de aquários, totalizando 31 instituições.

Quando em 1927 a DGE lança o terceiro volume do AEB 1908–1912 seu olhar estava voltado para o passado, para a concretização de um projeto que se desenvolvia há muito e pautado por inúmeros percalços, observando que os dois primeiros volumes do AEB 1908–1912 foram publicados em 1916 e 1917, respectivamente, o terceiro levou quase uma década até que fosse a público. Isso ocorreu, segundo relatado por Affonso Celso Parreiras Horta<sup>97</sup>, devido à necessidade de dedicação aos trabalhos do recenseamento de 1920.

Assim, ao cruzar os dados publicados sobre o mesmo tema em um período semelhante, mas produzidos com olhares diferentes, podemos vislumbrar os pontos de contato e as divergências no desenvolvimento dos museus, como instituições físicas, que ocupam um espaço e promovem a interação de sujeitos com o patrimônio musealizado, e, também, dos olhares para os museus, que também se transformam.

Quando, em 1916, foram iniciados os trabalhos de produção do AEB 1908–1912, pode-se afirmar que os museus brasileiros arrolados no período foram criados majoritariamente por intelectuais vinculados à história natural e a formação das ciências naturais, bem como à fundação de uma história nacional, produzida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e que durante o século XIX os principais visitantes de museus eram pesquisadores e estudantes, em uma prática de desenvolvimento científico, não voltada para a população ampla, sendo tal período considerado a “Era de Ouro dos Museus” no Ocidente (LOPES, 1997; SCHWARCZ, 1993) — ainda que não seja adequado descartar a afluência de público diverso que frequentava os jardins do Museu Paraense Emílio Goeldi ou da Quinta da Boa Vista.

Desta forma, não surpreende que esta tentativa de registrar o cenário dos museus brasileiros, tenha-se optado por nomear aqueles lá elencados como “os principais museus do Brasil” (DGE, 1927, p. 559), ao invés de buscar uma listagem exaustiva, como será possível no futuro IBGE. É, ainda, significativo ressaltar que a presença de dados sobre museus no Anuario não deve ser considerada uma

---

<sup>97</sup> Chefe da 4ª Secção da Diretoria Geral de Estatística. DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. Anuario Estatístico do Brazil - 1º anno - (1908-1912). vol. 3. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1927.

anomalia, mas sim a concretização de legislação que remonta desde 1871, e que no “Relatório anexo ao do Ministério dos Negócios do Império de 1876”, produzido pela Directoria Geral de Estatística há o relato da existência de 13 (treze) museus conhecidos pela Directoria no país, apesar de não trazer detalhes relativos a tais instituições<sup>98</sup>.

Cabe destacar as várias temporalidades que se entrecruzam: os dados publicados no AEB 1908–1912, divulgados em 1927 se referem a um colecionamento de informações defasado em quase 20 anos, pois coletados e publicados — em sua maioria — ainda no Boletim da Exposição Nacional<sup>99</sup> de 1908 (1909)<sup>100</sup>, enquanto aquelas publicadas no *Directory* de Coleman (1929) foram produzidos pelo autor em viagem realizada no ano anterior, com o objetivo específico de produzi-las, enquanto o conteúdo sobre os museus brasileiros publicado nos anuários é apenas secundário, quando muito.

Dessa forma, também não nos surpreende que instituições museológicas que já existiam no período abordado pelo AEB 1908–1912 (de 1901 a 1912) não

<sup>98</sup> Tais instituições estariam localizadas, segundo as informações publicadas no Relatório, nas seguintes províncias: Pará, **02 (dois)** museus, sendo um de história natural, o “Paraense”, e o outro da Sociedade Ethnographica, em Santarém; Ceará: **01 (um)**, vinculado ao Gabinete de Leitura da Província; Alagoas, **01 (um)**, vinculado ao Instituto Archeologico Geologico Alagoano; Bahia, **04 (quatro)**, dois vinculados ao Instituto Bahiano de Agricultura, sendo um de zoologia e outro de mineralogia, um de história natural pertencente ao Lyceu Provincial e outro na Faculdade de Medicina; Município Neutro (capital do Império), **03 (três)**, o Museu Nacional, o da Faculdade de Medicina e o Museu Militar, no Arsenal de Guerra; Paraná, **01 (um)**, indicando a sua criação recente, sendo suposto referir-se ao Museu Paranaense, criado no mesmo ano do relatório; Minas Gerais, **01 (um)**, cuja única informação é de estar localizado na capital da província; Sobre as Províncias de Amazonas, Maranhão, Rio Grande do Norte, Parahyba, Sergipe, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catharina, Rio Grande do Sul, Goyaz e Matto Grosso a informação é de inexistência de museus. Relativamente à Província de Pernambuco há a informação da existência, no Relatório de 1875, de um museu vinculado ao Gymnasio Provincial, mas que no Relatório da Presidencia da Província de 1876 não constam informações sobre a sua existência. Tais dados estão alocados no item “Instrução Secundária”, entre as páginas 14 e 55. O relatório pode ser consultado em versão digitalizada na Biblioteca Digital do Ministério da Fazenda. Cf. DGE. Relatório e trabalhos estatísticos - apresentados em 31 de dezembro de 1876. Rio de Janeiro, Typographia Hyppolito José, 1876. Disponível em: [http://memoria.org.br/ia\\_visualiza\\_bd/ia\\_vdados.php?cd=meb000000404&m=289&n=00017](http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_vdados.php?cd=meb000000404&m=289&n=00017) Acesso em 19/06/2019.

<sup>99</sup> A Exposição Nacional de 1908 ocorreu no Rio de Janeiro, de 11 de agosto a 15 de novembro. Sobre ela, sugerimos a leitura da análise realizada por Paulo César dos Santos (2016), pois apesar de ser a Exposição de 1908 apenas uma das várias que o autor analisa, ele apresenta uma percepção dela espaço no qual foi realizado um “balanço” do último século da história do país, no qual foi realizada uma avaliação retrospectiva e prospectiva dos caminhos tomados pelo Brasil na altura, bem como reflete sobre o papel dos museus, e em especial o Museu Comercial, organizador da Exposição e que não figura em seu boletim, na construção das imagens do país. Cf. SANTOS, Paulo César. Produtos da terra: tempo, espaço e técnica nas exposições industriais (1861-1922). 2016. 300f. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

<sup>100</sup> Publicado em 1909 pela DGE, o BEN 1908 é compreendido como o embrião do Anuario Estatístico do Brazil de 1908-1912.

tenham figurado no Anuario. Citemos apenas uma delas, cuja história foi lembrada ao ser analisado o *Directory* de Coleman: o Museu Rocha.

O Museu Rocha teve sua coleção iniciada em 1889<sup>101</sup> a partir de um processo amador pelo então comerciante Francisco Dias da Rocha, ampliando seu acervo por meio de coletas no Ceará, bem como por meio de permutas e doações de instituições brasileiras e estrangeiras. Sua coleção foi lentamente desmembrada, dando origem a instituições novas ou compondo o acervo de instituições já estabelecidas.

Em ofício enviado ao MREx em 12 de julho de 1939, o diretor-proprietário não só informa o tamanho de seu acervo, em um total de 6.590 (seis mil quinhentos e noventa) peças, quanto apresenta um quadro de colaboração com instituições locais por meio da cessão do acervo. Dessa forma, Francisco Dias da Rocha afirma que as seguintes instituições receberam ofertas de acervo: Gabinete de Zoologia da Escola de Agronomia, Museu Zoológico de Farmácia e Odontologia e o Salão de História Natural da Escola Normal “Justiniano de Serpa”, todos em Fortaleza, Ceará.

Assim, quando cruzamos as duas fontes, mais do que o presente (dados sobre os museus brasileiros), o que nos chamou a atenção foi o ausente, ou ainda, a defasagem de informações entre as duas publicações.

A escolha por elencar os “principaes museos” para figurar no AEB 1908–1912 pode soar elitista em um primeiro momento, sendo tal impressão reforçada quando observamos serem registrados principalmente museus localizados no sudeste e sul<sup>102</sup> do país, sendo a exceção o Museu Paraense Emílio Goeldi, cujo renome internacional já foi citado anteriormente<sup>103</sup>.

É possível que os motivos que impediram a figuração de outras instituições no rol de museus apresentados pela DGE estejam longe de se relacionar a um

---

<sup>101</sup> Hitoshi Nomura (1965) afirma que a coleção que deu origem ao Museu Rocha foi iniciada em 1884. Cf. NOMURA, Hitoshi. Um grande naturalista cearense: Francisco Dias da Rocha. Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, ano LXXIX, tomo LXXIX, pp. 224-249, 1965.

<sup>102</sup> As transformações nas divisões regionais do país remontam à formação do IBGE, em 1936, com base nas discussões desenvolvidas a partir da criação, na década de 1930, do Conselho Nacional de Estatística e do Conselho Nacional de Geografia. Apesar das várias transformações ocorridas desde então, preferiu-se adotar aqui uma padronização que fugiu da identificação das fontes, no caso das divisões regionais. Dessa forma, quando os dados regionais são apresentados, foi adotada a divisão proposta pela Constituição de 1988.

<sup>103</sup> Pode-se ainda citar a que a aposentadoria de Emile Goeldi do Museu Paraense foi noticiada pelo *Museums Journal*, periódico publicado pela *Museums Association of Great Britain* (MA) desde 1901. MUSEUMS JOURNAL. General notes – Musée Goeldi, Para, Brazil. Londres, v. 6, n. II, may, 1907, p. 395. Apenas 07 (sete) edições do *Museums Journal*, entre os anos de 1901 e 1907, encontram-se disponíveis digitalizadas no sítio *Internet Archive*, acessível através do link: <https://archive.org/search.php?query=%22museums%20journal%22>. Acessado em 03/05/19.

possível elitismo, e mais ao desconhecimento por parte da DGE acerca de sua existência. Uma resposta mais simples seria aquela de que os museus não eram de todo uma prioridade nem apresentavam uma quantidade *significativa* de instituições no país para uma investigação mais aprofundada.

Mas, ainda assim podemos refletir, se não foi possível a figuração de museus que já existiam naquele momento no rol apresentado pela DGE, como o Museu Rocha<sup>104</sup>, criado em Fortaleza, Ceará, entre as décadas de 1880 e 1890, é válido questionar: quais as características dessas instituições nomeadas como “principaes museos do Brazil”?

Analisemos então quais os conjuntos de informações coletadas, tratadas e divulgadas pela DGE, que foram, especificamente: a frequência de visitantes e o número de peças em acervo. Quando cruzamos, assim, os seis museus que figuram no Anuario<sup>105</sup>, vemos instituições de diferentes portes, do Museu Goeldi, com 1.557.715 (um milhão quinhentos e cinquenta e sete mil setecentos e quinze) visitantes entre os anos de 1901 e 1912, podendo assim ser considerado o museu mais visitado do período, acompanhado pelo Museu Paulista, com 593.648 (quinhentos e noventa e três mil seiscentos e quarenta e oito) visitantes no mesmo período.

O Museu Nacional e o Museu Paranaense possuíam uma quantidade aproximada de visitantes no período, com 230.580 (duzentos e trinta mil quinhentos e oitenta) e 230.693 (duzentos e trinta mil seiscentos e noventa e três) visitantes, respectivamente. Mas os dados generalizados dão, nesse caso, uma impressão de falsa simetria entre as duas instituições, uma de porte nacional, já quase centenária,

---

<sup>104</sup> Além do Museu Rocha, podem ser citados outras instituições que na altura já estavam a desenvolver suas atividades. Maria Margaret Lopes (1997, p. 224) cita a existência do Museu do Serviço Geológico e Mineralógico Brasileiro (RJ-DF) e o do Museu do Comércio (RJ-DF), criados em 1907, e o Museu Botânico do Amazonas, criado em 1883 (Idem, p. 215). Também é possível citar o Museu do Estado, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul (RS), fundado em 1903, atual Museu Julio de Castilhos, bem como o Pedagogium, que funcionou de 1890 a 1919 no Rio de Janeiro (DF), fundado por Benjamin Constant. Cf. NEDEL, Leticia B. Da coleção impossível ao espólio indesejado: memórias ocultas do Museu Julio de Castilhos. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 38, julho-dezembro de 2006, p. 11-31; POSSAMAI, Zita R. “Lição de Coisas” No Museu: O Método Intuitivo e o Museu do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, nas Primeiras Décadas do Século XX. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas. [S.l.], v. 20, p. 43, dez. 2012. ISSN 1068-2341. Disponível em: <<https://epaa.asu.edu/ojs/article/view/1124>>. Data de acesso: 03/05/2019. doi:<http://dx.doi.org/10.14507/epaa.v20n43.2012>.; e, \_\_\_\_\_. Olhares Cruzados: Interfaces entre História, Educação e Museologia. Museologia & Interdisciplinaridade, vol. III, nº 6, março/abril de 2015, pp. 17-31.

<sup>105</sup> Museu Goeldi, Belém, Pará (PA); Museu Paulista, São Paulo, São Paulo (SP); Museu Nacional, Rio de Janeiro, Distrito Federal (RJ-DF); Museu Paranaense, em Curitiba, Paraná (PR); Museu Naval, Rio de Janeiro, RJ-DF; e, Museu Anchieta, Curitiba, PR.

e outra de porte regional, naquele momento avançando sobre a sua quarta década de existência.

Logo, observando mais atentamente, percebemos que o número de visitantes aproximado entre as duas instituições se deve a dois fatores: 1, em 1908 Curitiba recebeu a exposição preparatória à Exposição Nacional daquele ano, tendo sido montada em prédio ao lado do museu, impactando drasticamente seu número de visitantes, passando de uma média de 9.000 (nove mil) visitantes anuais entre 1902 e 1907, para receber 159.620 (cento e cinquenta e nove mil seiscentos e vinte) visitantes em um único ano. Infelizmente, tal acréscimo expressivo não se materializou em visitantes frequentes, observando que nos anos seguintes a média de visitantes cai para um nível ainda menor do que anteriormente ao pico de 1907, indo para uma média de 4.000 (quatro mil) visitantes entre 1909 e 1912.

Já o caso do Museu Nacional apresenta outro cenário, no qual havia um crescimento oscilante na frequência de visitantes entre 1901 e 1909, ano em que o museu foi fechado, permanecendo assim durante o resto do período abordado pelo Anuario, e alcançando uma média de 25.620 (vinte e cinco mil seiscentos e vinte) visitantes anuais.

Por fim, há o caso do Museu Naval, RJ-DF, com baixa visitação, com média de 3.142 (três mil cento e quarenta e dois) visitantes anuais, e com pequeno acervo, em um total de 582 (quinhentos e oitenta e dois) peças, e o Museu Anchieta-PR, e de baixa visitação, com média de 705 (setecentos e cinco) visitantes entre 1903 e 1908, período no qual o museu foi criado e extinto. Temos, assim, dois museus geridos pela esfera federal no DF, Museu Nacional e Museu Naval, e três por governos estaduais, Museu Goeldi, Museu Paulista e Museu Paranaense.

O último, o Museu Anchieta foi um museu de História Natural criado no Seminário Episcopal de Curitiba, a partir das aulas sobre o assunto, e no qual os estudantes foram os responsáveis pela catalogação do acervo da instituição — acervo esse que, diferentemente dos outros 05 (cinco) museus, não foi informado no Anuario<sup>106</sup>.

Não deve ser confundido com o Museu Anchieta de Porto Alegre, que segundo Nara Beatriz Witt, foi fundado em 1908 a partir de colecionamento realizado pelo padre Pio Buck. A autora não faz nenhuma ligação entre as duas instituições. Em virtude de ser o Museu Anchieta de Curitiba fechado em 1908, enquanto o de

---

<sup>106</sup> NOVA linha de bonds. Diário da Tarde. Curitiba, ano V, n. 1280, pp. 01-02, 18 de maio de 1903.

Porto Alegre foi criado no mesmo ano, acreditamos haver indícios o suficiente para interligar a história das instituições. Apesar disso, não foi encontrada bibliografia a esse respeito, bem como pouquíssimas referências em jornais do Paraná digitalizados na Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional.

Cabe citar a reportagem do Diário da Tarde de 18/05/1903, que em relato sobre a inauguração da linha do bonde cujo ponto final era no Seminário Episcopal onde o Museu Anchieta se localizava. Na descrição da visita há o seguinte relato, com a descrição do Seminário onde se localizava o Museu Anchieta:

No andar do meio estão os quartos dos professores, um salão de estudos, aulas e o coro da capella. Também se acha neste andar a *biblioteca* que já possui dois mil e tantos volumes de obras importantíssimas, e o *Museu Anchieta*, que embora em princípios excita a admiração de quantos o visitam; por nossa parte foi certamente o que mais nos interessou, sobretudo quando notamos o paciente trabalho das classificações já em grande parte feito, pelos alunos de história natural. Entre as colleções destacamos a de ornithologia e a de enthomologia já com grande número de representantes. (DIÁRIO DA TARDE, 1903, p. 02)

Após este contorno pelo cruzamento dos museus do Anuario, façamos outra questão: o que poderia ter influenciado a decisão de um museu ser considerado um dos “principaes museos” do país? Afinal, o Museu Rocha, por exemplo, encontrava-se com mais de 02 (três) décadas de existência quando os dados foram coletados e mais de 30 (trinta) anos quando foram publicados. Da mesma forma, o Pedagogium já estava na sua segunda década de existência, e, assim como o Museu Anchieta, de Curitiba, em 1903 foi fundado o Museu do Estado, ou, Museu Júlio de Castilhos, em Porto Alegre–RS.

Como explicar, então, a presença de um pequeno museu como o Museu Anchieta no Anuario, enquanto outros museus já existentes no período não tiveram seus dados apresentados? São algumas, as possibilidades. Uma delas, já apresentada, é o desconhecimento acerca da existência dos outros museus no período, seja pela distância em relação ao polo de produção da informação, como no caso entre a DGE, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e o Museu Rocha, em Fortaleza–CE, seja pela especificidade da experiência museológica, como era o caso do Pedagogium, que apesar de sua relevância e reconhecimento, ainda durante sua existência, talvez tenha ficado restrita a um circuito que não permitiu que a informação circulasse até ser de conhecimento daqueles que produziram o AEB 1908–1912.



Com isso, não dizemos que, por exemplo, o Museu Rocha ou o Pedagogium não fossem conhecidos, de todo, quando os dados foram coletados, seja em âmbito nacional ou até mesmo internacional, mas que talvez tais instituições não tenham produzido dados na *forma adequada* àquela esperada pela DGE, observando que nos dados que compuseram o AEB 1908–1912 foram destacadas a frequência de visitantes e o número de peças em acervo. Mas não podemos descartar que o acesso a tais informações — quando produzidas ativamente pelas instituições — tenha sido um fator preponderante em sua divulgação.

Parece-nos que seja o caso do Museu Rocha, considerando a notícia no Jornal do Ceará, de 13 de outubro de 1905, que seu diretor, Francisco Dias da Rocha, teria se encaminhado à redação do periódico para convidá-los a visitar seu Museu, que passaria a estar aberto ao público nos domingos, gratuitamente, das 11 da manhã às 17h. Tal informação é um indício de que só a partir daquele momento a frequência de visitantes passou a ser livre, ou seja, sem a necessidade de agendamento prévio, e, assim, pode-se supor também que até então, apesar da existência do museu, suas visitas seriam condicionadas à disponibilidade do diretor, sem um dia específico para visita<sup>107</sup>.

Essa hipótese se reforça quando refletimos, então, sobre quais seriam as condições de possibilidade para que o pequeno Museu Anchieta fosse conhecido, enquanto outras instituições permanecessem no limbo das estatísticas oficiais. O indício para esta hipótese não está no próprio Museu Anchieta, mas na Exposição Nacional de 1908, que teve sua Exposição Preparatória Paranaense<sup>108</sup> sediada em pavilhão construído no Parque do Museu Paranaense, tendo como consequência o aumento da frequência de visitantes no museu naquele ano.

E isso se dá a partir da análise do Boletim da Exposição Nacional de 1908<sup>109</sup> (BEN 1908), publicado no ano seguinte, no qual os museus também figuravam entre as preocupações classificatórias da DGE. E lá há algumas informações surpreendentes, trazendo um ausente em 1927, e desvelando as condições de

<sup>107</sup> Museu Rocha. Jornal do Ceará, Fortaleza, ano II, n. 280, p. 02, 13 de outubro de 1905.

<sup>108</sup> A Exposição Preparativa Paranaense foi inaugurada em 25 de fevereiro de 1908, permanecendo aberta até 12 de abril. A Comissão Central da Exposição Paranaense manteve um escritório no Museu Paranaense. Cf. A Exposição. A Republica, Curitiba, ano XXIII, n. 10, p. 01, 13 de janeiro de 1908.; Exposição Nacional. A Republica, Curitiba, ano XXIII, n. 32, p. 03, 07 de Fevereiro de 1908; Exposição Nacional. A Republica, ano XXIII, n. 39, p. 01, 15 de Fevereiro de 1908; A Exposição. A Republica, ano XXIII, n. 85, p. 01, 11 de Abril de 1908; As provas do Paraná. A Republica, ano XXIII, n. 252, p. 01, 26 de Outubro de 1908.

<sup>109</sup> DGE. Boletim Commemorativo da Exposição Nacional de 1908. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1908.

possibilidades que permitiram a divulgação dos dados produzidos pelo Museu Anchieta.

No referido Boletim, consta que:

[...] a frequência dos principais museos do Brasil, em 1907, póde ser assim resumida : Museo Goeldi, 124.670 visitantes ; Museo Paulista, 40.660 ; Museo Nacional, 35.573; Museo Paranaense, 11314, e Museu Julio de Castilhos, 312. A média da frequência no ultimo quadriennio foi de 106.923 visitantes no Museo Goeldi ; 42.955 no Museo Paulista ; 30.452 no Museo Nacional ; 10.253 no Museo Paranaense e 565 no Museo Julio de Castilhos (DGE, 1908, p. XXXVIII).

Assim, o Museu Julio de Castilhos, que não figurou no Anuario, esteve presente no BEN 1908, enquanto o Museu Anchieta figura em uma pequena observação, afirmando que a DGE “[...] tem notícia da existência de mais um museu de Historia Natural — o *Museo Anchieta*, fundado em 1902, em Curityba (Estado do Paraná), pelo Padre José Venâncio de Mello, que ainda hoje o dirige.” (DGE, 1908, p. 204).

Um trecho a se ter atenção é aquele no qual é afirmado que na altura a DGE “tem notícia”, o que pode indicar que mesmo tendo conhecimento de pelo menos 13 (treze) museus em 1876, quase 40 (quarenta) anos depois tais dados já não eram fiáveis, seja por não ocorrer uma coleta sistemática de informações sobre tais instituições que mantivessem atualizados os cadastros, ou simplesmente que tais informações não foram repassadas à DGE pelos órgãos competentes, dado que na altura a compilação dos dados estatísticas ainda era deveras dependente de informantes externos ao campo, como, por exemplo, os relatórios dos Presidentes de Estado (e de Província, anteriormente à Proclamação da República).

Realizemos ainda um último cruzamento, entre os dados do BEN 1908 (1909) e do Anuario (1927), e nós temos uma situação de “herança informacional” entre uma publicação e outra, pois a publicação de 1927 avança, quando comparada com a publicação de 1909, apresentando dados nesta última e prossegue até o ano de 1912, trazendo também as informações do Museu Anchieta–PR, citado na obra de 1909.

Não obstante, o Museu Julio de Castilhos (RS), citado em 1909, desaparece inexplicavelmente das páginas do Anuario, deixando uma pergunta sem

resposta<sup>110</sup>. São, ainda, ausências gerais, os museus escolares — à exceção do Museu Anchieta, que se localizava no Seminário Episcopal de Curitiba —, que só figurarão nos AEB na década de 1930<sup>111</sup>. O que todo o caso importa para nós é sobre os limites e os horizontes das fontes que utilizamos, e como elas se relacionam com outras.

O que concluímos, portanto, é que a produção e circulação de informações sobre os museus brasileiros, seja no Boletim da Exposição de 1908 ou menos no Anuario, não passam de balbucios, informações vacilantes fruto de uma prática ainda imatura e cuja forma ainda não se encontrava estabelecida, produzidas ainda de forma incerta e fortuita.

Ainda assim, se faz necessário sublinhar que tais balbucios produziram ecos, daqueles quase inaudíveis, mas ainda assim perceptíveis, pois ainda em 1909 os dados sobre os museus brasileiros apresentados no BEN 1908 foram republicados no periódico de Niterói, então capital do Estado do Rio de Janeiro, O Fluminense<sup>112</sup>, o que para nós é um indício do desejo de saber sobre os museus brasileiros, assim como de propagar tais informações, que eram à altura atualíssimas — ainda que tal publicação tenha se dado em meio a estatísticas criminais, propagandas de profissionais liberais e outras.

## 2.5. Interpelações não correspondidas

Mas nossa análise sobre o campo estatístico brasileiro é reforçada quando analisamos a longa entrevista concedida por Mário Augusto Teixeira de Freitas<sup>113</sup> ao

<sup>110</sup> Zita Rosane Possamai (2012, p. 10) cita a existência de relatórios produzidos pelo diretor da instituição entre 1903 e 1925, Rodolfo Simch. Dessa forma, há o questionamento do porquê da não publicação dos dados do Museu Julio de Castilhos no Anuario, observando que no Boletim há a frequência anual entre os anos de 1904 e 1907, bem como não há notícia de seu fechamento ao público durante o período entre 1908 e 1912, abordado pelo Anuario.

<sup>111</sup> Sobre esse tema, recomendamos a leitura da tese de Vânia Maria Siqueira Alves, na qual a autora analisa o movimento dos museus escolares no Brasil em escala nacional, abordando o uso das estatísticas oficiais produzidas no período acerca dessas instituições. Cf. ALVES, Vânia Maria Siqueira. Museus escolares no Brasil: de recurso de ensino ao patrimônio e a museologia. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; MAST, Rio de Janeiro, 2016.

<sup>112</sup> Museus do Brazil. O Fluminense, Niterói, ano 32, n. 7347, p. 03, 29 de abril de 1909. No dia 01 de maio do mesmo ano, O Fluminense ainda publicou em sua página 02 pequena republicação do Jornal do Commercio sobre a Exposição Nacional de 1908 e a entrega dos prêmios aos expositores nacionais que concorreram durante o evento. Exposição Nacional. O Fluminense, Niterói, ano 33, n. 7349, p. 02, 01 de maio de 1909.

<sup>113</sup> Mário Augusto Teixeira de Freitas (1890-1956) foi um advogado de formação e estatístico de profissão, ingressando na Directoria Geral de Estatística em 1908, dirigiu a produção das estatísticas

periódico *A Manhã*<sup>114</sup>, em 1943, dada a efeméride dos 05 (cinco) anos de criação do IBGE, na qual ele reflete sobre os últimos 35 (trinta e cinco) anos da Estatística Brasileira, e aponta o ano de 1907 como aquele da viragem na história do campo, devido à reforma ocorrida no setor, durante a presidência de Afonso Pena<sup>115</sup>, que entregou a direção da DGE a José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho<sup>116</sup>, que esteve à frente do órgão entre os anos de 1907 e 1909, e, novamente, entre os anos de 1915 e 1930.

Para Teixeira de Freitas, a gestão de Bulhões Carvalho ano seria um marco por representar períodos de atuação enérgica que possibilitaram a estabilização e continuidade nos trabalhos estatísticos brasileiros, ainda que tenha sido também um período marcado por alterações institucionais e regulamentares, sendo a ele creditado o sucesso da confecção do Boletim da Exposição de 1908 e do Anuario Estatístico do Brasil (1908–1912), sendo também sua a iniciativa da participação da Estatística<sup>117</sup> em eventos culturais tais como a própria Exposição de 1908 e a Exposição do Centenário da Independência, em 1922.

Teixeira de Freitas também credita a ele os esforços empreendidos no estreitamento de laços com os Estados para uma melhor produção de informação estatística, que em 1931 culminará com a assinatura do Convênio Estatístico, além de destacar sua atuação como membro do Instituto Internacional de Estatística, para onde “[...] levou pessoalmente, ou remeteu, valiosas contribuições brasileiras a algumas reuniões daquela entidade.” (FREITAS, 1943, p. 21).

Antes de avançar em nossa narrativa, devemos, entretanto, realizar uma breve recapitulação sobre o que refletimos até aqui. No início deste capítulo chamamos a atenção à presença do Museu Paraense Emílio Goeldi no número 1 de *Mouseion*, como não mais que um murmúrio, e que o acionamento do conteúdo do *Directory* de Laurence Vail Coleman por Mário Melo soa como sussurros

---

da educação brasileira entre os anos 30 e 40, tendo sido idealizador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, do qual foi seu Secretário-Geral por mais de duas décadas.

<sup>114</sup> Não se pode deixar de escapar que tal entrevista foi concedida ao periódico considerado como porta-voz do Estado Novo, em uma edição publicada em um domingo, dia de maior tiragem, tendo sido dividida em 04 (quatro) páginas diferentes. Cf. FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. Analisando os cinco últimos septênios da evolução estatística brasileira. *A Manhã*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 614, pp. 03 e 21-23, 08 de agosto de 1943.

<sup>115</sup> Afonso Augusto Moreira Pena (1847-1909), advogado e político mineiro, foi Presidente da República entre os anos de 1906 e 1909, tendo vindo a falecer durante o exercício do mandato.

<sup>116</sup> José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho (1866-1940) foi um médico sanitário, considerado o “pai da Estatística Brasileira”.

<sup>117</sup> Que aqui é grafada em maiúscula por referenciar a repartição.

direcionados aos ouvidos de seus oponentes em uma disputa intelectual local, ao passo que a produção de informações sobre os museus brasileiros no âmbito da DGE nas primeiras três décadas de anos do século XX são compreendidas como balbucios, informações incertas, irregulares, fruto da ausência de uma definição metodológica própria ao contexto de estruturação do campo estatístico brasileiro.

Também temos destacado, por meio do cruzamento de diferentes documentos produzidos ao fim da década de 1920, como a história da produção e circulação de informações sobre museus brasileiros esteve entrelaçada em três campos diferentes: museal, estatístico e da cooperação intelectual internacional. E, neste ponto precisamos revelar um fato ainda oculto de nossa narrativa.

Não podemos precisar para quantos ou quais museus o OIM enviou sua Carta Circular 6 que continha anexada dois questionários, e, portanto, podemos apenas inferir pela presença do agradecimento ao MPEG pelo envio de publicações à biblioteca do OIM que tal instituição tenha recebido e respondido ao chamado da Seção de Relações Artísticas, em 1926, conforme já afirmamos anteriormente. Outras tentativas de contato, entretanto, deixaram rastros que chegaram até nós, indicando uma série de tentativas de obter informações do Brasil e que eventualmente não produziram respostas das pessoas/instituições competentes.

Em 08 de maio de 1926 — possivelmente antes do envio da Carta Circular 6, remetida no mesmo mês para os países aderentes ao IICI — é enviado um ofício<sup>118</sup> do Diretor do IICI, Julien Luchaire<sup>119</sup>, para Elyseu Fonseca de Montarroyos<sup>120</sup>, Delegado do Brasil junto ao Instituto Internacional de Cooperação Intelectual a informar que até aquele momento as circulares enviadas ao Brasil não haviam produzido respostas, e que lhe era solicitada sua intervenção de modo que fosse estabelecido o diálogo.

Dias depois, em 14 de maio, outra comunicação foi enviada<sup>121</sup>, mas essa diretamente ao “Director de Estatística” brasileiro, cujo teor informa sobre o desejo

---

<sup>118</sup> Cf. LUCHAIRE, Julien. Carta a Elyseu Fonseca de Montarroyos. Paris, 08 de maio de 1926. Disponível em: <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/60e90d61-78e2-47d3-5855-8f54b1501b94/media/5cbc7020-8daf-566d-93b3-7386423cb64e> Acesso em 13/06/2020.

<sup>119</sup> Julien Luchaire (1876-1962) foi um professor universitário e político francês, atuante no campo da Cooperação Intelectual Internacional, tendo sido diretor do IICI de 1924 a 1930.

<sup>120</sup> Elyseu Fonseca de Montarroyos (1874-1940) foi um militar do exército brasileiro, atuou como consultor técnico do Brasil na Liga da Nações e com a criação do IICI foi nomeado Delegado do Brasil junto ao Instituto, cargo que ocupou até seu falecimento, em 1940.

<sup>121</sup> Cf. LUCHAIRE, Julien. Carta ao Diretor de Estatística do Brasil. Paris, 14 de maio de 1926. Disponível em: <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/9f67988b-4f85-e0f2-2631-d93fa85ce5a5/media/ba14e336-a188-4b9b-64eb-4e72a28f2e76> Acesso em 13/06/2020.

do IICI em ter acesso às estatísticas intelectuais de todos os países e questionando acerca da capacidade do departamento em fornecer tais informações, ao “nível mais completo possível”. Também informa sobre o envio de uma nota sucinta sobre os temas de interesse, convocando o órgão à colaboração no desenvolvimento dos trabalhos do IICI.

Aproximadamente 08 (oito) meses depois, tendo o IICI permanecido sem respostas da Estatística brasileira, em 13 de janeiro de 1927 mais uma comunicação é enviada<sup>122</sup> ao Delegado do Brasil, desta vez pelo chefe da Seção de Informação e Documentação, Giuseppe Prezzolini<sup>123</sup>.

Neste ofício há a referência explícita à solicitação realizada em maio do ano anterior para que se fizesse chegar ao Diretor da Estatística, na altura sediada na Praia Vermelha, Rio de Janeiro, um questionário que até aquele momento se encontrava sem resposta, além de mencionar o envio para o mesmo endereço de um programa detalhado de estatística intelectual elaborado por uma comissão mista no âmbito do Instituto Internacional de Estatística.

Por fim, solicita, uma vez mais, a intervenção do Delegado de modo que haja *alguma* resposta por parte da Estatística brasileira, observando a importância dada à estatística intelectual no programa do IICI. Não obstante o envio ao Delegado do Brasil no IICI, no dia seguinte, 14 de janeiro há o envio de ofício<sup>124</sup> também para o Embaixador do Brasil na França, Luiz Martins de Souza Dantas<sup>125</sup>, com o mesmo teor e informando ter sido também enviada tal solicitação ao Delegado do Brasil no IICI.

---

<sup>122</sup> Cf. PREZZOLINI, Giuseppe. Carta a Elyseu Fonseca de Montarroyos. Paris, 13 de janeiro de 1927. Disponível em: <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/60e90d61-78e2-47d3-5855-8f54b1501b94/media/b9c4120e-65fa-93b9-1d38-699c93a2479b> Acesso em 13/06/2020.

<sup>123</sup> Giuseppe Prezzolini (1882-1982) foi um jornalista, editor e professor italiano, e ocupou o cargo de Chefe da Seção de Informação e Documentação do IICI entre os anos de 1925 e 1930. Posteriormente passou a ser identificado como apoiador do fascismo e do regime de Benito Mussolini na Itália.

<sup>124</sup> Cf. PREZZOLINI, Giuseppe. Carta ao Embaixador Souza Dantas. Paris, 14 de janeiro de 1927. Disponível em: <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/9f67988b-4f85-e0f2-2631-d93fa85ce5a5/media/1ea80aca-8851-e0a7-d810-7801a0be9cc9> Acesso em 13/06/2020.

<sup>125</sup> Luiz Martins de Souza Dantas (1876-1954) foi um diplomata brasileiro que atuou como Embaixador do Brasil na França entre os anos de 1922 e 1944, tendo atuação destacada na concessão de documentos para judeus e outros perseguidos durante a invasão e ocupação nazista da França.

E a resposta veio, enfim, a 21 de fevereiro<sup>126</sup>, na qual Bulhões Carvalho informa não ter recebido a comunicação de maio de 1926<sup>127</sup> e aponta o envio, para dar uma resposta célere à demanda do IICI, do Programa realizado pela DGE até então. Informa ainda enviar a resposta do folheto submetido pelo IICI sobre os temas em estatística intelectual abordados pela Estatística Brasileira na altura<sup>128</sup>.

A partir de então, esteve o IICI — e, posteriormente, o OIM — informado de que o Brasil era um dos países que, entre outros temas, produzia estatísticas sobre seus museus, conforme o Programa<sup>129</sup> enviado por Bulhões Carvalho, sobre os trabalhos da 4ª Seção da Directoria Geral de Estatística, então vinculada ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Simultaneamente, o acesso à resposta<sup>130</sup> do Brasil nos apresenta aquilo que o IICI gostaria de saber sobre a temática dos museus no mundo.

É apresentado no Programa que os museus eram entendidos como “instituições subsidiárias da cultura intelectual”, juntamente às bibliotecas, teatros, exposições artísticas, a imprensa e as associações científicas, literárias e artísticas. Sobre os museus, na altura, interessava à DGE apenas conhecer a frequência mensal dos museus e suas coleções, que deveriam ser classificadas por seções, o número de espécies e indivíduos, bem como qual a forma de aquisição do acervo, se por compra, permuta ou doação.

<sup>126</sup> Cf. CARVALHO, José Luiz Sayão Bulhões de. Carta a Giuseppe Prezzolini. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1927. Disponível em: <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/9f67988b-4f85-e0f2-2631-d93fa85ce5a5/media/dcacd9cf-8c8e-995f-1a55-e893623d97bb> Acesso em 13/06/2020.

<sup>127</sup> Esta não foi uma situação exclusiva do Brasil. Giuseppe Prezzolini identificou (sem data, possivelmente no início de 1927) os seguintes países como aqueles que ainda não haviam respondido ao questionário enviado em maio de 1926: Alemanha, Portugal, Suécia, Brasil, Colômbia, Grécia, Finlândia, Guatemala, Itália, Japão, México, Noruega, Panamá, Peru, Polônia, Romênia, Rússia, Suíça, Uruguai e Venezuela. Cf. IICI. Lista de países que não responderam ao questionário de maio de 1926. Paris, s/d. Disponível em: <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/87563712-cc4a-06fb-209b-3ee45c39e9c6/media/fc8d9686-4b10-af44-1a9c-e429eb18efdf> Acesso em 30/01/2021.

<sup>128</sup> No relatório produzido por Giuseppe Prezzolini sobre o andamento da pesquisa realizada sobre a produção de estatísticas intelectuais, datado de 17 de setembro de 1937, há a informação de que foram enviados questionários para 58 países, dos quais 41 responderam, entre eles o Brasil, após a intervenção de seu Delegado junto ao IICI, situação semelhante àquela da Bolívia, Equador e Haiti. Cf. PREZZOLINI, Giuseppe. Statistique Intellectuelle. Paris, 17 de setembro de 1927. Disponível em <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/abebb946-7780-997d-3ff9-8ace1b7c2256/media/8a32e81a-21b7-4d48-b24c-319b232f9fa8> Acesso em 18/03/2020.

<sup>129</sup> Pasta “Statistiques Intellectuelles - Brésil”. Cf. DGE. Programma dos trabalhos da 4ª Seção. Rio de Janeiro, s/d. <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/9f67988b-4f85-e0f2-2631-d93fa85ce5a5/media/ccf01f31-676d-feb5-0260-a1bdbbcf39b4> Acesso em 13/06/2020.

<sup>130</sup> Pasta “Statistiques Intellectuelles - Brésil”. Cf. DGE; IICI. Respostas do Brasil ao Programme d'une Statistique Annuelle de l'Activité Intellectuelle. Rio de Janeiro/Paris, s/d. <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/9f67988b-4f85-e0f2-2631-d93fa85ce5a5/media/d5e1bbf4-6d2f-6ceb-f533-e1f0a46d47a4> Acesso em 13/06/2020.

É significativo apontar que a própria descrição do que era desejado saber pela DGE sobre as coleções é indicativo de qual tipologia de museus era imaginada hegemonicamente pela instituição, que nos parece remeter aos museus de história natural, por citar especificamente o número de espécies e indivíduos.

Passemos, então, àquelas informações as quais o IICI acreditava serem possíveis de produzir pelos setores estatísticos nacionais e que seriam também úteis ao próprio desenvolvimento intelectual de cada país, relativamente aos museus: museus vinculados a outras instituições; museus independentes (particulares, ainda que o Estado tivesse algum controle sobre eles); a natureza (ou tipologia) das coleções; quais profissionais, se possuidores de diploma ou não e quais; dias e horários de abertura e encerramento (assim como se havia diferença entre os horários durante inverno ou verão); se realizavam a venda de reproduções ou outros materiais; se realizavam conferências ou outras atividades (*promenades*), seja no interior ou exterior do museu; o orçamento da instituição, quais as receitas e despesas; se realizavam exposições temporárias; sobre as doações de peças e recursos financeiros. (IICI, 1927, pp. 08–09). Como vimos, à altura a Estatística Brasileira apenas investigava sobre seus museus quais eram eles, sua frequência e suas coleções.

Mas, ressaltamos uma vez mais, que se a produção e circulação de informações sobre os museus brasileiros é um tema central de nossa reflexão, não era essa a realidade das relações travadas entre a Seção de Informações do IICI e da DGE, sendo os museus apenas um daqueles elementos componentes das estatísticas intelectuais das quais o IICI buscava fomentar e ter acesso.

Neste sentido, em 1928, foi enviado<sup>131</sup> a Bulhões de Carvalho um pedido de envio de publicações sobre a estatística intelectual brasileira. Neste comunicado há, ainda a informação da aprovação do Relatório da Comissão Mista das Estatísticas Intelectuais do Instituto Internacional de Estatística (IIE), em sua reunião de 28 de dezembro de 1927, estando ainda pendente sua aprovação pela Comissão Internacional de Cooperação Intelectual, e sendo esperado o envio futuro de uma cópia do relatório.

---

<sup>131</sup> Cf. PREZZOLINI, Giuseppe. Carta ao Diretor de Estatística do Brasil. Paris, 28 de março de 1928. Disponível em <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/9f67988b-4f85-e0f2-2631-d93fa85ce5a5/media/e396dafb-fddb-0bc6-a005-e4c41827a5f6> Acesso em 03/02/2021.



Bem, neste caso a resposta veio rápida, e Bulhões de Carvalho informou<sup>132</sup> a Prezzolini, em resposta de 24 de abril de 1928, ter tomado as medidas necessárias para que as publicações da DGE no campo das estatísticas intelectuais fossem enviadas regularmente para o IICI, e mais, que havia endereçado comunicação aos diversos departamentos estatísticos estaduais do país de modo a assegurar que também eles enviassem materiais para biblioteca do IICI.

Não obstante, nenhum material foi enviado, conforme nota submetida por Prezzolini ao Diretor Geral do IICI, Julien Luchaire, em 23 de outubro de 1929<sup>133</sup>, a relatar o percurso das comunicações com a DGE e que apesar das promessas de Bulhões Carvalho, desde abril de 1928, nenhuma publicação havia chegado ao IICI.

Não é possível saber os motivos que levaram ao silêncio da Estatística Brasileira, pois fazer circular o produto de seu labor — seja no Brasil, seja em escala internacional — seria uma forma de legitimar o próprio trabalho no campo da estatística e fortalecer a imagem de um país civilizado e de liderança regional que o Brasil intencionava no período, da qual sem dúvidas Bulhões Carvalho tinha conhecimento e participava ativamente. Em resposta de 24 de abril de 1928, o diretor da DGE informava, inclusive, ter participado como delegado do Brasil da reunião do Instituto Internacional de Estatística que aprovara o relatório da Comissão Mista. Estava, portanto, ciente de sua aprovação e seu conteúdo.

Portanto, pode-se especular que tal situação tenha ocorrido pelo extravio de publicações, que enviadas não chegaram ao destinatário — basta lembrar que é essa a justificativa de Bulhões Carvalho por não responder à circular de maio de 1926 —, o que pode inclusive também ter ocorrido com as comunicações enviadas às repartições estatais.

Também podemos especular sobre a própria inoperância dos sujeitos envolvidos no processo de envio de tais materiais — seja pela pura incompetência ou pela elevada carga de trabalho, pois, à altura, o campo estatístico brasileiro ainda se encontrava em um estado precário.

---

<sup>132</sup> Cf. CARVALHO, José Luiz Sayão Bulhões de. Carta a Giuseppe Prezzolini. Rio de Janeiro, 24 de abril de 1928. Disponível em <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/9f67988b-4f85-e0f2-2631-d93fa85ce5a5/media/7d9d0810-3f1a-ac2d-d92e-a787e1d67d11> Acesso em 03/02/2021.

<sup>133</sup> Cf. PREZZOLINI, Giuseppe. Nota ao Diretor do IICI. Paris, s/d. Disponível em <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/9f67988b-4f85-e0f2-2631-d93fa85ce5a5/media/3510b020-7f56-0e18-7b14-ad210326a53b> Acesso em 03/02/2021.

Afinal, no momento no qual foram feitas as últimas solicitações de informações, em fins da década de 1920, após uma série de comunicações trocadas entre Bulhões Carvalho e Giuseppe Prezzolini, a Estatística Brasileira já possuía até mesmo o volume III de seu Anuario de 1908–1912, publicado 1927.

Pressupondo que participar do concerto internacional das estatísticas era um objetivo da Estatística Brasileira, observando a participação de Bulhões Carvalho como delegado do Brasil na mesma reunião da IIE que aprovou o programa das estatísticas intelectuais, era algo desejado, é coerente a incompreensão apresentada por Prezzolini em seu comunicado a Julien Luchaire, sobre o silêncio da DGE acerca da produção estatística brasileira.

Há, ainda, a possibilidade de ter ocorrido uma ação deliberada, em virtude da crise das relações ocorridas entre o Estado brasileiro e a Liga das Nações, da qual o IICI fazia parte, desde o anúncio de sua saída, em junho de 1926<sup>134</sup> ainda que tenha permanecido seu delegado atuando no IICI<sup>135</sup>.

Outro ponto colocado a partir da leitura de Julliette Dumont (2011) é aquela do fortalecimento das relações bilaterais com os EUA, com o qual o Brasil desenvolvera uma relação no mínimo dúbia, e que se fortalecerá após a Revolução de 1930 e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder — e ambígua, pois também haverá maior atuação do Estado brasileiro junto ao IICI, principalmente após a decretação do Estado Novo.

O fato é que após a crise de 1926, mesmo tendo o Brasil permanecido no recém-criado IICI, sua participação foi, no mínimo, tímida, relativamente ao envio de informações, com frequência agindo passivamente, dependendo da interpelação das diversas autoridades (seja o Delegado do Brasil, o Embaixador na França ou mesmo o Ministro das Relações Exteriores) para concretizar diálogos que além de murmúrios, balbucios e sussurros, teve como principais produtos, silêncios.

Assim, esperamos ter deixado explícito que mais do que usar dados quantitativos como *dados, per se*, o caminho que traçamos até aqui visou refletir

---

<sup>134</sup> Cf. SANTOS, Norma Breda dos. Repensando a participação brasileira na Liga das Nações: elementos para uma nova interpretação. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, vol. 46, n. 1, pp. 87-112, 2003.

<sup>135</sup> É significativo apontar que em meio à crise da participação do Brasil na Liga das Nações, era anunciada em 04 março de 1926 a criação do IICI, em grande reportagem no Jornal do Commercio do Rio de Janeiro, assinada por Elyseu da Fonseca Montarroyos, incluindo, entre outras informações, aquela dos planos de criar um “serviço internacional dos museus”. Cf. MONTARROYOS, Elyseu Fonseca de. Instituto Internacional de Cooperação Intelectual. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, ano 99, n. 62, p. 02-03, 04 de março de 1926.

como podemos usar as fontes quantificáveis, assim como aquelas já quantificadas, como as estatísticas, analisando as suas condições e sujeitos de produção e extrapolando os próprios processos de quantificação.

A partir dos indícios que elas trazem (ausências, presenças, regularidades, picos ou abismos), podemos cruzar com outras fontes que ajudem a construir os pontos referenciais dessa realidade passada que ora representamos, e, eventualmente — mas não necessariamente, como é decerto explícito — construindo a narrativa de uma história que no cruzamento de diversas escalas se demonstra transnacional.

Portanto, o resultado da análise até aqui realizada é que quando nos utilizamos de fontes constituídas de dados estatísticos oficiais em nossa reflexão, entendemos tais dados não simplesmente existem, prontos para serem arrolados. Eles precisam ser produzidos, tratados e publicizados, e para isso é necessário ser desenvolvida uma (ou várias) metodologias que alcancem os objetivos esperados.

À guisa de conclusão, é válido lembrar o que afirma Simon Schwartzman (1996), dirigindo-se a sociólogos da ciência, sobre as estatísticas oficiais, pois:

[...] são produzidas em instituições que são, simultaneamente, centros de pesquisa, envolvendo, portanto, valores científicos e tecnológicos, além de perspectivas e abordagens típicas dos seus campos de investigação — e instituições públicas ou oficiais sujeitas às regras, valores e restrições do serviço público. Os seus produtos [...] são publicados na imprensa, utilizados para apoiar políticas governamentais e avaliar os seus resultados, e podem criar ou limitar direitos e benefícios legais e financeiros para grupos, instituições e pessoas específicas. Essa pluralidade de papéis, contextos e perspectivas associadas às estatísticas públicas está na própria origem deste campo. (SCHWARTZMAN, 1997, p. 09)<sup>136</sup>

No entanto, é também é indispensável salientar que a reflexão de Schwartzman cabe no contexto no qual ele escreve — já em fins do século XX, após um amplo desenvolvimento do campo ao longo do século, enquanto a análise realizada até agora tem se voltado para um período de instauração das práticas de produção de estatísticas oficiais de forma sistematizada, sendo um marco desse processo a própria criação do IBGE, em 1938.

Não obstante, julgamos que o próprio contato com os questionamentos realizados pelo IICI, de respostas premidas pelo silêncio das instituições brasileiras contribuiu para tornar as informações sobre os museus brasileiros produzidos pela

<sup>136</sup> SCHWARTZMAN, Simon. Legitimidade, Controvérsias e Traduções em Estatísticas Públicas. Teoria & Sociedade, Belo Horizonte, vol. 2, dezembro 1997, 9-38.

Estatística mais diversos e complexos, tema a ser abordado em nossos próximos capítulos.

E, por fim, ressaltamos que não acreditamos ser esta uma característica exclusiva do contexto nacional, pois ainda que não seja possível, em um trabalho deste escopo<sup>137</sup>, analisar a totalidade de documentos produzidos nos diversos contatos realizados pelo IICI com dezenas de países<sup>138</sup>, basta recordar a informação produzida pelo Serviço de Informações do IICI dando conta de que entre os 58 países interpelados, apenas 41 produziram respostas ante ao questionário sobre estatísticas intelectuais, e, ainda, que das mais de 3000 cópias do questionário sobre museus (em inglês e francês), foram publicadas no número 1 de *Mouseion* informações de pouco mais de uma centena de instituições.

Assim, apesar do interesse em produzir um repertório internacional de museus, e mesmo repertórios nacionais dos países membros, aquele não se tornou realidade e esses não ultrapassaram o número de 03 ao longo de quase 15 anos de atividades, que serão interrompidas com o início da II Guerra Mundial, em 1939 e retomadas apenas em 1945, com suas ações já a cargo da Organização das Nações Unidas para a Ciência, a Educação e a Cultura (UNESCO) e sua organização parceira, o Conselho Internacional de Museus (ICOM).

---

<sup>137</sup> Este foi um dos desafios de Martin Grandjean (2018), que elaborou tese monumental sobre a atuação do IICI como agente (*actrice*) dos intercâmbios científicos e culturais no período entreguerras. Cf. GRANDJEAN, Martin. Les réseaux de la coopération intellectuelle: La Société des Nations comme actrice des échanges scientifiques et culturels dans l'entre-deux-guerres. 2018. 607f. Tese (Doutorado em Letras), Seção de História, Faculdade de Letras, Universidade de Lausanne, Lausanne, 2018.

<sup>138</sup> A consulta a documentação localizada em pastas organizadas por temas gerais, nos Arquivos Digitais da UNESCO, que salvaguardam e divulgam os documentos produzidos no âmbito do IICI, dá indícios de que os países mais participativos no período eram aqueles localizados na Europa, com especial destaque para: Bélgica, França, Inglaterra e Itália. Não por acaso, são esses os países de origem parcela significativa dos intelectuais que atuaram e ocuparam lugares de poder no IICI e que figuraram em nossa narrativa até agora como atores chave para o desenvolvimento de nossa análise, como: Jules Destrée e Richard Dupierreux, belgas; Giuseppe Prezzolini, italiano; Henri Focillon e Julien Luchaire, franceses.

### 3. COOPERAÇÃO INTELECTUAL INTERNACIONAL EM BUSCA DE INFORMAÇÕES SOBRE OS MUSEUS BRASILEIROS

“Ce terme de musée désigne des institutions qui diffèrent notablement entre elles, tout en étant chacune un instrument efficace de culture, et devant, à ce titre, figurer dans toute statistique des faits de l'ordre intellectuel, à l'instar d'autres institutions, telles que les bibliothèques et les archives.” (CASTRILLI, 1934, p. 185)<sup>139</sup>

Em que pese estarmos a tratar, até agora, da produção e circulação de informações sobre museus brasileiros em publicações nacionais e internacionais, dando destaque aos cruzamentos possíveis dessa história, deve-se ressaltar que este não era um fato novo, mesmo ao início do século XX.

Jayme Moraes Aranha Filho (2011), informa a presença de informações do Museu Nacional e do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil no *A directory of American museums of art, history, and science* (1910), de Paul Marshall Rea, Secretário da Associação Americana de Museus, e publicado pela *Buffalo Society of Natural Sciences*, apesar de não terem sido recebidas informações sobre tais instituições.

No próprio *Directory* de Paul Rea há a informação de que os dados apresentados sobre o Museu Nacional, por exemplo, foram oriundos de outras publicações, como *The handbook of learned societies*<sup>140</sup>, editado pela *Carnegie Institution*, ou em *Minerva*, publicação que possuía características de um anuário de instituições de ensino, como universidades, faculdades etc.

É significativo também que na entrada sobre o Museu Nacional, Paul Rea faça referência aos dados publicados em *Minerva*<sup>141</sup>, e apenas indica o não recebimento de dados do IHGB — apesar de citá-lo, ao passo que na edição de 1908 do *Handbook* há já dados disponíveis sobre o Museu Nacional, e da existência

<sup>139</sup> “O termo museu designa instituições que diferem significativamente umas das outras, sendo cada uma um instrumento eficaz de cultura, devendo, como tal, figurar em qualquer estatística de fatos da ordem intelectual, como outras instituições, como bibliotecas e arquivos.” Cf. CASTRILLI, Vincenzo. *La Statistique et les Musées*. Mouseion, Paris, vols. 27 e 28, ns. III-IV, pp. 185-191, 1934.

<sup>140</sup> Os dados sobre as instituições brasileiras encontram-se entre as páginas 503 e 514. Cf. THOMPSON, JAMES David. *Handbook of learned societies and institutions: America*. Washington: Carnegie Institution of Washington, 1908. Disponível em: <https://archive.org/details/handbooklearned02thomgoog/page/503/mode/2up> Acesso em 23/04/2020.

<sup>141</sup> Não foi possível a consulta a tal publicação, e, portanto, não somos capazes de apresentar quais dados foram publicados ou não.

de museu vinculado ao *Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*, dotado, entre outras, de coleções mineralógicas, arqueológicas geológicas.

O mesmo *Handbook* também cita a existência de museu pertencente ao Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas. O Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém, o Museu Paranaense e o Museu Paulista, da mesma forma, também figuram entre as instituições listadas no *Handbook*, incluindo endereço, coleções, data de fundação e outras informações, a depender da instituição. Não fica explícito, portanto, os motivos de Paul Rea em publicar os dados apenas daquelas duas instituições, se as fontes consultadas por ele disponibilizavam dados até mesmo com alto nível de detalhe.

Entretanto, quanto ao *Handbook*, ao analisar os dados apresentados e consultar sua introdução, torna-se indubitável que neste caso as informações foram coletadas por meio de material impresso previamente existente, e que a maioria das sociedades listadas possuía alguma forma de atividade editorial (com exceção de sociedades históricas norte-americanas, conforme é dito na introdução da obra) cujos produtos — periódicos, livros, relatórios etc. —, por sua vez, chegaram ao acervo da Biblioteca do Congresso dos EUA.

É dito na introdução do *Handbook* que, a partir da coleta primária de dados contidos nas publicações, foram então enviados questionários para tais sociedades, e é relevante sinalizar o agradecimento apresentado ao então diretor do Museu Paulista, Hermann Von Ihering<sup>142</sup>, por seu auxílio relativamente aos dados do Estado de São Paulo.

Acreditamos, entretanto, que a publicação de tais dados — seja no *Handbook* ou no *Directory* de Paul Rea ainda são característicos de um processo que só amadurecerá ao longo do século XX: aquele da cooperação intelectual mediada por instituições internacionais, entendidas como organizações multilaterais, ainda que não equânimes, cuja atuação tenha desde fins normativos, reguladores ou de cooperação técnica entre diversos entes — que podem ser privados ou estatais<sup>143</sup>.

---

<sup>142</sup> Hermann Friedrich Albrecht von Ihering (1850-1930) médico e naturalista alemão radicado no Brasil durante 40 (quarenta) anos, teve sua carreira marcada no país por ser o primeiro diretor do Museu Paulista, cargo que ocupou entre os anos de 1893 e 1916, tendo anteriormente atuado como naturalista do então Museu Imperial, atual Museu Nacional, no Rio de Janeiro.

<sup>143</sup> É inegável que organizações como a *Carnegie Institution*, ou mesmo a *Library of Congress* tenham desenvolvido – e ainda o façam – uma atuação que ultrapassa as fronteiras nacionais de onde elas

### 3.1. Estruturação de uma nova rede de interações

Temos, portanto, chamado a atenção à perspectiva transnacional, pois acreditamos ser essa aquela que imaginamos ter se tornado paulatinamente mais presente e influente na produção e circulação de informações sobre os museus brasileiros, que avança de uma rede estabelecida ao longo dos cem anos anteriores, caracterizada por um circuito ponto-a-ponto (A comunica com B), no qual as instituições dialogam entre si diretamente, eventualmente separados a longas distâncias, mas unidos por meio de afinidades intelectuais ou disciplinares, cujas fronteiras não são divididas pelos países, como diz Maria Margaret Lopes (1997), para estabelecer novas redes mediadas pela circulação de informações mediadas por organizações internacionais, como o OIM, o IICI, e, posteriormente, a UNESCO e o ICOM.

Ou seja, a partir do surgimento de organizações como o OIM, passa a existir um nó na rede que tem o papel de receber e distribuir — e, eventualmente, produzir — informações (A comunica com B por meio de X). Isto não significa dizer, entretanto, que os diálogos e intercâmbios ocorridos diretamente entre sujeitos e/ou instituições cessará (como não cessou até o presente momento), mas sim que as interações poderão ocorrer com novas características.

No caso do Brasil, entendemos que tal processo tenha sido catalisado pela busca de representar uma imagem positiva do povo brasileiro<sup>144</sup> e do seu desenvolvimento como civilização no concerto das nações<sup>145</sup>, sem descartar ainda o desejo de conhecer o próprio país, compreendendo que este é um contexto no qual se buscava “descobrir o Brasil”<sup>146</sup>.

---

são originadas, os Estados Unidos da América, entretanto, não se pode afirmar que elas sejam *ipso facto* internacionais.

<sup>144</sup> DUMONT, Juliette. L'Institut International de Coopération Intellectuelle et le Brésil (1924-1946): Le pari de la diplomatie culturelle [online]. Paris: Éditions de l'IHEAL, 2008. Disponível em: <http://books.openedition.org/iheal/575> Acesso em 05/05/2019.

<sup>145</sup> É importante a reflexão desenvolvida por Letícia Julião sobre a operacionalização do conceito de civilização material por parte do *Patrimônio Nacional* (ou seja, o conjunto de sujeitos inseridos nas engrenagens do poder, vinculados às tomadas de decisão relativas à seleção e exclusão daquilo considerado como digno de salvaguarda pelo governo federal brasileiro entre o fim da década de 1930 e 1950) na justificativa de suas escolhas teóricas e práticas. Cf. JULIÃO, Letícia. Enredos museais e intrigas da nacionalidade; museus e identidade nacional no Brasil. Tese (Doutorado), UFMG, Belo Horizonte, 2008.

<sup>146</sup> É significativa a obra de Antonio Gilberto Ramos Nogueira (2005) na qual refaz a trajetória de Mário de Andrade na elaboração de seu “Inventário dos Sentidos” e demonstra o desejo do poeta paulista, que entendemos como o *tipo ideal* da sua geração de modernistas, em conhecer o país em

Não obstante, temos analisado também o quanto esta busca tenha sido frustrada, ou, no mínimo, tenha ocorrido mais morosamente do que alguns atores gostariam. E aqui chamamos a atenção para um daqueles que julgamos ter tido papel de destaque nesse processo, que foi o Delegado do Brasil junto ao IICI, Elyseu Fonseca de Montarroyos, pois ao longo de toda a década de 1930 ele atuará como intermediário entre diversas instituições brasileiras, realizando remessas de publicações e comunicações do IICI e seus diversos serviços, solicitando informações e eventualmente publicizando tais contatos por meio da imprensa periódica da capital federal.

Entre estas, ao lado do MREx, sua casa, por assim dizer, está o Ministério da Educação e Saúde (MES), criado por Getúlio Vargas em 1930 e onde estará outro ator que julgamos da maior relevância para a nossa análise, Mário Augusto Teixeira de Freitas<sup>147</sup>, chefe da Seção de Estatística de Educação e Saúde do Ministério, que se tornaria o longo Secretário-Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1936–1948), o que o coloca em papel de destaque na produção e circulação de informações sobre os museus brasileiros entre as décadas de 1930 a 1950.

Assim destacamos, pois no tópico anterior falamos da viagem de Laurence Vail Coleman à América do Sul e da produção e divulgação dos dados dos museus da região, seja na revista *Mouseion* como em publicação própria, no caso do *Directory of Museums in South America*.

Aqui, falaremos mais de um trânsito de informações do que de pessoas, tendo em vista as trocas de ofícios realizadas por Elyseu Fonseca de Montarroyos e os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e desses com o Ministério da Educação e Saúde e seus museus na década de 1930, cujas ações acreditamos ter como consequência a aceleração no processo de qualificação do trabalho da quantificação dos museus brasileiros por parte do Serviço de Estatísticas da Educação e Saúde, como decorrência da própria estruturação do campo estatístico

---

sua imensa diversidade. Cf. NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. Por um Inventário dos Sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário. São Paulo: Hucitec\Fapesp, 2005.

<sup>147</sup> Deve-se salientar que ainda em 30 março de 1931 Mário Augusto Teixeira de Freitas enviou ofício à Henri Bonnet, Diretor do IICI, comunicando a criação da Directoria Geral de Informação, Estatística e Divulgação no Ministério da Educação e Saúde. Cf. FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. Carta a Henri Bonnet. Rio de Janeiro, 30 de março de 1931. Disponível em <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/60e90d61-78e2-47d3-5855-8f54b1501b94/media/c9cdde05-5f49-a331-962a-d8bfcedb9b88> acesso em 04/01/2020.



brasileiro em interação com as demandas apresentadas pelo OIM por intermédio de Montarroyos.

Não podemos deixar de ressaltar, também, que o período compreendido entre os anos de 1920 e 1945 são compreendidos por Sergio Miceli (1979) como de expansão do mercado de bens culturais no Brasil, mercado no qual sem sombra de dúvida se inserem os museus, juntamente com o patrimônio histórico e artístico, além do livro, cinema e rádio, campos que após a ascensão de Getúlio Vargas ao poder passarão a ter no Estado seu maior incentivador, atuando tanto como investidor quanto como dirigente das ações culturais na sociedade brasileira.

Desta forma, a busca por informações acerca dos museus brasileiros se insere, nesse período, também, a uma demanda do Estado em produzir informações e fomentar o campo cultural, do qual os museus fazem parte.

No Brasil, também esse é um momento de transição na cooperação intelectual internacional<sup>148</sup>, que como vimos, exemplificado pelo caso dos museus, se dava a partir da ação de indivíduos e, enquanto a partir desse momento será intensificada a ação do Estado mediada pelas instituições oficiais.

Isso não quer dizer que a cooperação intelectual realizada exclusivamente com base nos interesses de indivíduos ou não mediada pelo aparato estatal pare, pois ela na também se intensificará ao longo de todo o século XX, mas que o Governo Federal passará a ter maior protagonismo a partir desse momento, sofrendo abalos apenas com a ascensão da política neoliberal que se visou consolidar a partir de 1985 com a ascensão à Presidência da República por José Sarney, no mesmo ano, e Fernando Collor de Mello, em 1990.

Mas na década de 1930 esse era um processo ainda em seu introito, e no âmbito da cooperação intelectual internacional entre museus, levaria bastante tempo até que houvesse a possibilidade de um cruzamento mais intenso entre o que era produzido no Brasil e no resto do mundo.

A colaboração entre o MES e o MREx na matéria data, pelo menos, desde junho de 1931, quando observamos haver a produção do documento LA/173, de 30

---

<sup>148</sup> Também no âmbito do IICI há, em 1930, reformulação de sua estrutura e de seus trabalhos, sendo algumas substituições significativas para nossa reflexão aquela do seu diretor, Julien Luchaire, substituído por Henri Bonnet. Da mesma forma, também em 1930 Giuseppe Prezzolini foi substituído por Vincenzo Castrilli. Relativamente ao OIM, Eurípide Foundoukidis era desde janeiro de 1929 seu diretor, permanecendo no cargo pela década seguinte e, brevemente, após o retorno das atividades interrompidas devido a II Grande Guerra até a absorção do OIM pela UNESCO.

de junho de 1931, no qual é enviada pelo MREx ao MES uma lista de atos internacionais e bilaterais assinados pelo Brasil que seriam de interesse do MES.

O envio de tal lista, conforme o documento, se deu com base em solicitação do próprio MES — que, cabe salientar, tinha sido criado menos de 01 (um) ano antes, em 14 de novembro de 1930 — em resposta à comunicação enviada pelo MREx anteriormente, no intuito de informar o MES acerca da revisão da Convenção de Berna para a proteção das obras literárias e artísticas (1908), ocorrida em Roma, Itália, em 1928.

Durante a década de 1930 foi verificada abundante documentação trocada entre o MREx e o MES, da qual não trataremos aqui para além de seu papel acerca dos museus brasileiros. Também em 1931 é quando a DGIED/MES tem a sua atuação ampliada para todo o território federal, conforme pode ser verificado em notícia publicada no Jornal do Brasil em 14 de abril de 1931, página 10, intitulada “As pesquisas estatísticas”. Em 11 de dezembro de 1931 seria assinado o Decreto 20.777, que firmou convênio entre os governos federal, estaduais e municipais.

As interações entre o IICI/OIM e DGIED, mediados por Montarroyos, podem ser apreendidas logo em 1932, quando observamos o comunicado número 63, da Directoria, sobre o tema da proteção e conservação dos monumentos históricos e artísticos, distribuído à imprensa periódica nacional, que demonstra também a influência exercida pelo conhecimento dos debates internacionais promovidos pelo OIM.

Neste comunicado é relatado o desejo internacional de cooperação entre os países nesse quesito, além de uma lamentosa análise da realidade brasileira acerca do tema, informando que apesar de algumas experiências estaduais na criação de repartições dedicadas à proteção e conservação do patrimônio histórico e artístico — nomeadamente as da Bahia, Minas Gerais e Pernambuco —, tal exemplo ainda não era seguido por outros estados.

O comunicado finaliza com o anúncio de que no Anuário que estava em produção na altura constariam os dados relativos ao patrimônio histórico e artístico no Brasil, marcando assim a presença do tema no início da série de Anuários pós-Convênio Estatístico.

Diz o comunicado do MES que:

O Ministério da Educação e Saúde Pública, incluindo no *Anuário* que se acha em preparo e que pela primeira vez se edita no Brasil, interessantes e ilustradas monografias, especialmente elaboradas por vultos de reconhecida capacidade nas diferentes unidades da Federação sobre os monumentos históricos e artísticos, apresentará a todos os que o lerem, de modo inédito, valioso elemento de cultura cívica e intelectual, ao mesmo tempo que terá contribuído para a formação do inventário das obras de valor existentes no país, as quais, reunidas, representam só por si, todo o passado do Brasil. (IBGE, 1942, p. 120).

Falamos da influência das interações entre OIM/IICI e DGIED, pois anteriormente à sua publicação, que pode ser verificada em meados de abril de 1932<sup>149</sup>, chegara ao MREx o ofício N. 07, de 07 de março de 1932, enviado por Elyseu de Montarroyos a Afrânio de Mello Franco, dando conta da realização da “Conferência de Atenas para a Proteção e Conservação dos Monumentos de Arte”, ocorrida em 1931, e encaminhando 03 (três) circulares de Eurípide Foundoukidis<sup>150</sup>, diretor do OIM, solicitando informações brasileiras com base nas demandas da Carta de Atenas (1931), incluindo as legislações federais e estaduais que tratassem da proteção de monumentos para a produção de quadro comparativo internacional; e, o inventário de monumentos históricos nacionais que incluísse fotografias e relatos descritivos dos monumentos. A terceira circular encaminhada se referia ao pedido de colaboração dos órgãos competentes à proteção dos monumentos, no sentido tal que enviassem material a ser publicado na revista *Mouseion* sobre os métodos e processos técnicos de conservação dos monumentos.

Dois meses depois da publicação do comunicado do MES, em seu ofício N. 17<sup>151</sup>, enviado de Paris em 27 de maio de 1932, e recebido em 21 de junho de 1932, Elyseu de Montarroyos encaminha pedido ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, Afrânio de Mello Franco, para interceder em favor de concretizar a colaboração dos museus do Brasil com a ação internacional do OIM, por meio da divulgação das publicações e eventos do IICI e do OIM nos museus brasileiros, bem

<sup>149</sup> Os Monumentos Históricos e Artísticos – Medidas de proteção e conservação. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, ano 105, n. 89, p. 05, 15 de abril de 1932.

<sup>150</sup> Eurípide Foundoukidis ingressou no IICI em 1929 na Seção de Relações Artísticas, tornando-se Secretário do OIM no mesmo ano. Em 1931, foi promovido à Secretário Geral, onde permaneceu até 1941, quando as atividades do OIM ficaram em suspenso durante os esforços de guerra. Após o fim da II Guerra Mundial as atividades do IICI e do OIM foram temporariamente restabelecidas, estando Foundoukidis a sua frente até a absorção do Instituto e posterior extinção do OIM.

<sup>151</sup> Os documentos relativos ao IICI foram consultados por meio de pesquisa no Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores (MREx), localizado no Itamaraty, Rio de Janeiro (RJ), em junho de 2017. Neste arquivo há acervo de trocas de correspondências oficiais entre o MREx e o IICI até seu encerramento, na década de 1940, bem como entre o MREx e o MES, e o ICOM, após sua criação em 1946, até meados dos anos 1960, período cujo acervo encontra-se salvaguardado no Arquivo do MREx em Brasília.

como o envio de informações sobre as instituições para a sua posterior publicação nos periódicos.

Destacamos esse ofício, especificamente, pois junto a foram também encaminhadas 03 (três) circulares que Montarroyos afirmou ter enviado já ele mesmo aos diretores de museus, daí o pedido de intercessão do Ministro para uma efetiva resposta à comunicação enviada aos museus.

Foram documentos encaminhados pelo Delegado do Brasil os seguintes: 1. Carta de Euripide Foundoukidis, na qual os museus brasileiros são convidados a aproveitar e colaborar com a obra do OIM por meio de seus periódicos, bem como uma lista de 08 (oito) museus para os quais se sugere o envio do material — lista sobre a qual há pedido de Montarroyos para serem corrigidas as omissões, dessa forma ampliando o número inicial de destinatários; 2. ofício de E. Foundoukidis a Elyseu de Montarroyos, ressaltando o pedido de colaboração do Delegado do Brasil junto aos diretores dos “principais museus” do país; e, 3. carta desse último que deveria ser enviada em anexo aos museus brasileiros, reforçando a importância da colaboração com o OIM e sua obra, bem como divulgando os periódicos *Mouseion* e seu suplemento mensal, sugerindo sua assinatura por parte dos museus endereçados.

Antes de avançarmos, precisamos refletir rapidamente sobre a listagem de museus preparada por Foundoukidis, da qual não nos é possível apreender quais os critérios utilizados pelo diretor do OIM na sua seleção. Podemos nos perguntar se não seriam, como refletimos sobre o caso do Museu Goeldi e sua figuração no número 1 de *Mouseion*, fruto do envio de informações enviadas pelos museus brasileiros, que por sua vez foram tratados e identificados no âmbito do OIM, mas infelizmente não nos parece ter sido o caso, sendo em verdade o seu oposto, ou seja, na altura o OIM ainda não dispunha de dados atualizados sobre os museus brasileiros.

Explicamos, portanto, que foram os seguintes museus indicados por Foundoukidis a receber a sua comunicação: 1) Instituto Archeologico Historico e Geographico, PE; 2) Galeria de Bellas-Artes, SP; 3) Museu Paulista (Museu Ypiranga), SP; 4) Pinacotheca do Estado de São Paulo—SP; 5) Escola Nacional de Bellas-Artes — Museu, RJ; 6) Museu Histórico Nacional, RJ; 7) Museu Goeldi — Museu Paraense, PA; 8) Museu do Estado da Bahia, BA. Destacamos ainda que com exceção à Galeria de Bellas-Artes, em São Paulo, todos os museus citados

tiveram seus dados publicados no AEB 1936, cuja produção era já realizada em 1932, mas só viria a público 04 (quatro) anos depois.

Ora, não é por acaso que a “Galeria de Bellas-Artes” não figurou entre os dados do AEB, isto, pois ela provavelmente sequer “existia” como uma entidade autônoma. Em nosso capítulo anterior demos destaque à obra de Laurence Vail Coleman, e, agora acionamos novamente a mesma publicação, pois dentre os 24 museus listados por Coleman em seu *Directory* estão os 07 (sete) museus listados por Euripide Foundoukidis, de onde julgamos ser provenientes as informações selecionadas e listadas pelo diretor do OIM.

Sim, o texto e a leitura estão corretos, afirmamos que foram 07 (sete) e não 08 (oito) museus listados por Foundoukidis. Vejamos o que diz a descrição da entrada referente à Pinacoteca do Estado de São Paulo:

PINACOTHECA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Pinacotheca of the State of São Paulo)  
 GALERIA DE BELLAS ARTES (Gallery of Fine Arts)  
 Open: Daily except Tuesdays, 11 a.m.-5 p.m.  
 Administration: Under State of São Paulo  
 The Gallery of Fine Arts contains a collection of paintings, prints, photographs and casts owned by the State and exhibited in rooms lent by the School of Arts and Trades (1) which is located in the building called Pinacoteca. (...)  
 (1) The School (Lyceu de Artes e Offícios de São Paulo) maintains an exhibit of its own work. Included in this are objects of most of the industrial arts: furniture, fabrics, metal works, etc. (COLEMAN, 1929, p. 68)<sup>152</sup>

Ou seja, o que se percebe desta descrição é que a “Galeria de Bellas Artes” é, à altura, uma coleção, e não um museu, apesar da sua significativa história anterior<sup>153</sup>. E mais, partindo a informação de uma obra publicada em 1929, fruto de coleta de informações realizada no ano anterior, Foundoukidis não teria como saber que, naquele momento, já fazia dois anos que a Pinacoteca tinha sido fechada.<sup>154</sup>

<sup>152</sup> Tradução da descrição e nota: “A Galeria de Belas Artes contém coleção de pinturas, impressões, fotografias e moldes possuídas pelo estado e expostas em salas cedidas pela Escola de Artes e Ofícios que se localiza no prédio chamado Pinacoteca. [...] (1) A Escola [...] mantém uma exposição de seu próprio trabalho. Estão inclusos objetos da maioria das artes industriais: mobiliário, têxteis, metalurgia etc. (tradução nossa)

<sup>153</sup> Cf. NERY, Pedro. Arte, pátria e civilização: A formação dos acervos artísticos do Museu Paulista e da Pinacoteca do Estado de São Paulo, 1893-1912. 2015. 193f. Dissertação (Mestrado em Museologia), Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

<sup>154</sup> Cf. ARAUJO, Marcelo Mattos; CAMARGOS, Marcia (org.). Pinacoteca: a história da Pinacoteca do Estado de São Paulo. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2008.

Dito isto, sigamos, pois percurso dessa solicitação saiu do MREx no dia 29 de junho de 1932, em Ofício numerado LA/192, de Afrânio Mello Franco a Francisco Luís da Silva Campos<sup>155</sup>, sendo respondido no dia 18 de julho de 1932 pelo Ministro da Educação e Saúde Pública, sendo sua resposta da maior relevância para nossa investigação.

São três pontos que gostaríamos destacar na resposta de Francisco Campos. A primeira é sua afirmação de impossibilidade de realizar a oferta de dados aprofundados sobre os museus brasileiros, incluindo aí seu número e distribuição no país, observando que ainda não havia sido possível elaborar um inquérito que permitisse a produção de tais dados. Não obstante essa realidade, a DGIED/MES já tinha em seus planos ainda para aquele ano (1932), levantar os dados sobre os museus conjuntamente a outros arrolamentos que realizaria, informando ainda que já havia sido realizado o estudo necessário para definição do modelo de questionário a utilizar neste inquérito<sup>156</sup>.

O segundo ponto que destacamos é o rol de museus que o Ministro apresenta, incluindo alguns museus que serão arrolados pelo INE posteriormente, assim como outros que não figurarão no AEB 1936. Francisco Campos adicionou aos 08 (oito) museus arrolados pelo IICI, os 09 (nove) seguintes, sendo aqueles sublinhados os que também serão incluídos no AEB de 1936, que iniciará a série pós-Convênio Estatístico de 1931: 1) Museu Nacional, RJ; 2) Biblioteca Pública de São Luiz, MA; 3) Instituto Histórico da Paraíba, PB; 4) Museu Coronel David Carneiro, PR; 5) Museu Histórico e de Arte Antiga da Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais, PE; 6) Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, RS; 7) Museu Mariano Procópio, MG; 8) Museu do Instituto Histórico de Ouro Preto, MG; e 9) Museu Arquiepiscopal da cidade de Mariana, MG. Fica, ainda, a dúvida acerca dos motivos para a exclusão de 05 (cinco) museus citados pelo Ministro da Educação e Saúde em 1932 entre os dados publicados no AEB 1936.

O terceiro e último ponto que chamamos a atenção nesta comunicação é relativamente ao tema da proteção e conservação de monumentos históricos e

---

<sup>155</sup> Francisco Luís da Silva Campos foi o 1º Ministro da Educação e Saúde Pública, criado por Getúlio Vargas em 1930, onde permaneceu até 1932. Foram seus sucessores os seguintes: Washington Pires (1932-1934); Gustavo Capanema (1934-1945).

<sup>156</sup> Outro dado importante é o do encaminhamento do questionário elaborado para realizar o levantamento dos museus, que infelizmente não constava no arquivo, o que permitiria que cruzássemos os questionamentos do DGIED/MES e os dados publicados pelo INE em 1936, como ano-base 1933. Conforme o Ofício n. 32, de 20 de setembro de 1932, de Elyseu de Montarroyos para Afrânio Mello Franco, o questionário foi encaminhado ao Diretor do IICI.

artísticos, tema do ofício de março de 1932. Nela o Ministro da Educação e Saúde informa sobre a produção de monografias sobre monumentos históricos e artísticos existentes no Brasil, com o planejamento de publicar tais dados no Anuário da Educação e Saúde Pública, e que sua publicação era prevista para ser realizada naquele ano.

### **3.2. Patrimônios, museus e (falta de) Cooperação Intelectual**

Apesar de podermos afirmar as interações e influências dos contatos entre IICI/OIM e DGIED, deve-se destacar que não as entendemos como *definidoras* dos interesses e práticas da Estatística Brasileira, mas como *potencializadoras*, uma vez que o desejo de conhecimento acerca dos monumentos históricos e artísticos é demonstrada pelo MES ainda antes do ofício de Montarroyos, em março de 1932, observando que foi produzido o pequeno artigo “Os Monumentos do Estado do Ceará: Referencia Historico-Descritiva”, assinado por Eusébio de Sousa, e publicado na Revista do Instituto Ceará, ano XLVI, de 1932, o qual compreendemos como uma daquelas monografias planejadas para divulgação no Anuário da Educação e Saúde que estava em preparação no início de 1932.

Assim o afirmamos, por constar na introdução da monografia a informação de que tal trabalho tinha sido realizado com base em solicitação oriunda do Ministério da Educação e Saúde, encaminhada ao Interventor Federal no Ceará naquele ano, o capitão Roberto Carneiro de Mendonça. A tarefa foi confiada pelo Interventor ao Instituto do Ceará, cabendo a Eusébio de Sousa executar a demanda, que quando finalizada foi enviada ao Ministro, em 12 de fevereiro de 1932, dessa forma, anteriormente à comunicação do IICI acerca da Conferência de Atenas e da apresentação das demandas de Eurípide Foundoukidis ao MREx e seu encaminhamento ao MES.

O envio da referida circular foi amplamente divulgado na imprensa periódica da capital federal<sup>157</sup>, tendo sido remetida por volta de outubro de 1931. Diz a circular, enviada por Teixeira de Freitas aos governos dos Estados sob as ordens do Ministro da Educação e Saúde, que:

---

<sup>157</sup> Para o exato conhecimento dos monumentos históricos e artísticos do Brasil. O Jornal, Rio de Janeiro, ano XIII, p. 02, 21 de outubro de 1931. Os monumentos históricos e artísticos do paiz. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, ano XXXI, p. 05, 21 de outubro de 1931. Monumento histórico e Artístico. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, ano 104, p. 03, 21 de outubro de 1931.

Sendo frequentes na correspondência desse Ministério os pedidos de informações, procedentes principalmente do estrangeiro, sobre os monumentos históricos ou artísticos existentes no país, resolveu o ministro que esta Diretoria Geral promovesse pelos meios ao seu alcance a coleta dos necessários elementos informativos, estudando desde logo a melhor maneira de dar conveniente publicidade às informações coletadas (O JORNAL, 1931, p. 02)

Não obstante o desejo de conhecimento relativo aos monumentos históricos e artísticos, não foi possível saber quais outros estados, a exemplo do Ceará, produziram as monografias sobre o tema<sup>158</sup>, ao passo que o assunto só figurará nos AEB a partir de sua edição de 1938<sup>159</sup>.

Mas se o Ministro da Educação e Saúde demonstrou ter interesse em produzir e enviar os dados solicitados, tal disposição não foi demonstrada por parte dos museus listados e contactados, observando que em 20 de setembro de 1932 Elyseu reiterou sua solicitação por meio de outro ofício<sup>160</sup> cujo tema era a colaboração dos museus brasileiros com os trabalhos do OIM.

Nessa comunicação, Elyseu dá conta do recebimento do material encaminhado do MES pelo MREx, dando felicitações pela boa acolhida e informando já ter remetido a resposta do Ministro da Educação e Saúde ao Diretor do IICI. No entanto, informa ainda que não havia recebido quaisquer respostas por parte dos museus brasileiros contactados em maio de 1932, nem da realização de quaisquer assinaturas dos periódicos do IICI.

Analisando o contexto do surgimento do Curso de Museus no âmbito do Museu Histórico Nacional, Henrique de Vasconcellos Cruz Ribeiro (2014)<sup>161</sup> apresenta um quadro dos cruzamentos entre o campo museal brasileiro e

<sup>158</sup> Na publicação constariam, entre outros dados, informações sobre os monumentos históricos e artísticos dos seguintes estados: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul e Sergipe. Informações de outros estados eram esperadas, mas não haviam chegado até então. No “Relatório sobre os serviços de informações e publicidade do Ministério da Educação” acerca do período compreendido entre 1931 e 1936 há a informação de que o referido Anuário foi de fato produzido, contando inclusive com “uma série de interessantes monografias sôbre os monumentos históricos e artísticos do Brasil”, mas que tal material encontrava-se “há vários anos no prelo da Imprensa Nacional”, mas não foi possível verificar se houve, de fato, a sua publicação, de modo a analisar seu conteúdo.

<sup>159</sup> O AEB em questão diz, entretanto, que 376 (trezentos e setenta e seis) municípios indicaram possuir monumentos históricos e artísticos, com um total de 962 (novecentos e sessenta e dois) bens divididos entre estátuas, hermas, obeliscos, placas, edifícios e outros. CF IBGE. Anuário Estatístico do Brasil – Ano IV – 1938. Rio de Janeiro: IBGE/CNE, 1939, p. 740.

<sup>160</sup> MONTARROYOS, Elyseu Fonseca de. Ofício n. 32. Colaboração dos Museus brasileiros na obra da Organização Internacional dos Museus. Paris, 20 de setembro de 1932.

<sup>161</sup> RIBEIRO, Henrique de Vasconcellos Cruz. Um capítulo na história da Museologia no Brasil: um olhar sobre o surgimento do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional (1922-1935). 2014. 116f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio), Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.



internacional nos anos 1930 significativo para nossa pesquisa, no sentido em que ele analisa as possíveis relações entre os museus brasileiros, o OIM e o IICI.

Em sua argumentação, Ribeiro destaca a publicação, pelo jornal *Correio da Manhã* em 07 de janeiro de 1933<sup>162</sup>, do comunicado intitulado “Cooperação Internacional de Museus”, do qual o autor realça o destaque dado na nota para a importância da divulgação das realizações das instituições museológicas brasileiras nos periódicos *Mouseion*, já citado, e seu suplemento mensal. Não fica de fora, também, a atuação de Montarroyos na divulgação dessas mesmas publicações nos museus brasileiros, e que a publicação desse comunicado (e de outros mais citados em sua reflexão) seria exemplo da cooperação internacional da qual os museus brasileiros participariam, ainda que de forma “dependente ou subordinada” (RIBEIRO, 2014, pp. 80–82).

Nossa análise, entretanto, reflete no sentido de que a própria publicação desses comunicados, e, em especial o 102, dedicado à Cooperação Internacional dos Museus são indícios das dificuldades enfrentadas para o estabelecimento dos laços que permitiriam participação dos museus brasileiros na cooperação internacional relativa ao campo, por meio dos diálogos com o OIM e o IICI.

O que compreendemos com a leitura do comunicado 102 é que não havia participação brasileira no âmbito da cooperação internacional dos museus, e que a nota submetida à imprensa pela DGIED teria a função de apelo à participação dos museus brasileiros, considerando que tal comunicado pode ser associado aos diálogos travados entre MREx e MES, em fins de 1932.

Em outubro deste ano foi enviado mais um ofício<sup>163</sup>, informando haver sido remetido diretamente aos museus listados pelo MES um conjunto de novos exemplares da revista *Mouseion* e de seu suplemento mensal<sup>164</sup>. Permanecia, ainda, o silêncio dos museus brasileiros.

---

<sup>162</sup> Também foi possível verificar a publicação do comunicado em periódicos diversos, como *O Radical*, do Rio de Janeiro, o *Diário da Manhã*, do Espírito Santo, e, também no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, ao longo do mês de janeiro de 1933. Cf. *Cooperação Internacional dos Museus*. *O Radical*, Rio de Janeiro, ano II, n. 212, p. 02, 07 de janeiro de 1933; *Cooperação Internacional dos Museus*. *Diário da Manhã*, Vitória, ano XXVI, n. 3113, p. 02, 14 de janeiro de 1933. *Cooperação Internacional dos Museus – as vantagens desse intercâmbio*. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 106, n. 07, p. 08, 08 de janeiro de 1933.

<sup>163</sup> MONTARROYOS, Elyseu Fonseca de. Ofício n. 37. Remessa de “Musées et Monuments” (Nos. VII e VIII). Paris, 25 de outubro de 1932.

<sup>164</sup> Anteriormente a esse ofício o envio de publicações ocorria apenas ao MREx, para fins de divulgação de sua existência.

Em uma análise somente a partir da coleção de exemplares dos periódicos do IICI, ao darem com o volume X, referente a dezembro de 1932, do suplemento mensal da *Mouseion* seria fatalmente levado a crer que o Museu Histórico Nacional colaborava com o OIM, já que em sua página 21 é possível encontrar notícia do MHN acerca do “Catálogo da Exposição comemorativa do centenário da abdicação 1831–1931”, publicado pelo MES.

Mas ainda não havia sido dessa vez que os museus brasileiros haviam iniciado a colaboração internacional com o OIM, pois é com certo tom de pesar que Montarroyos — mas também satisfação por cumprir um objetivo há muito desejado — informa ter conseguido publicar no referido volume a informação anteriormente citada, e que tal ocorreu por meio da colaboração não do MHN, mas do Diretor da DGIED, M. A. Teixeira de Freitas<sup>165</sup>, que o havia enviado o dito catálogo que possibilitou a confecção da notícia<sup>166</sup>, conforme ofício de 05 de dezembro de 1932.

Aparentemente, com base na colaboração de Teixeira de Freitas, Elyseu pensou que suas demandas teriam acolhida melhor no MES, pedindo o auxílio ao Ministro Afrânio de Mello Franco que informe ao MES da utilização dada ao catálogo, bem como do envio regular de informações “de interesse para a cooperação intelectual”.

Infelizmente, nos parece que o então Ministro da Educação e Saúde Pública, Washington Pires<sup>167</sup>, não ficou exatamente satisfeito com o possível tom de cobrança das comunicações do MREx com o MES. Deve ser destacado que em aviso<sup>168</sup>, Pires afirma ter a honra de informar que seu ministérios buscava prestigiar o trabalho do IICI, indicando que dirigiu ofício aos “responsáveis pelos principais museus existentes na República”, ressaltando a importância da colaboração com o

<sup>165</sup> Teixeira de Freitas viria a tornar-se uma das figuras de maior proeminência no sistema estatístico federal, sendo o mentor intelectual do projeto de criação do IBGE, baseado em sistema de cooperação interadministrativa, e permaneceu atuando no serviço estatístico do Ministério da Educação e Saúde, posteriormente Ministério da Educação e Cultura durante toda a sua carreira, foi ainda representante brasileiro em diversos eventos e organismos internacionais de estatística. Para uma análise da trajetória de Teixeira de Freitas, Cf. LANARI, Raul Amaro de Oliveira. O Projeto de Reorganização Nacional de Mário Augusto Teixeira de Freitas: estatísticas, território, Estado e Nação (1908-1953). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

<sup>166</sup> MONTARROYOS, Elyseu Fonseca de. Ofício n. 42. Remessa de “Musées et Monuments” (N. X). Paris, 05 de dezembro de 1932. No ofício n. 13, de 20 de fevereiro de 1933 há a informação da publicação de mais uma notícia sobre o MHN, na página 15. A informação em questão é sobre a recondução de Gustavo Barroso à direção do MHN, que não podemos precisar se a informação partiu do próprio diretor do MHN ou do MES.

<sup>167</sup> Washington Ferreira Pires (1882-1972) foi um médico e político mineiro. Além de deputado estadual e federal foi Ministro da Educação e Saúde entre 1932 e 1934.

<sup>168</sup> MES. Aviso A./684/296. 19 de dezembro de 1932.

OIM, da assinatura de seus periódicos e o envio de notícias, mas finaliza ressaltando que os resultados dessas providências dependeriam “[...] da bôa vontade e dos recursos disponíveis pelas aludidas instituições das quais a maior parte não se acha sob a dependência do Governo Federal”.

Interpretamos tal comunicação como no sentido de destacar que era relevante a colaboração, mas que o próprio MES não poderia, nem era responsável por ela. Como consequência do destaque dado por Washington Pires à disponibilidade de recursos nos museus, em janeiro do ano seguinte<sup>169</sup>, Montarroyos informou ter conseguido às instituições brasileiras condições especiais para a assinatura das publicações do IICI.

Voltemos então ao comunicado sobre a “Cooperação Internacional dos Museus”, publicado em janeiro de 1933, no qual Teixeira de Freitas — supomos, autor da nota — defende, entre outros temas, que os museus brasileiros se beneficiariam na colaboração com o IICI por meio da permuta de informações via *Mouseion* e seu suplemento mensal, de modo que, por um lado o acesso ao conhecimento divulgado nestes periódicos permitiria que seus diretores estivessem atualizados acerca dos assuntos tratados nos museus do mundo, e por outro, a divulgação das informações oriundas do Brasil permitiriam a desconstrução de uma imagem de alijamento do país relativamente ao tema, seja por parte do Estado, seja por parte da própria população.

A nota ainda afirma que a ausência de informações sobre o Brasil nas publicações internacionais teria como consequência colocar o país em uma posição de inferioridade “[...] mesmo em relação a Estados de menor adiantamento, mas sempre diligentes em aproveitar os ensejos de aparecerem com realce entre as nações que se prezam de sua cultura” (IBGE, 1942, p. 195), e que o envio de informações teria, assim, a consequência de atrair os leitores dessas publicações para o Brasil e para a cultura do país.

Ressaltamos, entretanto, que acreditamos que os comunicados do MES têm também outros significados e relevâncias, pois eles não se ligarão apenas a

---

<sup>169</sup> MONTARROYOS, Elyseu Fonseca de. Ofício N. 4. Assignatura das publicações do Instituto de Cooperação Intellectual, em condições especiais para o Brasil. Paris, 18 de janeiro de 1933. Tal colaboração com a DGIED pode ser também apontada pelo envio frequente das publicações diretamente a tal Diretoria. Foi verificado que, junto ao MREx, a DGIED/MES (a partir de 1937, Diretoria de Estatística) foi destinatária das publicações enviadas por Elyseu de Montarroyos em quase a totalidade dos envios dos periódicos ao Brasil.

divulgação dos produtos da Directoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação (DGIED).

Um elemento que deve ser chamado à atenção de quem lê é do próprio nome da repartição comandada por Teixeira de Freitas: Directoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação, e assim o fazemos para destacar o papel de *divulgador* de informações, e que tal divulgação ocorria, entre outras formas, pelo meio da publicação de comunicados em periódicos do país, com especial destaque naqueles de circulação da capital federal, como os citados por Ribeiro, um método utilizado com particular frequência entre os anos de 1931 até 1937, versando sobre os mais diversos temas afeitos à educação e a saúde.

### 3.3. Apelos e apoios da Estatística à Cooperação Internacional

Ao analisar a publicação “Educação e Saúde — Comunicados do órgão central de estatística do Ministério da Educação e Saúde”<sup>170</sup>, publicado em 1942 pelo IBGE e Conselho Nacional de Estatística — do qual, lembremos, Teixeira de Freitas era diretor de um e Secretário Geral do outro —, encontramos uma listagem de 212 comunicados produzidos e publicados na imprensa periódica nacional entre os anos de 1931 (quando Teixeira de Freitas assume a DGIED, após a assinatura do Convênio Estatístico) e 1941.

É possível perceber que após a criação do Instituto Nacional de Estatística, em 1936, há uma queda brusca na prática, visto que entre os anos de 1937 até 1941 há apenas 07 (sete) comunicados, enquanto entre os anos de 1931 e 1936 há 205. Atribuimos esta mudança às reformas administrativas ocorridas no âmbito da Estatística Brasileira que com a criação do IBGE, que desde 1934, após a criação do Instituto Nacional de Estatística, passa por diversas transformações na sua composição e atribuições, até se tornar IBGE no ano de 1938. Chama-se a atenção, ainda, que não julgamos ser acaso ter sido em 1934 o ano no qual houve a maior publicação de comunicados do período.

De posse de tais informações, nos parece que além de *divulgar*, simplesmente, as informações afeitas aos temas da Educação e Saúde, tais comunicados também tiveram a função de legitimar o próprio serviço de informações

---

<sup>170</sup> IBGE. Educação e Saúde – Comunicados do órgão central de estatística do Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro: IBGE/CNE, 1942.

do MES, de modo a tornar público o trabalho realizado pelo Ministério e seus trabalhadores, demarcar e legitimar os elementos que compunham sua rede de colaboradores, e, simultaneamente, elaborava imagens de um trabalho relevante e prestigiado internacionalmente para a sociedade brasileira, buscando influenciar a opinião pública ante os temas propostos.

Na apresentação desta publicação há, assim, a informação de que o IBGE percebia ação da DGIED na produção e divulgação dos comunicados como um “serviço de evidente alcance social e largo sentido educativo”, no sentido de que tais comunicados ainda tinham a função de apontar caminhos para a população leitora, seja como avaliações do próprio desenvolvimento histórico do país, assim como quais as expectativas para a *evolução* da nação brasileira a partir da comparação com dados produzidos por outros países, ditos civilizados (IBGE, 1942, p. XIII).

Não é acaso, portanto, que o primeiro comunicado produzido no MES é aquele denominado “Justificando uma iniciativa”, na qual há uma avaliação não apenas da criação do MES, mas da própria sociedade brasileira naquele início dos anos 1930. Trecho do comunicado diz que:

A incultura generalizada e o depauperamento das populações, apontados na imprensa e na tribuna acadêmica, por vozes autorizadas, como obstáculos a combater, a bem da evolução normal do Brasil, focalizaram a atenção dos dois serviços aludidos [Departamentos de Ensino e Saúde], empenhados em lhes apurar a extensão e em sugerir os remédios profiláticos ou preventivos, tecnicamente mais recomendáveis para reduzi-los a proporções menos assustadoras. (IBGE, 1942, p. 03)

Assim, a criação do MES, e da DGIED no âmbito desse Ministério, teria sido realizada de modo a mitigar a “incultura generalizada e o depauperamento das populações”, e cuja missão deveria ser realizada com o objetivo (entre diversos outros) de:

instruir as autoridades e o público em geral pela propaganda, baseada em cifras convincentes, de iniciativas já realizadas e consagradas pelo êxito, em matéria de instrução e saúde pública, no interior do país ou fora de suas fronteiras. (IBGE, 1942, p. 03–04, grifo nosso).

Desta leitura, portanto, fica explícito que tais comunicados faziam parte da *propaganda*<sup>171</sup> cujo objetivo era instruir autoridades e público relativamente às iniciativas “já realizadas e consagradas pelo êxito”. Entretanto, relativamente aos museus, a ação divulgadora da DGIED foi no mínimo tímida, uma vez que dos 212 (duzentos e doze) comunicados, apenas 04 (quatro) trataram diretamente do tema<sup>172</sup>, enquanto outros 06 (seis) apenas o tangenciaram, ao tratar de atividades do OIM ligadas à proteção patrimônio histórico e artístico ou das publicações do IICI.

Assim, quando retornamos à análise do comunicado “Cooperação Internacional de Museus”, refletimos que além de instrumento de divulgação do tema em questão, não pode ser descartada a hipótese de que a publicação do referido comunicado da DGIED não nos parece ter sido fora de sintonia com as disputas que ocorriam no âmbito da política brasileira (observando que o período entre 1930 e 1933, no Brasil, é marcado pela Revolução de 1930 e a Revolução Constitucionalista de 1932), nem que os motivos de tal publicação fossem apenas para divulgar a necessidade ou os trabalhos de cooperação internacional entre os museus.

Cita-se aqui, como motivo para tal inferência, a presença de pequena nota intitulada “Hábitos antigos...”, no mesmo Correio da Manhã<sup>173</sup>, dois dias antes da publicação do comunicado da DGIED. Nessa nota há um virulento — para usarmos o adjetivo empregado por Nelson Werneck Sodré (2007) para descrever a atuação do Correio da Manhã — ataque aos custos da manutenção do posto de Delegado do Brasil junto ao IICI, ocupado por Montarroyos, afirmando que os gastos serviam para

---

<sup>171</sup> É clássica a análise de Maria Helena Capelato sobre a propaganda varguista. Cf. CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

<sup>172</sup> Foram as seguintes notas, dedicadas especificamente ao tema dos museus, juntamente aos seus anos de publicação: 1932, **60** - Cursos administrativos para as bibliotecas e museus; 1933, **102** - Cooperação Internacional dos Museus; 1935, **160** - Formação de técnicos para os museus brasileiros; 1936; **187** - A arquitetura e a instalação dos museus locais. Foram, ainda, estes os comunicados os quais consideramos tocar tangencialmente no tema ou nas ações do OIM ou IICI: 1932, **63** - Proteção e conservação dos monumentos históricos e artísticos; 1933, **108** - Proteção dos monumentos históricos e das obras de arte, e, **110** - Segunda exposição internacional de arte sacra; 1934, **151** - A Conservação dos monumentos de arte e de história, **152** - As publicações do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, e, **154** - A proteção internacional às obras literárias e artísticas. Da mesma forma, em outras notas foi possível verificar a referência subsidiária a museus.

<sup>173</sup> *Habitos antigos...* Correio da Manhã, Rio de Janeiro, ano XXXII, n. 11.683, p. 04, 05 de janeiro de 1933.

manter uma sinecura. Tal acusação não era nova, tendo sido também publicada uma nota com o mesmo teor em fins de 1931<sup>174</sup>.

Assim, supomos que quando o comunicado chegou à imprensa, divulgando os periódicos vinculados ao OIM, apresentando um quadro avaliativo dos museus brasileiros e ressaltando a importância da divulgação de suas informações, teve uma dupla função, quais sejam: a de defender a atuação do Delegado do Brasil no IICI por meio da divulgação das ações da instituição, ressaltando os impactos no Brasil das ações desenvolvidas pelo IICI e o Delegado do Brasil no Instituto, posto que um dos motivos dos ataques sofridos por Elyseu de Montarroyos (além do custo de manutenção de seu posto) fosse porque seus “[...] resultados ou benefícios, mínimos que sejam, não são conhecidos pelo país”.

Ainda em 1932, em relatório submetido ao MREx, Elyseu de Montarroyos defendia as atividades do IICI — e, assim, da cooperação intelectual internacional — como uma “[...] *alavanca poderosíssima para a educação e a instrução do nosso povo [...]*”, e que a falta de incentivo nessa área tinha como consequência prejudicar “[...] *notavelmente o prestígio internacional do nosso país como nação civilizada [...]*”<sup>175</sup>. Elyseu de Montarroyos apontava, para contornar esse problema — a incipiente atuação brasileira na cooperação intelectual internacional e a falta de prestígio do Brasil ante os países ditos civilizados — para a ampliação da circulação de informações sobre o Brasil no exterior, e dos trabalhos produzidos pelo IICI no Brasil<sup>176</sup>.

Não obstante, voltando à atuação do IICI em relação aos museus, devemos sublinhar que foi possível verificar ao longo de toda a década de 1930 as demandas do Delegado do Brasil no IICI, e frequentes queixas devido à falta de responsividade dos museus a elas, no sentido tal que não foram muitas as vezes nas quais os museus enviaram informações com vistas à divulgação no exterior nas diversas

<sup>174</sup> A língua portuguesa na Sorbonne. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, ano XXXI, n. 11.358, p. 04, 23 de dezembro de 1931.

<sup>175</sup> MONTARROYOS, Elyseu Fonseca de. Ofício n. 14. Remessa do último relatório sobre a atividade do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual. Paris, 25 de maio de 1932.

<sup>176</sup> Aqui devemos demarcar nossa discordância com José Armando Zema de Resende (2013) no sentido que ele afirma que a atuação de Elyseu Fonseca de Montarroyos, o caracterizando como um “pragmático, que soube conciliar sua atuação pública e política com seus interesses particulares. Pouco se encontra em sua trajetória que denote interesse legítimo pelos rumos da nação ou comprometimento com valores ideológicos.” (p. 84.). Cf. REZENDE, José Armando Zema de. A cooperação intelectual internacional da Sociedade das Nações e o Brasil (1922-1938): dinâmicas de um processo. 2013. 136 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

publicações do IICI — quando comparadas à quantidade de solicitações realizadas —, como a já citada *Mouseion* e seu suplemento mensal, mas, também, ao periódico *Les Musées Scientifiques — Scientific Museums*, editado de 1933 a 1939. Também foi verificado o envio sistemático de publicações sobre museus e monumentos, dessa forma buscando concretizar a sugestão dada em 1932, de não só circular conhecimento estrangeiro no Brasil, assim como circular informações brasileiras no exterior, iniciando tais atividades logo em seguida ao envio do Ofício n. 14<sup>177</sup>.

Portanto, o papel afirmado no IICI no desenvolvimento de estatísticas sobre museus brasileiros pode ser destacado, ainda, no sentido de que mesmo havendo o comunicado da DGIED em janeiro de 1933, Elyseu de Montarroyos permaneceu em seu intuito de buscar informações sobre tais instituições brasileiras, conforme é demonstrado pelo ofício n. 53, enviado em 30 de setembro de 1933 por Montarroyos ao MREx, cujo tema era o “Repertório internacional dos Museus”.

Nessa comunicação, Montarroyos enviou duas cópias do volume 2 da coleção “Répertoire International de Musées”, referente aos Países Baixos e Guiana (Pays-Bas e Indes Néerlandaises), sendo que uma cópia deveria permanecer no MREx e outra deveria ser encaminhada à Diretoria Geral do Informações do Ministério da Educação. O envio da obra para o MES teria, segundo Montarroyos, a finalidade de auxiliar na produção dos dados quantitativos relacionados aos museus com base no modelo utilizado pelo OIM.

O autor destaca que reconhece as dificuldades encontradas para a produção desses dados — muito possivelmente uma referência à resposta anterior do Ministro da Educação e Saúde — no Brasil, mas reforça a importância do êxito dessa atividade, indicando ainda já ter sido acertado com E. Foundoukidis que o Brasil — assim que enviasse tais dados — os teria publicados na coleção juntamente aos dados da França (que figurou no volume 1 da coleção), e da Holanda, que eram então enviados ao Brasil.

Atento ao desenvolvimento da Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual, que naquele momento (1933) estava em processo de reformulação, e

---

<sup>177</sup> Seu ofício n. 15, datado de 26 de maio de 1932, parece marcar o início do envio de exemplares e fascículos das revistas *Mouseion*, seu *Supplément Mensuel* — ainda naquele momento nomeado como *Musées et Monuments*, prática que perdurará durante toda a década, incluindo outras publicações, como livros e a também citada revista *Les Musées Scientifiques*.



que teve Edgard Roquette-Pinto<sup>178</sup> eleito como seu presidente<sup>179</sup>, aponta que caso essa já estivesse em pleno funcionamento, poderia caber à Subcomissão de Museus e à Subcomissão de Artes Populares o desenvolvimento da atividade de coleta de informações culturais brasileiras. Mas, na situação em que se encontrava o processo de reformulação e a urgência da demanda, Montarroyos sugeriu que fosse composta uma pequena comissão, na qual também participasse um representante do MREx.

Nesse sentido, o trabalho e os participantes dessa pequena comissão poderiam ser utilizados como um núcleo inicial das futuras Subcomissões, que, seguindo a sugestão do Delegado do Brasil no IICI, deveriam ter também a participação de membros das sociedades de artistas brasileiros, indicando, para tanto, o poeta e pintor potiguar Raul Pedroza<sup>180</sup>, na qualidade de Presidente do Departamento de Artes Plásticas da Associação de Artistas Brasileiros.

Apesar das amplas expectativas de Elyseu de Montarroyos acerca da publicação dos dados sobre os museus brasileiros na coleção *Répertoire International de Musées*<sup>181</sup>, nenhum volume foi publicado sobre o Brasil, e o único<sup>182</sup> volume publicado posteriormente àquele sobre os Países Baixos (1933) foi o referente aos museus poloneses (1936), tendo ainda o primeiro volume da coleção sido dedicado aos museus franceses (1933). Não seria ainda na década de 1930 que seria produzido um repertório de museus brasileiros.

---

<sup>178</sup> Edgard Roquette-Pinto (1884-1984) foi um intelectual brasileiro que se destacou nas áreas da medicina e do desenvolvimento da antropologia no Brasil. É considerado o pai da radiodifusão no Brasil, tendo fundado o Instituto Nacional de Cinema Educativo durante o governo Vargas. É uma das figuras de maior nome na etnologia brasileira, tendo sido diretor do Museu Nacional e participado da Missão Rondon, em 1912.

<sup>179</sup> Cf. MONTARROYOS, Elyseu Fonseca de. Carta ao Diretor do IICI. Paris, 01 de fevereiro de 1933. Disponível em: <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/08133765-cdee-68c3-d725-14fccde4a9e4/media/aa6eae1f-ff61-7138-5938-266b4e3e8bf2> Acesso em 26/03/2021.

<sup>180</sup> Raul Gomes Pedroza (1892-1961) foi um intelectual brasileiro mais lembrado por sua atuação na literatura e nas artes plásticas, sendo fundador do Pen Club.

<sup>181</sup> É de se destacar que as intenções de produzir um “Repertório Internacional de Museus” é anterior à década de 1930, sendo encontrada, no âmbito do IICI, desde o começo de suas atividades, como é possível verificar em notícias publicadas em periódicos franceses relatando o início das atividades do IICI, que em sua Subcomissão de Letras e Artes resolveu ainda em novembro de 1925 produzir um “répertoire international des musées”. Cf. Les beaux-arts à l’Institut International de Coopération Intellectuelle. Le Bulletin de L’Art Ancien et Moderne. Paris, n. 725, fev., p. 41, 1926; e, Chronique – Informations et Expositions. Art et décoration: Revue mensuelle d’art moderne. Paris, septembre, p.1, 1926.

<sup>182</sup> Os repertórios da França (1930) e da Polônia (1927) já haviam sido divulgados como publicações à parte da coleção, sendo reeditados nas datas indicadas como parte da coleção *Répertoire International des Musées*. Em seu Volume 41-42, de 1938, a revista *Mouseion* traz a informação de que estava em planejamento a publicação de outros volumes da coleção *Répertoire ...*, listando a Grécia e a Romênia como países que teriam seus dados publicados, entre outros.

E ainda demoraria até que algum museu brasileiro colaborasse com tais publicações, conforme observado em comunicação de janeiro de 1934<sup>183</sup>, do qual transcrevemos um trecho, no qual Montarroyos diz que:

“*Mouseion*”, revista de arte única no gênero, é uma publicação técnica de que nenhum museu pode prescindir. Entretanto, os museus brasileiros continuam a parecer ignorá-la, apesar de lhes havermos enviado, o Instituto e eu, já três vezes, exemplares especímenes, com circulares mostrando-lhes as vantagens que teriam em assiná-la. É lamentável que os nossos técnicos de museografia não se sirvam de tal revista — cujas páginas, assim como as do seu Suplemento mensal (“*Informations Mensuelles*”), lhes foram oferecidas pelo Director do Instituto — ao menos para tornar conhecida no exterior a atividade brasileira em tão importante domínio.” (MONTARROYOS, 1934)

A pesquisa de Henrique de Vasconcellos Cruz Ribeiro (2014) traz alguns exemplos da ação divulgadora dos museus brasileiros na *Mouseion* e seu suplemento mensal, mas seu foco de análise é nas relações entre a ação do OIM e a criação do Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional, bem como não há citações ao periódico *Les Musées Scientifiques*<sup>184</sup>.

Em notícia publicada pelo Correio da Manhã (09/03/1935) e pelo Diário Paulistano (10/03/1935), há a informação de que os seguintes trabalhos técnicos haviam sido enviados ao Delegado do Brasil no IICI: Protecção e conservação dos monumentos históricos e artísticos; cursos administrativos para bibliotecas e museus; Protecção dos monumentos históricos e obras de arte; Cooperação Internacional dos Museus; e, conservação dos monumentos de arte e de história<sup>185</sup>.

Não obstante essa notícia — e a não existência desses artigos publicados na *Mouseion*, uma resposta oficial dos museus brasileiros só ocorreu em 1937<sup>186</sup>. Conforme consta a comunicação N. 196 de 20/10/1937, na qual Gustavo Barroso envia o relatório de atividades do MHN no ano de 1936, e aquela de n. 537, de 28/10/1937, enviado pelo Museu Nacional, informando as atividades desenvolvidas

<sup>183</sup> MONTARROYOS, Elyseu Fonseca de. Ofício n. 11. Remessa da revista *Mouseion* (volume 23-24). Paris, 22 de janeiro de 1934.

<sup>184</sup> A omissão sobre esse último, imaginamos, se deu pois o autor centrou sua análise em fontes salvaguardadas pelo MHN, e, também o referido comunicado do DGIED/MES cita apenas as duas publicações destacadas por Ribeiro. De todo modo, foram inúmeras as demandas sobre notícias a publicar nesse periódico que foram encontradas no Arquivo Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro.

<sup>185</sup> Não obstante a impossibilidade de verificar a publicação do material citado em *Mouseion*, o OIM possuía uma linha editorial que ultrapassava a publicação dos periódicos, pelo que o material pode ou poderia vir a ser inserido em livros que viessem a ser editados pelo *Office*.

<sup>186</sup> Deve-se fazer o alerta que tais documentos foram recolhidos no Arquivo do Ministério das Relações Exteriores, no Rio de Janeiro, pelo que não deve ser excluída a possibilidade de outros envios cujos documentos não tenham sido salvaguardados pelo dito Arquivo.

pela instituição no primeiro semestre de 1937, das quais Montarroyos acusou seu recebimento no ofício n. 121, de 15/12/1937, tendo sido tais notícias publicadas nos números de março e abril de 1938 do *Supplément Mensuel*. Já no início de 1938 o MHN produziria as informações necessárias para suprir o questionário relativo às coleções de numismática, em pesquisa coordenada pelo OIM e publicizada por meio de *Mouseion*<sup>187</sup>.

Destaca-se, ainda, que consta no Relatório do Ministério das Relações Exteriores de 1937<sup>188</sup> (p. 146) que permaneciam sem respostas as demandas aos intelectuais brasileiros — propostas pelo Delegado do Brasil no IICI — que produzissem obras e informações acerca de temas relevantes para a divulgação da cultura brasileira no exterior, incluindo entre esses pedidos aquele sobre “As atividades dos museus”.

Em 1938, Oswaldo Teixeira enviou comunicado diretamente a Elyseu de Montarroyos informando da fundação do MNBA (Ofício n. 19, de 12/02/1938), e em 1939 enviou por meio do MREx o relatório de atividades acerca do ano de 1938 (Ofício n. 58, de 23/05/1939), publicado na edição de junho de 1939 do *Supplément Mensuel*.<sup>189</sup>

O ano de 1939 também nos parece ter sido o ano no qual houve a maior responsividade aos comunicados enviados pelo MREx aos museus brasileiros, considerando que foram encontrados ofícios enviados pelas seguintes instituições: Museu Mariano Procópio (MG), em 09 de junho; Museu Histórico Nacional (RJ), em 12 de julho; e, Museu Rocha (CE), em 27 de julho.

Além desses dados, no ofício n. 124, de 16/10/1939 o Delegado do Brasil no IICI acusou o recebimento, por parte do MREx, de dados acerca de 14 (catorze) museus brasileiros: MHN (RJ), MNBA (RJ), Museu Simoens da Silva (RJ), Museu e Pinacoteca de Educação Sexual (RJ), MN (RJ), Museu Paulista (SP), Instituto

<sup>187</sup> BARROSO, Gustavo. Ofício n. 10. Repertório de coleções numismáticas. De Museu Histórico Nacional para Ministério das Relações Exteriores. Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1938.

<sup>188</sup> Os relatórios do Ministério das Relações Exteriores de 1890 a 1960 estão disponíveis para a consulta na Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional. Conferir: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=873934> (período entre 1890 e 1928) e <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=ZB0028>. Acesso em 05 de maio de 2019.

<sup>189</sup> Em 23 de agosto de 1938 Elyseu de Montarroyos enviou a A. Establier, chefe da Seção de Relações Científicas do IICI uma nota, indicando estar em anexo um conjunto de informações sobre museus brasileiros que o Delegado do Brasil solicitava que fossem publicados em *Les Musées Scientifiques*, sendo respondido em 13 de outubro positivamente por Establier. Cf. MONTARROYOS, Elyseu Fonseca de. Carta manuscrita para A. Establier. Paris, 23 de agosto de 1938. Disponível em: <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/bb4dd392-c540-f269-66c7-8fa91e7cfb21/media/e78782e9-3dc8-a034-dbf5-b936cdc36bae>. Acesso em 15/02/2021.

Butantan (SP), Museu Botânico (SP), Museu do Instituto Geográfico e Histórico da Baía (BA), Museu Coronel David Carneiro (PR), Museu do Ginásio Catarinense (SC), e, Museu do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (PE)<sup>190</sup>.

O único museu brasileiro a que temos registro da realização da assinatura de *Mouseion* e seu *Supplément Mensuel* — após quase 10 anos de insistência e divulgação — foi o Museu Nacional de Belas Artes, sendo tal afirmado por Elyseu de Montarroyos em seu ofício n. 23, de 23/02/1940, que informa também a solicitação de Heloísa Alberto Torres para o envio da referida publicação ao MN.

Entretanto, o Delegado do Brasil informa ser impossível de realizar mais esse envio gratuito, observando que o Brasil era o único país vinculado ao IICI que recebia publicações gratuitas, em número de 6 exemplares por edição, sendo estas aqueles números que foram periodicamente enviados por Montarroyos ao MREx para ser distribuído entre instituições como o próprio MREx, a Diretoria de Estatística do MES, o Instituto Educação pela Paz, e também frequentemente o Governo do Estado de Minas Gerais, Biblioteca Nacional, Academia Brasileira de Letra e a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, entre outras instituições que eventualmente foram destinatárias das publicações.

### 3.4. (Desejos de) Cooperação Intelectual para a estatística museal

Se não houve uma adesão pelos museus brasileiros na colaboração e assinatura<sup>191</sup> dos periódicos do OIM e do IICI, ao longo da década de 1930, o envio

<sup>190</sup> É provável que tais dados tenham sido publicados no periódico *Les Musées Scientifiques*, mas não foi possível a consulta a tal periódico. Ele consta no acervo digitalizado pelo Hathi Trust, mas encontra-se com acesso restrito devido à lei de direitos autorais norte-americana. Há indícios da existência de coleção 30 números na Biblioteca do Museu Nacional, mas tal coleção não está completa, e encontra-se em situação inviável de consulta no momento. Por fim, há ainda a indicação em carta enviada por Henri Bonnet a Elyseu de Montarroyos em 02 de novembro de 1939 acusando o recebimento de informações de museus brasileiros. Por fim, o Diretor do IICI agradece ao Elyseu e ao secretário da CBCI, Bueno do Prado, pelo envio das informações. Cf. BONNET, Henri. Carta a Elyseu Fonseca de Montarroyos. Paris, 02 de novembro de 1939. Disponível em: <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/f60ff2d8-d47b-eb2b-a7c5-3c5f7ada5ae7/media/72addfee-2097-bf49-e1af-92dd0f7e719d> Acesso em 30/05/2020.

<sup>191</sup> Na pasta “Musées Scientifiques” do Arquivo Digital da Unesco há uma série de recibos e fichas de subscrição de assinaturas de “Musées Scientifiques – Scientific Museums”. IICI. Assinaturas de Musées Scientifiques. Paris. s/d. Disponível em <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/90da7054-95ed-3c21-ca7e-3bb471f12da1/media/51800d7c-f38c-fcff-dfb1-a7b3877d0bbe> Acesso em 08/03/2020. Do mesmo modo na pasta “Musées et Monuments” há documentos relativos às assinaturas deste periódico. Cf. IICI. Assinaturas de Musées et Monuments. Paris, s/d. Disponível em: <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici->

de publicações por Elyseu de Montarroyos ao MREx e ao MES foi pavimentando uma parceria principalmente com a DGIED/MES<sup>192</sup>, que a partir de fevereiro de 1933 passou a também receber cópias dos exemplares dos periódicos enviados ao MREx.

Além do recebimento de publicações, é possível apreender, pela troca de comunicações do Delegado do Brasil com o próprio IICI, os indícios do estreitamento das relações entre ele e Teixeira de Freitas. E podemos perceber isto a partir de janeiro de 1933, logo após a publicação do comunicado sobre o tema da Cooperação Internacional dos Museus, quando no dia 25, Montarroyos encaminha a Henri Bonnet cópias em português, francês e inglês do Convênio Estatístico assinado entre a federação, os estados e municípios brasileiros em dezembro de 1931, assim como o pedido de que fosse divulgado no *Bulletin* do IICI a notícia da assinatura.<sup>193</sup>

No mesmo ano, Montarroyos entrou em contato<sup>194</sup> com Vincenzo Castrilli<sup>195</sup>, solicitando o envio de lista de personalidades e administrações de diversos países do mundo no âmbito da estatística, fato que sem dúvidas foi motivado pelos interesses de Teixeira de Freitas no estabelecimento do Brasil como um agente no cenário internacional das estatísticas. No mesmo sentido, no início de 1934<sup>196</sup>, uma vez mais, Castrilli foi interpelado por Montarroyos, enviando ao Delegado do Brasil uma lista das principais publicações sobre estatística intelectual do mundo.

---

[documents/detail/4628186f-35cd-9c5c-bb78-19718d00e55d/media/678f09df-edd7-f1cd-8855-b909917fdfe3](https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/4628186f-35cd-9c5c-bb78-19718d00e55d/media/678f09df-edd7-f1cd-8855-b909917fdfe3) Acesso em 08/03/2020.

<sup>192</sup> Como foi observada a defesa da atuação de Elyseu de Montarroyos na publicação do comunicado do DGIED/MES no jornal *Correio da Manhã* de 07 de janeiro de 1933.

<sup>193</sup> Não foi possível verificar se a publicação da notícia ocorreu. A Biblioteca Nacional da França, em seu portal Gallica, disponibiliza algumas edições digitalizadas do periódico, entretanto não há números digitalizados relativamente ao ano de 1933, e no volume relativo a 1934 não há a informação buscada. Cf. MONTARROYOS, Elyseu Fonseca de. Carta a Henri Bonnet. Paris, 25 de janeiro de 1933. Disponível em <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/9f67988b-4f85-e0f2-2631-d93fa85ce5a5/media/909273ae-a146-d02c-910f-5b4f9008246f> Acesso em 08/03/2020.

<sup>194</sup> Cf. CASTRILLI, Vincenzo. Carta a Elyseu Fonseca de Montarroyos. Paris, 18 de julho de 1933. Disponível em <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/87563712-cc4a-06fb-209b-3ee45c39e9c6/media/06929907-a0ee-0c73-7307-b7208f00840a> Acesso em 08/03/2020.

<sup>195</sup> Vincenzo Castrilli (1885-1952) foi um estatístico e professor universitário italiano, colaborou com o IICI entre os anos de 1929 e 1938, na chefia do Serviço de Informações.

<sup>196</sup> O documento em questão trata-se da resposta de Castrilli a Montarroyos, indicando que o Delegado do Brasil apresentou uma lista de países, sem ter sido possível, entretanto, apresentar dados sobre todos eles, sendo destacado por Castrilli a dificuldade em ter informações disponíveis, exemplificando a situação a partir dos países do continente americano. Infelizmente não encontramos o pedido inicial de Montarroyos de modo a apreender quais eram os países alvo da solicitação. Cf. CASTRILLI, Vincenzo. Carta a Elyseu Fonseca de Montarroyos. Paris, 02 de fevereiro de 1934. Disponível em: <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/87563712-cc4a-06fb-209b-3ee45c39e9c6/media/f2e78b97-4d6d-1447-85b6-8a7a70903810> Acesso em 08/03/2020.

O mesmo Vincenzo Castrilli teria um papel destacado, no âmbito do IICI, do desenvolvimento de estatísticas relativas aos museus e sua aplicação não somente como ferramenta de gestão, frequentemente restrita à análise do fluxo de visitantes ao longo dos anos, sendo verificada a publicação de dois artigos de sua autoria intitulados *La statistique et les musées* em *Mouseion*, um em 1934 e outro no ano seguinte<sup>197</sup>, fruto da incumbência atribuída pelo OIM a tal profissional de que elaborasse um estudo propositivo das relações entre estatísticas e museus.

O primeiro artigo surge, portanto, como uma apresentação e reflexão inicial sobre o tema, ao passo que o material publicado em 1935 consiste no relatório apresentado ao Comitê de Direção do OIM em março do mesmo ano.

No artigo de 1934, Castrilli reflete sobre como a relação entre a quantidade de peças expostas e em reserva podem influenciar os diferentes públicos, sejam leigos ou especialistas, defendendo, ainda que os museus devam ser distinguidos, nas estatísticas, pelas categorias de objetos coletados, mas que tais abordagens, de quantificação e classificação não devem ser percebidas como formas de qualificar do acervo ou os próprios museus.

O estatístico ainda pondera que não se pode refletir sobre as possibilidades educativas e científicas do patrimônio histórico e artístico apenas a partir da quantidade de museus públicos ou privados abertos ao público, visto que o patrimônio salvaguardado em museus é uma parcela de um conjunto maior que eventualmente encontra-se em outros edifícios que não são definidos como museus, apesar de colecionarem e apresentarem o patrimônio às pessoas.

Castrilli colocou em debate a própria concepção de uma estatística internacional dos museus, a partir da experiência realizada pela *Museums Association*, do Reino Unido, em 1932, na qual os dados apresentados indicavam, segundo seu relato, números na ordem de 1.370 (mil trezentos e setenta) museus para os Estados Unidos da América, enquanto, para a Itália, o estudo apresentava o número de 420 (quatrocentos e vinte) museus.

Sua análise questionou, então, que a falta de uniformização de critérios seria um impeditivo à própria comparabilidade dos dados, uma vez que, no caso norte-americano, havia sido colocado na soma cerca de 600 coleções pertencentes a

---

<sup>197</sup> CASTRILLI, Vincenzo. *La statistique et les musées*. *Mouseion*, Paris, ano 8, vols. 27-28, ns. III-IV, pp. 185-191, 1934. \_\_\_\_\_. *La statistique et les musées*. *Mouseion*, Paris, ano 9, vols. 29-30, ns. I-II, Pp. 139-145, 1935.

instituições de ensino, ao mesmo tempo que no caso italiano os museus contabilizados seriam apenas aqueles relacionados às coleções de arte e antiguidades.

Para Castrilli, o esboço de um esquema das estatísticas dos museus deveria, conseqüentemente, buscar especificar sua quantidade, suas características e a organização técnico-administrativa e financeira dessas instituições, tendo atenção também a possibilidade de determinar conteúdo dos museus e os usos que eram feitos dele, por meio da avaliação do público visitante e de suas exposições.

Por fim, com a apresentação da experiência italiana, Castrilli reflete que a relação entre estatística e o campo dos museus — para além daquelas produzidas pelos museus para uso próprio, como a restrita à contabilização do número de visitantes — não era ainda uma prática disseminada em muitos países, o que no caso da Itália ocorreu apenas no ano de 1929.

Em seu relatório, apresentado como forma de artigo no periódico, em 1935, Vincenzo Castrilli põe à leitura as objeções à própria produção de estatísticas dos museus, no sentido em que argumentos vários defendiam a impossibilidade de avaliar a qualidade de um acervo apenas por números, de modo que era plenamente conhecida a existência de pequenos museus com um acervo diminuto, mas de elevado valor, e que, portanto, concluíam que a aplicação das estatísticas aos museus deveriam restringir-se a dados como número de entradas, profissionais empregados, receitas e despesas, ao passo que seria irrelevante saber, dentre os visitantes, se teriam nível superior em educação ou não.

Castrilli deixa explícito que o objetivo da elaboração daquela proposta não era simplesmente de produzir dados para a administração dos museus, mas produzir informações que fossem relevantes para o próprio museu, para as administrações dos Estados e, também, para pesquisadores interessados no assunto.

Contrapondo o argumento de que com o arrolamento do acervo não é possível avaliar a qualidade do próprio acervo, Castrilli chama atenção ao fato de que tal questionamento não é feito, por exemplo, relativamente às estatísticas de bibliotecas, que listam a quantidade de obras em seu acervo, e que da mesma forma, ao se contabilizarem os números relativos à edição de livros em um país, a partir desses números não é possível aferir a qualidade da literatura produzida, mas um índice da atividade intelectual.

Entre tais índices, está mesmo aqueles que permitem classificar tal produção por assunto e outras formas de classificação, sendo também verdade para o caso dos acervos salvaguardados em museu, permitindo identificar suas tipologias, distinguir as coleções artísticas de outras, o número de exposições, enfim, produzir dados que sejam relevantes tanto para funcionários das administrações estatais quanto para pesquisadores.

Em seu plano para a estatística dos museus, o primeiro elemento a ser definido seria exatamente o que é museu, ou, podemos dizer, qual o critério definidor que permitiria uma instituição ser incluída na estatística ou não, e reflete: devemos considerar museus todas as coleções existentes em um determinado país ou apenas aquelas abertas ao público? Paralelamente, recomenda que no processo de definição do que é um museu tenha-se em vista que a classificação precisa ser elaborada de modo a permitir separar as diversas entidades das quais tais instituições dependam, seja o Estado, a Igreja, a um ente privado etc.

O que implica também definir se cabe na definição de museu aquelas coleções utilizadas para fins educativos restritos aos frequentadores do estabelecimento de ensino ao qual elas estejam vinculadas. Castrilli ainda defende a validade da produção de estatísticas acerca do acervo dos museus, separando-os por categorias e subcategorias — consoante a própria natureza do acervo, também defendendo a validade do questionamento relativamente ao acervo exposto e em reserva, fazendo a ressalva de que é sabido que, entretanto, alguns museus têm sua área expositiva — logo, o número possível de obras em exposição — limitada pela própria arquitetura do museu, ou seja, que não se deve partir para conclusões apenas com base na quantificação de peças em acervo, pois pode ser que não seja essa uma opção do museu, mas uma condição do mesmo.

Não obstante tal novidade, quando comparamos o esquema com o questionário enviado pelo OIM aos museus em 1932, ou mesmo com o esquema proposto pela Comissão Mista do IIE, em 1927, o grande mérito da proposta é aquela de tornar mais complexa a abordagem, chamando a atenção dos leitores de *Mouseion* à diversidade que já fazia parte da realidade dos museus na altura, ainda que poucas instituições a percebessem.

Assim, seu esquema dividiu-se em três partes, a primeira, dedicada à “situação legal e organização das coleções”, onde se deveria buscar as informações quantificáveis relacionadas à qual a natureza administrativa da instituição (se



vinculada ao Estado, outras formas de administração pública, de autoridades eclesiais ou particulares) e da organização administrativa e financeira, na qual Castrilli indicava como pontos relevantes para a estatística aqueles referentes aos profissionais, os horários e dias de funcionamento, o número de dias aberto ao longo de um ano e seu orçamento detalhado, incluindo receitas, com as devidas proveniências e gastos conforme as rubricas adequadas — pessoal, manutenção etc.

A segunda divisão de seu esquema era dedicada ao “conteúdo e organização das coleções”, as quais deveriam ser classificadas consoante a tipologia de seus acervos (por exemplo, pinturas, esculturas etc.), assim como, caso possível, que os objetos também fossem classificados em subdivisões que indicassem se estavam em exposição, em reservas técnicas ou em coleções de estudo. Também nesta parte os museus deveriam fornecer dados acerca dos “movimentos” das coleções, que interpretamos como os processos de aquisição e descarte<sup>198</sup> de peças, bem como classificar os edifícios onde estavam localizadas (por exemplo, se um prédio histórico ou se construído especificamente para abrigar o museu) e qual a área total disponível para exposição do acervo.

Por fim, na terceira parte de seu esquema encontramos a sugestão de que ao produzir estatísticas de museus, sejam quantificadas as entradas (nas suas diversas categorias, se gratuitas e quais tipos de gratuidade, se pagas, se em grupo, se em grupos escolares etc.), e, também, das características individuais dos visitantes, classificando-os por gênero, idade e profissão.

A terceira parte finaliza com uma categoria “Outros indicadores”, nas quais é sugerida a produção de estatísticas relativas aos materiais impressos (catálogos, guias etc.) a existência de bibliotecas, se há alguma forma de preparo de reproduções para comercializar, dados relativos às autorizações para produção de cópias do acervo, número e características de cursos, conferências ou visitas guiadas realizadas pela equipe do museu, ou no interior do museu com autorização institucional, número de exposições temporárias, quais as atividades educativas relacionadas à infância, serviços de hospitalidade para os visitantes (como restaurante/café, fumódromos etc.) e, por fim, o número de associações dedicadas

---

<sup>198</sup> Por descarte, compreende-se contemporaneamente toda saída definitiva de uma peça do acervo do museu, seja por meio da sua inutilização (por deterioração ou desastre, por exemplo), desaparecimento (furto ou roubo), permuta, doação, entre outras formas.

ao apoio dos museus (como associações de amigos). (CASTRILLI, 1935, p. 146–147).

### 3.5. Sabores internacionais na estatística museal brasileira

Quem está lendo deve estar se perguntando, então: e o que isto tem a ver com a produção e circulação de informações sobre os museus brasileiros? Para responder, precisamos viajar no tempo, mais precisamente, para 1933, ano-base dos dados sobre museus brasileiros publicados no Anuário Estatístico de 1936, pois não acreditamos ser coincidência a sincronia entre o comunicado da DGIED de janeiro de 1933 (aquele da Cooperação Internacional de Museus), e o ano-base dos dados publicados no AEB 1936.

No primeiro, o comunicado, nós encontramos, além do que já foi exposto, uma breve análise do campo museal brasileiro do período, nos informando que:

Segundo os dados oficiais já se registram no Brasil para mais de duas dezenas de museus, inclusive meia dúzia de instituições dessa natureza mantidas pela iniciativa particular. Esses estabelecimentos abrangem especialidades diversas, destacando-se os de ciencias e artes em cujo numero figuram os mais antigos, alguns dos quaes, pelas suas gloriosas tradições, justificam o alto conceito de que desfrutam dentro e fora do paiz (CORREIO DA MANHÃ, 07/01/1933, p. 8)

Avancemos então para 1936, quando o Instituto Nacional de Estatística (INE), sucessor da DGE, publica o AEB 1936<sup>199</sup>, trazendo dados sobre os museus brasileiros referentes ao ano-base de 1933. Apesar de constar no Decreto n.º 24.609 de 06 de julho de 1934, em seu artigo 17, que era obrigação do Instituto a “[...] publicação regular e uniforme da série dos anuários estatísticos do Brasil” (BRASIL, 1934, s/p), na década de 1930 apenas a regularidade foi alcançada relativamente aos dados sobre os museus brasileiros, sendo os dados apresentados entre uma publicação e outra bastante diferentes<sup>200</sup>.

Então, alguns ausentes na publicação anterior (o Anuario 1908–1912) aparecem, observando que o INE publicou o registro de 22 (vinte e dois) museus no

<sup>199</sup> Há, em 1931 a publicação, pela Typographia do Departamento Nacional de Estatística, da obra “Estatística intellectual do Brasil”, que traz também dados sobre os museus brasileiros, entre outras informações, tendo como ano-base 1929. No entanto, não foi possível a sua consulta.

<sup>200</sup> Conferir “Gráfico 2 – Periodicidade de dados inéditos sobre museus no AEB por década de publicação” e “Gráfico 3 - Total de questões publicadas nos AEB (1908-1912 a 1992)”, respectivamente, páginas 63 e 64.

Brasil naquele momento<sup>201</sup>, com uma concentração de 09 (nove) museus no Distrito Federal (Rio de Janeiro), seguida por 03 (três) museus em São Paulo. Os estados de Minas Gerais, Pará e Paraná possuíam 02 (dois) museus, cada; e, Bahia, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Sul, 01 (um) museu. Desses dados podemos perceber imediatamente o aumento do número de museus registrados pelo INE, ampliando, assim, a sua rede de informações.

Não é por acaso que dos 22 (vinte e dois) museus arrolados, pelo menos 08 (oito) já existiam quando o AEB 1908–1912 foi produzido. Portanto, é possível observar a ampliação da rede de informações sobre os museus brasileiros, e as décadas de 1930 e 1940 foram especialmente marcadas pela busca de informações sobre a cultura brasileira — com especial destaque para os indicadores acerca da escolaridade —, não apenas nos termos de Schwartzman (1996), para produzir estatísticas oficiais que orientassem a formulação e avaliação de políticas públicas, mas também por parte de uma estratégia construção e divulgação da imagem no país no exterior.

Assim, quando cruzamos os tempos de 1933 que são apresentados tanto no Correio da Manhã, quanto no AEB 1936 observamos haver aproximação nos números de museus divulgados, sendo 22 (vinte e dois) no Anuário, e “mais de duas dezenas”, no comunicado do DGIED/MES. Mas, como já vimos, há divergência no número de museus privados, pois no Anuário temos 11 (onze) museus privados, e mesmo número de públicos. Tal discrepância, acreditamos, se dá pelo fato de que os dados ainda estavam em processo de produção quando do comunicado do DGIED/MES foi publicado, e tal hipótese não é sem fundamento, se vinculando intimamente à atuação de Elyseu de Montarroyos no IICI, sem a qual acreditamos que tais informações não seriam produzidas naquele momento.

---

<sup>201</sup> Foram arrolados os seguintes museus no AEB 1936 (INE, 1936, p. 365): 1) Pinacoteca e Museu do Estado (1918), na **Bahia** (01 museu); 2) Museu Rocha (c. 1894), no **Ceará** (01 museu); 3) Museu Nacional (1818), Museu Histórico Nacional (1922), Museu do Instituto Nacional de Música (1890), Pinacoteca da Escola Nacional de Belas Artes (1826), Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1851), Museu da Infância do “Instituto Moncorvo Filho” (1922), Museu Agrícola da Sociedade Nacional de Agricultura (s/d), Museu Simoens da Silva (1879), Museu de Arte Retrospectiva da Sociedade Propagadora de Belas Artes (1925), no **Rio de Janeiro (DF)** (09 museus); 4) Museu Histórico de Ouro Preto (s/d) e Museu Mariano Procópio (1915), em **Minas Gerais** (02 museus); 5) Museu Paraense Emílio Goeldi (1871) e Museu Comercial do Pará (s/d), no **Pará** (02 museus); 6) Museu Paranaense (1876) e Museu David Carneiro (1928), no **Paraná** (02 museus); 7) Museu do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico (1866), em **Pernambuco** (01 museu); 8) Museu Julio de Castilhos (1903), no **Rio Grande do Sul** (01 museu); 9) Museu Paulista (1895), Museu Republicano “Convenção de Itu” (1923) e Pinacoteca do Estado (1905), em **São Paulo** (03 museus). As datas de fundação dos museus aqui citados não estão disponíveis no AEB 1936.

Mas, além da quantidade de museus, o que mais traz o AEB 1936? Quais dados foram publicados, além do número de museus? Neste Anuário são apresentadas “algumas indicações sobre os museus públicos e particulares arrolados”, nomeadamente seus nomes, se eram públicos ou privados, qual a natureza de suas coleções (se eram museus científicos, históricos, artísticos ou uma combinação de duas ou mais), em quantas seções se dividia o museu, seu número de coleções e a visitação. (INE, 1936, p. 365)

À primeira vista, não são, de fato, muitas informações, e a própria disposição das informações não guarda semelhança com as sugestões do IICI, seja as de 1928 ou ainda do questionário elaborado para a pesquisa do Repertório Internacional de Museus, mas tal deve ser posto em relação com a própria produção do Anuário, que segundo informado em seu Prefácio, foi realizada aceleradamente para estar pronto antes de 15 de dezembro de 1936, data na qual ocorreria a reunião inaugural do Conselho Nacional de Estatística, em relação ao qual José Carlos de Macedo Soares<sup>202</sup>, Presidente do INE, reconhece as falhas e as lacunas da publicação<sup>203</sup> (Idem, pp. VII-IX).

Ainda assim, os trabalhos desenvolvidos na produção de dados quantitativos sobre os museus brasileiros — inseridos na ampla gama de indicadores culturais — possibilitaram o avanço no conhecimento do campo museal do país. Mas este não foi, de todo, um processo linear e incremental, cabendo destacar que no AEB 1937 teve como alvo de publicação de dados apenas duas instituições: o Museu Histórico Nacional e o Museu Nacional.

Se tais dados não nos possibilitam refletir sobre o campo museal brasileiro mais amplo, posto que apresente dados apenas de dois museus localizados na então capital federal, ele nos ajuda a pensar sobre os usos dos museus pelo público, no sentido que o foco da apresentação de dados é das séries de dados de visitação nos 5 anos anteriores à publicação.

Portanto, a análise mais óbvia que podemos realizar é a de que há um crescimento no interesse dos visitantes em ir ao MHN, e que, comparando-o com os

---

<sup>202</sup> José Carlos de Macedo Soares (1883-1968) foi um jurista e político paulista com atuação em diversos campos, desde o direito, história, literatura, arte e estatística, entre outras.

<sup>203</sup> Como vamos ver no capítulo seguinte, quando abordarmos o tema da “Crise Estatística”, será compreensível que não se pode assumir, de pronto, que os dados publicados eram aqueles produzidos, sendo, em verdade, uma pequena parte das informações produzidas sobre os museus brasileiros. Também não foi possível consultar o instrumento de coleta utilizado para a produção dessas informações, seja no acervo da biblioteca do IBGE, seja na versão anexada por Francisco Campos ao MREx ainda em 1932.

níveis de visitação do MN, o primeiro encontrava-se ainda longe do prestígio social alcançado pela já centenária instituição.

Cabe aqui destacar que, utilizando dados dos relatórios do MHN, Ana Carolina Gelmini de Faria (2017, p. 212)<sup>204</sup> apresenta dados divergentes daqueles apresentados no AEB 1937, da seguinte forma, em números somados das duas seções (História e Numismática): **1932**, 15.740 (quinze mil setecentos e quarenta); **1933**, 17.703 (dezessete mil setecentos e três); **1934**, 17.671 (dezessete mil seiscentos e setenta e um); **1935**, 35.066 (trinta e cinco mil e sessenta e seis); **1936**, 27.759 (vinte e sete mil setecentos e cinquenta e nove). No entanto, quando observamos apenas os dados referentes à visitação da Seção de História do MHN, coletados pela pesquisadora, há pouca divergência entre os números, que seguem: **1931**, 9.250 (nove mil duzentos e cinquenta); **1932**, 11.069 (onze mil e sessenta e nove); **1933**, 14.334 (quatorze mil trezentos e trinta e quatro); **1934**, 17.671 (dezessete mil seiscentos e setenta e um); **1935**, 18.793 (dezoito mil setecentos e noventa e três); **1936**, 18.930 (dezoito mil novecentos e trinta).

Ressaltar a divergência entre os números apresentados não se refere a apontar que um ou outro pode ser mais confiável, mas para destacar que o uso de dados quantitativos deve ser exatamente no sentido oposto, aquele da crítica ante à afirmação da confiança absoluta na quantificação, com base na percepção de que os dados seriados, assim como outras fontes produzidas a partir de diferentes tipologias precisam ser criticados em seu processo de formação, circulação e salvaguarda.

De todo modo, é significativo observar que há coincidência entre os números de 1931 apresentados pela pesquisadora, de 9.250 (nove mil duzentos e cinquenta) visitantes, e o ano de 1932 apresentado no AEB 1937, e, que há aproximação entre os dados apresentados entre a publicação do INE e nos relatórios do MHN consultados pela autora.

---

<sup>204</sup> FARIA, Ana Carolina Gelmini de. Educar no Museu: O Museu Histórico Nacional e a educação no campo dos museus (1932-1958). Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

Tabela 1 — Movimento de visitantes, por meses, do MN e do MHN, no período de 1932 a 1936

*SITUAÇÃO CULTURAL* 733

---

MUSEUS

**Movimento de visitantes, por meses, do Museu Nacional e do Museu Histórico Nacional,  
no período de 1932/1936**

MESES	NUMERO DE VISITANTES									
	NO MUSEU NACIONAL					NO MUSEU HISTORICO NACIONAL				
	1932	1933	1934	1935	1936	1932	1933	1934	1935	1936
* Janeiro .	7 480	8 328	8 836	13 066	10 749	<u>472</u>	795	845	1 201	985
Fevereiro.	<u>6 068</u>	<u>6 016</u>	<u>7 218</u>	<u>9 232</u>	<u>6 279</u>	492	<u>540</u>	<u>761</u>	<u>956</u>	<u>835</u>
Março . .	7 274	9 182	10 281	13 639	9 709	633	823	1 043	1 097	1 571
Abril . .	6 551	9 132	12 461	13 399	11 224	905	707	1 111	1 306	1 579
Maiço	13.039	12 267	13 287	14 351	<u>16.037</u>	737	812	1 152	1 531	1 716
Junho. .	10.988	11.162	13 663	16.953	11 664	805	1 374	1 727	1 551	1 850
Julho. . .	<u>13.125</u>	<u>13.414</u>	<u>17 439</u>	<u>17.159</u>	9 314	1 029	1.423	1 749	<u>2 020</u>	<u>2.607</u>
Agosto	8 638	<u>15 482</u>	<u>16 418</u>	16 440	11 208	<u>1 204</u>	2 015	<u>2.896</u>	1 994	1 625
Setembro	12 610	<u>12 609</u>	16 824	16 628	9 837	903	1 440	2 102	1 883	1 884
Outubro.	11 871	11 048	15 235	15 334	11.985	780	<u>2 232</u>	1 760	1 982	1 432
Novembro	9.874	10.089	14 306	16 490	12 179	559	<u>1.137</u>	1 582	1 832	1 559
Dezembro	8 055	11 700	13 386	17 719	10 642	731	1 036	940	1 031	1 287
TOTAL.	115 573	130 429	159 354	180 410	130 827	9 250	14 334	17.668	18 384	18 930

Fonte: INE, AEB 1937, p. 733. Obs.: O grifo em azul representa o mês com menor visitação, enquanto o grifo vermelho aquele com maior número de visitantes.

A hipótese que se apresenta aqui é que após o envio pelo MHN do relatório que continha tais dados, seja no MES, que os organizou, ou no INE, que os publicou, houve um processo de seleção que excluiu os dados de visitação da Seção de Numismática, sendo que tal seleção pode ter ocorrido, inclusive, devido à imperícia ou falta de atenção de quem analisou o relatório, além de uma escolha deliberada pela exclusão da visitação à Seção de Numismática do MHN.

Realizamos tal afirmação com base na análise de comunicação enviada pelo MHN ao MREx em 1937<sup>205</sup> com, supomos, os mesmos dados contidos no relatório da instituição consultado pela pesquisadora — observando que a comunicação com o MREx é composta basicamente por dados quantitativos, sem muitas análises ou reflexões por parte da instituição. Na primeira página do relatório

<sup>205</sup> BARROSO, Gustavo. Ofício n. 196. Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1937.

consta imediatamente em seu primeiro item “a) 1ª. Secção (Secção de História)” o campo “Estatística dos Visitantes”, enquanto as estatísticas de visitação da 2ª. Secção, de Numismática, encontram-se na segunda página, sob o título “Visitas e consultas”, havendo aproximação entre os números apresentados no relatório e aqueles apresentados pela pesquisadora, quando somados: **1936**: 18.930 (dezoito mil novecentos e trinta) (1ª. Secção) + 8.919 (oito mil novecentos e dezenove) (2ª. Secção), total: **27.849** (vinte e sete mil oitocentos e quarenta e nove) visitantes<sup>206</sup>.

Mas, ainda assim, é possível observar que os museus tiveram padrões de visitação aproximados, considerando que o nível mais baixo de interesse do público em os visitar concentrou-se no mês de fevereiro em ambos.

Contudo, outra diferença que salta aos olhos é que os meses de pico de visitação em ambas as instituições se localizam temporalmente próximas, mas não seguem um padrão que possa definir como tendência compartilhada, com o Museu Nacional apresentando uma tendência em concentrar o pico de visitação no mês de julho, com os anos de 1934 e 1936 apresentando desvios para os meses de agosto e julho, respectivamente. Ao mesmo tempo, o MHN não segue um padrão, enquanto o Museu Histórico Nacional apresenta concentração variável, mas ainda assim, como o MN, concentrando seus picos de visitação entre os meses de julho e agosto, com desvio no pico de visitação no ano de 1933, quando esse ocorreu no mês de outubro.

O AEB 1937 apresenta ainda dados de suma importância para compreender a relação entre museus e as práticas de colecionamento no período, e vai ao encontro das orientações sugeridas por Vincenzo Castrilli em seus artigos em *Mouseion*.

Estamos aqui falando dos dados referentes aos museus escolares, que figurarão nos AEB até sua edição de 1939–40, analisados por Vânia Maria Siqueira Alves (2016) que nos traz uma reflexão sobre a sua quantificação pelas instituições federais brasileiras, demonstrando como durante a década de 1930 o papel dos museus também era vinculado ao ensino, no qual os museus escolares entrariam

---

<sup>206</sup> Os números são iguais quando referentes à Secção de História, mas há uma pequena divergência nos números da Secção de Numismática, constando no relatório ao MREx o valor de 8.919 visitantes, enquanto a pesquisadora apresenta o número de 8.829. Tal divergência pode ter sido mero erro de digitação ou de datilografia, seja por parte de quem enviou o relatório ao Ministério ou da pesquisadora.

como uma ferramenta de aprendizagem, mais do que um elemento de identificação social a ser preservado, ou seja, a partir do viés do patrimônio cultural.

É interessante para nossa pesquisa a análise da quantificação de museus escolares no sentido tal que demonstra que se o campo dos museus brasileiros naquele período — ou o conhecimento desse campo — era ainda incipiente, afinal, no AEB 1936 só foram registradas 22 (vinte e dois) instituições, ao mesmo tempo que pode demonstrar uma adesão à proposta de Vincenzo Castrilli, de separar as coleções de instituições de ensino, denominadas no Brasil de museus escolares, dos *outros* museus.

No entanto, no AEB 1937 já era dado conta de que no ano de 1932, um ano antes do ano-base do AEB anterior existiam já 539 (quinhentos e trinta e nove) museus escolares no Brasil, passando para 1.102 (mil cento e dois) em 1937, conforme dados do AEB 1939–1940, enquanto no mesmo ano-base desse AEB (1937), houve a divulgação de 56<sup>207</sup> (cinquenta e seis) instituições museológicas, demonstrando que naquela década a política pública vinculada aos museus os ligava principalmente ao ensino, ainda que não desprezasse o seu papel na formação da identidade nacional.

A tabela na próxima página, produzida pela pesquisadora Vânia Maria Siqueira Alves (2016), demonstra para nós que se houve o desenvolvimento de uma política de fomento dos museus escolares no Brasil, tal prática não foi capitaneada pelo governo federal, ficando seu desenvolvimento a cargo principalmente dos governos estaduais e da iniciativa privada, pois no período são extintos os museus escolares vinculados às escolas federais, e, simultaneamente, que o crescimento dessas instituições em escolas municipais tem um avanço ínfimo, quando se comparado aquele observado nas instituições estaduais e privadas, que passam de 1932 a 1937, de 2 para 0, no caso federal, 195 a 498, nas escolas estaduais, 74 a 100, nas municipais, e 268 a 504, no âmbito das escolas particulares.

---

<sup>207</sup> No início da década de 1940 o Brasil já possuía pelo menos 82 instituições, criadas no século XIX e XX, até 1939, mas tal informação só foi acessível com a publicação da obra *Museums of Brazil* (1953), que será analisada no tópico posterior.



Tabela 2 — Dados sobre a relação entre museus e escolas de ensino primário, por dependência administrativa<sup>208</sup>

Ano	Ensino Federal		Ensino Estadual		Ensino Municipal		Ensino Particular		Total	
	Estab. escol.	Museus	Estab. escol.	Museus	Estab. escol.	Museus	Estab. escol.	Museus	Estab. Escol.	Museus
1932	17	2	15222	195	5201	74	6505	268	26945	539
1933	33	1	16788	549	5525	122	6433	252	28779	924
1934	32	1	16088	573	7296	152	6233	349	29649	1075
1935	35	1	16522	524	9184	146	6381	363	32122	1034
1936	29	----	17054	509	10375	118	6631	454	34089	1081
1937	44	----	17924	498	11554	100	7489	504	37011	1102

Fonte: Tabela produzida pela pesquisadora Vânia Maria Siqueira Alves (2016, p. 113) a partir de dados publicados pelo INE/IBGE.

De toda forma, o crescimento dos números de museus escolares na década de 1930 nos permite afirmar sem muitas dúvidas que esse foi uma área que teve um crescimento bastante acelerado, cuja execução centrou-se na atuação estadual e se localizou majoritariamente nas capitais, com destaque para os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Vânia Alves atribui tal crescimento na década seguinte principalmente aos postulados da Escola Nova e da criação do Serviço Cultural do Museu Nacional, a partir das publicações das obras “Organização e preparação de museus escolares”, em 1942 por Paulo Roquette-Pinto<sup>209</sup>, e das orientações publicadas a partir da criação da Seção de Extensão Cultural do Museu Nacional, em 1941 (ALVES, 2016, p 123), ela apresenta uma pequena nota acerca das publicações, ainda na década

<sup>208</sup> Essa tabela foi produzida pela pesquisadora Vânia Maria Siqueira Alves e apresentada em sua tese de doutorado em Museologia e Patrimônio, intitulada “Museus escolares no Brasil: de recurso de ensino ao patrimônio e a museologia”, defendida em 2016 no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Tomou-se a decisão de utilizar aqui os quadros e gráficos produzidos pela pesquisadora de modo a dar o devido crédito à pesquisa já realizada, dessa forma, contribuindo para a disseminação da pesquisa em questão e não incorrer em trabalho duplicado.

<sup>209</sup> Paulo Baptista Roquette-Pinto (1909-1974) foi um médico brasileiro, filho de Edgard Roquette-Pinto. Aqui cabe também citar um indício oportuno, que é o fato de ter Roquette-Pinto sido presidente da Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual, assim, tendo acesso às publicações enviadas por Elyseu de Montarroyos sobre os museus, observando que a função educativa dos museus já era objeto de intensa discussão internacional na década de 1930, capitaneada por autores como o já citado Laurence Vail Coleman, entre outros.

de 1930 de Bertha Lutz<sup>210</sup> e Leontina Busch<sup>211</sup> (Idem, p. 124), que para nós tem extrema relevância, observando que Lourenço Filho<sup>212</sup>, também um dos expoentes da Escola Nova buscou informações com a primeira acerca de sua obra “A Função Educativa dos Museus”, produzida com base em intercâmbio realizado nos Estados Unidos da América por Lutz no início da década de 1930<sup>213</sup>.

De todo modo, o trabalho do MES (por meio da DGIED) e a colaboração com o INE/IBGE na produção de indicadores culturais nos anos 1930 atendiam às demandas relacionadas às políticas de educação e cultura postas no momento, ora focando a produção de indicadores para conhecimento da própria máquina estatal, ora desenvolvendo práticas de produção e coleta de dados que se relacionavam com a construção de uma imagem de Brasil no exterior, mas sempre atendendo aos interesses de caráter nacional, ainda que inter cruzados com as demandas externas.

Mas, mesmo entendendo que a ação do IICI não foi o elemento definidor da elaboração dos dados quantitativos acerca dos museus e monumentos brasileiros, não podemos negar que foi acelerada a marcha em prol do desenvolvimento de dados sobre os museus brasileiros, assim como sobre os monumentos brasileiros, seja para fins de conhecimento do Estado, seja para sua divulgação no exterior.

Assim, acreditamos que a produção de dados quantitativos sobre os museus brasileiros no período se insere numa ampla rede de relações entre diversas instituições nacionais e internacionais, mas que mesmo tendo sido desenvolvida uma coleta sistemática de dados sobre museus — com as variações das quais já discutimos —, a uniformização dos dados, no entanto, não ocorrerá — conferir Gráfico 3, página 64.

---

<sup>210</sup> Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976) foi uma cientista paulista que teve destaque devido ao seu serviço no Museu Nacional e como política dedicada à luta pelos direitos femininos. Possui trabalho reconhecido no desenvolvimento da função educativa dos museus no Brasil.

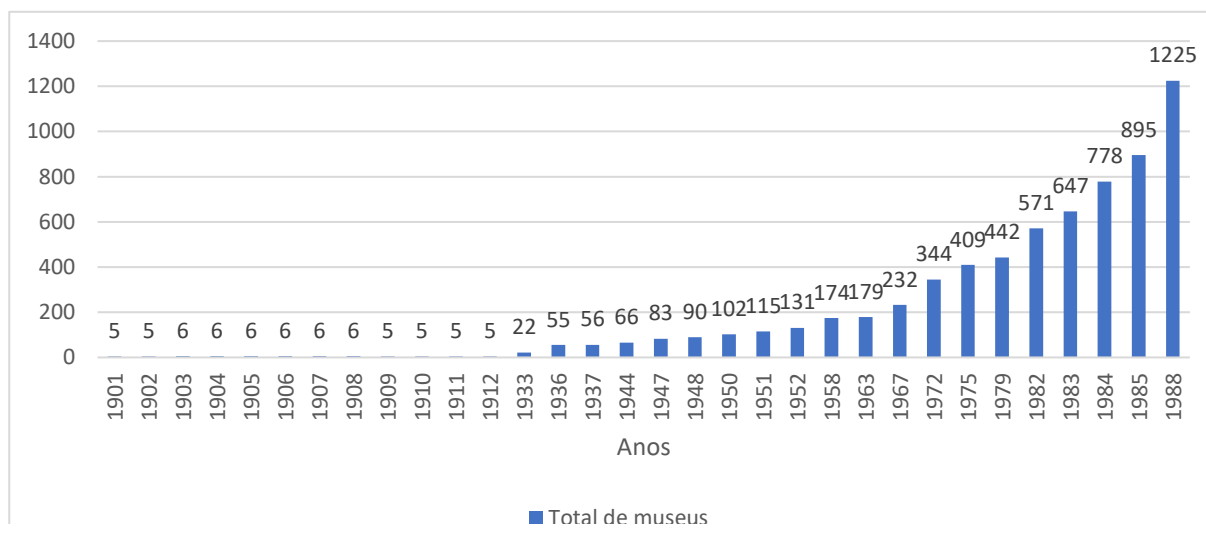
<sup>211</sup> Leontina Silva Busch (1901-1990) foi uma educadora paulista com intensa militância na expansão do ensino bem como desenvolvendo trabalho relacionado aos museus escolares.

<sup>212</sup> Manuel Bergström Lourenço Filho (1897-1970) foi um educador paulista que militou na expansão do ensino. É um dos responsáveis pela aplicação dos ideais da Escola Nova no Brasil, com atuação em diversas organizações nacionais na matéria.

<sup>213</sup> Temos por base para tal afirmação o documento salvaguardado pelo Arquivo Nacional (RJ), sob código de referência BR RJANRIO Q0.ADM, COR.A940.22I, que se refere à carta enviada por Manuel Bergström Lourenço Filho, presidente do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), de 1938 a 1945, à Bertha Lutz em 12 de janeiro de 1940, tratando do envio de fichas da *Library of Congress* e interesse pelos originais do livro da autora “A Função Educativa dos Museus”. A referida obra só seria finalmente publicada no Brasil em 2008. Sua viagem, financiada pela *Carnegie Foundation* teve como objetivo permitir à pesquisadora visitar museus norte-americanos para instalar um setor educativo no Museu Nacional. Sobre a análise da obra, cf. ALMEIDA, Cícero Antônio Fonseca de. A Função educativa dos museus de Bertha Lutz: uma peça (quase) esquecida do quebra-cabeça da museologia no Brasil. Acervo, Rio de Janeiro, v. 26, nº 2, pp. 123-132, jul./dez. 2013.

De todo modo, é de se salientar que a ampliação da rede de museus informantes foi constante em todo o período, como pode ser observado no gráfico a seguir, que informa, com base nos anos de referência dos AEB consultados, a progressão dos museus brasileiros no tempo.

Gráfico 4 - Museus no Brasil de 1901 a 1988 segundo o IBGE, por ano de referência



Fonte: AEB 1908-1912 a AEB 1992. DGE/INE/IBGE

É a partir do trabalho acumulado ao longo da década de 1930 no MES que é possível observar o aumento do número de museus registrados, que passa de 22, no AEB 1936, para 55 e 56, respectivamente, nos AEB 1938 e AEB 1939–40. Mas o que diferencia os dados apresentados entre 1936 e aqueles dos AEBs posteriores não é apenas a mais que duplicação de instituições registradas, mas principalmente o salto qualitativo que ocorre nas questões apresentadas ao público nos AEB, como pode ser conferido no Gráfico 3 (cf. p. 64).

Estes dois anuários representam, assim, um pico de complexidade em seus dados que só será superada — ao longo da série divulgada pelo IBGE até 1992 — na década de 1970. Pode-se afirmar, então que o único dado presente em todos os AEB — que tratam dos museus na totalidade, excluindo, assim, por exemplo, o AEB 1937 que trata apenas do MHN e MN, além dos museus escolares — que contém dados sobre museus é o do número total de instituições, apenas para exemplificar a diversidade de temáticas abordadas ao longo do tempo pela estatística nacional.

Tal diversidade acompanhou o desenvolvimento dos interesses do Estado na elaboração de suas políticas públicas para a educação e a cultura, bem como teve o olhar apontado para o estrangeiro, sendo, no entanto, limitada pelas condições de possibilidade de produção e disseminação de dados sobre os museus brasileiros.

Também são esses dois anuários aqueles que talvez sejam os que mais se aproximaram da concretização da proposta realizada por Castrilli, visto que apesar do interesse demonstrado por Teixeira de Freitas na obra da cooperação intelectual internacional, e dos museus, especificamente, é sabido que para produzir informações é necessário que os atos ou objetos passíveis de quantificação precisam existir para serem classificados, organizados e divulgados.

Logo, não surpreende que não haja nesses AEBs informações sugeridas por Castrilli como relevantes para as estatísticas de museus, como sobre seu orçamento, sobre a publicação de catálogos, a venda de reproduções. Afirmar isso não significa dizer que não existissem museus que publicassem catálogos ou que tivessem dados objetivos sobre seu orçamento, mas, que devido à própria configuração do campo museal do período, dado que a própria criação do Curso de Museus do MHN ocorrera apenas em 1932, talvez os dados disponíveis não fossem suficientemente relevantes para produção de uma tabela sobre eles.

Como já apontamos, a partir de 1937 é possível observar uma maior responsividade dos museus brasileiros às demandas do MREx, que se ainda são ínfimas, quando comparadas ao universo museológico de então, afinal, entre 1937 e 1940 foram encontradas comunicações de apenas 05 (cinco) museus ao MREx informando suas atividades. Não obstante, foram mais comunicações do que todo o período anterior.

Aqui, então, inferimos que se há um aumento de comunicações com o MREx, órgão que não dispunha de qualquer papel no desenvolvimento específico de políticas públicas para a educação e cultura, é possível supor que houve da mesma forma um aumento das comunicações junto ao MES, observando que desde 1931 o Ministério visou ampliar sua rede de informantes para todo o país, bem como é possível observar o crescente número de instituições cujos dados foram publicados pelo IBGE a partir de 1938.

Dessa forma, a ampliação da rede de informantes também se liga à consolidação do campo estatístico brasileiro<sup>214</sup>, com o qual o MES, e posteriormente o MEC, manteve estreita parceria. Essa parceria é afirmada quando observamos que a partir do AEB 1939–40 em todos os AEB, os dados referentes aos museus brasileiros têm como fonte atribuída o Serviço de Estatística de Educação e Cultura.

### **3.6. O Brasil rumo ao século dos museus**

Mas há alguns elementos que julgamos importante citar também como auxiliares na ampliação dessa rede de informantes, e conseqüentemente, da publicação de dados sobre as instituições museológicas brasileiras — no caso específico dos museus: a reformulação do Ministério da Educação e Saúde, por meio da Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937, bem como da conseqüente organização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado também em meio à reestruturação do MES, e organizado por meio do Decreto-lei 25 de 30 de novembro de 1937<sup>215</sup>.

Em adição a tais transformações institucionais, cabe destacar aquela da criação do IBGE em 1938, com base na reformulação do setor estatístico federal ocorrida também em 1937, a partir do Decreto 1.527 de março de 1937, e do Decreto-lei 218 de 26 de janeiro de 1938. Por fim, não se pode deixar de citar, no âmbito do MREx, a institucionalização do Serviço de Cooperação Intelectual, ocorrida também no ano de 1937, e transformação, no ano seguinte, em Divisão de Cooperação Intelectual (DCI).

Assim, após o golpe que instaurou o Estado Novo, a série de reestruturações institucionais ocorridas no âmbito do Governo Federal, com suas características de centralização de poder concomitante à desconcentração de

---

<sup>214</sup> Nos prefácios dos AEBs há descrição detalhada dos avanços institucionais do setor, com a ampliação das diretorias regionais e criação de agências municipais, cujos desenvolvimentos, nos primeiros AEBs são atribuídos ao apoio de Getúlio Vargas.

<sup>215</sup> É, também, um indício do interesse em museus por parte daqueles envolvidos na preservação do patrimônio histórico e artístico nacional que no primeiro número da Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é possível verificar a existência da divulgação dos seguintes museus: Museu Regional de Olinda (PE), Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora (RJ), e, Museu Coronel David Carneiro, em Curitiba (PR). Em seu número seguinte, publicado em 1938, há um artigo assinado por Carlos Estevão intitulado “Resumo Histórico do Museu Paraense Emilio Goeldi. Sobre a Revista do Patrimônio e a política editorial do SPHAN, conferir: LANARI, Raul Amaro de Oliveira. O Patrimônio por escrito: a política editorial do serviço do patrimônio histórico e artístico nacional durante o estado novo. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

atividades (com a interiorização de serviços, por exemplo) ajudaram a consolidar uma rede de informações acerca da cultura brasileira que se intentava desde o início da década de 1930.

É extremamente relevante que como consequência de tais reestruturações, o MREx, por meio da DCI, passou a ter autonomia no contato direto com os museus brasileiros acerca de informações sobre suas atividades. Mas, destaca-se, que o próprio conhecimento de tais instituições era pautado pelas relações desenvolvidas com o MES, que a partir de 1937 passou a contar com a Diretoria de Estatística (longa colaboradora do MREx e do INE/IBGE) e com o SPHAN, que mesmo tendo como foco a atuação na preservação do patrimônio histórico e artístico nacional — cuja prática seria caracterizada posteriormente na imagem do patrimônio em *pedra e cal* — não deixava de lado suas preocupações acerca da temática dos museus.

Se os trabalhos do Delegado do Brasil no IICI são interrompidos em 1940, ocupação da França pela Alemanha e seu falecimento em junho do mesmo ano, a sua atuação teve impacto significativo no desenvolvimento do conhecimento sobre os museus brasileiros no período. Eles se materializam no trabalho de quantificação realizados pelo MES e divulgados pelo DGE/INE/IBGE, que também seriam afetados ao longo da década de 1940 em sua capacidade de divulgação, face às contingências da participação do Brasil na guerra.

Assim, é justificado que durante a década de 1940 só tenham sido publicados 06 (seis) AEB, dos quais apenas aqueles referentes aos anos de 39–40, 41–45 e 49 dispusessem de dados sobre os museus brasileiros, todos eles com dados inéditos. É apresentada uma progressão, respectivamente, de 56 (cinquenta e seis), 66 (sessenta e seis) e 83 (oitenta e três) museus divulgados, compreendendo dados referentes aos anos de 1937, 1944 e 1947, ainda assim, estando longe de um número sequer aproximado da realidade dos museus brasileiros<sup>216</sup>.

Não obstante o salto qualitativo já apontado acerca das questões apresentadas nos AEB 1938 e 1939–1940 (fruto de trabalho anterior aos esforços de guerra), incluindo questões como a presença de museus nas capitais brasileiras, a especificação dos museus com base no gênero e nacionalidade nos seus acervos de arte, quais deles estavam franqueados ao público, após o fim da II Grande

---

<sup>216</sup> Como vamos ver no próximo capítulo, o número de museus no Brasil em atividade no fim dos anos 1940 era superior a 80, conforme os dados publicados na obra *Museums of Brazil*, de Heloísa Alberto Torres, na qual ela utilizou-se das informações produzidas em diversos setores, como o SPHAN, a SEEC e o contato direto com alguns museus.

Guerra Mundial os dados sobre os museus brasileiros passarão por um processo de simplificação, sendo sua atuação suplementada, a partir da década de 1950 com a atuação da sociedade civil, que será tema de nosso próximo capítulo.

Não se pode descartar, ainda, a influência direta do próprio conhecimento das informações sobre os museus brasileiros (e, também, daqueles localizados nos outros países) como elementos catalisadores da própria criação de museus.

Não é por acaso que quando é inaugurado o Museu Imperial, em Petrópolis, em 16 de março de 1943, seu primeiro diretor, Alcindo Sodré<sup>217</sup> em seu discurso afirme, logo na introdução de sua fala, que:

Inaugura-se hoje, neste prédio, um novo museu histórico nacional. Da significação de um instituto desta natureza, como fator cultural e cívico, seria ocioso dizer. Entretanto, a estatística muita vez impressiona na fria e contundente revelação da sua linguagem numérica. Assim é que, segundo o Ofício Internacional de Museus, existem na Europa cerca de seis mil, nos Estados Unidos, mil trezentos e setenta, no Japão perto de trezentos, na Austrália e Nova Zelândia, andar por cem, e na África os museus contam-se por sessenta. A América Latina, e com ela o Brasil, não figurava nessas estatísticas. Significam esses números e importância, que não só a velha civilização européia, mas todo o mundo empresta a esses estabelecimentos. (JORNAL DO COMMERCIO, 1943, p. 02)<sup>218</sup>

A citação ao discurso de Alcindo Sodré é exemplar por vários motivos. É relevante que o evento no qual o discurso foi proclamado tenha sido a inauguração do Museu, criado 03 (três) anos antes. Outro, é que nesta pequena passagem podemos apreender como o contato com os dados estatísticos de outros países, quando contrapostos à *inexistência* de informações do Brasil<sup>219</sup>, produziu uma avaliação de Alcindo Sodré sobre a própria relação que a sociedade brasileira desenvolvia com os museus, considerando que “todo o mundo”, com exceção da “América Latina, e com ela o Brasil”, dariam importância aos museus, uma “contundente revelação” proporcionada pela “linguagem numérica” da estatística.

<sup>217</sup> Alcindo de Azevedo Sodré (1895-1952) foi um intelectual que se formou em Direito e Medicina, atuando como professor, jornalista e político na cidade de Petrópolis, da qual foi prefeito.

<sup>218</sup> O Centenário de Petrópolis. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, ano 116, n. 139, p. 02, 17 de março de 1943.

<sup>219</sup> No âmbito das conjecturas, pode-se também questionar se talvez Alcindo estivesse a referenciar dados produzidos não pelo Office *International des Musées*, mas sim pela *Museums Association*, e assim afirmamos pois o número de museus citado por Alcindo Sodré relativamente aos Estados Unidos da América coincide com aquele apresentado por Vincenzo Castrilli como tendo sido elencado pela *Museums Association* em sua tentativa de realizar um repertório internacional de museus, em 1932. Cf. p. 100.

Já um elemento que está oculto no discurso de Sodré é que esta argumentação consiste em apenas um pequeno trecho da exposição utilizada por ele mesmo em 1940, no seu primeiro relatório como diretor do Museu Imperial, apresentado a Rodrigo Mello Franco de Andrade, diretor do SPHAN e publicado no primeiro número do Anuário do Museu Imperial, em 1941<sup>220</sup>.

Segundo as estatísticas do Ofício Internacional de Museus, a Alemanha possui 1.600 museus, os Estados Unidos 1.370, a França 700, a Inglaterra 600, a Itália menos de 500, e a Áustria, a Bélgica, a Espanha, a Grécia, a Holanda, a Polônia, a Suécia, a Suíça e a Rússia, um número que varia entre 100 e 200 para cada uma. O continente africano dispõe de 60 museus, sendo 12 no Cairo e Alexandria, 31 na União Sul-Africana e os restantes disseminados pelos demais territórios. Pouco menos de 100 possuem a Austrália e a Nova Zelândia, e o Japão cerca de 300. A América Latina e com ela o Brasil, não figura nessas estatísticas. (SODRÉ, 1941, p. 323)

Em seu relatório, Alcindo se apoia nas estatísticas para demarcar posição acerca de qual seu projeto de museu de história, distanciando-se da ideia de uma “museu-bazar” que seria característica do “antigo museu”, que na sua análise teria sido o modelo da criação — mesmo as recentes, o que entendemos como uma crítica ao Museu Histórico Nacional<sup>221</sup>, do Rio de Janeiro — dos museus históricos no Brasil até então, em uma realidade que se transformava por meio da atuação do SPHAN e de seu projeto de criação de museus históricos temáticos<sup>222</sup>.

Assim, compreende-se que quando Alcindo Sodré aciona os dados estatísticos e aponta a ausência do Brasil entre eles, o faz para justificar um projeto de museu que divergia daquele que baseara a criação dos anteriores museus históricos oficiais, como que para demarcar uma mudança de posição do próprio Estado brasileiro, considerando que apresenta também a criação do Museu Imperial como inserida em um projeto maior de criação de museus históricos temáticos, que fariam parte de um esforço para demonstrar a importância dada aos museus pelo Governo Vargas.

Devemos destacar, ainda, que os três anos que separam a produção do Relatório e a citação aos dados estatísticos na introdução do discurso de Alcindo

<sup>220</sup> O relatório da Diretoria do Museu. Anuário do Museu Imperial, ano 1, vol. 1, pp. 322-326, 1940.

<sup>221</sup> Para uma análise da história do Museu Histórico Nacional e do Museu Imperial e sua relação com a escrita da história em museus, cf. SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. A escrita do passado em museus históricos. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2006.

<sup>222</sup> Sobre a atuação do SPHAN e de sua política de criação de museus entre as décadas de 30 e 50, cf. JULIÃO, Letícia. Enredos museais e intrigas da nacionalidade; museus e identidade nacional no Brasil. Tese (Doutorado), UFMG, Belo Horizonte, 2008.



Sodré na inauguração do Museu Imperial, houve mais uma publicação que se apropriou do texto encontrado no Anuário.

Ao apresentar os feitos da administração de Getúlio Vargas relativamente à preservação do patrimônio nacional no quinquênio inicial do Estado Novo (1937–1942), Mário Barata faz uma longa exposição<sup>223</sup> que pode ser considerada como a defesa e justificativa das ações tomadas pelo Estado Novo até então relativamente à preservação do patrimônio, apresentando os museus como talvez os mais importantes vetores dessa proteção, ao afirmar que

Se o Brasil continuasse por mais uns dez anos a ignorar a necessidade de museus e de proteção às obras de arte e de valor histórico, nós viríamos a ser, dentro em breve, a única nação do mundo inteiro a colocar ao lado das muitas centenas de museus existentes nos Estados Unidos ou na Inglaterra, na Alemanha ou na França, a irrisória e ridícula quantidade de seis ou sete museus. [...] (BARATA, 1942, p. 328)

O que se infere do texto é que na percepção de Barata houve um tempo no qual o Brasil ignorava a necessidade de museus e proteção do patrimônio, e que tal não era mais a realidade. Mas que tempo é esse que o autor se refere? A resposta mais óbvia seria aquela do período anterior ao Estado Novo, observando que o próprio texto se dedica a analisar o período compreendido entre 1937 e 1942, mas ao observarmos a quantidade de museus brasileiros referenciada por ele, não nos escapa que ele pode estar, na verdade, a referir-se aos dados apresentados no Anuario Estatístico do Brazil 1908–1912, sendo 06 (seis) os *principaes museos do Brasil*, e à própria República Velha, encerrada em 1930 com a Revolução de 1930.

Barata continua sua introdução ao apresentar as transformações ocorridas no campo internacional dos museus, indicando a penetração, no Brasil, de debates internacionais acerca das funções dos museus na sociedade, com especial destaque para a experiência norte-americana, afirmando que:

Os norte-americanos consideram o museu tanto quanto a biblioteca e a igreja e encaram as suas possibilidades educativas em relação às massas de maneira quasi igual às que possui, potencial e realmente, o cinema. Por isso é que eles já devem ter hoje cerca de 1500 museus, incluindo nesse número unicamente os que são museus de verdade pela sua amplitude e organização. (Idem).

---

<sup>223</sup> BARATA, Mario. Proteção ao nosso patrimônio histórico e artístico no quinquenio 1937-1942. Cultura Política, Rio de Janeiro, ano II, num. 21, pp. 327-354, 10 de novembro de 1942.

Ora, quem lê deve estar a se perguntar: “mas quais relações entre esses trechos com o discurso de Alcindo Sodré?”. Talvez para quem esteve com maior atenção durante a leitura tenha sido fácil perceber que os 04 (quatro) países listados por Mário Barata no primeiro excerto, a título de comparação são os mesmos apresentados por Alcindo Sodré em seu Relatório.

Outro ponto a cingir o argumento do diálogo entre Mário Barata e Alcindo Sodré está na referência à quantidade expectável de museus nos Estados Unidos da América, que “já devem ter hoje cerca de 1500 museus”, indicando que seu conhecimento sobre a quantidade dos museus norte-americanos é de período anterior aquele no qual escreve (1942), e que havia a expectativa por parte do autor de que tal número teria crescido, passando daqueles 1.370 (mil trezentos e setenta) citados por Sodré em 1940 para os possíveis “cerca de 1500” dois anos depois.

Mas, para além desse indício de uma “omissão indireta”, por assim dizer, em seu artigo, já algumas páginas à frente, ao tratar do Museu Imperial, está a citação direta da exposição de seu diretor na qual os dados atribuídos ao OIM são apresentados (Idem, p. 345), sendo, portanto, afirmada uma apropriação dos dados apresentados pelo então Diretor do Museu Imperial por Mário Barata em sua introdução ao tema, apresentando ainda sua expectativa de que o século por ele vivido, devido às transformações ocorridas nos museus, que aumentavam não apenas seus números, mas sua relevância no mundo — dessa vez, com o Brasil a participar do processo —, poderia ser chamado no futuro de “século dos museus”.

#### 4. MUSEUMS OF BRAZIL: UM OLHAR PARA LONGE EM MEIO À CRISE ESTATÍSTICA

Neste capítulo daremos ênfase ao papel das trocas internacionais de informações de museus brasileiros por meio da análise do percurso de produção e publicação de obra *Museums of Brazil, em 1953*, que visou listar os museus brasileiros naquele período e como tal processo foi entrecruzado por demandas externas, e os cruzamentos com o trabalho de coleção e divulgação de dados realizado pelo IBGE.

*Museums of Brazil* foi publicado em 1953, sendo de autoria de Heloísa Alberto Torres<sup>224</sup>, então diretora do Museu Nacional e Presidente da Organização Nacional do Conselho Internacional de Museus (ONICOM). Imaginamos que com tal publicação teria sido finalmente cumprido uma demanda com lastro, no Brasil, desde a década de 1930, como analisamos no tópico anterior, posto que seja possível considerá-la como o “repertório dos museus brasileiros”, mesmo que, nas palavras da autora ele devesse ser:

[...] avaliado como não mais que um tratado introdutório sobre um assunto pouquíssimo documentado neste país e é esperado que [ele] atuará como uma forma de apelo ao qual os grupos de interesse nesta questão de tão grande importância para a disseminação da cultura com certeza não falharão em atender. (TORRES, 1953, p. 04)<sup>225</sup>

A opção pelo caminho da humildade da autora na apresentação de sua obra, segundo ela mesma, se deu baseada na precariedade das informações acerca dos museus brasileiros disponíveis no momento, indicando que havia cerca de 150 (cento e cinquenta) museus listados na obra — são apresentadas 175 entradas, em variado grau de descrição —, e que as informações referentes à aproximadamente

---

<sup>224</sup> Heloísa Alberto Torres era filha do escritor, sociólogo e político Alberto Torres. Teve seu primeiro contato com a Antropologia a partir do acervo bibliográfico colecionado por seu pai. Passou a trabalhar no Museu Nacional a partir de 1918, assumindo em 1935 o cargo de vice-diretora do Museu Nacional, atuando como diretora interina até 1938, sendo posteriormente efetivada no cargo, onde permaneceu até 1955.

<sup>225</sup> “*This work must therefore be evaluated as no more than an introductory treatise on a subject which is very poorly documented in this country and is to be hoped that it will act as a kind of appeal to which the groups interested in a matter of so great an importance for the spreading of culture will certainly not fail to respond.*”

30 (trinta) museus teriam ficado sem divulgação, pois “[...] a informação recebida era muito vaga e em alguns casos, contraditória.” (Idem, p. 05).<sup>226</sup>

Não podemos discordar da autora acerca da precariedade das informações sobre os museus brasileiros no período, destacando que no mesmo ano de publicação de sua obra, o IBGE publicava seu AEB 1953, constando dados referentes ao ano de 1951, no qual são identificadas apenas 115 (cento e quinze) instituições museológicas, apresentando um avanço do trabalho de Heloísa Alberto Torres ante aquele realizado pelo Serviço de Estatística de Educação e Saúde<sup>227</sup>.

Não discordamos também dos motivos esperançosos da autora de que tal publicação pudesse ter um efeito de apelo à disseminação da cultura, mas mais especificamente, acreditamos que ele ajudou a inspirar outros trabalhos que também foram realizados na mesma década por pesquisadores individuais ou financiados por instituições.

Afinal, esta obra não figurou sozinha entre aquelas produzidas para além da atuação do setor estatístico federal, sendo apresentadas, ao longo da década de 1950 outras três obras que, se não tinham o cunho de se apresentar como inventários exaustivos, buscaram suprir uma demanda histórica acerca do conhecimento amplo do campo museal brasileiro.

Foram elas as seguintes obras: *Museus — sua importância na educação do povo*, publicada em primeira edição em 1956, e segunda em 1958, de autoria de Florisvaldo dos Santos Trigueiros; e *Recursos Educativos dos Museus Brasileiros*, de autoria de Guy de Hollanda, disponibilizada ao público em 1958.

Temos ainda notícia da produção de outra obra produzida na década de 1950 que também teria entre suas finalidades apresentar uma compilação de dados sobre os museus brasileiros, produzida por Carlos José da Costa Pereira e José Mário Alves da Silva, dividida em dois volumes, “Introdução à Museografia Brasileira” e “Guia comentado dos Museus do Brasil”, objeto de divulgação durante o I Congresso Nacional de Museus (CNM), ocorrido em Ouro Preto (MG) em 1956, que infelizmente não foi possível confirmar sua publicação, mas também será alvo de

---

<sup>226</sup> “About thirty other institutions which were brought to the notice of the writer could not be included in the list because the information received was too vague and in some cases contradictory.”

<sup>227</sup> O IBGE aponta tal serviço como fonte de suas informações, como pode ser verificado na página 408 do AEB 1953. Além dos 115 museus apresentados no AEB, há a informação da extinção de dois museus no Maranhão, e, em mesmo número, em São Paulo.

nossa análise, por meio de notícias publicadas em periódicos publicados em fins dos anos 1950. Tais obras serão alvo de análise mais demorada no próximo capítulo.

Mas, voltando ao *Museums of Brazil*, lembramos uma vez mais que sua demanda era muito anterior à sua produção, e deve ser desvelado que ainda em 1939 sua autora foi interpelada pelo MREx, na qualidade de diretora do Museu Nacional, a prover com urgência, “[...] uma relação dos museus existentes no Brasil, seus respectivos endereços e membros diretores”<sup>228</sup>. Da mesma forma, em 1945<sup>229</sup>, Gustavo Barroso, na condição de diretor do Museu Histórico Nacional, foi interpelado com a justificativa de “[...] satisfazer a vários pedidos das missões diplomáticas brasileiras [...]”.

Não nos parece, no entanto, que quaisquer deles tenham empreendido tal tarefa na altura em que foram demandados inicialmente, e a empreitada executada por Heloísa Alberto Torres foi encetada apenas em 1948, conjuntamente à produção, no âmbito do IBECC, de outros trabalhos sobre o Brasil para fins de divulgação no exterior, uma vez que após a criação da UNESCO, em 1946, foram intensificados os trabalhos de cooperação internacional no desenvolvimento de projetos e políticas para a educação, a ciência e a cultura nos países membros do referido órgão. Diferentemente do período entreguerras, não ficaria o Brasil de fora desse contexto, observando sua adesão imediata à nova organização e pronta criação do IBECC, que contou com a adesão de dezenas de intelectuais e instituições para a execução de sua obra no país.

#### **4.1. O IBECC e os museus do Brasil**

Como vimos nos capítulos anteriores, no Brasil do entreguerras a produção de informações sobre museus foi muito restrita, dependendo dos esforços do setor estatístico brasileiro e da “boa vontade” dos atores nacionais na colaboração, em um processo que após 1937, com a criação do Serviço de Cooperação Intelectual do MREx e de uma política nacional de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional que abarcou também os museus, foi atenuado mediante uma maior

---

<sup>228</sup> SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Relação de Museus Brasileiros. Rio de Janeiro, 02 de janeiro de 1939.

<sup>229</sup> DUTRA, Osório. Relação dos museus existentes no Brasil. Rio de Janeiro, 11 de junho de 1945.

proatividade nacional nos processos de cooperação internacional relativamente à produção e circulação de informações sobre museus brasileiros.

De 1946 em diante, tais trabalhos, no Brasil, ficaram a cargo do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC)<sup>230</sup>, criado naquele ano no Rio de Janeiro (RJ) e vinculado ao MREx, por meio do Decreto 9.355 de 13 de junho de 1946. O IBECC atuou em colaboração com as instituições brasileiras e, principalmente, agiu como intermediária entre os interesses nacionais e a execução de projetos financiados por outras instituições estrangeiras, principalmente a UNESCO, mas também a Organização dos Estados Americanos (OEA). Dessa forma, buscava-se cumprir os objetivos apresentados em seu Estatuto, aprovado por meio do Decreto 21.355, de 23 junho de 1946<sup>231</sup>, que em seu artigo primeiro afirma serem seus objetivos:

[...] sob a inspiração das tradições, democráticas e pacifistas, da política internacional do Brasil, associar aos trabalhos da Unesco, e à realização de seus objetivos, os principais grupos nacionais que se interessam pelos problemas da educação, da pesquisa científica e da cultura [...] (BRASIL, 1946)<sup>232</sup>

Tais objetivos deveriam ser buscados para colaborar na divulgação de conhecimento mútuo entre os povos, com especial atuação junto aos “órgãos de informação das massas”, embasando também as recomendações contidas em acordos internacionais que seriam produzidos (item a); apoiar o desenvolvimento da

<sup>230</sup> As fontes utilizadas para refletir sobre a produção de *Museums of Brazil* no âmbito do IBECC foram majoritariamente retiradas das páginas do Jornal do Commercio, editado no Rio de Janeiro RJ. No portal da Hemeroteca Digital Brasileira há muitas referências ao IBECC e sua ação nos mais diversos jornais, no entanto, além de notícias e análises, o referido periódico trazia em suas páginas as atas das reuniões da Diretoria e das Assembleias Anuais do Instituto, trazendo o mais próximo de uma “documentação oficial”, devido a atuação do Jornal nos bastidores da política brasileira, bem como por não ter sido possível, em pesquisa no Arquivo Histórico do Itamaraty em 2017, acessar a documentação relativa ao IBECC.

<sup>231</sup> Antonio Carlos Souza de Abrantes e Nara Azevedo em seu artigo citam erroneamente a aprovação do Estatuto do IBECC a partir do Decreto 9.355 de 13 de junho de 1946, mas acreditamos que apesar da citação errônea acerca do documento, não fica comprometida a análise desenvolvida pelos autores, de onde partiram os primeiros indícios de nossa reflexão. Cf. ABRANTES, Antonio C. S. de; AZEVEDO, Nara. O Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura e a institucionalização da ciência no Brasil, 1946-1966. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 05, n. 02, pp. 469-489, maio-agosto. 2010.

<sup>232</sup> Os estatutos do IBECC foram modificados, nos anos posteriores, por meio do Decreto nº 38.283, de 09 de dezembro de 1955, bem como do Decreto nº 51.986 de 02 de maio de 1963, sendo, por fim, revogado por meio do Decreto nº 99.999, de 11 de janeiro de 1991, já no mandato de Presidente da República de Fernando Collor, no âmbito do processo de desobrigação do Estado Federal acerca de sua atuação na cultura. Cf. BRASIL. Decreto nº 21.355 de 25 de junho de 1946. Aprova os estatutos do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/D21355.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D21355.htm). Acesso em 06 de maio de 2019.

educação dos povos e da cultura com fins de colaborar com o aumento das oportunidades de educação com base no ideal de igualdade “sem distinção de raça, sexo ou outras diferenças sociais” por meio da proposição de métodos educacionais cujo foco eram as crianças, dessa forma as preparando para “as responsabilidades do homem livre” (item b) (BRASIL, 1946).

Tais objetivos também deveriam ser buscados por meio da produção e difusão do conhecimento associado à conservação e preservação da materialidade do saber produzido pela humanidade, entendidos como um patrimônio universal “[...] dos livros, das obras e dos monumentos de interesse histórico ou científico [...]”, por meio da recomendação de convenções internacionais, que deveriam ter por finalidade encorajar a cooperação internacional nos vários âmbitos da atividade intelectual entre os diversos países (nações), bem como da promoção de intercâmbios entre pessoas, obras de arte, produtos científicos e documentos, o que facilitaria o acesso ao conhecimento a todos os povos (item c) (BRASIL, 1946).

Dentre os vários meios pensados no primeiro Estatuto do IBECC para a consecução de seus objetivos, gostaríamos de citar aqueles que nos parecem mais relevantes para nossa reflexão, que se encontra no § 1º de seu artigo 1º, constando que o IBECC

a) manterá correspondência, permuta de informações e de publicações, e as mais relações convenientes, com a Unesco e seus organismos nacionais; f) coordenará e favorecerá a ação dos institutos culturais e de instituições ou associações de fins congêneres; j) promoverá, pelos meios adequados, o desenvolvimento das relações culturais do Brasil com as nações amigas e quaisquer iniciativas conducentes aos seus fins acima declarados.<sup>233</sup>

A relevância que encontramos em tais itens se dá no sentido de que a produção obra *Museums of Brazil* ocorreu baseada em demanda reiterada durante as reuniões do IBECC acerca das informações sobre os museus brasileiros a serem compartilhadas internacionalmente (item a), produzida, senão por uma instituição,

---

<sup>233</sup> Além dos itens citados, compunham o Estatuto os seguintes: b) organizará e manterá, ou subvencionará, no país, cursos de autos (sic) estudos ou tendentes à difusão de educação popular; c) promoverá, ou subvencionará, cursos de estudo sobre o Brasil e a língua (sic) nacional, no estrangeiro; d) estimulará o conhecimento e estudos do Brasil por estrangeiros, e das nações amigas pelos brasileiros; e) editará revistas, boletins e filmes de cultura geral ou especializada; g) realizará, periodicamente, concursos nacionais, inter americanos ou internacionais, para concessão de prêmios a obra de literatura, de ciência, de educação ou de arte, ou a seus autores; h) promoverá conferências e acordos regionais; i) instituirá e manterá museu referente à vida internacional do Brasil, que se denominará Museu Rio Branco.

mas pela representante dessa, no caso, Heloísa Alberto Torres, então diretora do Museu Nacional, em uma ação coordenada pelo MREx (item f), e que seu público-alvo, observando que a obra foi publicada em inglês, definitivamente não era o povo brasileiro, apesar de que não se pode excluir sua circulação interna, e que, assim, a produção da obra atuou como ferramenta de desenvolvimento das relações culturais entre os diversos países amigos (item j).

Mas é necessário, antes que sigamos, justificar melhor tais afirmações. Como já dito, desde a década de 1930 se buscava a produção de um repertório dos museus brasileiros, sendo a própria Heloísa Alberto Torres uma das interpeladas pelo MREx para a produção de tal repertório, que em 1939 teria também a função de manter atualizado um fichário das instituições intelectuais brasileira no âmbito do Ministério.

Já a obra publicada em 1953 parte de um interesse do IBICC em produzir informações sobre o Brasil, em uma mudança de atitude em relação ao que era observado na década de 1930 no âmbito da divulgação das informações brasileiras no exterior, uma ação sem dúvida alguma potencializada pela atuação do IBICC, afinal, instituição criada exatamente para este fim, entre outros.

Avaliando a precariedade de obras sobre o Brasil que pudessem ser utilizadas para a divulgação do país no exterior, em janeiro de 1948<sup>234</sup>, o IBICC decidiu publicar um livro dedicado a apresentar um “panorama do Brasil atual”. Esse projeto era justificado por meio do objetivo central da UNESCO, que seria alcançar a paz internacional por meio do conhecimento e a compreensão entre os povos, cuja contribuição do Brasil seria a divulgação, dessa forma, de livro em língua nacional e estrangeira para alcançar tal objetivo.

Tal livro seria composto, inicialmente de 44 (quarenta e quatro) monografias que seriam condensadas em uma grande obra, entre elas estava aquela cujo tema era “Museus”<sup>235</sup>, e a redação desta ficou a cargo de Heloísa Alberto Torres.

<sup>234</sup> Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 121, n. 103, p. 04, 30 de janeiro de 1948.

<sup>235</sup> Foram outros temas previamente selecionados para produção de monografias a compor a referida obra, com seus autores, respectivamente: **1)** Território (inclusive formação, regiões características, sistemas orográficos e hidrográficos, vilas, hinterland, clima), Delgado de Carvalho; **2)** Povoamento (colonização e população), Sérgio Buarque de Holanda; **3)** Raças, Arthur Ramos; **4)** Flora, fauna, minas, quedas d'águas, Everard Backeuser; **5)** História, Octavio Tarquinio de Souza; **6)** Organização Política (União, Distrito Federal, Estados, Territórios e Municípios), Pedro Calmon; **7)** Organização Administrativa (União, Distrito Federal, Estados, Territórios e Municípios), Moacir Briggs; **8)** Literatura, Alceu Amoroso Lima; **9)** Imprensa, Austregésilo de Athaide; **10)** Bibliotecas (Instituto do Livro etc.), Augusto Meyer; **11)** Museus, Heloisa Alberto Torres; **12)** Teatro e Cinema, Raimundo Magalhães Jr.;



Tais trabalhos deveriam ser feitos:

[...] sem nenhum propósito de interpretação ou de crítica, mas, simplesmente, com o de informação, devendo ser descrito o aspecto atual da matéria tratada, mencionando-se abreviamente (sic) as fases antecedentes e a evolução que ocorreu, excluindo o que esteja compreendido em alguma outra monografia, embora de matéria correlata. (JORNAL DO COMMERCIO, 30/01/1948, p. 04)

A escolha por Heloísa Alberto Torres não foi sem motivos. Não só ela era a expoente máxima no âmbito dos museus brasileiros, acumulando louros pelo seu trabalho na direção do Museu Nacional, cargo no qual estava desde 1937, e instituição museológica brasileira de maior renome no campo. Mas também estava em um momento de intensa atuação no âmbito do próprio IBECC, participando da organização da Comissão Nacional de Folclore e da criação do Instituto da Hiléia Amazônica.

Dois anos após o lançamento do projeto, em outubro de 1950, durante a 79ª Reunião da Diretoria do IBECC, foi lido o parecer preparado por Renato Almeida<sup>236</sup> sobre a monografia preparada por Heloísa Alberto Torres sobre os Museus Nacionais, que incluía além da monografia, uma relação de museus e bibliografia sobre o tema. Aqui transcreveremos parte do parecer, que diz:

---

**13)** Música, Eurico Nogueira França; **14)** Artes Plásticas (Pintura e escultura), Santa Rosa; **15)** Língua, Julio Nogueira; **16)** Educação, Fernando Azevedo; **17)** Matemática, Lelio Gama; **18)** Engenharia, Transportes e Comunicações, José Nascimento Brito; **19)** Arquitetura, Marcelo Roberto; **20)** Ciências Físicas, J. Costa Ribeiro; **21)** Ciências Naturais, Silvio Froes de Abreu e Candido de Mello Leitão; **22)** Ciências Médicas, Carlos Chagas Filho; **23)** Hábitos Alimentares, Castro Barreto; **24)** Saúde Pública, J. Barros Barreto; **25)** Ciências Sociais, F. J. Oliveira Vianna; **26)** Filosofia, Hermes Lima; **27)** Economia e Finanças, Eugênio Gudín; **28)** Folk-lore, Luiz da Câmara Cascudo; **29)** Religiões, Padre Antonio de Paula Dutra; **30)** Rádio-Difusão, Edgard Roquette Pinto; **31)** Direito Constitucional, Luiz Vianna Filho; **32)** Direito Administrativo (inclusive exploração de minas, petróleo e águas, eletricidade, funcionalismo público), Themístocles Cavalcanti; **33)** Direito Penal, Demosthenes Madureira de Pinho; **34)** Regime de Prisões (inclusive livramento condicional e suspensão da condenação), Lemos Brito; **35)** Direito Privado (Civil, comercial, industrial), Arnaldo Medeiros da Fonseca; **36)** Direito Internacional Privado (e condição dos estrangeiros), Haroldo Valadão; **37)** Direito do Trabalho, Oscar Saraiva; **38)** Organização Judiciária (União, Distrito Federal, Estados), J. M. de Carvalho Santos; **39)** Processo Civil e Penal, A. Pereira Braga; **40)** Forças Armadas, General Leitão de Carvalho; **41)** Política Internacional, Hélio Lobo; **42)** Proteção e Assistência da Infância, A. de Saboia Lima; **43)** Condição e Direitos da Mulher, Maria Eugenia Celso; **44)** Instituições de Assistência Social, Cassiano Tavares Bastos.

<sup>236</sup> Renato Almeida (1895-1981) foi um intelectual baiano que destacou-se por sua atuação no desenvolvimento dos estudos do folclore e da música no Brasil, sendo um dos fundadores da Comissão Nacional do Folclore, em 1947.

O trabalho de D. Heloísa Tôres realiza plenamente os propósitos do livro que o IBICC tem em vista publicar. Quer histórica quer tecnicamente, nos dá uma resenha de toda a atividade brasileira em matéria de museus.

Junta uma relação completa dos Museus Brasileiros, além de minuciosa bibliografia. Quanto àquela [relação de museus], discutimos se deveríamos incluir no livro, o que alteraria por ventura o equilíbrio dos artigos, ou publicar em separado. [...]

Julgo que a Diretoria do IBICC deve considerar o assunto, mas, em qualquer caso, proponho que se publique, pelo Serviço de Publicações do Itamaraty, a relação de Museus, como Volume I de uma série em que serão divulgadas as demais instituições culturais<sup>237</sup> [...] (JORNAL DO COMMERCIO, 21/10/1950, p. 03)<sup>238</sup>

Assim, nessa mesma reunião foi acatada uma das sugestões do relator, ficando definido que a parte expositiva seria incluída no futuro livro sobre o Brasil, e que a relação de museus deveria ser publicada à parte<sup>239</sup>. Apesar da intenção, em 1950<sup>240</sup>, de promover a publicação da relação de museus preparada por Heloísa Alberto Torres por meio do Setor de Publicações da Divisão Cultural do Itamaraty, isso só aconteceu em 1953<sup>241</sup>.

Nesse período, o escopo do “Livro sobre o Brasil” no âmbito do IBICC cresceu enormemente, não acompanhando seu planejamento de custos, o que obrigou o Instituto a definir que as monografias seriam publicadas em títulos

<sup>237</sup> A série seria a seguinte complementada pelos seguintes volumes: II – Universidades e Escolas Superiores; III – Bibliotecas; IV – Sociedades científicas; V – Sociedades literárias; VI – Sociedades artísticas; VII – Centros de pesquisa científica.

<sup>238</sup> Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 124, n. 18, p. 03, 21 de outubro de 1950.

<sup>239</sup> Não foi nosso objetivo verificar se as relações de outras instituições culturais foram realizadas e publicadas.

<sup>240</sup> Ainda em novembro de 1950, segundo a ata da 82ª Reunião da Diretoria, publicada no *Jornal do Commercio* (p. 04) de 30/11/1950, a UNESCO interpelou o IBICC sobre estatísticas dos museus brasileiros, solicitando que fossem enviados dados das instituições a partir de 1940, bem como de instituições que tivessem sido criadas desde então. A resposta a tal comunicação foi divulgada em abril de 1951, na ata de sua 83ª Reunião da Diretoria, na qual Heloísa Alberto Torres informava não ser possível ainda “[...] prestar maiores informações sobre a situação dos museus brasileiros [...]” mas comunicava a realização de um dossiê sobre os museus brasileiros, conforme publicado no *Jornal do Commercio* (RJ) em sua edição de 04/04/1951, página 03. Cf. Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 124, n. 51, pp. 03-04, 30 de novembro de 1950; Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 125, n. 153, pp. 03, 04 de abril de 1951.

<sup>241</sup> Uma pequena nota apresentada por Cecília de Oliveira Ewbank (2017, p. 198) informa a existência de conjunto documental indicando que “Desde 1951 a diretora do Museu Nacional empreendia uma pesquisa museográfica dos museus brasileiros onde, por meio de cartas encaminhadas aos diretores dos pequenos museus espalhados pelos Estados do país, requeria informações acerca do histórico da sua fundação, finalidades e nome das entidades mantenedoras”. Cf. EWBANK, Cecília de Oliveira. A parte que lhe cabe deste patrimônio: o projeto indigenista de Heloísa Alberto Torres para o Museu Nacional (1938-1955). 2017. 296f. Dissertação (Mestrado em História Cultural). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

avulsos<sup>242</sup>, e não apenas a relação de museus preparada por Heloísa Alberto Torres. Assim seria concretizado o objetivo de divulgar informações sobre o Brasil.

A publicação em inglês<sup>243</sup> do trabalho realizado pela diretora do MN pelo Serviço de Publicações da Divisão Cultural do Itamaraty nos parece um indício de que o objetivo final da sua publicação não era o conhecimento do público brasileiro sobre os museus brasileiros, mas uma ação voltada à divulgação no estrangeiro, dos museus brasileiros.

É necessário apontar que entre os dias 06 e 12 julho 1953 ocorreu nas cidades de Gênova, Milão e Bérgamo, na Itália, a III Conferência Geral do ICOM, que teria como representante do Brasil a Diretora do MN, Heloísa Alberto Torres, então membro do comitê executivo do ICOM, mas que por motivos não identificados não compareceu à conferência. Tal evento teve sua realização e temário previamente divulgado nos periódicos brasileiros<sup>244</sup>, sendo significativo ressaltar que entre os temas que seriam tratados estavam os seguintes:

---

<sup>242</sup> Nos Relatórios do Ministério das Relações Exteriores digitalizados pela Hemeroteca Digital Brasileira é possível encontrar indícios da publicação de alguns desses volumes, além do próprio *Museums of Brazil*, que segundo o relatório de 1952, encontrava-se na lista de “Obras em andamento” (p. 105). No entanto, o maior indício de que o estado “em andamento” significava que a pesquisa já estava pronta, apenas à espera de publicação encontra-se no próprio texto, quando a autora cita que “[...] seis anos atrás [...] o Museu Nacional [...] foi incorporado à Universidade do Brasil em janeiro de 1946 [...]” (TORRES, 1953, p. 07), dando indícios de que o texto fora escrito no ano de 1952. Infelizmente os relatórios de 1953 e 1954, que poderiam dar outros indícios sobre o percurso da obra, não foram produzidos ou não digitalizados.

<sup>243</sup> A obra foi traduzida para o inglês por John Knox, sendo editada por meio do Escritório de Publicações da Divisão Cultural do Ministério das Relações Exteriores, tendo sido impressa pelo Departamento de Imprensa Nacional. Apesar da obra não trazer informações sobre John Knox, foi possível verificar que ele atuou como avaliador dos exames finais do Instituto Rio Branco, em 1955. Dessa forma, é indício de tratar-se de funcionário vinculado ao MREx ou, pelo menos, de contratado frequente da repartição. O mesmo tradutor trabalhou na obra *Modern Brazil*, editada em 1949 pelo Conselho de Imigração e Colonização, que entre diversos temas também cita os museus brasileiros como um atrativo para a instalação de imigrantes no país. Cf. BRASIL. *Modern Brazil – Resources, Possibilities*. Rio de Janeiro: Conselho de Imigração e Colonização, 1949.

<sup>244</sup> A próxima conferência Internacional de Museus. *A Manhã*, Rio de Janeiro, ano 12, n. 3.621, p. 08, 03 de junho de 1953.

— Informação sobre os últimos desenvolvimentos dos museus e da conservação de monumentos no Brasil — Desenvolvimento e possibilidades dos departamentos de educação nos museus nacionais — Projeto de instalação de uma sala no Museu Histórico Nacional sobre o tema: O Brasil na História Internacional — Circulação de exposições de caráter histórico e cultural em vários museus do mundo para despertar o interesse de uns países pelo desenvolvimento dos outros — Auxílio técnico para trabalhos de restauração de objetos, pinturas, manuscritos — Bolsas de intercâmbio de pessoal — Permuta de coleções para fomentar a (sic) conhecimento mútuo entre as culturas do mundo — Acordos internacionais sobre a melhor proteção mútua do patrimônio cultural de cada país — Aplicação aos museus da América Latina, da experiência internacional sobre preservação do patrimônio cultural em caso de guerra — Participação do Brasil e de outros países latino-americanos no corpo diretivo do ICB (sic) (Internacional Council of Museums) (A NOITE, 01/06/1953, p. 02)<sup>245</sup>.

A sincronia entre a possível publicação de *Museums of Brazil* e a realização da conferência do ICOM foi ainda precedida da visita do então presidente do Comitê Executivo do ICOM, Chauncey Hamlin, que esteve no Brasil no mês de junho de 1953. Em sua visita ao Brasil, participou do processo de reorganização da Organização Nacional do ICOM, cujo funcionamento precisava ser adequado às alterações estatutárias promovidas nos anos anteriores.

Em matéria de maio de 1953<sup>246</sup> é possível observar que o Museu Nacional, e sua diretora, Heloísa Alberto Torres, são elogiados pelos avanços realizados desde sua primeira visita ao Brasil, mas o que chamou a atenção do então presidente do ICOM foi o desenvolvimento da arquitetura e da arte moderna no país, também destacando a importância da criação dos Museus de Arte Moderna em São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ). Na mesma matéria já é noticiada a realização, em julho do mesmo ano, da III Conferência do ICOM a ser realizada na Itália.

O representante do Brasil no evento foi Lourival Gomes Machado<sup>247</sup>, de São Paulo, que em 07 de julho de 1953, apresentou seu relatório conjuntamente a James Johnson Sweeney (EUA), na sessão de trabalho sobre Museus de Arte e Arte Aplicada, sobre o tema “Os museus de arte moderna a serviço da arte viva” (ICOM NEWS, 1953–10, p. 04). O representante brasileiro ainda foi eleito para o Comitê

<sup>245</sup> Com pequenas alterações na introdução do texto, o mesmo comunicado foi publicado em A Noite (RJ). Cf. Assembleia do Conselho Internacional de Museus. A Noite, Rio de Janeiro, ano XLII, n. 14.440, p. 02, 01 de julho de 1953.

<sup>246</sup> Conselho Internacional de Museus. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, ano LII, n. 18.448, p. 12, 17 de maio de 1953.

<sup>247</sup> Lourival Gomes Machado (1917-1967) foi um crítico de arte paulista, diretor do Museu de Arte Moderna de São Paulo entre 1949 e 1951, foi o diretor-artístico da 1ª Bienal de Internacional de São Paulo, tendo atuação destacada no desenvolvimento da crítica de arte e da arte moderna no Brasil. Cf. FERREIRA, Oliveiros S. Lourival Gomes Machado. Estudos Avançados, vol. 8, nº 22, São Paulo, set./dez., 1994.

Executivo (Idem, p. 02). É significativo, mas não podemos realizar maiores afirmações acerca das motivações que sendo enviado um representante brasileiro, ele não tenha atuado como representante de Heloísa Alberto Torres, afinal, foi eleito para o mesmo cargo ocupado por ela anteriormente no Comitê Executivo do ICOM.

Um elemento que pode ter contribuído, no entanto, para minar a participação de Heloísa Torres, pode ser também encontrada durante a passagem de Chauncey Hamlin ao Brasil. Em matéria no Correio da Manhã<sup>248</sup>, assinada por Vera Pacheco Jordão, mais uma vez temos o destaque para a relação entre o presidente-fundador do ICOM e sua visita anterior ao Brasil, possibilitada por solicitação da diretora do MN, em 1941.

Mas há outro elemento, que se liga, ainda que subjetivamente, ao trabalho de Lourival Gomes Machado. Diz a articulista que, ao relatar suas experiências com os museus de Arte Moderna no Brasil, e, mais especificamente, àquele de São Paulo, Hamlin falou sobre a Bienal Internacional de São Paulo. Segundo ela,

Mr. Hamlin falou-me espontaneamente da Bienal, organizada em S. Paulo por Francisco Matarazzo Sobrinho, e como a Bienal foi um acontecimento muito discutido, julgo interessante a opinião desse velho conhecedor de museus e exposições. A seu ver, uma exposição destas é do maior alcance, pois que constitui um balanço do movimento artístico mundial e uma extraordinária oportunidade para os artistas. Considera especialmente importante o critério que preside à seleção dos quadros da Bienal, seleção esta entregue em cada país a uma comissão local, quando nos Estados Unidos a única exposição deste gênero — a “Carnegie International” — obedece unicamente ao critério seletivo do diretor, que vai ele próprio ao estrangeiro e convida diretamente os artistas que julga interessantes. (CORREIO DA MANHÃ, 06-06-1953, p. 07)

Assim, nos parece que apesar do “*splendid work*” (idem) realizado por Heloísa Torres à frente do MN desde sua primeira visita, o que mais chamou a atenção do então presidente do ICOM foi exatamente o desenvolvimento do modernismo brasileiro, na arquitetura, nas artes plásticas, no incremento dos museus cujos objetivos eram fomentar e salvaguardar a arte produzida segundo tais critérios, mas também às *práticas* desenvolvidas por aqueles envolvidos em tais museus<sup>249</sup>.

<sup>248</sup> Nossos museus vistos por um americano. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, ano LII, n. 18.465, p. 07, 06 de junho de 1953.

<sup>249</sup> Sobre o protagonismo assumido pelos museus de Arte Moderna no Brasil na década de 1950 sugerimos a leitura do trabalho de Maria Cecília França Lourenço, fruto de sua tese de livre-docência defendida em 1997. Cf. LOURENÇO, Maria C. F. Museus acolhem o moderno. São Paulo: EdUSP, 1999.

## 4.2. Museus em disputa

Apesar de tantas referências encontradas nos periódicos referentes à realização da II Conferência Geral do ICOM, em 1953, e da expectativa da participação brasileira, indicando um interesse na temática dos museus, não encontramos<sup>250</sup> qualquer referência à publicação de Heloísa Alberto Torres na imprensa brasileira.

Nessa conjunção de fatores, aparece outro elemento significativo, que pode indicar uma *disputa disciplinar*<sup>251</sup> sobre o domínio do conhecimento do Brasil e de seus elementos (e aí entram os museus). Em fins de julho e durante o mês de agosto um mesmo texto foi publicado em diversos jornais brasileiros, notadamente no Rio de Janeiro, informando a existência de 105 (cento e cinco) museus no país, reproduzindo informações publicadas pelo IBGE, arrolados durante o recenseamento de 1950, no qual era indicada a existência de igual número museus no Brasil, sendo que três deles encontravam-se fechados<sup>252</sup>.

Ora, a existência do mesmo texto publicado em pelo menos 06 (seis) periódicos nos parece tratar-se de uma ação coordenada para divulgar tal informação, do mesmo modo em que era realizado ao longo dos anos 1930 a publicação de “comunicados” pela DGIED, sob a coordenação de Teixeira de Freitas.

O tempo de tal divulgação também nos parece significativa, observando que em junho do mesmo ano, como já dito, havia sido realizada ampla divulgação do planejamento de divulgação do desenvolvimento dos museus brasileiros a ser realizada na III Conferência Geral do ICOM, fato que não ocorreu, face à ausência

<sup>250</sup> O que, por óbvio, não significa dizer que não ocorreu ou não possa vir a ser apresentada e problematizada posteriormente.

<sup>251</sup> Um elemento que deve ser adicionado à discussão é que em 1952 ocorreu a chamada “Crise da estatística”, na qual o então presidente do IBGE, General do Exército Djalma Polli Coelho (1951-1952) publicou uma série de críticas ao Sistema Estatístico Nacional e propôs reformas nos procedimentos metodológicos do Instituto. As consequências foram réplicas nos jornais e pedidos de demissão de diversos técnicos do setor estatístico federal. Em *Jornal do Commercio* (06-09-1953, p. 08), em relato sobre o II Congresso Brasileiro de Folclore há referências às consequências da “crise da estatística” na produção de dados sobre o folclore e nas relações com o IBECC. Cf. *II Congresso Brasileiro de Folclore. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, ano 126, n. 284, p. 08, 06 de setembro de 1953.*

<sup>252</sup> Todas as matérias aqui citadas contêm o mesmo texto, em ordem cronológica de publicação: **1)** *Jornal do Commercio* (RJ). *Museus existentes no Brasil*. 29/07/1953, p. 04; **2)** *Última Hora* (RJ). *Escasso o movimento dos museus cariocas*. 29/07/1953, p. 11; **3)** *Tribuna da Imprensa* (RJ). *105 museus no Brasil*. 31/07/1953, p. 08; **4)** *Correio da Manhã* (RJ). *105 museus no Brasil*. 02/08/1953, p. 04; **5)** *Diário de Notícias* (RJ). *105 museus no Brasil*. 02/08/1953, p. 06; **6)** *O Dia* (PR). *105 museus no Brasil*. 14/08/1953, p. 03.

de Heloísa Alberto Torres, tendo como representante do Brasil Lourival Gomes Machado, refletindo sobre o trabalho dos museus de Arte Moderna.

Tal interpretação se reforça quando observamos que Celso Kelly, Diretor da Comissão de Artes, Música, Teatro e Museus do IBECC a partir de 1950, e vice-presidente do IBECC em 1954 — além de um expoente do modernismo brasileiro —, publicou no , em sua coluna “Letras e Artes”, no Jornal “A Noite” (RJ)<sup>253</sup> — que na altura dividia o mesmo prédio, mas em andares diferentes com....o IBGE! — uma nota bastante elogiosa ao trabalho realizado pelo IBGE na compilação dos dados sobre museus publicada no AEB 1953. Pedimos licença para transcrever um trecho da coluna, e pedimos desculpa pela sua extensão. Diz ela

Parabéns ao I.B.G.E., especialmente ao seu Conselho Nacional de Estatística [...] por já poder [...] estar distribuindo o “Anuário Estatístico do Brasil” de 1953 [...] Ganha, assim, a ciência das apurações numéricas a quase atualidade, valendo como informações da hora presente, pois o presente não se desfigura nas oscilações mínimas de dois ou três anos. Que mundo de aspectos brasileiros revela um Anuário desses! É por sua natureza um repositório de informações sintéticas, através de cifras. Contudo, quem as interpreta, sente logo os movimentos e as tendências do Brasil, em todos os ângulos. Documento, enfim, que alimenta comentários, conceitos, teorias, programas.

Tomemos uma apenas de suas páginas. Ela destruirá, de pronto, uma presunção que corre por aí: o Brasil quase não tem museus. Ao contrário, os dados revelam que existem no território nacional, cento e quinze instituições dessa natureza. Serão ainda poucos? Não façamos cotejos com países de tradição, propensos a multiplicar as galerias públicas. As nações novas não são dadas a essa proliferação. Por isso, é significativo que o Brasil já conte com sua centena e pouco de museus. [...] Enfim, bons dados!... (A Noite, 01-04-1954, p. 12)

Ora, simplesmente não é possível que Celso Kelly não tivesse conhecimento da produção de *Museums of Brazil*, dado que ele era um dos presentes nas 79<sup>a</sup> e 83<sup>a</sup> Reuniões da Diretoria do IBECC<sup>254</sup>, em 1950 e 1951, nas quais houve a leitura do parecer de Renato Almeida sobre o trabalho de Heloísa Alberto Torres, e posteriormente, o envio à UNESCO da informação de que a pesquisa ainda estava sendo concluída.

Chama a atenção, portanto, quando lemos sua coluna, a justificativa de atualidade dos números, o elogio à síntese que é realizada, o destaque para as cifras e números, mais que informações *subjetivas*. Mas o ponto que salta aos olhos

<sup>253</sup> Mais de cem museus no Brasil. A Noite, Rio de Janeiro, ano XLII, n. 14.670, p. 12, 01 de abril de 1954.

<sup>254</sup> Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, ano 125, n. 153, p. 03, 04 de abril de 1951.

é exatamente aquele momento no qual ele afirma que os dados publicados pelo IBGE destruiriam “uma presunção que corre por aí”, aquela da existência de poucos museus no Brasil. E ainda complementa, que tal presunção é baseada, vejam só, na comparação com outros países!

O mesmo Celso Kelly, ainda em 1950, ou seja, 03 (três anos antes), durante a 78ª Reunião da Diretoria do IBCEC demonstrava ter outra percepção, ao apresentar uma proposta para promover a viagem ao Brasil de peças do Museu de Viena, na Áustria, que compunham uma exposição itinerante, visto que o país “[...] cuja escassez de museus impede maiores estudos no campo das artes plásticas, muito lucraria com a vinda dessa exposição” (JORNAL DO COMMERCIO, 28-09-1950, p. 04).<sup>255</sup>

Dessa forma, quando cruzamos o silêncio acerca da obra de Torres, o grande conjunto de textos idênticos publicados nos periódicos cariocas em fins de julho de 1953 e início de agosto de 1953 sobre as estatísticas oficiais, quando possivelmente a obra terminou seu percurso de publicação e esperava-se que fosse divulgada na III Conferência do ICOM em Gênova, e, já em 1954, os elogios realizados por Celso Kelly ao trabalho do IBGE, nos parece que a obra não teve uma boa recepção no seu próprio ambiente de produção, sendo sistematicamente silenciada.

Uma explicação bem mais simples, mas que não parece o caso, poderia ser encontrada na consulta aos já citados Relatórios do Ministério das Relações Exteriores de 1953 e 1954, uma vez que também em 30 de julho de 1953 ocorreu reunião do ICOM com o então Ministro da Educação e Cultura, Antônio Balbino<sup>256</sup>, na qual ele colocou “[...] à disposição do Comitê Nacional os préstimos do Serviço de Documentação de seu Ministério, para as publicações informativas que aquele órgão tem em vista promover.” Tal reunião foi divulgada no dia 05 de agosto de 1953, em pequena nota intitulada “Conselho Internacional de Museus — A reorganização do comitê brasileiro”, no Jornal do Commercio.

Dessa forma, é possível, ainda, que tenha sido realizada apresentação dos dados a compor *Museums of Brazil* e a lista tenha sido considerada errônea, caso não tenha, até então, sido consultados os acervos do Serviço de Estatística de

---

<sup>255</sup> Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, ano 123, n. 306, p 04, 28 de setembro de 1950.

<sup>256</sup> Antônio Balbino de Carvalho Filho (1912-1992) advogado, jornalista e político, foi Ministro da Educação e Cultura do Brasil entre os anos de 1953 e 1954.



Educação e Saúde, longa fonte de dados do IBGE na publicação de seus Anuários<sup>257</sup>.

### 4.3. Os museus em meio à crise estatística

Aqui, cabe retornarmos à história do próprio IBGE. Todos esses elementos indiciários que apontamos aqui podem ser ligados não apenas a uma disputa disciplinar, mas a uma verdadeira *crise disciplinar*, sendo tal crise demonstrada pela chamada “crise estatística”, ou “crise Polli Coelho”, ocorrida entre 1951 e 1952, durante a gestão do General Polli Coelho à frente do IBGE. Falaremos a seguir brevemente sobre a crise estatística, com base nas reflexões de Nelson Senra (2008)<sup>258</sup>.

Tendo sido iniciada internamente aos quadros do IBGE, em fins de 1951 com a edição dos relatórios “O Conselho Nacional de Estatística em 1951”, de autoria de Waldemar Lopes<sup>259</sup>, e “Exame crítico da estatística brasileira”, de Lourival Câmara, a crise extrapolou os muros institucionais e deu na imprensa periódica da capital federal a partir da ação do já citado Polli Coelho.

Pode-se dizer que a crise pode ter sido iniciada já na indicação de Polli Coelho, militar oriundo do Conselho Nacional de Geografia e do Serviço Geográfico do Exército, indicação realizada por Ademar de Barros<sup>260</sup>, mas que sofreu resistência no âmbito do IBGE, por parte de antigos ibgeanos que preferiam ver um dos seus na presidência do Instituto, no caso, Teixeira de Freitas, que recusou a pressão de seus pares e apoiou a indicação de Polli Coelho — que foi empossado

<sup>257</sup> O que, entretanto, não é o caso, pois na página 05 de *Museums of Brazil* Heloísa Alberto Torres registra o uso de dados da “Statistical Division of the Ministry of Education and Health”. Em última instância, podem ser a tais dados que a autora se refere quando diz que cerca de 30 (trinta) instituições não tiveram seus dados publicados por terem sido considerados insuficientes ou contraditórios.

<sup>258</sup> Entre 2006 e 2009 foi publicada a coleção em 04 (quatro) volumes, “História das Estatísticas Brasileiras”, de autoria de Nelson Senra. No mesmo ano de publicação do último volume foi também publicada uma versão sintética dos quatro tomos, intitulada “Uma breve história das estatísticas brasileiras”. Aqui temos como foco apenas o volume 03, e os capítulos 12, 13 e 14, que tratam especificamente da crise da estatística e das consequências dessa crise. Cf. SENRA, Nelson. História das estatísticas brasileira – Estatísticas organizadas (c. 1936-1972). Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Por não ser objetivo do autor a questão da estatística referente aos museus, foram ainda analisados alguns dos documentos citados pelo autor, sendo de grande valia para nossa análise.

<sup>259</sup> Waldemar Lopes foi nomeado Secretário Geral do Conselho Nacional de Estatística em maio de 1951, onde permaneceu até janeiro de 1952, quando estourou a crise da estatística, sendo ele um dos ativos participantes nos ataques publicados na imprensa carioca contra as afirmações de Polli Coelho e Lourival Câmara, que o substituiu no cargo de Secretário Geral do CNE em 07 de janeiro.

<sup>260</sup> Ademar Pereira de Barros (1901-1969) foi um político brasileiro que, na altura, era governador do Estado de São Paulo.

em maio de 1951, exatamente no sentido de que sua atuação proporcionaria a junção entre a Geografia e a Estatística, sendo entendida tal situação como favorável (SENRA, 2008, p. 397).

Não obstante o apoio inicial de Teixeira de Freitas, ao longo de 1951 a situação do Instituto não melhorou e ainda aumentaram as dificuldades, notadamente na redução do quadro de funcionários, que passara de 4072 (quatro mil e setenta e dois) em 31 de dezembro de 1950 para 3754 (três mil setecentos e cinquenta e quatro) em 10 de dezembro de 1951 (Idem, p. 401), e não se pode descartar que uma redução de quase 10% no quadro de funcionários teve um impacto significativo nos trabalhos realizados pelo IBGE.

Mas o estopim da crise é considerado a publicização na imprensa nacional, por Polli Coelho, do conteúdo do relatório “Exame crítico da estatística brasileira”, de novembro de 1951, por Lourival Câmara, já experiente trabalhador da estatística federal. O ponto central que chamamos atenção no relatório, para nossa pesquisa, é que, na sua opinião, os trabalhos deveriam ter sua eficiência avaliada pelos critérios de custo, precisão e tempo, e que em sua avaliação, portanto, o trabalho do IBGE era caro, atrasado e impreciso (SENRA, 2008, p. 402).

De um lado da polêmica estavam aqueles que afirmavam serem tais deficiências na atividade estatística federal motivadas devido a uma prática mais idealista que técnica, atribuindo tal característica diretamente à atuação profissional de Teixeira de Freitas, apesar de suas qualidades profissionais e de seu empenho. Senra destaca que se sua circulação tivesse se mantida intramuros institucionais, poderia ter sido entendida como elemento de transformação, mas que a atuação de Polli Coelho desencadeou uma série de reações que só seriam sustadas tempos depois.

Outra crítica de extrema relevância no relatório de Lourival Câmara é ele afirma que havia um desvio na finalidade da atividade estatística federal, produzindo dados que para o autor seriam de menor relevância. Aqui gostaríamos de transcrever o trecho citado por Senra, localizado no tema “Ausência de estatísticas essenciais e excesso de estatísticas secundárias”, ao tocar diretamente o nosso objeto. Diz Câmara que:

Não se dispõe de estatísticas sôbre nascimentos, óbitos, casamentos, migrações, alimentação, habitação, vestuário, produção industrial, mão-de-obra, condições de trabalho, salários, produtividade, emprêgo e desempregô, consumo, distribuição, renda nacional, disponibilidades de utilidades econômicas etc. etc., essencialmente importantes ao conhecimento da vida brasileira. Há, porém, minuciosas estatísticas sôbre bosques e parques públicos, cemitérios, pavimentação e ajardinamento de logradouros públicos, balneários, museus, monumentos históricos e artísticos, teatros e cinemas, livrarias, tipografias, objetivos de turismo, congregações e festividades religiosas, casas de jôgo, bombas de gasolina e outras mais. (CÂMARA, 1951, p. 08–09) (grifo nosso)<sup>261</sup>

Para Câmara, o que tal crítica encaminha não é que o IBGE não apresentasse estatísticas, ou mesmo que fossem poucas. Pelo contrário, as produzia em excesso, e que “[...] as estatísticas produzidas são de somenos importância ao estudo ou solução de problemas econômicos e sociais”. (CÂMARA, 1951, p. 09).

Assim, o que deveria ser prioritário, ou, como afirma Câmara, comporiam as “estatísticas essenciais” seriam aquelas ligadas aos “[...] fenômenos econômicos [...], sociais, demográficos e administrativos [...]” (idem). O resto seriam as estatísticas secundárias, ou seja, não prioritárias. Incluir-se-ia aí, pelo que observamos, toda a vida cultural brasileira.

O ponto seguinte, que deve ser chamado a atenção é que Câmara apresenta um quadro total de desatualização das estatísticas federais, enquanto prega que é exatamente o oposto — a atualidade dos dados, que deveria ser buscado. Não custa lembrar que 03 (três) anos depois, Celso Kelly em sua celebração à publicação do AEB 1953, afirma que o espaço de dois ou três anos entre a coleta e divulgação de dados de museus valem como informações atuais, pois em sua opinião as transformações do presente não se dariam em tão pouco tempo.

E Câmara continua seus ataques à prática estatística até então desenvolvida, e, mais uma vez, os museus entram no centro da disputa – juntamente a outras estatísticas consideradas secundárias, devemos assumir. Falando sobre o “excesso de inquéritos” do IBGE, o que provocaria seu encarecimento, encaminha sua análise para questionar o nível de aproveitamento das indagações realizadas sobre determinados temas, por meio do inquérito realizado pelo IBGE por meio do instrumento “Campanha estatística”.

<sup>261</sup> O relatório de Lourival Câmara encontra-se disponível para consulta em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv99763.pdf>. Acesso em julho/2019.

Como exemplo de um desperdício de trabalho, aparecem os Museus, que teriam 79 (setenta e nove) quesitos indagados, mas que só apurava, de fato, 08 (oito) deles, representando aproximadamente 10% das indagações realizadas. (Idem, p. 14–15)

Nesse ponto, temos que concordar com Lourival Câmara, no sentido de haver um grande conjunto de informações que foi possivelmente coletada, mas não publicada. Quando observamos as planilhas das Campanhas Estatísticas de 1940 a 1948<sup>262</sup> — que trazem todas as mesmas indagações — relativas aos museus é possível observar 23 campos específicos indagados, com 41 informações diferentes possíveis<sup>263</sup>.

Já na Campanha Estatística de 1950, além dos quesitos já existentes ao longo da década de 1940, é adicionada uma seção dedicada exclusivamente ao acervo dos museus, classificando tal acervo pelo número de coleções, se catalogadas ou não, e pelo número total de peças<sup>264</sup>.

A título de comparação, AEB 1949, por exemplo, traz dados referentes a 1947 e apresenta apenas os seguintes elementos: total de museus; localização, por região, estado, em municípios de capitais, em municípios de interior; entidade mantenedora, oficial ou particular; natureza do acervo, geral ou especial — histórico, científico ou artístico; museus informantes; número de visitantes. Assim, temos um

---

<sup>262</sup> Apesar do acesso aos documentos “Campanha Estatística – Museus” referentes aos anos de 1940 e 1948 não encontramos, no entanto, em nenhum AEB, dados relativos aos anos de 1945 e 1946, observando que os o AEB 1941-45 traz dados referentes a 1944, e os AEB 1946, 1947 e 1948 não dispõem de dados sobre os museus brasileiros – mesmo que haja campanha estatística para esse fim -, e que o AEB 1949 traz dados de 1947. Dessa forma não é possível cruzar os dados coletados – ou ambicionados para publicação – e aqueles, de fato, publicados.

<sup>263</sup> Estado, Município, Número de Cadastro. 1. Designação oficial; 2. Endereço completo; 3. Ano da instalação; 4. Entidade mantenedora, a) designação, b) natureza (oficial ou particular); 5. O museu é autônomo?; 6. Não sendo, funcionada junto a que entidade?; 7. É museu de caráter geral?; 8. Não sendo, qual a sua especialização?; 9. É franqueado ao público em geral?; 10. Não sendo, qual a categoria de pessoas, classe ou instituições a que se destina?; 11. A admissão de visitantes é gratuita ou remunerada?; 12. Se remunerada, qual a importância cobrada de cada visitante?; 13. Edita publicações periódicas?; 14. No caso afirmativo, qual a sua designação? Periodicidade? Tiragem? Impressa ou mimeografada?; 15. Possui catálogo de suas coleções?; 16. No caso afirmativo, qual o sistema adotado?; 17. Quantas coleções possui o museu?; 18. De quantas peças ao todo se constituem essas coleções?; 19. Do total dessas peças, quantas se acham expostas?; 20. Qual o número total das pessoas que visitaram o museu no ano anterior?; 21 Valor real ou estimado, a) das instalações, b) das coleções; 22. Horário de funcionamento; 23. Pessoal empregado.

<sup>264</sup> Na altura o IBGE dividia a “natureza das coleções” em: 1. De pintura e desenho; 2. De escultura; 3. De gravuras, estampas e selos; 4. De numismática; 5. De cerâmica; 6. De arqueologia; 7. De geologia; 8. De zoologia; 9. De antropologia e etnografia; 10. De botânica; 11. De indumentária; 12. De manuscritos e autógrafos; 13. De armas e fragmentos de origem bélica; 14. De amostras de produtos”. O formulário Q-2.08 ainda apresentava números em branco para preenchimento do informante caso fosse verificado que o museu possuía acervo que não pudesse ser enquadrado nas classificações pré-definidas.

total de 06 (seis) conjuntos de informações que se especificam em 13 (treze) campos.

Ainda que concordemos haver uma série de informações<sup>265</sup> que de fato demorariam alguns anos a figurar nos AEB<sup>266</sup> nos parece haver também um exagero da parte de Lourival Câmara, no sentido tal que apenas se contabilizarmos todos os campos disponíveis a preenchimento no questionário alcançamos um número próximo ao apresentado por ele, incluindo campos de uso estritamente administrativo pelo setor estatístico, como a data da informação, quem foi o sujeito informante ou a avaliação da qualidade da informação prestada.

Mas, independentemente de nossa concordância ou não com Lourival Câmara, o que é relevante é exatamente o fato que para tal autor, ao elencar os museus entre aqueles que tinham uma menor taxa de aproveitamento, ele nos dá indícios sobre sua percepção de que os museus recebiam uma atenção que terminava por tornar o recenseamento caro, demorado e impreciso, o que prejudicava a atenção que deveria ser dada às estatísticas essenciais.

Djalma Polli Coelho seria então o responsável por dar forma a uma crise que poderia ter permanecido interna, quando responde a artigo publicado em 21 de dezembro de 1951, no Correio da Manhã, intitulado “Um relógio atrasado”<sup>267</sup>, no qual há severas críticas aos custos e ao atraso na publicação de dados, quando da publicação do AEB 1951, que traria dados majoritariamente relativos ao ano de 1948 (SENRA, 2008, p. 407).

Após a publicação de duas cartas de Polli Coelho<sup>268</sup> estava desencadeada a crise, que colocou em lados opostos o General e Teixeira de Freitas, histórico líder do setor estatístico da educação e cultura brasileira. A querela acentuou-se ainda

---

<sup>265</sup> Sobre o tema da desatualização dos dados publicados pelo IBGE em seu anuário, é significativo destacar que, a exemplo dessa situação está a publicação da obra “Brazil 1938” (1939, p. 375), do próprio IBGE. Relativamente aos museus brasileiros, há a informação de que já existiam no país aproximadamente 145 instituições em 1936, ao passo que no AEB 1938, que apresentou os dados daquele ano há apenas a informação da existência de 55 deles. Cf. IBGE. Brazil 1938. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1939.

<sup>266</sup> A informação sobre a edição de publicações, o horário de funcionamento ou a especialização do museu, por exemplo, só são disponibilizadas a partir do AEB 1954; a edição de catálogos e o pessoal empregado, apenas a partir do AEB 1959; se o museu tem entrada gratuita ou paga, apenas no AEB 1969!

<sup>267</sup> Senra afirma em nota que o possível articulista da matéria seria Otto Maria Carpeux, jornalista e crítico literário, famoso autor da História da Literatura Ocidental, publicada em 1947.

<sup>268</sup> Correio da Manhã. O atraso das estatísticas. 25-12-1951, p. 06. Correio da Manhã. A verdade sobre as estatísticas. 30-12-1951, p. 02.

mais quando Polli Coelho enviou a Getúlio Vargas longa carta<sup>269</sup> na qual defende seus pontos de vista, e, não poderia deixar de ser, ataca frontalmente a qualidade da produção estatística da instrução pública. E os museus não ficam de fora. Seu questionamento é o seguinte:

A respeito de museus, o Anuário de 1950, referindo-se ao ano de 1948, declara que o quadro publicado não inclui os museus onde o público não pode entrar. Que museus são esses? Quem os mantém? Quais são suas finalidades? (COELHO, 1952, p. 31)

Em 16 de janeiro de 1952 o Governo Federal editou o Decreto n.º 30.399, que criou uma comissão dedicada a estudar o sistema estatístico brasileiro, tendo como missão elaborar um parecer sobre a situação pela qual passava o IBGE e verificar se as opiniões de Lourival Câmara tinham fundamento, a partir de apelo feito por Teixeira de Freitas<sup>270</sup> na imprensa brasileira. A comissão foi, então, composta por Themístocles Brandão Cavalcanti<sup>271</sup>, Manoel Bergström Lourenço Filho, Jessé Montelo<sup>272</sup> e João Lyra Madeira<sup>273</sup>. Não é demais ressaltar que os dois primeiros membros seriam futuros presidentes do IBECC<sup>274</sup>.

Ainda antes do fim dos trabalhos da comissão criada por Getúlio Vargas, Teixeira de Freitas produziu longa exposição realizando a defesa não apenas do trabalho estatístico federal, mas assumindo a responsabilidade caso qualquer falha fosse apontada.

Aqui destacaremos apenas um ponto, que se refere à atualidade dos dados apresentados pela produção estatística federal. Diz ele, acerca do tema, que não se pode avaliar a inatualidade ou o atraso das estatísticas — quaisquer que sejam — a

<sup>269</sup> COELHO, Djalma Polli. A questão do Conselho Nacional de Estatística. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1952.

<sup>270</sup> A carta enviada em fevereiro de 1952 por Mário Augusto Teixeira de Freitas a Getúlio Vargas tem cópia passível de consulta, na íntegra, no acervo de Gustavo Capanema, digitalizado pela Fundação Getúlio Vargas. Disponível em [http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=ARQ\\_GC\\_PI&pasta=GC%20pi%20Freitas,%20M.%201952.02.27](http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=ARQ_GC_PI&pasta=GC%20pi%20Freitas,%20M.%201952.02.27). Acesso em julho/2019.

<sup>271</sup> Themístocles Brandão Cavalcanti (1899-1980) foi um jurista brasileiro, tendo atuado em diversas organizações culturais e do direito internacional. Foi ainda Ministro do Supremo Tribunal Federal entre os anos de 1967 e 1969, durante a ditadura civil-militar brasileira.

<sup>272</sup> Jessé de Souza Montello (1919-1994) foi um estatístico maranhense, formado em matemática e engenharia, responsável pela criação, em 1953, da Escola Nacional de Ciências Estatísticas.

<sup>273</sup> João Lyra Madeira (1909-1979) foi um demógrafo pernambucano com longa atuação no Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários.

<sup>274</sup> Lourenço Filho assume ainda em 1952, com a saída de Levi Carneiro para assumir cargo como membro brasileiro na Corte Internacional de Justiça em Haia, permanecendo como presidente até 1956, quando é substituído por Themístocles Brandão Cavalcanti, que ocupou o cargo até 1964.

partir do tempo decorrido da mesma, tendo em vista que diferentes temas possuem validade variável, no sentido em que há estatísticas que permanecem atuais ainda que decorridos 10 (dez) anos, ao mesmo tempo que outras caducam em períodos menores (SENRA, 2008, p. 427). Chama-se a atenção aqui, pois esse é um dos argumentos da defesa produzida por Celso Kelly, 03 (três) anos depois, em seu elogio aos dados estatísticos sobre os museus brasileiros arrolados no AEB 1953.

Em 17 de março de 1952 a comissão entregou seu relatório ao Ministro da Justiça, Negrão de Lima<sup>275</sup>, que o encaminhou a Getúlio Vargas em 26 de maio do mesmo ano. As consequências de tal relatório foram o afastamento de Polli Coelho em 24 de junho, e sua final remoção do cargo de presidente do IBGE em 09 de setembro de 1952 (Idem, p. 439)<sup>276</sup>, sendo substituído por Florêncio de Abreu, desembargador já aposentado do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. A crise estava, então, debelada, mas suas consequências seriam ainda sentidas.

Aqui entra o cruzamento de tais eventos com o silêncio relativo à *Museums of Brazil*. Quando da realização do II Congresso Brasileiro de Folclore, em agosto de 1953<sup>277</sup>, foi lembrado que como consequência da redação da Carta do Folclore – em agosto de 1951, produzida no evento nacional anterior sobre o tema, foi dirigido um apelo ao IBGE para que a rede de Agências Municipais de Estatística colaborasse com a Comissão Nacional do Folclore, e que naquele momento o então Secretário Geral do IBGE, Waldemar Lopes demonstrara a maior simpatia pela sugestão. Não obstante tal simpatia, como vimos, em janeiro de 1952, Waldemar Lopes seria substituído por Lourival Câmara, que listou os dados folclóricos entre aquelas estatísticas que ajudavam a encarecer a produção de dados estatísticos nacionais, além de as considerar como “estatísticas secundárias”.

---

<sup>275</sup> Francisco Negrão de Lima (1901-1981) foi um político mineiro que entre outros cargos, foi prefeito do Distrito Federal entre 1956 e 1958, quando assumiu o Ministério das Relações Exteriores, onde permaneceu até o ano seguinte.

<sup>276</sup> Na mesma página Senra cita em nota que durante seu período de afastamento, Polli Coelho ainda foi nomeado para chefiar a delegação brasileira à XXX Reunião de Consulta sobre Geografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História e ao XVII Congresso Internacional de Geografia da União Geográfica Internacional, ocorridos em Washington, EUA, em julho e agosto de 1952. Mas o que é significativo nessa nota é a indicação de que compunha a delegação, entre outros, Carlos Delgado de Carvalho, que durante a Assembleia Anual do IBECC, de 1953, teria a produção de sua obra “Geografia do Brasil” listada como “um excelente estudo” que havia sido publicado pela Divisão Cultural do Itamaraty, ao mesmo tempo que a obra de Heloísa Alberto Torres - que se não havia ainda sido publicada, estava em vias de ser - não é citada.

<sup>277</sup> O I Congresso Brasileiro de Folclore foi realizado no Rio de Janeiro, de 22 a 31 de agosto de 1951. Já o II CBF foi realizado em Curitiba, Paraná, de 22 a 30 de agosto de 1953. Ambos os eventos ocorreram sob a presidência de Renato Almeida, presidente da Comissão Nacional de Folclore, órgão vinculado ao IBECC.

A direção do IBGE em 1953, informava Maurício Fichtner, então Secretário Geral do CNE, acolhia tal demanda com simpatia, e, dessa forma, o II Congresso Brasileiro de Folclore deliberou que fosse solicitado ao IBCEC a promoção junto à Secretaria Geral do CNE dos necessários entendimentos para que fosse estabelecida a cooperação entre as Agências de Estatística e as Comissões Regionais de Folclore, uma vez que tal colaboração era entendida como “[...] da mais alta importância às atividades folclóricas nos Estados.”<sup>278</sup>

#### **4.4. E os museus do Brasil?**

Assim, nos parece ter havido uma conjunção de fatores que impediu a ampla circulação de *Museums of Brazil* em território nacional quando de sua publicação, face à atuação de Lourenço Filho e Themístocles Cavalcanti ainda em 1952 na legitimação da atuação do IBGE e a posterior parceria entre IBCEC e a Comissão Nacional de Folclore, já em 1953.

Mas o que nos leva a crer que há uma conjunção de fatores (interesses disciplinares e institucionais, no caso do IBGE/CNE e bem como de ampliação da atuação do movimento folclórico) é que no texto apresentado sistematicamente entre julho e agosto de 1953 à imprensa há a informação de que os 102 (cento e dois) museus franqueados ao público no Brasil em 1950 (mas seu uso, em 1953, presentifica tal passado) seriam assim divididos: 35 (trinta e cinco) eram “gerais”; 27 (vinte e sete) históricos; 25 (vinte e cinco) científicos e apenas 14 (quatorze) seriam museus de arte, sendo exatamente esses aqueles que motivavam frequentes debates nos periódicos do período, destacando a sua necessidade. E o que diz o texto de Heloísa Alberto Torres?

A pesquisa empreendida pela Diretora do Museu Nacional, entre os anos de 1948 e 1953, indica a existência, no Brasil, de 175 instituições museológicas, sendo que, como já foi citado no início do tópico, quase 3 (três) dezenas de instituições não foram divulgadas. A divisão entre os museus divulgados segue um ordenamento por dependência administrativa e em seguida por localização estadual, em ordem alfabética.

---

<sup>278</sup> II Congresso Brasileiro de Folclore. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 126, n. 284, p. 08, 06 de setembro de 1953.



Assim, os museus se dividem entre federais, estaduais, municipais, instituições civis, instituições religiosas e privadas — aqui entendidas como de propriedade de indivíduos. Segundo a autora, tal divisão foi apropriada com base na atuação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, onde parte das informações divulgadas foram coletadas, sendo a pesquisa realizada também nos arquivos do Serviço de Estatística do Ministério da Educação e Saúde e de informações existentes no próprio Museu nacional (TORRES, 1953, p. 05).

Destaca-se aqui que o IBGE e seu Anuário, publicação que detém até a contemporaneidade o poder de representar as estatísticas oficiais do país, não são citados pela autora, apesar de constar a referência aos arquivos do MES. Tal fato não nos surpreende, observando que desde o AEB 1939–40 era exatamente o Serviço de Estatística do MES que fornecia os dados sobre museus que eram publicados no AEB.

Ressaltamos também que em julho de 1953 as pastas da Educação e Saúde foram separadas, com a criação do Ministério da Educação e Cultura<sup>279</sup>, nos dando mais um indício de que em julho de 1953 os dados de *Museums of Brazil* já haviam sido coletados e possivelmente processados, não nos esquecendo que no Relatório do Ministério das Relações Exteriores de 1952 consta que a referida obra estava com a sua edição “em andamento”.

Heloísa Alberto Torres aponta haver, naquele momento, uma tendência nacional aos museus históricos (trinta e seis museus dedicados apenas à história), mas que quando os dados se restringiam apenas aos museus estaduais, podia ser verificada certo equilíbrio entre museus de arte e história (cabe destacar que foram arrolados 21 museus dedicados à arte, sendo 9 deles à arte sacra especificamente). Os museus ditos gerais estariam em terceiro lugar num hipotético ranking de interesse seriam os museus de ciências (ciência pura ou ciências naturais aplicadas) aqueles que ocupariam o quarto lugar.

No entanto, a autora não explica como definiu o que seria, por exemplo, um museu apenas de história, ou um museu geral, ou até um museu de arte ou o que compunha um museu de ciência pura ou aplicada, o que ocasionou em nossa análise serem apresentados resultados diferentes daqueles apresentados pela autora. Revisando os dados das 175 instituições selecionadas para a divulgação por

---

<sup>279</sup> BRASIL. Lei nº 1.920, de 25 de julho de 1953. Cria o Ministério da Saúde e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/1920.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/1920.htm) Acesso em 06/07/2019.

Heloísa Alberto Torres, os números que alcançamos, quando dividimos os museus por tipologias apresentadas, chegamos ao Gráfico 5, encontrado logo à seguir<sup>280</sup>.

Assim divididos, cabe explicitar que em Arte encontram-se os museus dedicados apenas à arte e à arte sacra especificamente, em Ciências e História Natural encontram-se museus dedicados à biologia, mineralogia, paleontologia e zoologia, nos museus temáticos foram alocadas as instituições que tinham como objeto um tema específico (como o Museu da Infância ou o Museu Instrumental, ambos no Rio de Janeiro), ainda que muitos deles realizassem uma abordagem histórica do tema. Os museus históricos foram assim enquadrados quando explicitamente se apresentassem como tais. Por fim, os museus gerais ou tradicionais foram aqueles que tinham uma diversidade muito grande de tipologia, ou se prestassem a apresentar diferentes temas, como arte, história, história natural, entre outros, na mesma instituição.

Dessa forma, a tendência que encontramos na análise dos dados indica que a maioria dos museus brasileiros arrolados por Heloísa Alberto Torres era de instituições que tinham um caráter generalista com 49 (quarenta e nove) instituições, seguido por museus dedicados à história nacional, regional ou local — bem como aqueles dedicados a eventos históricos específicos que, diferentemente de outros museus temáticos, foram enquadrados como museus históricos, tal qual o Museu da Revolução Federalista, no Paraná —, com 36 (trinta e seis) museus; museus de ciências e história natural, com 22 (vinte e dois) museus; 21 (vinte e um) museus temáticos não relacionados a eventos históricos ou personalidades; os museus de arte, compondo 21 (vinte e um) instituições; ainda sendo necessário destacar 07 (sete) museus militares; 07 (sete) museus-casa ou museus biográficos, dedicados a personalidades; 04 (quatro) museus etnográficos ou antropológicos; 03 (três)

---

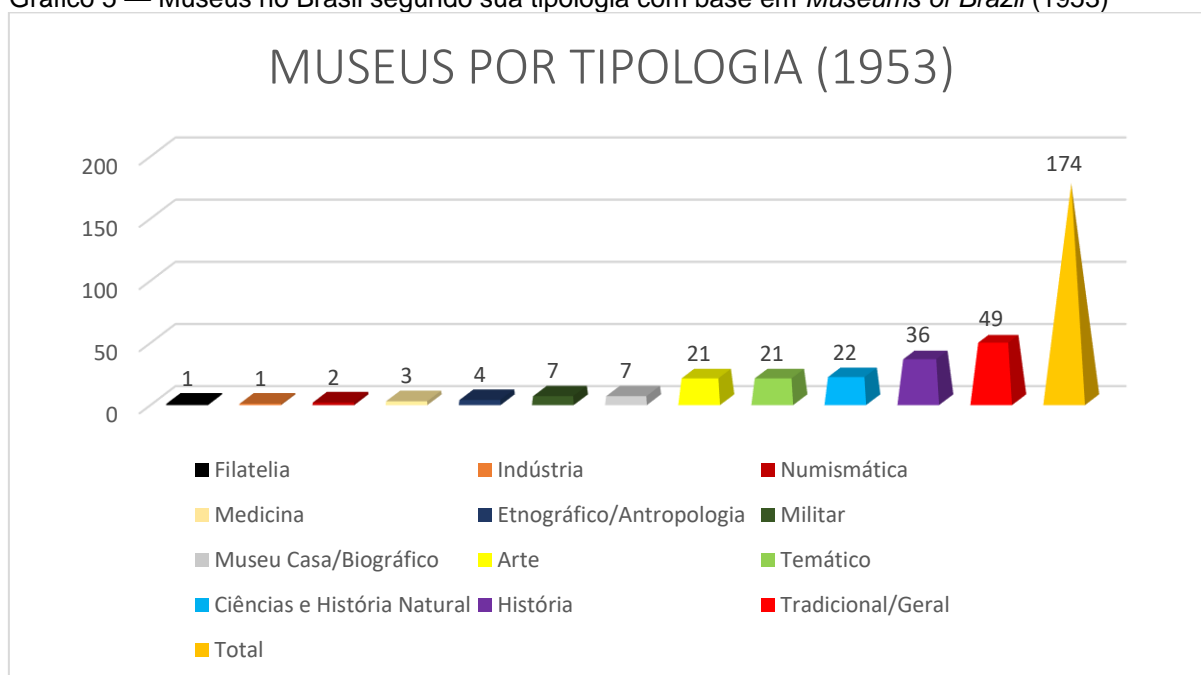
<sup>280</sup> A tabela apresenta um total de 174 museus, observando que entre as 175 instituições Heloísa Torres também listou, entre as estaduais o Conselho Estadual de Museus e Bibliotecas do Estado de São Paulo, que não era propriamente um museu. Ainda assim, não excluímos instituições que não são normalmente associadas a museus, mas que compõem as definições de museu do ICOM do momento, como aviaquários, aquários e parques botânicos, que também têm seus dados listados por Torres.

museus de medicina<sup>281</sup>; 02 (dois) museus dedicados à numismática; 01 (um) à filatelia; e, 01 (um) à indústria<sup>282</sup>.

A atenção às tipologias dos acervos — ou, se podemos assim dizer, da vocação — dos museus arrolados por Heloísa Alberto Torres é de extrema relevância no sentido em que elas desnudam os interesses que coordenaram práticas de colecionamento desenvolvidas por indivíduos e instituições.

Tais práticas tornaram conjuntos de coisas em vetores de conhecimento e/ou valores estéticos, identitários, memoriais, históricos, entre outros, que apesar de representarem diferentes sentidos para a sua preservação, todos compartilham um desejo de memória por parte de quem colecionou.

Gráfico 5 — Museus no Brasil segundo sua tipologia com base em *Museums of Brazil* (1953)



Fonte: TORRES, Heloísa Alberto. *Museums of Brazil*. Rio de Janeiro: MREx, 1953.

Mas além de uma apresentação e análise inicial dos dados que compõem a obra, em seu Prefácio, Heloísa Alberto Torres cria ao longo de 08 (oito) páginas uma pequena história dos museus no Brasil, dissertando sobre o seu desenvolvimento ao

<sup>281</sup> Tais museus não foram englobados, inicialmente, na categoria de museus temáticos por sua particularidade de estarem vinculados normalmente às faculdades de medicina do país, tendo fins como a apresentação de acervo bem como de produção de conhecimento aplicado ao ensino da medicina.

<sup>282</sup> É possível que futuramente os museus de medicina, numismática, filatelia, indústria, bem como alguns museus de história e museus biográficos sejam englobados juntos aos museus temáticos em apenas uma categoria, a dos museus especializados. O impacto de tal mudança na classificação se dá em uma percepção da especialização para além da disciplina associada ao museu, como é o caso da história ou da arte, mas uma especialização vinculada ao tema.

longo dos quase 150 anos entre a criação do Museu Real, em 1818, e 1953, quando *Museums of Brazil* é publicado.

Sua periodização, se assim podemos dizer, divide-se entre 1818 e 1889, da criação do Museu Real à Proclamação da República, de 1889 a 1937, com a criação do Sphan, e o período posterior<sup>283</sup>.

Assim, é interessante ressaltar que em sua análise ela dá amplo destaque para o papel da República — como estrutura organizacional do Estado, e como evento histórico, a partir de sua proclamação, no desenvolvimento dos museus brasileiros, afirmando que

A República encorajou em boa medida o desenvolvimento dos museus: quando foi proclamada [1889], existiam 07 museus; nos primeiros dez anos o número cresceu para 13 [1889–1899], na segunda década [1900–1909] para 22, e nas duas décadas seguintes [1910 e 1920] [cresceu] para 32 e 46 [museus] respectivamente. Um progresso significativo, no entanto, só começou a ser feito após 1930. Não apenas o interesse da Federação cresceu, mas sua liderança foi seguida pelos estados e municípios. O Governo Federal mais que duplicou o número de seus museus e os estados fizeram o mesmo; os municípios, que haviam fundado apenas 03 [museus] em 110 anos, adicionaram 15 nos 20 [anos] a seguir. As instituições civis, que possuíam 13, ganharam 08 mais, ao mesmo tempo que as instituições eclesiásticas aumentaram seus números de 03 para 09, e os museus privados duplicaram. (TORRES, 1953, p. 06)<sup>284</sup>

Mas, mais do que destacar o papel da República — que concordamos parcialmente com a autora<sup>285</sup>, o que para nós é relevante reside no apontamento da

<sup>283</sup> Deve ser destacado que tal “periodização” nos parece inédita e não replicada em outros trabalhos. Acreditamos que tal se deva ao fato da sua circulação ter sido restrita no Brasil

<sup>284</sup> “*The Republic encouraged the development of museums to a fair extent: when it was proclaimed, there were 7 museums in existence; in the first ten years the number rose to 13, in the second decade to 22, and in the two following decades to 32 and 46 respectively. Marked progress, however, only began to be made after 1930. Not only was the interest of the Federation aroused, but its leadership was followed by the States and the Municipalities. The Federal Government more than doubled the number of its museums and the States did likewise; the Municipalities, which had only founded 3 in 110 years, added 15 in the next 20. Civil Institutions which possessed 13, gained 8 more, while ecclesiastical institutions increased their number from 3 to 9 and museums of private ownership doubled.*”

<sup>285</sup> Deve ser chamada a atenção ao fato de que durante o período do Império no Brasil, é possível encontrar – por meio de pesquisa na Coleção de Leis do Império, em sítio eletrônico da Câmara Federal – legislação referente a criação dos seguintes museus: museu na Fazenda Nacional da Lagoa Rodrigo de Freitas (Regulamento nº 15, de 01 de abril de 1838); criação do Museu Industrial, vinculado à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, quando de sua reformulação (Decreto nº 1.927 de 25 de abril de 1857,); a criação de Museu no Arsenal de Marinha da Corte, o Museu Naval (Decreto nº 4.116 de 14 de março de 1868); criação de um museu técnico relacionado à Engenharia Civil vinculado ao Corpo de Engenheiros Civis (Decreto nº 4.696, de 16 de fevereiro de 1871); criação do Museu Militar no Arsenal de Guerra do Império (Decreto nº 5.118 de 19 de outubro de 1872); da criação do Museu Monetário e de Medalhas, na Casa da Moeda (Decreto nº 5.536 de 31 de janeiro de 1874); cita a existência de um “museu pyrotécnico” vinculado ao Laboratório Pyrotécnico do Campinho (RJ) (Decreto nº 6.984 de 27 de julho de 1878); criação de museus escolares (vinculados

existência de 46 (quarenta e seis) museus arrolados por ela com data de fundação até a década de 1930, o que em nossa interpretação pode ter sido um dos vários possíveis motivos para a ação coordenada de divulgação dos dados publicados pelo IBGE, no sentido tal de que citar a existência de tais museus coloca em xeque a credibilidade dos dados arrolados e divulgados pelo IBGE ao longo de sua história.

#### 4.5. Cruzamentos de museus

Gostaríamos aqui de apresentar a próxima tabela, que demonstra, a partir dos dados publicados por Heloísa Alberto Torres, a progressão de fundação dos museus no Brasil até o início da década de 1950<sup>286</sup>, comparadas aos dados apresentados por duas obras publicadas posteriormente, por Guy de Hollanda (1958) e Fernanda de Camargo e Almeida Moro (1972).

São alguns elementos nos dados apontados nessa tabela que precisam ser destacados. O primeiro deles se refere aos picos de criação — a partir da informação sobre as datas de fundação — de museus brasileiros, mas essa interpretação pode encaminhar o leitor ao erro, observando que as taxas de *desinformação* acerca da criação dos museus são bastante elevadas. Quando observamos os números de instituições que não tiveram sua data de criação arrolada encontramos as seguintes taxas aproximadas, nas obras de 1953, 1958 e 1972, respectivamente: 39%, 22% e 37%.

---

às escolas e distritos municipais), museus pedagógicos, vinculados às Escolas Normais, e dos museus de medicina ligados aos Institutos de *Sciencias physico-chimicas*, Biológico e *Pathologico* vinculados às faculdades de medicina (Decreto nº 7.247 de 19 de abril de 1879); criação do museu da Secção da Sociedade de Geographia de Lisboa no Brazil (Decreto nº 7.315 de 14 de junho de 1879); criação do Museu Pedagógico na Escola Normal do município da Corte (Rio de Janeiro) (Decreto nº 7.684 de 06 de março de 1880); criação de Museu Industrial vinculado à Associação Industrial (Decreto nº 8.996, de 26 de fevereiro de 1881); criação de Museu de Artefatos na Escola Geral de Tiro do Campo Grande, Rio de Janeiro (Decreto nº 9.259, de 09 de agosto de 1884); criação de Museu de Artefatos na Escola Tactica e de Tiro da Provincia do Rio Grande do Sul (Decreto nº 9.703 de 22 de janeiro de 1887); criação de Museu Militar vinculado ao Imperial Collegio Militar (Decreto nº 10.202 de 09 de março de 1899). Coleção de leis. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/busca/?o=relevance&v=legislacao&colecacao=S&expressao=museu&palavra=aschave=museu&apelido=museu&primeiraementa=museu&corpododocumento=museu&numero=&ano=&di=01-01-1808&df=01-11-1899&origensl=&origensF=&situacao=> Acessos em julho de 2019.

<sup>286</sup> Destacamos que Mário Chagas (2011) realizou operação similar àquela que desenvolvemos, mas seu foco se deu apenas na obra de Guy de Hollanda, enquanto nós realizamos um cruzamento entre as obras de Heloísa Alberto Torres, Guy de Hollanda (1958) e da pesquisa coordenada por Fernanda de Camargo e Almeida Moro (1972). Também analisamos os dados publicados na segunda edição dessa última obra, coordenada por Maria Elisa Carrazzoni (1978), no entanto não observamos avanços significativos entre a primeira e a segunda edição, e, portanto, não são aqui apresentadas.

Dessa forma, apesar da obra de Guy de Hollanda apresentar a menor quantidade de museus arrolados, ela demonstra um maior nível de confiabilidade, enquanto as obras de Heloísa Alberto Torres e Fernanda de Camargo e Almeida apresentam taxas próximas a 40% das instituições listadas, colocando as instituições cuja data de fundação não foi possível precisar em um limbo temporal no qual podem ter sido criadas em qualquer momento entre 1818, data oficial da criação do primeiro museu brasileiro (o Museu Real), e o ano no qual as pesquisas foram respectivamente realizadas.

TABELA 3 — Período de fundação dos museus brasileiros

<b>Períodos de fundação dos museus</b>	<b>*1953</b>	<b>*1958</b>	<b>*1972</b>
Século XIX	14	10	13
1900–1909	7	5	13
1910–1919	12	6	5
1920–1929	11	7	9
1930–1939	38	23	22
1940–1949	24	27	26
1950–1961	1	35	59
1960–1969	—	—	65
1970–1979	—	—	31
Museus arrolados sem data de fundação.	68	32	148
<b>Total de museus</b>	<b>175</b>	<b>145</b>	<b>396</b>

*Fonte: TORRES, Heloísa A. Museums of Brazil. Rio de Janeiro: MREx, 1953; HOLLANDA, Guy de. Recursos educativos dos museus brasileiros. Rio de Janeiro: CBPE/ICOM, 1958; ALMEIDA, Fernanda de C. e (coord.). Guia dos Museus do Brasil. Rio de Janeiro: Editôra de Guias LTB; Editôra Expressão e Cultura, 1972.*

No entanto, não nos parece prudente, por exemplo, apontar o século XIX como período no qual tais instituições foram criadas, sendo mais possível que elas tenham sido criadas já no século XX, com maior concentração no período pós 1950. Fazemos tal afirmação, pois quando cruzamos os dados arrolados por Heloísa Alberto Torres e os apresentados por Fernanda de Camargo e Almeida, produzidos em um lapso temporal de aproximadamente 20 anos, é encontrado um avanço de 226% entre o último e o primeiro<sup>287</sup>.

<sup>287</sup> É uma possibilidade realizar um cruzamento direto entre os dados de cada uma das instituições arroladas nas três obras, dessa forma sendo possível verificar sua presença ou ausência em cada uma das obras, e assim produzindo indícios de extinção ou confirmação de criação/existência das

Mas, se quando cruzamos tais dados não é possível afirmar, definitivamente, que a década de 1930 representou o maior pico de criação de museus, não podemos deixar de concordar com a Heloísa Alberto Torres, quando ela afirma que as duas décadas após 1930 podem ser apresentadas como os 20 anos nos quais houve de fato a maior criação de museus no Brasil até a publicação de *Museums of Brazil*.

Fazemos tal afirmação no sentido em que os dados confirmados de criação dos museus por ela arrolados indicam que no período em questão — entre 1930 e 1950 — foi possível pela pesquisadora confirmar a criação de 63 museus, ao mesmo tempo que entre 1818 e 1930 foi confirmada a fundação de apenas 44 instituições no país — lembremos que aqui não estão arrolados os museus escolares, em número bem superior às instituições autônomas às escolas.

Não podemos descartar outro ponto, que se refere à extensão das redes de informação e à taxa de responsividade dos museus inquiridos. Os indícios para essa reflexão surgem quando cruzamos as três séries de dados, não podendo tal reflexão ser realizada apenas a partir de duas delas.

Se cruzássemos apenas os dados de Torres e Hollanda, a impressão seria que pelos menos 31 (trinta e um) museus teriam sido extintos<sup>288</sup>, mas quando cruzamos as três séries encontramos dados que se aproximam entre elas, e que em alguns casos pode representar uma dificuldade em acessar os dados das instituições, ou mesmo a falta de responsividade delas aos questionários enviados, ou à produção de dados. Isso fica exemplificado quando observamos que apesar de Guy de Hollanda listar apenas 10 museus criados no século XIX, Fernanda de Camargo e Almeida retoma um número aproximado àquele disponibilizado em 1953.

Da mesma forma, ao cruzarmos as três séries, desta vez nos atendo aos dados confirmados de museus criados na primeira década do século XX, observamos que mais uma vez a obra de 1958 apresenta um decréscimo em relação à de 1953, mas que a de 1972 apresenta um avanço considerável, passando de 07 (sete) museus arrolados na primeira série para 13 museus citados.

Para nós, é um indício da ampliação na rede de informantes, considerando que são citadas instituições que já existiam na década de 1950, quando as primeiras

---

instituições nos diferentes períodos. No entanto, para este momento, tal atividade não foi possível ser realizada.

<sup>288</sup> Seriam 04 (quatro) instituições criadas no século XIX, 02 (dois) entre 1900 e 1909, 06 (seis) entre 1910 e 1919, 04 (quatro) entre 1920 e 1929, e 15 (quinze) entre 1930 e 1939.

listas foram produzidas, mas não chegaram a ter seus dados publicados<sup>289</sup>. Quando cruzamos os dados da década de 1930, no entanto, surge um indício de que algumas das instituições criadas no período possivelmente não suportaram as provas do tempo — mas nada impede que elas estejam arroladas entre as quase 150 instituições não confirmadas por Fernanda de Camargo (1972).

Das décadas listadas concomitantemente pelas três obras, aquela que apresenta a maior regularidade de dados entre as três publicações se encontra entre os museus criados entre os anos de 1940 e 1949. E imaginamos que isso não seja por acaso, pois a atuação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na segunda metade da década de 1930, não só criou uma série de instituições museológicas<sup>290</sup> como, por meio de seus profissionais, e principalmente seu diretor, Rodrigo Melo Franco de Andrade, passou a atuar intensamente no campo dos museus, sendo ele inclusive eleito presidente do ICOM no Brasil.

Esse último teve papel de destaque na comissão nacional do ICOM na década de 1950, dando suporte aos museus brasileiros para além daqueles sob a supervisão do governo federal. É de se ressaltar que além dos ditos museus nacionais, existiam — e alguns existem até hoje — uma série de instituições que estavam sob a alçada do governo Federal, mas não tinham a autonomia conferida pelo estatuto de museu nacional, ainda assim contribuindo para o desenvolvimento dos museus brasileiros.

Podemos também apontar como fator que possibilitou uma vida mais longa às instituições museológicas criadas a partir de 1940, a criação em 1932 do Curso de Museus no Museu Histórico Nacional<sup>291</sup>, que se não possibilitou uma disseminação por todo o país de profissionais capacitados no trabalho com museus, ajudou a disseminar o conhecimento museológico e a pressão pela profissionalização — ou pelo menos a aplicação de conhecimentos específicos

---

<sup>289</sup> Basta lembrar do caso da publicação “Brazil 1938”, citada anteriormente, na qual há a informação do conhecimento por parte do IBGE de cerca de 145 museus, mas em seu anuário sobre o mesmo período figurou apenas um terço desse número.

<sup>290</sup> Sobre a política de criação e fomento aos museus desenvolvida pelo setor de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cf. JULIÃO, Letícia. Enredos museais e intrigas da nacionalidade: museus e identidade nacional no Brasil. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

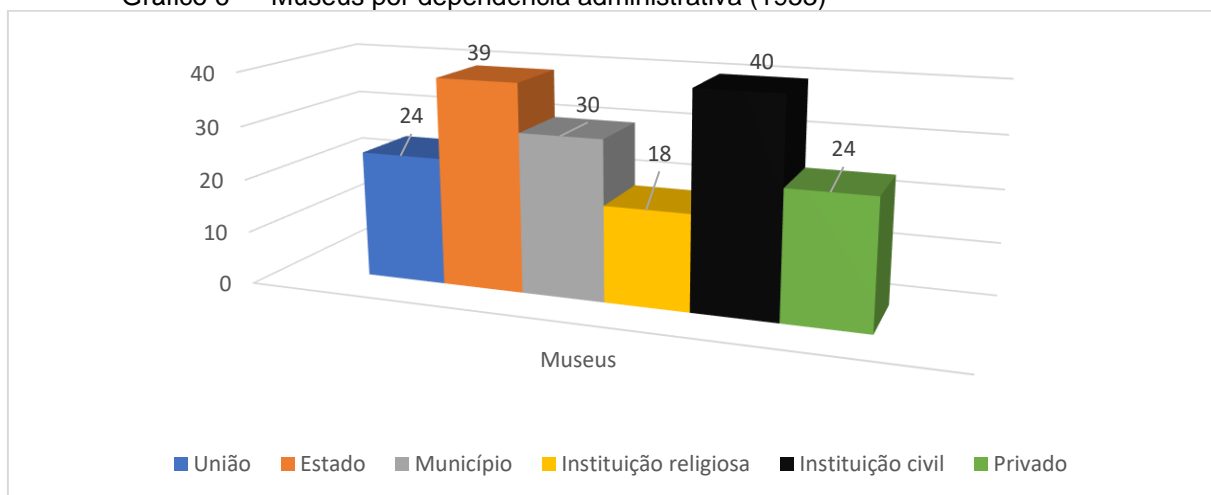
<sup>291</sup> Além da já dissertação em Museologia e Patrimônio de Henrique de Vasconcellos Cruz Ribeiro (2014), a dissertação de Graciele Karine Siqueira apresenta bons indícios sobre o processo de consolidação profissional e acadêmica desenvolvida pelos oriundos do Curso de Museus do MHN. Cf. SIQUEIRA, Graciele Karine. Curso de Museus – MHN, 1932-1978. O perfil acadêmico-profissional. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/ Museu de Astronomia e Ciências Afins. Rio de Janeiro, 2009.



oriundos da museologia, campo disciplinar que estava em formação na década de 1950, com a vigorosa atuação da UNESCO e do ICOM, seja no Brasil, seja no mundo.

Não por acaso, os profissionais formados por tal curso foram acionados por diversos atores da sociedade na promoção de atividades de formação de quadros em diversos estados e municípios do país (de variada duração), apoiados, inclusive na necessidade de responder às demandas da expansão do campo museal brasileiro, e, dessa forma, possibilitando uma maior longevidade às instituições museológicas criadas nas décadas de 1940 e 1950.

Gráfico 6 — Museus por dependência administrativa (1953)



Fonte: TORRES, Heloísa A. *Museums of Brazil*. Rio de Janeiro: MREx, 1953.

Quando Heloísa Torres teve sua pesquisa publicada, os museus sob a responsabilidade do Governo Federal, apesar de seu crescimento, estavam junto aos museus privados e aqueles mantidos por instituições religiosas. Grande parte deles estava subordinada a serviços específicos<sup>292</sup> dos diferentes ministérios, que a autora afirma serem “[...] frequentemente não mais que vitrines organizadas para

<sup>292</sup> Se considerarmos como *nacionais* apenas os museus que contém tal adjetivo em sua nomeação, eram museus nacionais apenas 03 (três): Museu Histórico Nacional, Museu Nacional e Museu Nacional de Belas Artes. Mas tal classificação torna-se enganosa, no sentido que seriam excluídos outros museus criados com fins de representação da nacionalidade brasileira, tais como: Museu da Inconfidência (RJ), Museu das Missões (RJ), Museu do Ouro (RJ) e Museu Imperial (RJ). Ainda assim, a maioria dos museus federais não tinha o caráter *nacional*, tendo em vista que os já citados somam 07 (sete) instituições de 24 (vinte e quatro).

ilustrar os fins desejados pelos serviços que os mantinham, ou como um elemento auxiliar ao trabalho deles.”<sup>293</sup> (TORRES, 1953, p. 07).

Como afirmou Torres, os números dos museus federais cresceram e não podemos deixar de concordar também com ela que o interesse pelos museus também foi acompanhado pelos atores da sociedade brasileira, como podemos observar no Gráfico 6, que apresenta a divisão dos museus com base na sua dependência administrativa.

Nesse gráfico optamos por transpor a descrição operacionalizada pela autora, que como já dito, afirma ter se inspirado no modelo já trabalhado pela SPHAN. Mas é significativo que tal modelo não parece ter sido elaborado *originalmente* pela SPHAN, ou mesmo pelo Serviço de Estatística de Educação e Saúde do MES, sendo fruto das interações — incluindo a possibilidade de o setor estatístico brasileiro ter influenciado o cenário estrangeiro<sup>294</sup> — entre os setores nacional e internacional, notadamente por meio da atuação da e/ou na UNESCO, digamos assim, um híbrido entre o modelo internacional e aquele eventualmente adotado no Brasil até então.

Ora, entre 1927 e 1952<sup>295</sup>, o IBGE publicou 09 (nove) anuários que continham dados sobre os museus brasileiros — nos mais variados níveis de complexidade e focos de abordagem dos dados, excluindo-se aqueles dedicados apenas aos museus escolares. A forma de representar a dependência administrativa

---

<sup>293</sup> “Often they are no more than showcases arranged to illustrate the ends envisaged by the services which keep them up, or as subsidiary element of their work.”

<sup>294</sup> Acreditamos que uma figura de extrema relevância nesse contexto seja ainda Mario Augusto Teixeira de Freitas, já citado nessa pesquisa devido ao intenso intercâmbio de informações e publicações entre o IICI e o Setor de Estatística do MES, mediado pela atuação de Eliseu Montarroyos durante a década de 1930. Ao longo das décadas seguintes a atuação de Teixeira de Freitas consolidou sua posição como um expoente do setor estatístico federal e na estruturação do campo estatístico brasileiro, sendo ele também membro do Instituto Internacional de Estatística, ocupando em 1953 o cargo de vice-presidente, e um dos intelectuais acionados pela UNESCO na preparação dos documentos que serviram de base para a realização da *First Meeting of Experts on Educational Statistics*, promovida pela UNESCO em 1947, na qual ele esteve presente. Tais informações foram coletadas por meio dos seguintes documentos: UNESCO/Educ/11/1947. Report – First meeting of Experts on Educational Statistics, e NS.53/D.13b/A. Directory of International scientific organizations, p. 272. O Brasil foi ainda representado por Germano Jardim no Comitê de Padronização de Estatísticas Educacionais, ocorrida entre 05 e 09 de novembro, em Paris. UNESCO/ST/R.4. Report of the Expert Committee on Standardization of Educational Statistics. Ainda que tais documentos não citem especificamente os museus, pode-se supor sem muita dúvida que suas discussões provavelmente foram aplicadas no âmbito da padronização da coleta, processamento e divulgação de dados dessas instituições, observando que foi o Serviço de Estatística do MES, e posteriormente MEC, o responsável pela cadeia produtiva de dados sobre os museus brasileiros na ampla maioria dos AEB.

<sup>295</sup> Marco do ano de possível conclusão da pesquisa de Heloísa Alberto Torres, isto se ela não tiver ocorrido em 1950, tendo em vista o parecer apresentado por Renato Almeida naquele ano ao IBCEC.

das instituições museológicas também não seguiu um padrão único — sendo a falta de padrão nos dados já sido apontada aqui.

Dessa forma, foram encontradas, nos AEB, algumas formas de apresentar essa relação<sup>296</sup>: 1) nenhuma separação; 2) públicos e particulares, 3) Públicos e particulares com divisão administrativa entre os públicos (federal, estadual e municipal); 4) Oficiais e Particulares; 5) Oficial e Particular com divisão administrativa entre os públicos (federal, estadual e municipal) e divisão entre os particulares entre instituições religiosas, instituições culturais, individual e outras.

Assim, apesar de nos AEB 1938 e AEB 1939–40 haver uma discriminação maior sobre a responsabilidade administrativa dos museus arrolados, há, nos AEB posteriores, até aquele de 1952, um declínio da complexidade da informação apresentada, indicando apenas se os museus eram “oficiais ou particulares”.

Esta última configuração apresentou-se apenas nesse AEB, assemelhando-se à organização adotada por Heloísa Alberto Torres, sendo em seguida retomada a apresentação colocada no item 4). Ela também é aproximada àquela sugerida pela UNESCO em seus questionários de informações sobre museus enviadas aos países afiliados, observando que a diferença se encontra no fato de que a organização internacional sugere que os museus sejam divididos nas categorias “nacional”, “outros museus públicos” — englobando os museus a partir da organização administrativa do país, como estados, condados, províncias, municípios etc., — e “museus privados” — e aqui entrariam museus de sociedades privadas, fundações, sociedades históricas, instituições de pesquisa etc.<sup>297</sup>

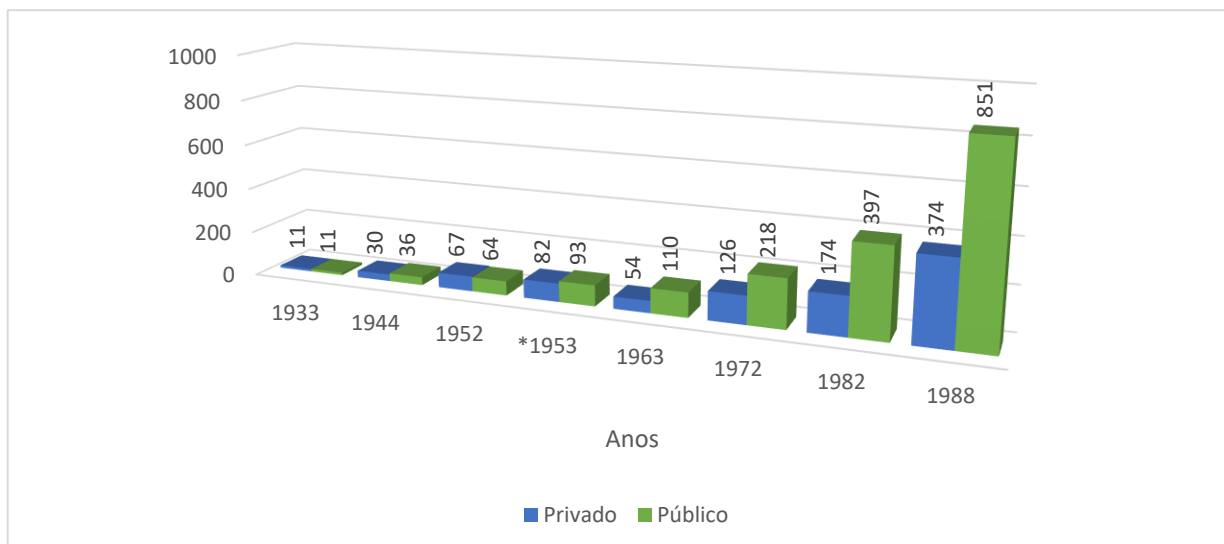
Mas, além dos indícios de interações entre os setores estatísticos nacionais e internacionais, os dados apresentados por Heloísa Alberto Torres são significativos para nossa pesquisa no sentido que demonstram o avanço da

<sup>296</sup> 1) AEB 1908-1912; 2) AEB 1936; 3) AEB 1938, AEB 1939-1940; 4) AEB 1941-1945, AEB 1949, AEB 1950; 5) AEB 1952.

<sup>297</sup> Na primeira edição de *Basic Facts and Figures* foram publicados dados dos museus brasileiros referentes ao ano de 1948, divulgados no AEB 1950. Já os dados sobre o ano de 1950 foram publicados no volume de 1952, conforme informação publicada em *Icom News* (1952-04, p. 21). Novamente em *Icom News* (1953-08, p. 20), há a notícia do recebimento de informações estatísticas sobre os museus brasileiros. Nas edições de 1956 e 1958 os dados sobre museus brasileiros publicados foram aqueles referentes ao ano de 1952. Em sua edição de 1960 não houve a publicação de dados sobre os museus brasileiros, enquanto na edição seguinte, de 1961 os dados sobre os museus brasileiros foram aqueles publicados no AEB 1959, referentes ao ano de 1958. Tais folhetos foram consultados a partir do acervo da Biblioteca Nacional de Portugal, em seus volumes publicados entre 1950 e 1961. A coleção não estava, no entanto, completa, apresentando ausência de volumes entre os anos de 1953 e 1955, quando possivelmente foram publicados em espanhol.

institucionalização de uma prática colecionista no Brasil, materializada pela abertura ao público das coleções produzidas por indivíduos e instituições.

Gráfico 7 — Museus no Brasil divididos em públicos e privados



Fontes: AEB 1908–1912 [...] AEB 1992 e TORRES, Heloísa A. *Museums of Brazil*. Rio de Janeiro: MREx, 1953.

Quando pegamos tais dados, publicados em 1953, e os cruzamos mais uma vez, mas, agora, com os dados apresentados pelo IBGE ao longo de sua história, que podem ser observados no gráfico a seguir, observamos que eles representam uma tendência do desenvolvimento dos museus brasileiros associado à iniciativa pública, ainda que os museus dependentes da iniciativa privada também tenham crescido.

Não obstante ambos os setores terem crescido o ritmo deles é bastante diferente, é possível observar que a partir da década de 1930 — os dados de Torres foram inseridos no Gráfico 7, de modo a ser possível visualizar as consequências das discrepâncias nos métodos de coleta de dados — o setor público (federal, estadual e municipal) tem um ritmo de incremento em seus números com seu pico entre as décadas de 1930 e 1940.

Segue-se um ritmo de crescimento relativamente estável, nas décadas seguintes, entre 172% e 214%. Assim, o crescimento médio a cada 10 anos, conforme os dados publicados pelo IBGE sobre os museus públicos, acompanha o ritmo a seguir: **1)** 1933–1944, **300%**; **2)** 1944–1952, **178%**; **3)** 1952–1963, **172%**; **4)** 1963–1972, **198%**; **5)** 1972–1982, **182%**; e, **6)** 1982–1988, **214%**.

Aqui devemos ressaltar nossa concordância com Heloísa Alberto Torres, que aponta o período pós-1930 como aquele de maior crescimento de museus

brasileiros, observando que, com base nos dados publicados pelo IBGE, também os museus privados tiveram a sua maior taxa de crescimento nesse período. Mesmo assim, não só ritmo de crescimento de museus privados não acompanhou o setor público, quanto é possível apontar momentos nos quais seus números decresceram. Dessa forma, o desenvolvimento dos museus privados brasileiros se deu a partir da seguinte taxa de crescimento: **1)** 1933–1944, 272%; **2)** 1944–1952, 223%; **3)** 1952–1963, 20%; **4)** 1963–1972, 223%; **5)** 1972–1982, 138%; e, **6)** 1982–1988, 214%.<sup>298</sup>

Por fim, gostaríamos de destacar que a discrepância entre os números publicados pelo do IBGE, associado ao do Serviço de Estatística do MES/MEC e aqueles divulgados em *Museums of Brazil*<sup>299</sup>, foi produzida por alguns fatores, sendo o primeiro deles devido às diferentes técnicas de coleta e processamento dos dados (um elemento já destacado por Vincenzo Castrilli, em 1935), ao passo que a atuação do IBGE, sendo um órgão especializado na produção de estatísticas pautou sua prática na busca da confiabilidade das informações prestadas.

Assim, pode ser ressaltado que mesmo que os guias tenham tido a possibilidade de registrar mais museus do que aqueles apresentados pelo IBGE, a porcentagem de museus com dados não confirmados — assumidamente não confirmados por Fernanda de Camargo e Almeida, e apenas sugerido pela não existência das datas de criação das instituições, no caso das obras de Heloísa Alberto Torres e Guy de Hollanda — é bastante elevada, o que não incorre no caso dos museus registrados pelo setor estatístico federal, sendo possivelmente todos eles confirmados, tendo em vista as frequentes notas apresentadas nas tabelas dos anuários informando os critérios de exclusão de determinados (ou conjuntos de) museus devido a estar ou não aberto ao público, ou por ter sido extinto, ao passo que nas publicações externas ao IBGE (em prática que pode ser verificar até 1978, com a segunda edição do Guia dos Museus Brasileiros) são encontradas frequentemente entradas nas quais é informado apenas o nome da instituição.

É necessário sublinhar que a confiabilidade da qual nos referimos não é aquela criticada no início da pesquisa ora apresentada, ou seja, não se refere a uma pretensa certeza quanto à representação do real ao qual se refere — o universo

---

<sup>298</sup> O recurso às cores azul e vermelho para indicar a variação se justifica no sentido de destacar o crescimento do recuo no número de museus, que ocorreu apenas no âmbito dos museus privados.

<sup>299</sup> E acreditamos que essa interpretação pode ser transposta também aos outros guias ou relações de museus que foram produzidos nas décadas de 1950, 1970 e 1980.

geral dos museus brasileiros — mas à confiabilidade das informações coletadas e selecionadas para publicação.

Ainda que Heloísa A. Torres apresente em sua introdução que decidiu excluir de sua publicação dados referentes a museus que se encontravam superficiais ou contraditórios, é possível afirmar sem muita dúvida que os dados publicados pelo IBGE ao longo de sua história passaram pelo crivo de especialistas na produção de estatísticas.

Dessa forma, imaginamos ser grande a possibilidade de que o IBGE dispusesse de dados aproximados, ou até mesmo mais vastos do que aqueles apresentados por Torres, no entanto, a confiabilidade deles não foi aprovada para a publicação.

Assim, ainda que tenhamos números menores no âmbito da produção estatística do IBGE<sup>300</sup>, há uma regularidade nos métodos de coleta e processamento, sendo necessária a confirmação dos dados, o que valida (para os profissionais que os trataram) a própria informação estatística para que ela esteja apta à divulgação. Mas isso não significa que sempre foi dessa forma, considerando que o período entre as décadas de 1930 e 1940 representa também um momento de consolidação da produção estatística brasileira.

Dessa forma, a busca pela confiabilidade das fontes pelos sujeitos que produziram as estatísticas oficiais da cultura brasileira pode ser verificada quando observamos que a partir do AEB 1941–45 é listada, entre as várias informações, o quantitativo de museus informantes, sendo tal informação descontinuada apenas a partir do AEB 1984. As consequências de tal prática nós já apontamos: a possibilidade de outras metodologias apontarem números maiores que as estatísticas oficiais, ao custo da confiabilidade dos dados apresentados como representativos de uma realidade dada.

Para nós, que aqui analisamos a produção e circulação de informações sobre os museus brasileiros a partir da História, considerarmos que nenhuma fonte fala sobre o real, mas que pode ser utilizada para compor uma determinada imagem de realidade passada pode ser uma questão superada, mas não podemos ser

---

<sup>300</sup> Ainda foi tentado contato com o IBGE para avaliar a existência dos documentos produzidos no âmbito das campanhas estatísticas, que trariam, portanto, informações inéditas sobre a história de centenas de museus brasileiros, coletadas ao longo do século XX, mas a resposta foi negativa sobre a sua existência. Não obstante, não deve ser descartada a sua existência nos arquivos estaduais, dada a própria estrutura organizacional do Instituto.

anacrônicos e desconsiderar os impactos das fronteiras disciplinares que conduziram a produção de tais fontes.

Nem Heloísa Alberto Torres, nem Guy de Hollanda, ou mesmo Fernanda de Camargo e Almeida eram sujeitos oriundos do setor estatístico, muito menos teriam que cumprir as obrigações disciplinares que legitimam a produção estatística, ao mesmo tempo que compreendemos ter sido condição necessária para a própria produção da obra a interação entre os campos museal, estatístico e da cooperação intelectual em escala transnacional.

#### **4.6. Em busca de *Museums of Brazil***

Buscando aprofundar a recepção da obra no Brasil, por meio de pesquisa nos periódicos brasileiros não foi possível encontrar qualquer indício direto de sua divulgação no Brasil nos anos seguintes. Nas próprias atas das Reuniões da Diretoria do IBICC publicadas no *Jornal do Commercio* (RJ) não foi possível verificar a notícia de sua publicação seja nas atas, seja em outros setores de diferentes periódicos brasileiros<sup>301</sup>, sendo a única referência a sua publicação uma pequena nota publicada no periódico bilíngue (inglês e francês) trimestral do Conselho Internacional de Museus, o *ICOM News*<sup>302</sup> na seção de notícias dos diversos países.

A nota informa o conteúdo básico do volume, apresentando seus dados a partir de informações contidas em seu Prefácio, como, por exemplo, afirmando serem apresentados dados de cerca de 150 (cento e cinquenta) instituições, quando a autora apresenta cerca de 175 (cento e setenta e cinco) museus, sendo indicativo

<sup>301</sup> Aqui se faz necessário destacar que as atas foram encontradas buscando por palavras-chave como “museums”, “museums of brazil”, “museus do brasil”, “museus brasileiros”, “IBICC”, “Instituto Brasileiro de Educação”, “Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura”, “Educação, Ciência e Cultura”, “Ciência e Cultura”, bem como foi buscado o nome da autora, entre outros sujeitos vinculados ao IBICC, como Renato Almeida, autor do parecer de 1950, Celso Kelly, diretor da Comissão de Artes, Música Teatro e Museus do IBICC, entre outros. A necessidade por buscar várias palavras-chave no sistema de busca de Hemeroteca Digital Brasileira se dá tanto por problemas técnicos relativos ao sistema de leitura de texto do sistema, desenvolvido pela empresa brasileira DocPro – que eventualmente não encontra apenas uma ou nenhuma entrada na mesma página enquanto encontra outras, ainda que em texto perfeitamente legível, bem como a dificuldades técnicas relativas ao estado do microfilme utilizado na digitalização. Foram ainda analisados os “resumos das edições” do *Jornal do Commercio*, que se localizavam sempre em sua primeira página, na busca pelas atas das Reuniões da Diretoria do IBICC ao longo dos anos de 1950 a 1954, visto que era nesse jornal que havia a publicação das atas das reuniões do IBICC. Há ainda a informação de que foram publicadas tais atas no *Boletim do IBICC*, entretanto não foi possível a consulta a tal periódico.

<sup>302</sup> Brazil. *ICOM News*, Paris, vol. 07, nº 03, 1954, p. 19.

da leitura da sua introdução, mas não da conferência dos dados publicados. Além disso, descreve os critérios adotados na divisão dos museus com base na dependência administrativa das instituições.

Apesar de apontar a falta de dados mais detalhados relativos à maioria dos museus apresentados, a nota destaca que tal divisão permite “compreender o papel ocupado pelos museus na vida cultural do país”, além de ressaltar a função que o Governo federal deve ter na manutenção dos museus brasileiros.

Um elemento que gostaríamos de chamar à atenção é à leitura realizada pela publicação acerca do prefácio de *Museums of Brazil*, no sentido que, mais que o rol de museus, é a análise produzida por Heloísa Alberto Torres em seu prefácio que poderia ter um maior impacto para a imagem internacional do Brasil quanto aos seus museus, ao afirmar que é por meio dessa parte da obra que é possível visualizar os vários problemas que afetavam o campo museal brasileiro, permitindo vislumbrar tanto a fragilidade desse setor no Brasil como as potencialidades para suas atividades.

Apesar das qualidades de *Museums of Brazil* citadas nessa nota, como já afirmado anteriormente, não foi possível encontrar quaisquer citações ao seu lançamento. Apenas em 1956 há um indício da utilização da obra para fins práticos, quando é noticiado o início e fim da ação da UNESCO/ICOM intitulada “Campanha Internacional dos Museus”, realizada no Brasil por intermédio da Divisão Cultural do Itamaraty, o IBICC e a Organização Nacional do ICOM.

Diz o texto divulgado nos periódicos que “[...] aos 175 museus brasileiros foram feitas solicitações no sentido de promover ciclos de conferências [...]”<sup>303</sup>. *Museums of Brazil* foi o único projeto de arrolamento de dados sobre os museus brasileiros que alcançou tal quantidade de instituições. Portanto, nos parece que, pelo menos em relação ao *grande público*, tal obra foi possivelmente silenciada.

E, é interessante observar, nos parece que até mesmo entre o público especializado a obra não se tornou exatamente difundida, sendo, entretanto, citada por Guy de Hollanda em troca de comunicações durante o preparo da sua obra, *Recursos Educativos dos Museus Brasileiros* (1958), que está entre as obras que

---

<sup>303</sup> A mesma informação, citando os “175 museus brasileiros”, pode ser conferida nos seguintes periódicos: Roteiro Cultural. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, ano LXVI, n. 233, p. 08, 06 de outubro de 1956; Campanha Internacional de Museus. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, ano LVI, n. 19.490, p. 11, 06 de outubro de 1956; e, Semana Internacional de Museus. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, ano XXVII, n. 10.414, p. 02, segunda seção, 18 de outubro de 1956.



analisaremos no próximo capítulo, juntamente com “Museus — Sua importância na educação do povo”, de Florisvaldo dos Santos Trigueiros, publicada em 1956, que após refletir sobre a função documental dos museus, arrola 171 (cento e setenta e um)<sup>304</sup> instituições museológicas.

Não obstante tal trabalho de arrolamento de museus, ele cita apenas dados do IBGE de 1950 constantes no periódico do IBGE “Alguns Aspectos da Vida Cultural Brasileira” em sua edição de 1954, para falar sobre a realidade dos museus brasileiros naquele momento (1956, p. 64).

Mas, apesar do virtual silêncio da obra no Brasil, isso não significa que no âmbito da divulgação das informações brasileiras no exterior ela não tenha sido efetiva. E pensamos assim, pois em consulta ao sítio eletrônico *WorldCat* é possível listar pelo menos 83<sup>305</sup> cópias espalhadas pelo planeta, em bibliotecas universitárias, de museus, institutos de pesquisa, entre outros, em países como Alemanha, Austrália, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos da América e França.

Foi realizado contato com as bibliotecas listadas em *WorldCat* como possuidoras do título, questionando o ano de edição da obra que eles possuía, quem realizou a doação e quando ela ocorreu. Recebemos respostas enviadas pela Universidade de Southampton (Reino Unido); Musée de Genève, Musée d'Ethnographie de Genève e Universidade de Zurique (Suíça); Biblioteca Nacional dos Países Baixos, Rijksmuseum, Universidade de Amsterdã, Universidade de Groningen, Universidade de Utrecht, Universidade de Radboud (Países Baixos); Universidade de Hamburgo, Alemanha.

Das respostas recebidas, a da Universidade de Southampton indica ter recebido a doação em 1966, todas as respostas oriundas de instituições dos Países Baixos indicam a incorporação aos seus acervos entre junho e agosto de 1955, assim como a resposta da Universidade de Hamburgo. No caso das instituições suíças, os museus não puderam precisar data, ao passo que a Universidade de Zurique informou que possivelmente ocorreu em 1955, em virtude do número de

<sup>304</sup> Pode haver divergência interpretativa acerca desse número, diminuindo para 170 instituições, pois quando o autor lista as instituições do Piauí agrupadas como uma só. São elas a Casa Anísio Brito, e a Biblioteca, Arquivo Público e Museu Histórico do Piauí, que em leitura desatenta, focada apenas na quantificação, pode ser entendida como apenas uma entrada, ainda que se trate de dois locais que possuem duas instituições museológicas diferentes, a Casa Anísio Brito, e o Museu Histórico do Estado, que funcionava conjuntamente à Biblioteca e ao Arquivo Público.

<sup>305</sup> A consulta pode ser realizada em [https://www.worldcat.org/search?q=ti%3Amuseums+of+brazil+au%3Atores+heloisa&qt=results\\_page](https://www.worldcat.org/search?q=ti%3Amuseums+of+brazil+au%3Atores+heloisa&qt=results_page). É necessário destacar que em *WorldCat* há a informação do maior número de cópias referentes a uma edição de 1966.

catalogação da obra. As doações em geral foram realizadas pelas legações diplomáticas brasileiras localizadas nos países em questão.

Analisando o Relatório do Ministério das Relações Exteriores sobre o ano de 1966, não foi possível encontrar uma referência direta do envio dessa obra específica, mas tal documento indica que nesse ano houve uma ação intensiva de envio de publicações sobre o Brasil para divulgação em centros de pesquisa e de arte no mundo.

Não obstante o número de cópias enviadas pelo Ministério das Relações Exteriores para diversas instituições culturais do mundo projeta-se como bem maior, visto que o sistema de busca do *WorldCat* apenas indexa acervos já disponíveis na rede mundial de computadores, e tal impressão é reforçada quando observamos que apenas duas são listadas em território brasileiro: na Biblioteca do Senado Federal e na Universidade de São Paulo. Mesmo assim, não há muitas dúvidas de que outras tantas cópias se perderam, foram destruídas ou descartadas pelas instituições anteriormente proprietárias<sup>306</sup>.

---

<sup>306</sup> É interessante revelar que a cópia utilizada para esta análise foi adquirida a nível pessoal pelo investigador a partir do descarte realizado pela biblioteca do *San Francisco Maritime Museum*, dos Estados Unidos da América, face à inexistência de uma cópia conhecida em acervos localizados no Ceará, retornando as informações contidas na publicação mais de 05 (cinco) décadas após sua partida para divulgar os museus brasileiros no exterior. Infelizmente, a ficha catalográfica da obra indica que em todo o período em que esteve na biblioteca do museu a obra jamais foi requisitada, mantendo-se em branco até o presente momento.

## 5. “SURTO DE MUSEUS” E SUPRIMENTOS NÃO-OFICIAIS DE DADOS SOBRE MUSEUS

Após a publicação de *Museums of Brazil* (1953) os trabalhos de quantificação realizados externamente ao setor estatístico federal se intensificaram na década de 1950. A crise institucional havia passado, mas não as consequências dela, quanto aos museus brasileiros, e, mesmo assim, o IBGE e outros sujeitos ainda na década de 1950 continuaram a trabalhar para conhecer melhor o universo museológico brasileiro, com as disputas entre os dados oficiais e não oficiais que se estenderiam até a década de 1970, cujo ponto de inflexão será em 1958.

São obras significativas desse momento aquelas produzidas por Florisvaldo dos Santos Trigueiros (1956)<sup>307</sup> e Guy de Hollanda (1958)<sup>308</sup>, que alcançaram notoriedade devido a seu contexto de produção, observando que tais obras se localizam temporalmente em sincronia à realização do I Congresso Nacional de Museus, ocorrido em Ouro Preto, em 1956, e do Seminário Regional da UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus, realizado em 1958.

Não obstante tal notoriedade, tais obras foram analisadas segundo o viés do papel dos museus em relação à educação, sendo sua prática de quantificação mais ampla relegada a um segundo plano, assim como apenas a descrição do conteúdo da obra.

Tais perspectivas podem ser encontradas nos artigos de Ana Carolina Gelmini de Faria (2014)<sup>309</sup>, no qual ela descreve a obra e foca sua análise da quantificação apenas acerca das informações sobre ações educacionais desenvolvidas pelos museus arrolado, enquanto a outra postura pode ser verificada em artigo de Paulo Knauss (2011)<sup>310</sup>. Tais abordagens não surpreendem, pois ambos os artigos tratam da relação entre educação e museus, que não é nosso objetivo.

---

<sup>307</sup> TRIGUEIROS, Florisvaldo dos Santos. *Museus – Sua importância na educação do povo*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1956.

<sup>308</sup> HOLLANDA, Guy. *Recursos educativos dos museus brasileiros*. Rio de Janeiro: CBPE/ONICOM, 1958.

<sup>309</sup> FARIA, Ana Carolina Gelmini de. *Educação em museus: um mosaico da produção brasileira em 1958*. *Mouseion*. Canoas, n. 19, dez., 2014, pp. 53-66.

<sup>310</sup> KNAUS, Paulo. *A presença de estudantes – o encontro de museus e escola no Brasil a partir da década de 1950 do século XX*. *VARIA-HISTÓRIA*, Belo Horizonte, vol. 27, nº 46, jul./dez, 2011, pp. 581-597.

Também Valéria Peixoto Alencar (2008)<sup>311</sup> limita-se a descrever sucintamente a obra, realizando pequena reflexão sobre a possível não responsividade por parte dos museus alvo do questionário enviado por Guy de Hollanda.

Há, no entanto, um trabalho que se assemelha aquele que temos realizado, produzido por Mário Chagas (2011)<sup>312</sup>, no qual o autor analisa o desenvolvimento dos museus brasileiros — ou, de uma imaginação museal, segundo conceito cunhado por ele — com base nas informações relativas ao período de fundação dos museus arrolados por Guy de Hollanda, complementando as informações ausentes na listagem de 1958 por meio de pesquisa própria. Não obstante, por não ser seu objetivo, não é problematizada a produção dessa obra, sendo sua utilização caracterizada como ferramenta de justificativa do desenvolvimento de imagens dos museus brasileiros<sup>313</sup>.

### 5.1. A percepção do aumento dos museus pelo ICOM do Brasil

Dessa forma, gostaríamos de retomar um período anterior à publicação dessas obras para destacar que mesmo com a publicação de *Museums of Brazil* em 1953, o campo museal brasileiro não se deu por satisfeito com os dados apresentados.

Tal afirmação se dá com base na notícia publicada em dezembro de 1954<sup>314</sup>, que informa que entre os temas tratados na segunda sessão anual do Comitê Diretor Brasileiro do ICOM, sob a presidência de Rodrigo Melo Franco de

<sup>311</sup> ALENCAR, Valéria Peixoto. O Mediador Cultural: considerações sobre a formação e profissionalização de educadores de museus e exposições de arte. Dissertação (Mestrado em Artes). Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2008.

<sup>312</sup> CHAGAS, Mário. Museus, memórias e movimentos sociais. Cadernos de Sociomuseologia, Lisboa, Portugal, vol. 41, 2011, pp. 05-16.

<sup>313</sup> Não se trata, aqui, de uma apropriação do conceito de “imaginação museal”, cunhado por Mário Chagas, afirmando que “[...] objetivamente a minha sugestão é que a imaginação museal configura-se como a capacidade singular e efetiva de determinados sujeito articularem no espaço (tridimensional) a narrativa poética das coisas”. (2003, p. 64). Para mais sobre o desenvolvimento do conceito e sua aplicação, conferir seu livro publicado em 2009, com base em sua tese de doutorado, defendida em 2003. Cf. CHAGAS, Mário de Souza. A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Ibram/Garamond, 2009.

<sup>314</sup> As notícias a seguir apresentam, em suma, o mesmo texto relatando a reunião da Direção do ICOM no Brasil, ocorrida em 16 de dezembro de 1954: Conselho Internacional de Museus – Reunião do Comitê-Diretor brasileiro do Conselho. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, ano 128, n. 66, p. 03, 17 de dezembro de 1954; Será em Ouro Preto o Primeiro Congresso Nacional de Museus. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, ano LXIV, n. 291, p. 09, 17 de dezembro de 1954; Será em Ouro Preto o Primeiro Congresso Nacional de Museus. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, ano LIV, n. 18.938, 19 de dezembro de 1954.

Andrade<sup>315</sup>, um dos temas tratados havia sido “a situação atual dos museus” no Brasil.

Tal discussão foi encaminhada com base nas respostas recebidas pelo Comitê Brasileiro do ICOM a partir de questionário enviado a 117 (cento e dezessete) instituições. Entre os dados recebidos e analisados estavam “[...] importantes dados acerca da frequência de visitantes e das iniciativas de finalidade cultural dos museus brasileiros [...]”, o que levou à conclusão daqueles reunidos de que estava comprovado um “[...] surto atual dessas instituições” (Idem).

Aqui supomos que os dados de museus consultados para enviar os questionários podem ter partido possivelmente de duas fontes: a obra de Heloísa Alberto Torres, mas também dos dados produzidos pelo Ministério da Educação, dado que ainda em agosto de 1953, na primeira reunião do “novo” Comitê Brasileiro, que contou com a presença do então Ministro da Educação, Antônio Balbino<sup>316</sup>, foi afirmado por esse que seria colocada à disposição do Comitê Nacional “[...] os préstimos do Serviço de Documentação de seu Ministério”.<sup>317</sup>

Alguns elementos que embasaram a prova de tal percepção nos membros do ICOM-Br reunidos em dezembro de 1954 estavam algumas “[...] ocorrências de alcance excepcional [...]”, como a construção da sede do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, a concessão de recursos para a construção de um prédio novo para o Museu do Estado do Rio Grande do Sul, a criação, em São Paulo, do Museu de Ciência, a transferência do Museu Goeldi para o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e a notícia de criação de vários museus em diversos Estados o país.

Mas um texto jornalístico pode levar ao engano (assim como qualquer fonte tomada como um dado propriamente), pois se tomarmos o texto como uma verdade fechada, a leitura realizada é que foram enviados questionários a 117 (cento e dezessete) instituições e todas elas responderam ao questionário.

A hipótese que temos, observando as discrepâncias entre os dados sobre museus publicados até aquele momento seja pelo IBGE ou em *Museums of Brazil*, bem como a participação de Heloísa Alberto Torres nas atividades do ICOM e dessa

---

<sup>315</sup> Segundo a publicação, estiveram presentes à reunião os seguintes, além de Rodrigo M. F. de Andrade: Heloísa Alberto Torres, o Embaixador Maurício Nabuco, Dante de Laytano, José Maria Albuquerque, Américo Jacobina Lacombe, Osvaldo Teixeira, Regina Real e Mario Barata.

<sup>316</sup> Antonio Balbino de Carvalho Filho (1912-1992) foi um jurista e político baiano que ascendeu durante os governos de Getúlio Vargas.

<sup>317</sup> Conselho Internacional de Museus – A reorganização do Comitê Brasileiro. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 126, n. 156, p. 05, 05 de agosto de 1953.

reunião especificamente, é que foram enviados questionários à mais instituições, e que apenas as respostas recebidas de 117 instituições, até aquele momento.

Mas tal reunião não nos importa apenas por ser um elemento do processo de conhecimento do campo museal brasileiro por meio da quantificação das instituições e de seus aspectos na vida cultural brasileira, mas por também citar que nessa reunião foi aprovado o relatório da Comissão Provisória de Organização do I Congresso Brasileiro de Museus<sup>318</sup>, indicando que sua realização ocorreria na cidade de Ouro Preto (MG), nos meses de maio ou julho de 1956, e que a expectativa era de realizá-lo ao longo de 07 (sete) dias.

O relatório ainda informou terem sido criadas 03 (três) comissões de trabalho, cada uma com 05 (cinco) membros, e que participariam de tais comissões os representantes da Prefeitura de Ouro Preto, da Estrada de Ferro Central do Brasil, da Diretoria de Administração do Ministério da Educação e Cultura, bem como outras entidades interessadas<sup>319</sup>.

Tal evento era planejado para acontecer em agosto de 1954<sup>320</sup>, durante a programação dos 10 (dez) anos de fundação do Museu da Inconfidência, localizado também na cidade de Ouro Preto, fundado, conforme afirma Letícia Julião (2008), sob a égide da noção de civilização material, no âmbito do SPHAN. Tal evento não ocorreu, segundo noticiado, por “[...] falta de apoio dos responsáveis no setor histórico local.<sup>321</sup>

---

<sup>318</sup> Um trabalho ainda em estágio inicial, mas que deve ser citado sobre o I Congresso Nacional de Museus, bem como por usar também as fontes periódicas disponibilizadas na Hemeroteca Digital Brasileira, é aquele produzido como Trabalho de Conclusão de Curso por Nathália Gianini Reys, que originou artigo apresentado e publicado em 2018 no I Encontro de Museologia da Universidade de Brasília – Desafios de um campo interdisciplinar. Cf. REYS, Nathália Gianini. Descobrendo trajetórias: O Primeiro Congresso Nacional de Museus e seus desdobramentos no campo museológico brasileiro. Anais do I Encontro de Museologia da UNB, Brasília, 2018. Disponível em <http://www.encontrosdemuseologia.fci.unb.br/index.php/1encontro/1encontromuseologia/paper/view/34/47>. Acesso em julho de 2019.

<sup>319</sup> Os Congressos Nacionais de Museus serão abordados com maior profundidade na segunda parte dessa pesquisa, juntamente aos encontros internacionais e regionais promovidos pela UNESCO, mas se faz necessário apresentar, de antemão, alguns elementos que encaminharam a realização do I CNM para fins de contextualização da produção das obras que quantificaram os museus brasileiros na década de 1950. Tal situação também é válida para o Seminário Regional sobre o papel dos museus na educação, realizado em 1958 pela UNESCO no Rio de Janeiro (RJ) em cooperação com o comitê brasileiro do ICOM, que será abordado mais à frente, quando tratar da obra de Guy de Hollanda, Recursos Educativos dos Museus Brasileiros.

<sup>320</sup> I Congresso de Museus. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, ano 127, n. 242, p. 02, 16 de julho de 1954.

<sup>321</sup> I Congresso Nacional de Museus. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, ano 127, n. 22, p. 02, 25 de outubro de 1954.

A realização de tal evento ocorreria sob uma grande expectativa, no sentido tal que o Brasil teria seu primeiro evento nacional dedicado ao tema dos museus, de modo que assim se assemelharia à prática internacional já realizada pelo ICOM. Falando sobre os “Congressos” do ICOM, em paralelo com a expectativa de realização futura do I CNM, Regina Real<sup>322</sup> afirma que:

Êsses Congressos são de importância capital para os museus e seus técnicos. O número de congressistas vem aumentando cada vez mais, o que prova o interesse crescente para com o assunto. As questões debatidas são variadas e instrutivas. Criam-se comissões especializadas: restauração de peças, exposições internacionais, educação popular, reforma e adaptação de edifícios etc. Independentemente dos congressos internacionais, elas podem funcionar em vários países. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 17-10-1954, sup. lit., p. 05)<sup>323</sup>

Além de alinhar à prática nacional àquela realizada pelo ICOM em âmbito internacional, era esperado que a realização do I CNM encaminhasse “o surto dos museus” “[...] por terrenos mais sólidos e permanentes.”<sup>324</sup> Haveria, assim, a consolidação de um momento de renovação dos museus brasileiros, cujos problemas e soluções seriam apresentados e discutidos entre os técnicos de museus, de modo a tornar o desenvolvimento dos museus brasileiros mais do que um espasmo, mas um processo perene, baseado em critérios profissionais — associada à prática profissional dos conservadores de museus formados no Curso de Museus do MHN.

## 5.2. Um surto de museus? Uma expressão exagerada

Faz-se necessário informar que a imagem de um *surto* (de criação) pelo qual passavam os museus brasileiros não era unânime, apesar das diversas notícias

---

<sup>322</sup> Regina Monteiro Real formou-se no Curso de Museus do MHN na turma de 1936, ingressando nos quadros federais como conservadora por meio do concurso público do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) em 1939-1940, trabalhando no MNBA até 1954, quando passou a atuar na Casa de Rui Barbosa. Teve atuação destacada no âmbito da educação em museus e da profissionalização da categoria de conservadores/museólogos, sendo uma das fundadoras da Associação Brasileira de Museologistas, em 1963, posteriormente renomeada como Associação Brasileira de Museologia. (SIQUEIRA, 2009, p. 117)

<sup>323</sup> Os técnicos de museus brasileiros centram seus esforços, no plano nacional e internacional. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, ano XXV, n. 9803, p. 05, suplemento literário, 17 de outubro de 1954.

<sup>324</sup> Congresso Brasileiro de Museus. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, ano XXV, n. 9850, p. 05, 12 de dezembro de 1954.

sobre a expansão do número de museus no país ao longo da primeira metade da década de 1950<sup>325</sup>.

Tal percepção de um “surto de museus” pode ser rastreada desde 1952, quando o Diário de Notícias, do Rio de Janeiro, publica pequena nota intitulada “Conservadores de museus”, possivelmente elaborada por Mário Barata. Diz ela que:

No Congresso da UNESCO, do ano passado, revelou-se que na Suécia, Inglaterra e outros países os Conservadores de Museus são equiparados aos professores universitários. A atividade cultural e os trabalhos de pesquisa desses especialistas eram, no entanto, pouco conhecidas entre nós até recentemente. O atual surto dos museus brasileiros está revelando ao público a importância dessa função de nível superior (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 07-07-1952, p. 02)<sup>326</sup>

Levaria alguns anos ainda até o tema ser retomado intensamente, quando em dezembro de 1955 é ampliada a divulgação dos preparativos para o Congresso Nacional de Museus e a Campanha Internacional de Museus, ocorridos respectivamente em julho e outubro de 1956.

Sobre o “surto de museus”<sup>327</sup> — ou, a apreensão dele, que, como veremos, não foi homogênea — citamos a série de entrevistas realizadas com artistas brasileiros por Clemente de Magalhães Bastos<sup>328</sup> em sua coluna “Arte no Brasil”, no periódico carioca Diário de Notícias<sup>329</sup>.

<sup>325</sup> Impulso nos museus brasileiros. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, ano XXIV, n. 9462, p. 05, suplemento literário, 06 de setembro de 1953.

<sup>326</sup> Conservadores de museus. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, ano XXIII, n. 9.105, p. 02, suplemento literário, 06 de julho de 1952.

<sup>327</sup> Ressalta-se que a ideia de um “surto de museus” aqui apresentada se refere, principalmente aos museus de arte, mas não exclui outras tipologias de museus.

<sup>328</sup> Clemente de Magalhães Bastos (???) foi um jornalista e crítico de arte, na década de 1950 colaborou com periódicos como o Diário de Notícias, Jornal do Brasil e Rio.

<sup>329</sup> A série selecionada é composta por 04 (quatro) entrevistas, entre 25 dezembro de 1955 e 22 de janeiro de 1956 nas quais Clemente Bastos pergunta diretamente aos seus entrevistados sobre o que acham do “atual surto de museus” Além das quatro selecionadas muitas outras foram publicadas no período pelo mesmo rep. Cf. BASTOS, Clemente de Magalhães. Arte no Brasil – Ernani Vasconcelos fala-nos sobre os problemas atuais da arte. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, ano XXVI, n. 10.166, p. 05, suplemento literário, 25 de dezembro de 1955; \_\_\_\_\_. Arte no Brasil - Quirino Campofiorito e o ambiente artístico. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, ano XXVI, n. 10.178, p. 05, suplemento literário, 08 de janeiro de 1956; \_\_\_\_\_. Arte no Brasil – Importante depoimento de Abelardo Zaluar. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, ano XXVI, n. 10.184, pp. 04-05, 15 de janeiro de 1956; \_\_\_\_\_. Arte no Brasil – Ubi Bava fala-nos sobre Artes plásticas. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, ano XXVII, n. 10.189, pp. 04-05, suplemento literário, 22 de janeiro de 1956.



Nessa série, Clemente de Magalhães Bastos questionou<sup>330</sup> a quatro artistas, entre outros temas, sobre o que achava do “atual surto de museus”, em comum a todos eles, estava o fato de terem sido alunos da Escola Nacional de Belas Artes e serem artistas consagrados não apenas nas artes, como também no campo acadêmico e da crítica de arte. A opinião unânime entre os entrevistados era de que o número de museus no Brasil não era elevado. Mas, vamos ao que disseram os entrevistados. Ernâni Vasconcelos<sup>331</sup>, indagado sobre o tema, afirma que:

Surto de museus?! Tomara de assim fosse. Temos tão poucos. Necessário seria maior quantidade e didáticos, espalhados pelo país, promovendo exposições de artistas locais, estimulando, divulgando e ajudando a criar arte. (BASTOS, 25-12-1955, p. 05)

Tal opinião foi compartilhada por Quirino Campofiorito<sup>332</sup>, que indagado especificamente por um surto de museus de Arte, e quais as necessidades desse setor, respondeu que:

Surto de museus, é expressão um pouco exagerada. Foram criados nos últimos anos três museus de arte cujas atividades são consideráveis. Há uma série de museuzinhos que trazem o rótulo de “arte moderna”<sup>333</sup>, espalhados pelo país, mas que por ora são meras promessas. (BASTOS, 08-01-1956, p. 05)

Quirino Campofiorito continuou sua exposição afirmando que, dos três museus de arte para ele significativos, o Museu de Arte de São Paulo, e os Museus de Arte Moderna de São Paulo e Rio de Janeiro, apenas o primeiro poderia ser considerado uma instituição “completa”, oferecendo uma atuação permanente. Já o MAM de São Paulo, apesar dos méritos da realização das Bienais de Arte, estava

<sup>330</sup> Danielle Rodrigues Amaro (2017) também analisa algumas das entrevistas que compõem essa série, mas centra sua análise no questionamento relativo ao ensino das artes e da história da arte. Cf. AMARO, Danielle Rodrigues. Controvérsias acerca da institucionalização da história da arte no Brasil: debates sobre a criação de cursos de graduação e perspectivas epistemológicas. 2017. 606f. Tese (Doutorado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

<sup>331</sup> Ernâni Mendes de Vasconcelos (1912-1989) foi um arquiteto e pintor, tendo trabalhado na equipe responsável pelo projeto do Edifício Gustavo Capanema, coordenado por Lúcio Costa.

<sup>332</sup> Quirino Campofiorito (1902-1993) foi um artista, crítico de arte e professor universitário, sendo um dos principais expoentes da história da arte no Brasil.

<sup>333</sup> Sobre a criação de museus de arte moderna no período em questão, devemos citar aqui as pesquisas de Maria Cecília França Lourenço (1999), e Adel Igor dos Santos Cangueiro Romanov Pausini (2020). Cf. LOURENÇO, Maria C. F. Museus acolhem o moderno. São Paulo: EdUSP, 1999; PAUSINI, Adel Igor dos Santos Cangueiro Romanov. Modernidade e Provincianismo: MASP, MAM-SP e a Campanha Nacional de Museus Regionais no nordeste brasileiro. 2020. 498f. Tese (Doutorado em Museologia), Departamento de Museologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2020.

longe de se concretizar como um museu, pois, assim como o MAM do Rio de Janeiro, tinha sua atuação vinculada principalmente a exposições temporárias, e que sem um “acervo permanente” não era possível concretizar uma das principais funções do museu, que seria a de educar a população em um processo mediado por um “acervo permanente e especificamente selecionado” (Idem, p. 04).

Já Abelardo Zaluar<sup>334</sup> afirma que a criação de museus deve ser entendida como um sinal de que “existem obras dignas de constituí-los”, e mais, que para ele, era clara a importância dos museus para o desenvolvimento de uma cultura artística, incluindo aí artistas e público. Ainda assim, em sua opinião, eram poucos os museus. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 15-01-1956, p. 05)

O último artista entrevistado foi Ubi Bava<sup>335</sup>, que afirmou:

Poucos são os museus em nosso país e, no momento, tudo faz crer que não há surto nenhum de museus. Infelizmente, os poderes públicos sempre se descuidaram desses problemas. [...] A realidade aí está: o Brasil é paupérrimo em escolas de arte e museus. (BASTOS, 22-01-1956, p. 05)

Nos parece que o jornalista estava satisfeito com as respostas dos artistas entrevistados, pois após Ubi Bava, retornou a sua programação habitual de exposições e arte em geral. Mas o que teria motivado Clemente de Magalhães Bastos a iniciar sua série? Um indício encontra-se em sua coluna imediatamente anterior ao início da série, quando em dezembro de 1955, ao falar sobre as visitas ao Museu Nacional de Belas Artes o jornalista usou para efeitos comparativos a realidade dos EUA e da Europa para afirmar uma indiferença do público brasileiro em relação à arte, principalmente aquele escolar. Para ele “[...] a situação brasileira, mesmo não levando em conta o pequeníssimo número de museus existentes, é quase de um indiferentismo absoluto.” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 18-12-1955, p. 05).

Mas, mais do que o próprio texto, que afirma sem rodeios a existência de um “pequeníssimo número de museus” no Brasil, é pelo fato que o jornalista era, digamos assim, vizinho de Mário Barata, conservador de museus, crítico de arte, professor universitário e membro da ONICOM que também possuía coluna dedicada ao tema das artes plásticas, sendo ambas publicadas lado-a-lado.

---

<sup>334</sup> Abelardo Zaluar (1924-1987) foi um artista plástico e professor universitário que também colaborou com a criação da Escolinha de Arte do Brasil, escola de artes dedicada ao público infantil.

<sup>335</sup> Ubi Bava (1915-1988) foi um arquiteto, artista plástico e professor universitário.

No domingo anterior, em 11 de dezembro de 1955<sup>336</sup> Mário Barata aproveitava o ensejo da promoção do Dia Internacional dos Museus, evento da UNESCO, e os preparativos do I Congresso Nacional de Museus e destacava que muito se falava sobre os museus na altura, ao mesmo tempo em que havia certa condescendência quando se falava dos conservadores, profissionais que “na Europa são equivalentes em prestígio aos professores de Universidade” (BARATA, 1955, p. 05), e que eles se mostravam cada mais vez mais necessários ante uma realidade na qual se criavam cada vez mais museus, desde o governo federal, passando pelos estados, municípios e museus particulares.

Nos parece, assim, que uma percepção elaborada por um indivíduo, pertencente a uma classe profissional — os conservadores — devido a sua atuação na imprensa periódica da capital federal — seja pelos seus textos publicados, seja pelas conversas informais realizadas na redação ou nas *vernissages* da ENBA, onde também dava aulas, rompeu a bolha de seu círculo mais imediato, tornando-se, assim, tema para a série de entrevistas realizada por Clemente de Magalhães Bastos, seu “vizinho” no Diário de Notícias, mesmo que a opinião dos entrevistados tenha sido contrária à do veiculador inicial da ideia.

### 5.3. Os museus e a educação do povo

É nesse contexto de preparação para a realização do I Congresso Nacional de Museus que Florisvaldo dos Santos Trigueiros põe a público sua obra “Museus — Sua Importância na educação do Povo” (1956). Tal obra se insere a meio caminho da produção de três obras “irmãs” de Trigueiros.

Apesar de nomes diferentes, três livros de Trigueiros são desenvolvimentos de um mesmo trabalho, o artigo intitulado “O Museu, órgão de documentação”, publicado na Revista do Serviço Público, ano XV, vol. IV, n.º 02, nov. 1952, que foi publicado em formato livro em 1955, sob o mesmo título, na coleção Cadernos da Associação Atlética do Banco do Brasil (AABB)<sup>337</sup>.

<sup>336</sup> BARATA, Mário. Conservadores de museus. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, ano XXVI, n. 10.154, p. 05, suplemento literário, 11 de dezembro de 1955.

<sup>337</sup> Os trabalhos de Mário Chagas (2003), Carina Martins Costa (2011) e Ana Carolina Gelmini de Faria (2013 e 2017) são alguns entre vários trabalhos que analisam em diversos graus de complexidade essa publicação. Cf. CHAGAS, Mário de Souza. A imaginação museal – Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003. COSTA, Carina Martins.

A obra de 1956 nos parece ter como diferença fundamental em relação à obra de 1955 a lista de museus produzida com base em dados arrolados pelo Serviço de Estatística da Educação e Cultura, além de adições realizadas pelo Comitê Brasileiro do ICOM<sup>338</sup>. Já seu livro 1958, “Museus e Educação”, também apresentou avanços em relação às predecessoras, no sentido que ampliou as discussões já apresentadas anteriormente, sendo inclusive seu trabalho referendado por meio de prefácio assinado por Heloísa Alberto Torres, então presidente da Organização Nacional do ICOM.

Mas os maiores avanços da obra se dão na expansão de sua narrativa sobre o desenvolvimento dos museus brasileiros, incluindo aí um relato do I Congresso Nacional de Museus, ocorrido em 1956, bem como a adição de temas não antes tratados na obra de 1956<sup>339</sup>.

Também a listagem de museus apresentada por Trigueiros avança entre uma obra e outra, observando que em 1956 ele apresenta 171 (cento e setenta e um) museus, enquanto em 1958 são listadas 186 (cento e oitenta e seis) instituições. E esse é o ponto que nos interessa, e será retomado brevemente.

Não temos muita dúvida que a publicação ampliada da obra de 1955 àquela de 1956 foi para que ela estivesse disponível durante a realização do I Congresso Nacional de Museus, tendo em vista que ele participava desde dezembro de 1954 dos preparativos de tal evento, atuando na Comissão de Financiamento e Cálculo de Despesa<sup>340</sup>, junto a Darcy Ribeiro<sup>341</sup>, Luís de Castro Faria<sup>342</sup>, Luís Marques Poliano<sup>343</sup>, e Elza Peixoto<sup>344</sup>.

---

Uma arca das tradições – Educar e comemorar no Museu Mariano Procópio. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011. FARIA, Ana Carolina Gelmini de. Educar no Museu: O Museu Histórico Nacional e a educação no campo dos museus (1932-1958). Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

<sup>338</sup> Tal informação encontra-se ao fim da lista publicada na 1956 (p. 94), mas suas condições de produção são omitidas na obra de 1958.

<sup>339</sup> Para uma análise mais demorada sobre os conteúdos das obras, sugerimos a leitura da dissertação de mestrado em Educação de Ana C. G. de Faria. Cf. FARIA, Ana Carolina Gelmini de. O caráter educativo do Museu Histórico Nacional: o Curso de Museus e a construção de uma matriz intelectual para os museus brasileiros. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

<sup>340</sup> Reunião do Comitê-Brasileiro do Conselho Internacional de museus. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, ano XXV, n. 9861, p. 05, suplemento literário, 25 de dezembro de 1954.

<sup>341</sup> Darcy Ribeiro foi escritor, antropólogo e político. Foi um dos idealizadores da Universidade de Brasília, do Parque Nacional do Xingu, entre outras realizações ligadas à educação e aos povos indígenas brasileiros.

<sup>342</sup> Luiz de Castro Faria formou-se na turma de 1935 do Curso de Museus e atuou no Museu Nacional na área de Antropologia. Cf. SIQUEIRA, Graciele Karine. Curso de Museus – MHN, 1932-1978. O

Nathália Gianini Reys (2018) levanta a hipótese que Trigueiros tenha *apresentado* tal obra durante o I CNM, uma vez que ele era um dos membros da Comissão Executiva do evento, e tal hipótese não é descabida, pois ainda em 1955 foram definidos os temários do I CNM, que entre os 10 (dez) definidos<sup>345</sup>, o conteúdo apresentado por Trigueiros em sua obra — ou, diferentes partes dela, poderiam ser encaixadas nos seguintes temários: I — Caráter, âmbito e objetivos dos museus; VI — Estudos e pesquisas; VII — Divulgação; e, X — Cooperação.

No entanto, ela não nos parece provável, considerando que entre as regras para a apresentação de trabalhos no I CNM estava o critério de ineditismo e a limitação a 30 páginas datilografadas<sup>346</sup>, ou seja, o trabalho de Trigueiros já não era inédito, pois decorrente de artigo publicado ainda em 1952, revisto e ampliado nos anos seguintes, e com extensão maior do que o permitido.

Ainda em fevereiro, Mário Barata chama a atenção para a obra “O Museu, órgão de documentação”, de Trigueiros, vinculando-a ao momento propício de publicação, às vésperas do I Congresso Nacional de Museus, que ocorreria em julho daquele ano. Informa ainda que tal obra faria parte de “Museus — Sua Importância na Educação do Povo”, que seria lançada em breve pela editora Pongetti. Em sua coluna, Mário Barata chama a atenção para a formação de Trigueiros, diplomado pelo Curso Superior de Museus, do MHN, e o faz, sem dúvidas, como um elemento legitimador do conhecimento proposto por Trigueiros.

Tal fica mais evidente quando ele afirma que “[...] o livro de Trigueiros comprova a importância da carreira de **Conservador** (grifo do autor)”. Ademais, parabeniza pela periodização elaborada por Trigueiros, fazendo apenas a

---

perfil acadêmico profissional. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009, p. 116.

<sup>343</sup> Luiz Marques Poliano concluiu o Curso de Museus em 1933, ingressando no MHN em 1935 em substituição à Pedro Calmon, sendo especialista em Heráldica. (Idem, pp. 24 e 115).

<sup>344</sup> Elza Ramos Peixoto formou-se na turma de 1938, trabalhando no MNBA por mais de 30 anos na instituição, sendo aprovada no concurso público realizado em 1940 para o preenchimento de cargos técnicos na área cultural. (Ibidem, p. 117).

<sup>345</sup> Completava o temário definido e aprovado unanimemente pelo Comitê Diretor do ICOM os seguintes: II – Instituições brasileiras atuais; III – Legislação; IV – Sede e instalação; V – Acervo; VIII – Pessoal; IX – Organização técnico-administrativa das instituições. Tais informações foram divulgadas por Mário Barata em sua coluna semanal no Diário de Notícias. Diário de Notícias. Artes Plásticas – 1.º Congresso Nacional de Museus. 20-11-1955, p. 05.

<sup>346</sup> Na mesma notícia que informa as regras para apresentação de trabalhos há a indicação da publicação dos Anais do evento, mas não nos parece que tal fato ocorreu, em virtude de ser consenso na memória da museologia a inexistência de tal material. Diário de Notícias. Apresentação de trabalhos para o Congresso de Museus. 04-04-1956, p. 02, segunda seção.

sugestão<sup>347</sup> que o marco inicial de seu terceiro período, demarcado por Trigueiros dos Santos no ano de 1930, com a criação do Ministério da Educação e Saúde (SANTOS, 1956, p. 53 e pp. 58-64) fosse mudado para 1937, “com a criação da DPHAN e do MNBA”. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1956-02-05, p. 05). Mário Barata voltaria a divulgar a obra na semana da realização do I CNM.<sup>348</sup>

Sua publicação tornou-se disponível para aquisição possivelmente em março de 1956, e quem dá a notícia é Jayme Maurício em sua coluna “Itinerário das Artes Plásticas”, no Correio da Manhã (RJ)<sup>349</sup>, na qual, entre outras obras publicadas, parabeniza Trigueiros, citando as obras anteriormente publicadas por Trigueiros, “O Museu, órgão de Documentação” e “Aspectos da arte na Bahia”, e, afirmando que:

[...] esta sua nova obra (Irmãos Pongetti) é de grande importância para a divulgação da vida dos museus, interessante sobretudo aos diretores e conservadores de museus, aos documentalistas e professores. Dividido em duas partes, é um livro indispensável às bibliotecas de arte e documentação. (CORREIO DA MANHÃ, 20-03-1956, p. 16)

Mas é Celso Kelly<sup>350</sup> quem mais se demora em sua apresentação da obra, informando, entre outros elementos, que tal obra seria “[...] um condensado estudo que merece ser lido. Com êle lucram os responsáveis por museu e por educação, de um lado, e, de outro, as pessoas esclarecidas ou interessadas em assuntos culturais” (A NOITE, 19-05-1956, p. 02).

Ainda em maio de 1956, novamente em sua coluna no jornal A Noite, Celso Kelly faz uma avaliação promissora do desenvolvimento dos museus brasileiros, utilizando como base para sua reflexão o número de 170 (cento e setenta) como o total de museus em funcionamento no Brasil. Apesar de não indicar sua fonte para a afirmação, Kelly cita nominalmente todos os museus localizados no Ceará arrolados por Trigueiros em sua obra, o que é um bom indicativo de que se trata de uma referência indireta, principalmente visto que a obra de Trigueiros havia sido

<sup>347</sup> Como é possível observar na sua segunda edição (1958), revista e ampliada, Trigueiros não acatou tal sugestão, mantendo o marco inicial de seu “terceiro período” em 1930.

<sup>348</sup> BARATA, Mário. Vida das artes. Visitas-guiadas a museus. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, ano XXVII, n. 10348, p. 02, segunda seção, 31 de julho de 1956.

<sup>349</sup> MAURÍCIO, Jayme. Itinerário das Artes Plásticas. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, ano LV, n. 19320, p. 16, 20 de março de 1956.

<sup>350</sup> KELLY, Celso. Letras e Artes – Museu – Instituição do Tempo – Relação com o povo. A Noite, Rio de Janeiro, ano XLIV, n. 15.318, p. 02, 2º caderno, 19 de maio de 1956.

divulgada por Kelly em sua coluna imediatamente anterior, na qual se dedicou a avaliá-la em seus aspectos técnicos.

Assim, devemos voltar à listagem de museus publicada por Trigueiros em 1956, e ampliação em 1958. Na obra de 1956 o autor não explicita quais suas motivações ao arrolar tais museus, sendo o único indício encontrado, localizado em sua orelha posterior, destinada a apresentar a obra a um possível leitor, na qual é afirmado que “[...] completa o trabalho uma relação de museus existentes no Brasil, com os respectivos endereços, por onde o leitor pode sentir a importância que estes organismos assumem dia a dia em nosso meio” (TRIGUEIROS, 1956).

Parece-nos, assim, que o objetivo de tal arrolamento era causar impacto no leitor, que ao fim da leitura do conteúdo reflexivo da obra, despertasse nele o desejo de visitar tantos museus quantos possíveis. E, assim, por meio de dados produzidos pelo Serviço de Estatística da Educação e Cultura, além de outros adicionados pelo trabalho do Comitê Brasileiro do ICOM<sup>351</sup>, Trigueiros listou 171 (cento e sessenta e um) museus no Brasil, dos quais 19 (dezenove) tem indicação apenas da cidade na qual se localizam, sem apresentar seu endereço.

Os museus listados por Trigueiros em 1956 foram por nós divididos regionalmente<sup>352</sup>, bem como por sua localização em capitais ou municípios do interior do estado/território, conforme pode ser visualizado na tabela a seguir, que traz também os dados referentes a publicação de 1958, assim como os apresentados por Guy de Hollanda, face à atualidade deles para o momento no qual foram publicados. Pensando, também, na justificativa apresentada por Teixeira de Freitas e Celso Kelly no tópico anterior, em sua defesa da atualidade dos dados — que deveriam ser avaliadas caso a caso, inserimos aqui os dados publicados no AEB 1959, referentes ao ano de 1958.

Tal tabela nos ajuda a refletir tanto sobre a localização dos museus como sobre a disponibilidade dos dados e das limitações na produção deles, observando que temos aqui três metodologias diferentes que apresentam, sem surpresa,

---

<sup>351</sup> Acreditamos que durante as reuniões da Comissão Preparativa para o I CNM Ihe tenha sido sugerida a inclusão da relação de museus, visto que, em essência, não nos parece haver grande diferença entre a publicação de 1955 e 1956, com exceção da relação de museus. Tal hipótese se dá exatamente no indício apresentado ao fim da lista, que apresenta a condição de produção da própria relação, a ligando à SEEC e ao próprio ICOM.

<sup>352</sup> Em 1956 o Brasil era dividido em 07 (sete) regiões, com base na divisão regional elaborada pelo IBGE em 1945, mas aqui optou-se, ainda que sob risco de acusação de anacronismo, em dividir os museus por região com base na divisão regional brasileira em vigor desde 1970. Tal opção se deu pois não foi preocupação de Trigueiros organizar os dados publicados por meio de regiões, apenas por meio de estados e municípios.

resultados díspares. Ainda assim, não é o caso de afirmar um ou outro como inválido.

Tabela 4 — Museus divididos por localização com base em Trigueiros (1956) e (1958), Holanda (1958) e IBGE (1959).

LOCALIZAÇÃO	CO		NE		N		SE		S		CAP.		INT.		SOMA
FONTE	N. o	%	N. o	%	N. o	%	N. o	%	N. o	%	N. o	%	N. o	%	N.º
<b>TRIGUEIROS (1956)</b>	04	<b>02</b>	34	<b>20</b>	08	<b>05</b>	83	<b>46</b>	42	<b>25</b>	89	<b>52</b>	82	<b>48</b>	171
<b>TRIGUEIROS (1958)</b>	05	<b>03</b>	44	<b>24</b>	08	<b>04</b>	85	<b>46</b>	44	<b>24</b>	97	<b>52</b>	89	<b>48</b>	186
<b>HOLLANDA (1958)</b>	04	<b>03</b>	29	<b>20</b>	04	<b>03</b>	80	<b>55</b>	28	<b>19</b>	90	<b>62</b>	55	<b>38</b>	145
<b>AEB 1959 (1958)</b>	04	<b>02</b>	38	<b>22</b>	09	<b>05</b>	88	<b>50</b>	35	<b>20</b>	97	<b>56</b>	77	<b>44</b>	174

Fonte: TRIGUEIROS, F. dos Santos. *Museus — Sua Importância na educação do povo*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1956. \_\_\_\_\_. *Museu e Educação*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1958. HOLLANDA, Guy. *Recursos Educativos dos Museus Brasileiros*. Rio de Janeiro: CBPE/ONICOM, 1958. IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil — 1959*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

Mais do que as diferenças nos valores globais entre as quatro fontes apresentadas na Tabela 4, o que gostaríamos de chamar a atenção são as disparidades que são visíveis entre as regiões e entre os municípios de capital e de interior, que interpretamos como indícios das dificuldades no acesso à tais informações, ou, da confirmação delas.

Assim, observamos que quando analisamos a dispersão regional dos museus nesses dados, aqueles que apresentam a menor variação são aqueles das regiões sudeste e centro-oeste, indicando uma estabilidade no ritmo de desenvolvimento dos museus nessas regiões, e, similarmente, na responsividade da produção de seus dados, ao mesmo tempo que as regiões norte, nordeste e sul têm uma queda considerável em sua representação estatística quando comparamos os dados publicados por Guy de Holanda em relação àqueles publicados por Trigueiros em suas duas obras e no AEB 1959, que apresentam dados aproximados entre si.

Já quando observamos a dispersão dos museus entre as capitais e municípios do interior é possível observar a dificuldade na coleta e/ou confirmação de dados principalmente por Guy de Holanda e no AEB 1959. Na obra de Guy de Holanda há um claro desequilíbrio na dispersão dos museus.

Quando em 1956 Trigueiros publica seu livro, já afirmamos, o rol que nos apresenta não foi produzido especificamente por ele — ainda que ele possa ter tido alguma participação, pois membro ativo do Comitê Brasileiro do ICOM no período anterior ao lançamento do livro, atuando na preparação do CNM — mas pelo SEEC e pelo CB do ICOM.



Dessa forma, seu trabalho foi o de compilar dados já prontos e os apresentar sucintamente, compondo apenas dados relativos à identificação e localização dos museus brasileiros<sup>353</sup>, de modo a divulgar tais instituições aos leitores de seu livro, que ainda tendo sido publicado anteriormente à realização do I CNM, sem dúvida alguma, teve sua produção impulsionada — senão, motivada — pela ocasião do evento.

Ainda que em sua obra de 1958 não haja informações acerca do processo de produção do rol de museus, afirmamos sem muita dúvida — a partir do cruzamento entre as instituições listadas em ambas as obras — que houve um acréscimo de instituições num período de dois anos que acreditamos ter sido possibilitada exatamente devido à realização do I CNM, que promoveu maior circulação de informação sobre os museus existentes, dessa forma permitindo que eles fossem adicionados à segunda lista.

A diferença entre as duas listas encontra-se na remoção de 02 (dois) museus localizados na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Houve também a adição de 1 (um) museu em João Pessoa (PB), 01 (um) em Recife (PE), 02 (dois) em Salvador (BA), 01 (um) em Cerro (MG), 01 (um) em São João Del Rei (MG), 01 (um) no Distrito Federal (RJ), 01 (um) em Porto Alegre (RS), 01 (um) em Bagé (RS) e 01 (um) em Campo Grande (MT). Houve ainda a adição de mais 03 (três) museus no Ceará, sendo 02 (dois) na cidade do Crato e 01 (um) em Fortaleza.

Ressalta-se aqui que tal adição em Fortaleza é um erro de informação, considerando que o incremento referido é a entrada relativa ao Museu Histórico e Antropológico do Ceará, e, na mesma listagem, encontramos uma entrada para o Museu do Estado do Ceará. São dois nomes para a mesma instituição, mas compreende-se que seria difícil a um pesquisador no Distrito Federal, então capital

---

<sup>353</sup> As informações relativas às datas de fundação ou sobre os acervos de uma parcela das instituições arroladas é localizada na parte “Os Museus no Brasil”, que passa de 12 (doze) a 19 (dezenove) páginas entre uma edição e outra, sendo desconsideradas as imagens, que na edição de 1956 são 04 (quatro), com 02 (dois) imagens do Museu do Índio e mesmo número sobre o Museu de Arte de São Paulo (SP), enquanto na edição de 1958 há apenas 02 (dois) imagens 01 (um) do Museu Nacional de Belas Artes (RJ) e 01 (um) do Museu do Estado da Bahia. Um trabalho que não temos ciência de já ter sido realizado, mas que poderia encaminhar boas reflexões é aquele do processo de seleção das imagens nessas obras, que podem indicar as redes sociais do autor, sendo tal sugestão também significativa para a obra de Guy de Hollanda (1958).

do país e hoje cidade do Rio de Janeiro, saber que se tratava da mesma instituição, pois além de mudar o nome também seu endereço foi alterado<sup>354</sup>.

Outro elemento que sem dúvida permitiu a ampliação da lista da publicação de 1958 foi também o trabalho de Trigueiros na pesquisa coordenada por Guy de Hollanda. Observando os museus adicionados de uma lista à outra, entre as publicações de 1956 e 1958, apenas dois dos novos museus listados por Trigueiros não se encontram na relação de Guy de Hollanda.

Por fim, a finalidade da lista — e imagina-se — de toda a segunda edição de Trigueiros teve por objetivo apresentar informações que sucintas e escritas de modo simples, considerando sua intenção “divulgadora” (TRIGUEIROS, 1958, pp. 19–20), e que seu público, diferentemente da obra de Guy de Hollanda era bem mais amplo, para fins de divulgação dos museus brasileiros e do conhecimento técnico necessário para o bom trabalho nas instituições.

Acerca do IBGE, chama a atenção que apesar da crise da estatística pela qual a instituição passou no início da década — ou, por causa dela — as informações sobre os museus brasileiros os AEB publicados permaneceram com números inferiores àqueles arrolados por outros sujeitos ou instituições, e bastante desatualizados, visto que o AEB 1954 publicou dados referentes a 1952, que voltariam a ser publicados no AEB 1956, só havendo a publicação de dados estatísticos oficiais inéditos sobre os museus brasileiros no AEB 1959, acerca de do ano de 1958.

Nos dados em questão, temos pouca variabilidade total, quando comparamos apenas com os dados de Trigueiros (1956, 1958) e isso se deve, pois os próprios dados de Trigueiros são oriundos, parcialmente, do trabalho realizado pelo setor estatístico federal. A grande diferença que observamos resta na dispersão dos museus quando separados entre aqueles localizados em capitais e municípios do interior.

A explicação para tal disparidade se dá, mais uma vez, pela forma de coleta de dados, que desde 1938, com a transformação do INE em IBGE — em projeto capitaneado por Teixeira de Freitas — a produção de dados estatísticos pelo setor federal se construiu de forma descentralizada, por meio de agências municipais,

---

<sup>354</sup> Para mais sobre a tal período da história do atual Museu do Ceará, cf. OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues de. Juntar, separar, mostrar: memória e escrita da história no Museu do Ceará (1932 - 1976). Fortaleza: Secult-CE/Museu do Ceará, 2009.

regionais e federais, sendo essa, inclusive, uma das críticas apontadas por Lourival Câmara em seu relatório em fins de 1951.

Como o IBGE não tinha capacidade financeira e técnica de controlar a produção de dados em cada agência, afinal, o Conselho Nacional de Estatística produzia o questionário a ser aplicado anualmente em seu censo, as Campanhas Estatísticas, e os enviava as suas agências que teriam assim a responsabilidade por aplicá-las à realidade específica de cada agência.

Dessa forma, quando observamos que a maior presença de museus divulgados pelo IBGE nas capitais, entendemos tal dispersão como fruto das dificuldades de atuação nas agências municipais localizadas no interior dos Estados, dado que a “qualidade técnica” dos sujeitos possivelmente decaía à medida que a agência se distanciava dos centros de poder — sendo esse poder econômico, cultural e social.

Não é por acaso que através do trabalho do Comitê Brasileiro do ICOM tenha sido possível a Trigueiros inserir em suas obras dados sobre museus localizados em municípios do interior que não seriam possíveis ao IBGE. Outro elemento que ajuda a realizar tal interpretação é que, no âmbito do setor estatístico federal os museus eram apenas um entre inúmeros temas a abordar em seu censo anual, e que pelo menos desde 1951 os museus foram atacados como um daqueles temas que deveriam ser entendidos como secundários na produção de estatísticas oficiais. Os trabalhos voltados especificamente para os museus colocavam tais instituições, não obstante, em situação de destaque, dessa forma, num lugar privilegiado — o que não ocorria no caso do IBGE.

#### **5.4. Os museus e seus recursos educativos**

Antes de coordenar os trabalhos que teriam como produto o livro *Recursos Educativos dos Museus Brasileiros*, Guy de Hollanda<sup>355</sup> havia passado seus últimos

---

<sup>355</sup> Guy José Paulo de Hollanda foi aluno da primeira turma do curso de museus do MHN, tendo se formado em 1933 (SIQUEIRA, 2009, p. 24). Apesar de *Recursos Educativos dos Museus Brasileiros* ser sua obra mais famosa, não teve sua carreira fortemente ligada aos museus, atuando principalmente como professor de História. Mudou-se para o Paraguai em 1942 onde permaneceu por 14 (catorze) anos, sendo um dos fundadores da Escola Superior de Humanidades. Sobre a trajetória pessoal e profissional dele, cf. LUZ, Eliane Coelho. *As lentes de Guy de Hollanda: A disciplina história na obra “Um quarto de século de programas e compêndios de história para o ensino secundário brasileiro” (1957)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

anos vivendo no Paraguai, e em 1957 já era pesquisador vinculado ao Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, sendo responsável pela pesquisa “História da Educação no Brasil Contemporâneo”<sup>356</sup>, em trabalho possivelmente subordinado a Darcy Ribeiro, à época chefe do Serviço de Pesquisas Sociais do CBPE, que tendo sido criado em dezembro de 1955, despontava como um dos importantes centros de produção de informações e conhecimentos sobre a realidade brasileira e seus vínculos com a educação.

É interessante citar que já em seu primeiro ano de atividades o CBPE colocava em foco a necessidade de produzir dados, mais do que se “[...] limitar à pura manipulação dos dados estatísticos colhidos em fontes censitárias.”<sup>357</sup>

Dessa forma, Guy de Hollanda, então pesquisador do CBPE, com cargo de Técnico de Educação e formado pelo Curso de Museus do MHN — mas sem ter algum vínculo relevante no campo — foi designado para coordenar uma equipe indicada pela Organização Nacional do ICOM (ONICOM), composta por: Alfredo Rusins, Elza Peixoto, Florisvaldo Trigueiros, Lygia Costa, Octávia Oliveira e Regina Monteiro Real.

A equipe teria sido formada para cumprir uma demanda apresentada pela UNESCO para a produção de repertório educacional dos museus brasileiros, considerado no planejamento da realização do Seminário Regional da Unesco sobre o papel educacional dos museus, realizado entre 07 e 03 de setembro de 1958, sendo sua sede o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.

O evento era planejado para ocorrer em 1956<sup>358</sup>, a partir da reestruturação da Comissão de Museus do IBCEC, após Themístocles Cavalcanti<sup>359</sup> assumir a

<sup>356</sup> UNESCO colabora com o Brasil em pesquisas educacionais. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, ano LVI, n. 19593, p. 12, 07 de fevereiro de 1957.

<sup>357</sup> Transformações de nossa estrutura ocupacional. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, ano LV, n. 19389, p. 10, 1º caderno, 10 de junho de 1956.

<sup>358</sup> Em matéria no Correio da Manhã sobre a realização do I Seminário Latino-Americano sobre o Ensino de Ciências Sociais foi noticiado que o então presidente do IBCEC, Themístocles Cavalcanti anunciara durante o evento que o Instituto promoveria ainda naquele ano um “Seminário Internacional sobre a influência dos Museus na Educação de Base”, no qual deveriam estar presentes representantes de cerca de 40 países. Já a pequena notícia em Correio da Manhã de 03 de março de 1956 além de dar conta da criação da comissão, informa que o primeiro trabalho a ser iniciado seria relacionado à preparação do Seminário de Museus que estava planejado para dezembro de 1956. Não confundir com o I CNM, ocorrido no mesmo ano, e em preparação desde 1954. Cf. Especialistas discutirão sobre Ciências Sociais no continente. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, ano LV, n. 19.304, p. 11, 01 de março de 1956; Comissão de Museus no IBCEC. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, ano LV, n. 19308, p. 15, 06 de março de 1956.

<sup>359</sup> Em sua coluna dedicada à apresentação da viagem de Jan Karel Van Der Haagen ao Brasil em janeiro de 1957, após a realização da Campanha Internacional de Museus Jayme Maurício informou que a recriação da Comissão de Museus no IBCEC por Themístocles Cavalcanti tinha sido realizada

presidência do Instituto<sup>360</sup>. Eram participantes de tal comissão, quando recriada — face a uma aparente inoperância da anterior Comissão, formada no início da década, sob a presidência de Celso Kelly, os seguintes: Aracy Muniz Freire<sup>361</sup>, Dante Costa, Laura Jacobina Lacombe<sup>362</sup>, Regina Monteiro Real e Rodrigo Mello Franco de Andrade.

O trabalho da comissão ainda seria o de organizar os preparativos da realização da Campanha Internacional de Museus<sup>363</sup>, que teria por objetivo “[...] preparar os meios museológicos de todo o mundo para o Estágio Internacional de Estudos sobre o desenvolvimento de Museus”.

Naquele momento esperava-se que o futuro Seminário do Rio ocorresse no primeiro semestre de 1957.<sup>364</sup> No entanto, com base em entendimentos ao longo das viagens de J. K. Van Der Haagen, Diretor da Seção de Museus e Monumentos da UNESCO ao Brasil ao longo de 1956 e 1957, foi definida a realização do Seminário para o segundo semestre de 1958<sup>365</sup>.

---

para permitir a organização das atividades da UNESCO sobre os museus, dessa forma possibilitando maior articulação com o campo museal brasileiro. MAURÍCIO, Jayme. Itinerário das Artes Plásticas – Enviado especial da Unesco vem preparar o Estágio Internacional de Museus do Rio de Janeiro em 1958. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LVI, n. 19.584, p. 12, 1º caderno, 26 de janeiro de 1957.

<sup>360</sup> A diferença entre esta matéria e aquela citada na nota anterior é que aquela informa como membros da Comissão de Museus do IBICC apenas Rodrigo Mello Franco de Andrade, Dante Costa e Laura Jacobina, enquanto já em 15 de março há a adição de Aracy Muniz Freire e Regina Real. Nova Comissão de Museus no IBICC. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LV, n. 19.316, p. 15, 15 de março de 1956.

<sup>361</sup> Aracy Muniz Freire era professora, já tendo no momento ampla experiência na elaboração de estudos e análises sobre a educação brasileira. É autora de livros como “A orientação educacional na escola secundária” (1940), prefaciado pelo também membro do IBICC, Delgado de Carvalho. A orientação educacional na escola secundária. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano XL, n. 14.082, p. 03, 29 de setembro de 1940.

<sup>362</sup> Laura Jacobina Lacombe foi uma trabalhadora e pensadora da educação brasileira, tendo sua atuação influenciada pela criação do Colégio Jacobina, criado por sua mãe, Isabel Jacobina Lacombe, a quem sucedeu na direção do Colégio. Atuou na Associação Brasileira de Educação (ABE) e na Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar (OMEP) da qual foi presidente entre os anos de 1955 e 1980. Para maiores informações, cf. BERNER, Talitha dos Prazeres. “Às minhas meninas”: um estudo sobre os discursos de Laura Jacobina Lacombe dirigidos às alunas. *Anais do VI Congresso Brasileiro de História da Educação*, Vitória, ES, 2011. Disponível em [http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais\\_vi\\_cbhe/conteudo/file/746.pdf](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/file/746.pdf). Acesso em julho de 2019.

<sup>363</sup> A Campanha Internacional de Museus foi realizada de 06 a 14 de outubro de 1956 e será abordada na segunda parte dessa pesquisa, quando será analisada juntamente a outros eventos nacionais e internacionais que impactaram os projetos e propostas de políticas para museus brasileiros.

<sup>364</sup> Nesta notícia há ainda a informação de que além dos já citados, Mário Barata também ingressara na Comissão de Museus do IBICC. Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 129, n. 155, p. 06, 04 de abril de 1956.

<sup>365</sup> A viagem de Van Der Haagen na qual foi tomada a decisão definitiva acerca do evento ocorreu entre 31 de janeiro e 05 de fevereiro de 1957, e foi amplamente noticiada nos periódicos cariocas, desde pequenas notas informando sua chegada à grandes colunas de autores como Mário Barata

Nesse contexto, participaram das reuniões representantes de diversas instituições, que contribuíram com sugestões e propostas, e entre elas estava o CBPE, que elencou um conjunto de sugestões que demonstrava de que forma pretendia contribuir para a realização do Seminário da UNESCO, com base em 05 (cinco) temas divididos em 13 subtópicos<sup>366</sup>.

Além de suas propostas temáticas, a agenda preparada pelo CBPE e levada à reunião com J. K. Van Der Haagen continha também uma sugestão prática, dividida em 04 (quatro) pontos, diz a matéria jornalística que:

A contribuição técnica brasileira no seu aspecto educativo, deverá compreender, fundamentalmente:

- a) Um levantamento sistemático das coleções dos museus brasileiros, públicos e particulares, com o registro dos dados históricos, pessoal técnico e administrativo, pesquisas, catálogos e publicações, etc.
- b) Um estudo do funcionamento dos serviços educativos dos museus, regimes de visitas (livres ou programadas), utilização pela comunidade, etc.
- c) Uma análise dos meios atuais de divulgação de que se beneficiam os museus (catálogos, folhetos, reproduções fotográficas, diafilmes e dispositivos, filmes, rádio, televisão, etc.).
- d) Sugestões, baseadas no levantamento a que se referem as letras “a”, “b” e “c”, para a melhor organização e apresentação das coleções dos museus para fins educativos. [E conclui]

Esse levantamento poderia constituir um projeto, para o qual seria valiosa a ajuda técnica e, eventualmente, financeira da UNESCO. Sugere-se que seja confiado a uma comissão que seria integrada por: a) 1 naturalista; b) 1 antropólogo; c) 2 conservadores de museus de história e arte; d) 1 representante do Comitê Nacional do ICOM; e) 5 educadores. A comissão será presidida por um educador indicado pelo diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.<sup>367</sup>

---

(Diário de Notícias), Jayme Maurício (Correio da Manhã), que descreveram e/ou publicaram textos oficiais das instituições envolvidas.

<sup>366</sup> Compunham as sugestões do CBPE as seguintes: I. Os museus na vida cultural da comunidade. 1. Oportunidades que oferecem para a educação de base, 2. O seu papel na educação extra-escolar, particularmente na dos adolescentes e adultos com escolaridade deficiente, 3. Seu aproveitamento educativo pela escola; II. Os museus e a compreensão internacional. 1. Importância dos museus de antropologia para combater os estereótipos raciais. 2. Possibilidades de museus de história da cultura; III. Os museus como meios de integração social. 1. Os museus de ciências físicas e naturais e de tecnologia, como meios de integração na civilização tecnológica contemporânea. 2. Função humanizadora dos museus de arte e história. 3. Os museus regionais como agência de ajustamento à vida da comunidade; IV. Organização e apresentação das coleções dos museus para fins educativos. 1. Catálogos coletivos e circulação das coleções dos museus numa escala nacional e internacional. 2. As coleções para pesquisas e as coleções destinadas a exposições permanentes ou temporárias. 3. Cooperação entre técnicos de museus e educadores visando o aproveitamento das coleções para fins educativos, a mobilização dos meios áudio-visuais; V. Financiamento das atividades educativas dos museus. 1. Museus públicos e particulares, as Fundações. 2. Planejamento de campanhas de divulgação de museus. Cf. próxima nota.

<sup>367</sup> O mesmo texto pode ser encontrado em pelo menos dois jornais, na coluna de Jayme Maurício, no Correio da Manhã e na coluna Prancheta, do jornal Última Hora, em dias diferentes, com alterações apenas na cabeça do texto. Cf. MAURÍCIO, Jayme. Itinerário das Artes Plásticas – Novos entendimentos para o estágio de museus da UNESCO no Rio. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, ano LVI, n. 19.589, p. 12, 02 de fevereiro de 1957; Prancheta – Sobre Van der Haagen. Última Hora, Rio de Janeiro, ano VII, n. 2.038, p. 11, 18 de fevereiro de 1957.

Antes de avançarmos na análise da obra e do cruzamento de seus dados, devemos registrar nossa discordância com Faria (2014, p. 155; 2017, p. 165), que concorda com Knauss (2011, p. 589) no sentido que não observamos no título da obra qualquer indício de que ela se propusesse a trazer quaisquer reflexões sobre a educação em museus, assim nossa leitura sobre título é direto: nela serão encontrados recursos educativos dos museus brasileiros.

No entanto, concordamos com Knauss (Idem) quanto à finalidade da obra, que deve ser entendida como material produzido a permitir professores, estudantes e interessados em geral saber *quais* os recursos educativos dos museus que se quisesse visitar, e não mais que isso.

Em matéria publicada em novembro de 1957<sup>368</sup> temos a informação de que a pesquisa que originou “Recursos Educativos...” tinha como objetivo produzir um “manual sobre os museus do Brasil”, e que sua finalidade era “facilitar o trabalho dos educadores”, tendo em vista que o manual forneceria “ao magistério um *material informativo* (grifo nosso) adequado de que ele carece absolutamente. (JORNAL DO COMMERCIO, 17-11-1957, p. 03).

Em sua abertura também há a citação de que a pesquisa foi realizada por meio do questionário enviado às instituições, e que esse havia sido produzido segundo modelo enviado pela UNESCO ao CBPE, publicado como apêndice da obra (Hollanda, 1958, p. 267). Isso não significa que o questionário enviado pela UNESCO foi transposto à pesquisa, mas, que foi utilizado como modelo<sup>369</sup>.

Foram os seguintes elementos aqueles que compuseram o questionário enviado pelo CBPE, divididos em 11 (onze) grupos de questionamentos: 1. **Nome da cidade**; 2. **Nome do Museu**, com o endereço completo e número telefônico, além de indicar os meios de transporte para se locomover até a instituição; 3. **Pessoal**, incluindo nome da direção, dos conservadores, naturalistas e outros técnicos, quais as seções ou departamentos onde trabalhavam, se o cargo de direção era efetivo ou em comissão e quais os requisitos para ocupar o cargo; 4. **Visitação**, com dia e horário e se a visitação era gratuita ou paga, incluindo o valor,

---

<sup>368</sup> Na matéria ainda há a indicação de que Guy de Hollanda também era vinculado ao Museu Histórico da Educação, instituição do CBPE, mas tal museu seria criado apenas posteriormente. Os museus vão ser mais bem conhecidos. Um manual destinado ao trabalho dos educadores será editado pelo C.B.P.E. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, ano 131, n. 40, p. 03, 17 de novembro de 1957.

<sup>369</sup> Na mesma matéria citada na nota anterior há a informação que o questionário foi elaborado “de acordo com as normas adotadas pela Divisão de Museus e Monumentos da UNESCO”.

no caso da segunda opção; 5. **Estatuto**, devendo constar se a instituição era pública ou privada, sua dependência administrativa (federal, estadual, municipal etc.), devendo ainda ser informado a média anual de visitação com base nos últimos 03 (três) anos, e seu orçamento anual separado por setores de pessoal, material, aquisição de obras, conservação, restauração, financiamento, publicações, bolsas, pesquisas, entre outros não citados; 6. **Histórico**, que deveria apresentar o histórico da instituição em si, por meio de datas de fundação e abertura, mas também de seu prédio, quem o projetou, quando, principais doadores, períodos demarcados da história institucional; 7. **Natureza das coleções**, onde deveriam ser informadas a finalidade do museu e a natureza das coleções, com dados sobre a área geográfica, o recorte temporal do acervo, quais as peças entendidas como mais importantes ou raras; 8. **Publicações**, onde deveriam ser listadas as publicações editadas pelo museu, incluindo catálogos, guias, periódicos, anuários, indicar se esses últimos eram ilustrados ou não, além de outros materiais impressos, como cartões postais, bem como as datas de publicação das obras, quais os materiais esgotados, preços de venda; 9. **Visitas Guiadas**, indicando se as realizava, bem como conferências e outros serviços de ensino; 10. **Serviço de documentação**, onde deveria ser indicado se a instituição possuía biblioteca, fototeca, fonoteca, salas de trabalho reservadas ao público; 11. **Notas bibliográficas**, aqui deveriam ser listadas as principais obras e artigos publicados sobre o museu ou a propósito dele, contendo autor, título, lugar, data, página e ilustrações. (HOLLANDA, 1958, pp. 267–268).

Das 145 (cento e quarenta e cinco) instituições listadas na obra, apenas 79 (setenta e nove) tiveram suas informações coletadas por meio do referido questionário. As outras informações foram coletadas por diversas maneiras, desde dados compilados pela DPHAN, com 37 (trinta e sete), foram fornecidos dados de 08 (oito) pela ONICOM, bem como 21 (vinte e um) museus tiveram seus dados compilados pelo autor em “outras fontes” (Idem, pp. 231–236).<sup>370</sup>

Além do rol de museus com as informações elencadas no questionário, a obra de Guy de Holanda apresenta índices onomásticos, toponímicos e de assuntos, num total de quatro índices: 1. Museus, em organização por ordem alfabética (145 museus); 2. Cidades que possuem museus (70 municípios); 3. Museus e suas entidades mantenedores, separados por públicos — federais (33),

---

<sup>370</sup> A informação sobre a proveniência dos dados encontra-se na página 231, na qual o autor apresenta os índices compilados sobre os museus repertoriados.



estaduais (36) e municipais (26) — e privados — eclesiásticos (13), de entidades civis (27), de propriedade individual (10), total de 145 museus; e, 4. Os museus e seus acervos, divididos em a. Museus gerais (16), b. Museus especializados (129).<sup>371</sup>

Como sabemos, a equipe que realizou o trabalho coordenado por Guy de Hollanda, pesquisador do CBPE e técnico de Educação do Serviço Federal<sup>372</sup>, foi composta por 06 (seis) sujeitos oriundos do Curso de Museus do MHN, que ainda que tivessem formação ampla na área de museus, nem de longe apresentaram a multidisciplinaridade sugerida pelo CBPE em sua proposta. Possivelmente tal se deu pela indisponibilidade de verbas para a produção da pesquisa, pois, conforme é citada na matéria, é sugerida a “[...] ajuda técnica, e, eventualmente, financeira, da UNESCO”.

Considerando que o trabalho no ICOM se dá historicamente por meio do voluntariado, pode-se supor que a ajuda financeira da UNESCO não ocorreu — ou, pelo menos, que ela foi aquém do necessário para realizar uma pesquisa do porte sugerido, e que a indicação dos membros do ICOM tenham sido uma forma de sanar a impossibilidade de financiamento de uma pesquisa mais complexa.

E mais, que, possivelmente, as tratativas para a concretização de tal ajuda terminaram por prejudicar o desenvolvimento da pesquisa sugerida, pois é

---

<sup>371</sup> São especialidades sugeridas por Hollanda, as seguintes, por ordem de apresentação: 1. História da Aeronáutica; 2. Antropologia; 3. Arqueologia Americana; 4. Arqueologia brasileira; 5. Arqueologia clássica; 6. Arte; 7. Arte brasileira; 8. Arte moderna; 9. Arte popular; 10. Arte sacra; 11. Bancos; 12. Rui Barbosa; 13. Botânica; 14. Caça; 15. Café; 16. Ciências naturais; 17. Cinema; 18. Criminologia; 19. Oswaldo Cruz; 20. Cultos Afro-brasileiros; 21. Diamante; 22. Estampas; 23. Etnografia Brasileira/Etnografia Americana; 24. Folclore; 25. Geografia do Brasil; 26. Geologia e Mineralogia; 27. Higiene; 28. História do Brasil; 28.1. Bandeiras; 28.2. Missões Jesuíticas; 28.3. Inconfidência Mineira; 28.4. Império brasileiro; 28.5. Farrapos; 28.6. Colonização alemã; 28.7. República; 29. História do Brasil – História Regional; 29.1. Distrito Federal; 29.2. Bahia; 29.3. Ceará; 29.4. Goiás; 29.5. Maranhão; 29.6. Minas Gerais; 29.7. Paraná; 29.8. Pernambuco; 29.9. Piauí; 29.10. Rio Grande do Sul; 29.11. Santa Catarina; 29.12. São Paulo; 29.13. Sergipe; 30. Imprensa Brasileira; 31. Madeiras; 32. Medicina Legal; 33. Vitor Meireles; 34. Música Brasileira; 35. Numismática; 36. Oceanografia; 37. Irmãos Ottoni; 38. Ouro; 39. Padre Cícero; 40. Paleontologia; 41. Antonio Parreiras; 42. Pedro Américo; 43. Pesca; 44. Pesca Marítima; 45. Pintura; 46. Polícia; 47. Rádio-difusão; 48. Santos Dumont; 49. Teatro; 50. Zoologia; 51. Zoologia Médica.

<sup>372</sup> A citação à formação de Guy de Hollanda no curso de museus, colocada no início do livro, nos parece mais um artifício de legitimação da obra, observando que o autor tinha diversas outras formações, e que sua experiência profissional até então tinha como foco o seu trabalho vinculado à Educação, à História e à Filosofia. Há ainda informação de novembro de 1957 de sua vinculação ao Museu Histórico da Educação que viria a ser aberto ao público futuramente, instituição que estava prevista a ser criada na sede nacional do CBPE desde seu decreto de criação, Decreto nº 38.460, de 28 de dezembro de 1955. Além do museu pedagógico, na sede nacional, o decreto indica que cada um dos centros regionais também deveria contar com um museu pedagógico.

informado na abertura da obra, que houve uma “escassez de tempo” na produção dela, ocasionando deficiências no trabalho.

Não obstante, ainda que sugerida em fevereiro de 1956, a pesquisa só foi iniciada no segundo semestre, tendo como prazo final para o recebimento e processamento das informações, abril de 1958. (JORNAL DO COMMERCIO, 17-11-1957).

Acreditamos que entre as possíveis deficiências que podem ser apontadas na obra esteja incluído o número reduzido de instituições citadas, em trabalho que nos parece ter sido pautado pela falta de responsividade dos museus questionados, considerando que aqueles que de fato responderam e tiveram seus dados publicados correspondem apenas a 54% do número total de instituições citadas.<sup>373</sup> Portanto, além do reduzido número de instituições, acreditamos que a baixa responsividade dos museus brasileiros ao questionário enviado pelo CBPE teve como consequência a discrepância nos números relativos aos museus localizados em municípios do interior.

Ainda assim, quando observamos a proposta do CBPE podemos ver claramente que a obra foi realizada aquém do que o Centro propôs, considerando que o levantamento de dados das instituições — englobando pessoal, acervos, regime de funcionamento de serviços educativos, catálogos, publicações etc. — compunham apenas a primeira parte da sugestão do CBPE (item a), que deveria ser complementada ainda pela análise do funcionamento dos serviços educativos (item b), dos meios de divulgação dos quais se beneficiavam os museus (item c) e de sugestões para ampliar a eficácia dos itens arrolados, estudados e analisados nos itens anteriores (item d).

Dessa forma, apenas o item “a)”<sup>374</sup> foi materializado no livro coordenado por Guy de Hollanda, não sendo possível que as outras sugestões do CBPE tenham sido plenamente desenvolvidas. O texto acima nos dá indícios, ainda, de que devemos desconfiar do que nos falam as fontes, pois na abertura do livro há a

---

<sup>373</sup> Ainda está para ser realizada uma análise que tenha como foco descrever e discriminar cada uma das instituições que responderam ao questionário e cruzar aquelas que tiveram seus dados coletados por outras fontes.

<sup>374</sup> “a) Um levantamento sistemático das coleções dos museus brasileiros, públicos e particulares, com o registro dos dados históricos, pessoal técnico e administrativo, pesquisas, catálogos e publicações, etc.”

informação que tal repertório foi produzido com base em solicitação da UNESCO<sup>375</sup>, quando observamos que foi, no mínimo, uma conjunção de intenções<sup>376</sup> que catalisou a produção de tal obra.

Para finalizar, é necessário discutir aquilo que fica oculto quando temos acesso apenas ao material final de uma pesquisa, o livro propriamente dito. No caso de *Recursos Educativos dos Museus Brasileiros*, apesar de a publicação compor basicamente o item a) das propostas sugeridas pelo CBPE à UNESCO, isto não significa que foi o único material produzido.

Com base nos documentos que se inserem no Processo CBPE 1924/1958<sup>377</sup>, relativo à produção da obra, é possível apreender que sua elaboração não se deu sem percalços, incluindo embates entre Heloísa Alberto Torres, então diretora da ONICOM e Guy de Hollanda, redator da pesquisa. O próprio título da obra sofreu idas e vindas, com a proposição ainda em abril de 1958 de alterar o título para “Os museus do Brasil e seus recursos educativos”, com base em solicitação de Heloísa Alberto Torres, para a obra ser nomeada segundo o caráter de guia de museus (CBPE, 1958, p. 21). Não obstante, foi publicada com o título originalmente proposto.

Também a “Nota Prévia”, apresentada ao início da obra, pode ser enquadrada como o fim de uma querela, sendo tal texto redigido por Heloísa Alberto Torres e enviado ao CBPE de modo a encerrar a discussão, a 18 de agosto de 1958, já ao fim do processo de impressão da obra.

E o que diz a Nota Prévia? Sucintamente, apresenta que tal obra foi ensejada devido à realização do Seminário de 1958, motivada por solicitação da UNESCO e indica os profissionais indicados pela ONICOM e pelo CBPE para trabalharem no projeto, encerrando a nota reconhecendo deficiências, mas

---

<sup>375</sup> Por ora, afirma-se que a demanda da UNESCO por dados estatísticos dos museus brasileiros ocorreu posteriormente à sugestão do CBPE, por meio de circular enviada ao Brasil e mais 19 (dezenove) outros países que produziam e divulgavam dados sobre seus museus em março de 1957. Os dados brasileiros foram fornecidos pelo IBGE/SEEC, e deram origem ao relatório UNESCO/ST/R/1B, publicado em janeiro de 1958, sob o título de “Preliminary Report on Museum Statistics”. Tal relatório será discutido no início do próximo tópico desta pesquisa.

<sup>376</sup> Não é demais salientar que as demandas por um repertório de museus brasileiros pela UNESCO eram antigas, já tendo sido tais demandas discutidas em outros momentos dessa pesquisa, nos tópicos anteriores.

<sup>377</sup> Processo CBPE 1924/1958. Disponível em: [http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/7/9/0/7900cd05e3282a373928bbd13c14710fe02fd81d8496600caf00d60ee9f4ff8b/CBPE\\_m012p01\\_ParecerSobreCartaDeHeloisaAlbertoDoProfessorRuyDeHollanda\\_1923.PDF](http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/7/9/0/7900cd05e3282a373928bbd13c14710fe02fd81d8496600caf00d60ee9f4ff8b/CBPE_m012p01_ParecerSobreCartaDeHeloisaAlbertoDoProfessorRuyDeHollanda_1923.PDF) Acesso em 07/08/2020.

apresentando a expectativa de produção de uma nova edição futura. (HOLLANDA, 1958).

Pode-se dizer que a querela foi iniciada em junho de 1958, quando do recebimento pela Presidente da ONICOM da cópia datilografada dos originais do livro, remetida a 02 de junho por Péricles Madureira<sup>378</sup>, sendo cópia enviada também ao diretor do DPHAN, Rodrigo Mello Franco de Andrade. Tal cópia datilografada ia com o título provisório de “Os museus do Brasil e seus recursos educativos” (CBPE, 1958, p. 05), e tal envio foi realizado devido aos acordos entre CBPE e ONICOM de que os custos seriam divididos entre as duas organizações (Idem, p. 21).

A resposta de Heloísa Alberto Torres veio a 25 de julho de 1958, declarando sem rodeios (apesar de solicitar escusas no seu fecho, devido à incisividade de suas afirmações) a impossibilidade da ONICOM publicar uma obra tal como a apresentada, seja pelo conteúdo, apontado por ela como falho em diversos aspectos, seja pelo alijamento da Organização ante ao processo de publicação, relatando terem sido realizados pedidos de alterações acerca de dados de museus no Distrito Federal (atual cidade do Rio de Janeiro) aos quais são afirmados sabidamente incorretos ou ausentes, e da recusa de Guy de Hollanda em apresentar provas tipográficas à comissão da ONICOM antes da impressão final.

Heloísa Torres considerava, portanto, que não seria possível aprovar um trabalho do qual desconhecesse seu conteúdo final, devido à discordância antecipada dos caminhos tomados por Guy de Hollanda na sua redação e, assim sendo, apresentava que a ONICOM só teria interesse em 500 (quinhentas) cópias da obra, um décimo da tiragem prevista inicialmente, de 5.000 (cinco mil) exemplares, e, um elemento oculto na comunicação é que o efeito prático dessa decisão significaria que o aporte financeiro da ONICOM reduziria de 50% dos custos de publicação para apenas 10%, possivelmente inviabilizando a própria edição da obra.

Posteriormente, é apresentada a informação de que a tiragem final ficou em 3.000 (três mil) cópias, apenas 60% do número original previsto, tendo em vista o aumento do número de páginas e imagens (INEP, 1958, p. 08)<sup>379</sup>.

---

<sup>378</sup> Péricles Madureira de Pinho (?) foi um intelectual baiano que na altura dos fatos relatados era Diretor Executivo do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, tendo sido Ministro Interino da Educação do governo de Getúlio Vargas no ano de 1953.

<sup>379</sup> Não obstante a informação de Péricles Madureira acerca da tiragem de 3.000 exemplares e da necessidade de pagamento, por cada uma das partes (CBPE e ONICOM), da soma de Cr\$ 85.000,00

Destacamos, ainda, que o plano original do livro, apresentado pelo CBPE à ONICOM em março de 1958, incluía além do repertório de informações dos museus brasileiros e um índice, efetivamente publicados, os seguintes itens: introdução de 10 páginas intitulada “Os Museus do Brasil”, a ser redigida por Heloísa Alberto Torres”; texto de 10 páginas redigido por Guy de Hollanda com o tema “Os recursos educativos dos museus brasileiros” (CBPE, 1958, pp. 18–19)<sup>380</sup>.

A partir da resposta de Heloísa Alberto Torres, em 25 de julho de 1958, nos parece que a relação que já demonstrava não ser das melhores, entre ONICOM e Guy de Hollanda, piorou sem retorno, pois, três dias depois, o técnico do CBPE responde ao seu chefe informando serem imprecisos os argumentos de Heloísa Alberto Torres relativamente aos atrasos de sua parte na produção e entrega de provas, argumentando que a cópia datilografada fora entregue, em mãos, a 02 de junho, com circular inclusa na qual informava a necessidade de comunicação urgente de quaisquer propostas de alteração, o que só aconteceria quase um mês depois, já em fins de junho.

Além disso, e apesar do tempo levado pela ONICOM para apresentar suas propostas de alterações, informava que elas teriam sido acatadas e absorvidas ao projeto final, tendo-as recebido ao fim de junho, ainda que discordasse da acusação realizada por Heloísa Alberto Torres acerca das “informações erradas” que existiriam no texto inicial, defendendo que tais erros relacionavam-se a omissões ou museus que haviam sido planejados, mas não tornados realidade e que mesmo esses encontravam-se identificados como “(em organização)”.

Da mesma forma, informava que ele mesmo, previamente à reunião de 27 de junho na qual recebeu as informações coligidas pela ONICOM, já as havia alterado com base em investigação própria, indicando que como resultado destes diálogos, 14 (catorze) museus teriam sido eliminados do livro.

---

(oitenta e cinco mil cruzeiros), a fatura n. 91 – constante no mesmo arquivo (p. 09), de 08 de setembro de 1958 e 04 (quatro) dias antes do envio da cobrança de Péricles à ONICOM – indica que foram impressos 3.500 volumes a um custo de Cr\$ 105.000,00 (cento e cinco mil cruzeiros). Tal discrepância pode ser relacionada ao fato de ter havido algum adiantamento para a impressão, sendo o valor apresentado considerado como o resto da dívida. Ainda assim, não há explicação plausível para a diferença entre o número de obras cobradas pela Gráfica e aquela apresentada por Péricles à ONICOM.

<sup>380</sup> Em modelo de carta circular enviada pelo CBPE (sem data) aos diretores de museus há a informação de que a obra teria além das seções listas, uma outra, intitulada “O Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e os museus do Brasil”, a ser redigido por Rodrigo Mello Franco de Andrade, diretor do então DPHAN (CBPE, 1958, p. 22).

Guy de Hollanda ainda declarava que a afirmação sobre as alterações ocorridas no texto original, que segundo Heloísa Alberto Torres impediriam a aprovação por parte da ONICOM da publicação deveriam ser consideradas com “força de expressão”, pois consistiam em aditamentos e retificações dos próprios dados dos museus do DF e à inclusão de dados fornecidos pelo DPHAN e por questionários recebidos durante o processo de impressão das provas.

O último ponto que gostaríamos de ressaltar da sua exposição é aquela na qual ele afirma que marcou posição contra a proposta de membros da ONICOM, em reunião do fim de junho, de alterar informações elencadas sobre museus (apenas dois, segundo ele) oriundas de respostas oficiais das instituições, para textos elaborados por conservadores ligados a ONICOM, ao passo que a proposta da obra deveria ater-se às respostas oficiais “[...] por mais respeitável fôsse a opinião de um conservador membro da ONICOM” (CBPE, 1958, p. 30).

Foi, então, enviada em 30 de julho de 1958, a segunda cópia para avaliação da Presidente da ONICOM, com pedido de resposta até 01 de agosto de 1958 (conforme solicitação de Guy de Hollanda a Péricles Madureira de que as questões fossem apresentadas em até 48 horas). A resposta de Torres (CBPE, 1958, p. 33) foi composta por 15 itens detalhados, assim como a indicação de verificação de 16 páginas indicadas, mas só foi enviada a 06 de agosto de 1958.

Em geral, conforme indicado no próprio documento, tratou-se de um rápido exame, cujas sugestões podem ser divididas em questões técnicas, como erros de digitação ou acentuação e da identificação, e informacionais, exemplificada pelo questionamento de Heloísa A. Torres das ausências do Museu do Instituto Oswaldo Cruz e do Museu do Exército, ao corte do Museu de Biologia Doutor Mello Leitão, a nomenclatura usada para identificar o Museu da Casa da Hera, e, por fim, questiona a não utilização das alterações nos textos informativos dos museus — cujos motivos já conhecemos, a partir da comunicação de Guy de Hollanda a Péricles Madureira, de que a opção se deu com base na percepção de que deveriam ser utilizados textos fornecidos pelos próprios museus, e não por outros sujeitos alheios à instituição.

Um último ponto que citamos, mas o primeiro apresentado na avaliação de Heloísa Alberto Torres, e que talvez seja o mais importante no âmbito dessa querela, é a proposta de que seja alterada a folha de rosto da obra, que traria a

identificação do CBPE e da ONICOM como organizadoras da obra, cabendo a Guy de Hollanda o papel de redator.

E acreditamos que tenha sido este um ponto de inflexão, pois o técnico do CBPE, em sua resposta (CBPE, 1958, p. 35) às considerações da ONICOM afirma que a aceitação dessa proposta implicaria em uma “suposta co-autoria” das organizações, ao passo que se tratava apenas de uma publicação conjunta. Continua, ainda, afirmando que o próprio papel da ONICOM na produção da obra não teria sido maior que aquela da UNESCO, que fornecera a orientação técnica, ao passo que o trabalho realizado, qual seja, o envio de questionários, recurso a fontes além das informações existentes na DPHAN e da ONICOM (que Guy de Hollanda afirma mesmo serem escassos na altura) havia sido realizado por ele, o autor da obra, e não pelo CBPE e pela ONICOM, que segundo ele teria se associado à publicação da obra apenas em fevereiro de 1958, enquanto o trabalho esteve a ser realizado desde 1957, sendo proposto por Hollanda que fosse inserido um trecho na nota prévia sobre a participação da ONICOM na produção do livro, a dizer que:

[...] Depois de enviada a 1ª via do questionário, decidiu-se a publicação conjunta do Livro pelo CBPE e pela ONICOM. O presidente desta associação, D. Heloísa Alberto Torres não somente nos franqueou os elementos existentes na mesma, mas também encarregou uma comissão de conservadores de completar a nossa coleta de dados. (CBPE, 1958, p. 35)

Tal trecho, bem como o teor a seguir demonstra a defesa de Guy de Hollanda pela propriedade da autoria da pesquisa, finalizando o item com a lista de 06 (seis) museus aos quais a obra devia à ONICOM, bem como reconhecendo a colaboração de Lygia Martins Costa no fornecimento de informações sobre o Museu de Arte de São Paulo.

Por fim, Hollanda encerrou sua resposta elencando os motivos das decisões relativas aos questionamentos apresentados por Heloísa Alberto Torres acerca das omissões de determinados museus ou dados específicos, sempre com justificativas técnicas, seja devido ao conteúdo das respostas dos museus, da ausência delas ou mesmo pela definição de quais tipologias de museus deveriam figurar na obra, excluindo museus vinculados a Institutos de Ensino Superior.

Entendemos que a troca de comunicações entre CBPE e ONICOM até agora faz parte de uma disputa que seguia em um crescendo, que atinge seu ápice com o

envio de carta de 06 (seis) páginas assinada por Heloísa Alberto Torres em 07 de agosto de 1958 ao CBPE, sobre a “Nota Prévia” redigida por Guy de Hollanda, que inicia afirmando que a ela “não pode ser publicada na forma em que se encontra”, e finaliza afirmando que “[...] de um modo geral, a Nota está mal redigida e o trabalho editorial deixa grandemente a desejar. A ONICOM não pode, lastimavelmente, concordar com a sua inclusão no trabalho sobre os museus brasileiros e seus recursos educativos.” (CBPE, 1958, p. 43)

Na opinião de Heloísa Alberto Torres, e, sem dúvida, também dos conservadores ligados à ONICOM que estavam envolvidos no projeto, a “Nota Prévia” elaborada por Guy de Hollanda soou como uma ofensa à classe de conservadores brasileiros, desmerecidos em seu trabalho.

Tal ofensa, para piorar a situação, era realizada por um sujeito que havia passado mais de uma década fora do país, e, portanto, não teria propriedade para falar sobre o assunto, pois não teria acompanhado o desenvolvimento recente dos museus brasileiros, e, portanto, por não ter tal experiência, realizaria afirmações que seriam historicamente inexatas.

A presidente do ICOM ainda apontou que toda a narrativa apresentada por Guy de Hollanda em sua proposta de Nota Prévia (datada de 30 de maio de 1958)<sup>381</sup> o construía como “idealizador e autor do trabalho”, e, em que pese as afirmativas de que ele, representando o CBPE, sim, havia proposto em reunião com Jan Karel van der Haagen a elaboração de um repertório, mas que, entretanto, tal ideia já havia sido apresentada ao próprio IBICC por Lygia Martins Costa “na primeira reunião do IBICC<sup>382</sup>, quando Paulo Carneiro, expondo os fins do estágio, manifestou o desejo da Unesco de que se elaborasse o inventário para essa ocasião” (CBPE, 1958, p. 39), informando ainda tal fato ter ocorrido previamente à viagem de van der Haagen ao Brasil, em janeiro de 1957 (tendo já visitado antes o país, como exemplificado pela sua estadia para a concretização da Campanha Internacional dos Museus, em outubro de 1956).

---

<sup>381</sup> Nota Prévia de Os museus do Brasil e seus recursos educativos. Disponível em <http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/cbpe-m012p02-osmuseusdobrasileseusrecursoseducativos-1958> Acesso em 07/08/2021.

<sup>382</sup> Não é possível precisar a data da reunião citada por Heloísa Alberto Torres, mas pelo menos desde março de 1956 se discutia no âmbito do IBICC, do qual ela era membro, a realização pela UNESCO de um seminário no Brasil sobre o tema dos museus e da educação, previsto ainda para setembro de 1956, juntamente com outros seminários em produção pelo Instituto. Instala-se, hoje, o I Seminário Latino-Americano de Ciências Sociais. A Noite, Rio de Janeiro, ano XLIV, n. 15.256, p. 02, 05 de março de 1956.



Heloísa Alberto Torres ainda afirma que a Nota omitia que as atividades para a produção do repertório haviam sido iniciadas em março de 1957 sob os auspícios da ONICOM, e que omitia ainda que quem havia traduzido as instruções e questionários enviados pela UNESCO havia sido a conservadora Regina Real, membro, juntamente com Guy de Hollanda, da Comissão aprovada pela ONICOM em 13 de março de 1957, e que apenas informava acerca da produção da tradução, sem creditar o devido trabalho da conservadora.

A Presidente da ONICOM ainda declarou haver sido o próprio Guy de Hollanda a manifestar o interesse por fazer o trabalho de envio e processamento dos questionários, face a sua disponibilidade em tempo integral e de uma datilógrafa, condições que os outros membros da comissão não dispunham e não que tenha havido uma atribuição destas competências pela ONICOM a ele, apesar de que ele dava a entender ter sido esse o caso.

E continua a expor a conduta de Guy de Hollanda informando que após a produção e multiplicação dos questionários, ele e Regina Real teriam se dirigido ao Museu Nacional de modo que as respostas produzidas por tal instituição seriam utilizadas como modelo para o preenchimento por museus do Distrito Federal, que seriam visitados *in loco*.

Heloísa Torres ainda chama a atenção ao fato de que após esta visita não houve nenhuma visita aos museus, bem como Guy de Hollanda não teria mais se reportado à ONICOM, ao passo que Hollanda informava que não teria sido possível realizar visitas aos museus por “contingências imprevistas”. Ela se perguntou “Quais foram essas contingências?” e ela mesma respondeu “Só vejo uma: a decisão do Dr. Hollanda — que jamais comunicou à ONICOM — de prosseguir só a tarefa publicando um trabalho seu.” (CBPE, 1958, p. 40, grifo da autora).

O relato de Heloísa Alberto Torres continua ao demonstrar que, enfim, a querela não fora iniciada em junho de 1958. Ainda em outubro de 1957 havia sido dada a primeira fagulha, quando chegava à ONICOM o comunicado do CBPE informando a publicação em breve do repertório em produção e solicitando o franqueamento dos dados da organização à Guy de Hollanda, responsável pela pesquisa.

Após a chegada do comunicado, diz o relato de Heloísa Torres, ela buscou informações sobre o andamento da pesquisa, iniciada pela comissão da qual Guy de

Hollanda fazia parte, sendo informada, segundo ela que “[...] o dr. Hollanda declarara que estava preparando o trabalho como seu.” (CBPE, 1958, p. 41).

Não obstante o estranhamento, segue o relato informando que após contatos tanto com o próprio Guy de Hollanda e, também, com Péricles Madureira, a ONICOM e sua presidente julgavam o caso como concluído, até a chegada em suas mãos, no dia 02 de junho, da cópia datilografada e considerada como “pronta” pelo seu autor, concluindo, assim, que:

[...] Estaria, portanto ele pronto com um total desrespeito aos demais membros da Comissão. O fato constitui, ademais, uma manifestação de uma grande pretensão de poder de uma pessoa, estranha a uma especialidade, fazer sozinha trabalho dessa natureza. (CBPE, 1958, p. 41, grifo nosso)

O grifo que colocamos visa destacar que além do conflito ético relatado por Heloísa Alberto Torres, relativamente à conduta do Guy de Hollanda no desenvolvimento da pesquisa que culminou com a publicação de Recursos Educativos dos Museus Brasileiros, não se pode perder de vista que está apresentado aqui, sem dúvida alguma, um conflito interno ao campo museal brasileiro. À altura, a ONICOM e seus membros, grande parte deles conservadores formados no Curso de Museus do MHN, e aqueles que não eram já detinham imenso capital social e cultural no campo pela própria carreira no campo – como a própria Heloísa Alberto Torres ou Rodrigo Mello Franco de Andrade –, ao passo que Guy de Hollanda, apesar de ser também possuidor do diploma que supostamente o legitimaria para falar sobre o tema, não era legitimado por seus pares por ter estado por anos a morar no exterior e, em retornando, não estar inserido profissionalmente no campo dos museus, e sim da investigação no âmbito do CBPE.

No início da carta este tema foi frisado por Heloísa Alberto Torres e mais adiante seria retomado, quando desqualificou as críticas realizadas por Guy de Hollanda aos museus. Ela finalizou dizendo que:

[...] Na realidade não competia ao Redator fazer uma crítica da vida dos museus que não conhece suficientemente nem uma exposição sobre a elaboração do trabalho com vistas a provar de que se tratava de uma ideia sua e obra de sua autoria. Cabia-lhe fazer uma análise da função educativa do museu, em nível alto, sem baixar à menção de deficiências dos nossos museus; e ainda menos fazer pairar sobre a direção das casas cujas respostas não recebeu, a suspeita de capacidade de negarem em falso terem recebido os questionários ou de que as suas respostas se teriam perdido nos Correios que fazem de bode expiatório. (CBPE, 1958, p. 42) (grifos da autora)

Guy de Hollanda bem que tentou responder às considerações, destacando que citou inúmeros trabalhos realizados anteriormente — e deve ser sublinhado que se tivesse sido publicada, aqui teríamos a única citação contemporânea a *Museums of Brazil*, que em sua Nota, Guy de Hollanda informa estar esgotado — e que relativamente a autoria, apenas havia destacado que a publicação, pelo CBPE, havia sido ideia sua e de Paulo Moreira, ou seja, que o seu destaque era à publicação pelo CBPE, e não à pesquisa em si.

Justificou, ainda, que conhecia, sim, a realidade dos museus brasileiros, tanto por ser portador do diploma do curso de museus, como por, devido ao seu trabalho no CBPE, como técnico vinculado à educação, ter visitado diversos museus exatamente com fins de avaliar os serviços educativos deles.

Ainda destacou que não era fora de propósito questionar os usos educativos promovidos pelos museus — fossem eles brasileiros ou não, mas especificamente dos casos no Brasil — visto ser exatamente esta a motivação do Seminário que seria realizado no país, para fomentar as atividades educativas nos museus.

Guy de Hollanda conclui sua resposta assim:

[...] Não se pode, sob pena de falsear a verdade, aceitar a afirmação de que o Repertório foi organizado pelo CBPE e pela ONICOM. De quase 150 museus, apenas os dados de meia dúzia foram proporcionados por esta Associação. Na folha de rosto caberá mencionar o Autor, Título e Editor (CBPE e ONICOM). Em aras da conciliação o autor está disposto a suprimir a “Nota prévia”, embora seja verdadeira e não seja ofensiva senão a quem tiver má consciência. (CBPE, 1958, p. 45) (grifos do autor)

E assim, devido a disputas entre intelectuais — seja aqueles em busca da glória pessoal, da ambição, do crédito coletivo e/ou da manutenção/aferição de um capital intelectual — perdeu o campo museal brasileiro, com a ausência não apenas da “Nota Prévia”, mas também da “Introdução” produzida por Heloísa Alberto Torres, e não deixemos de falar do texto planejado a ser redigido por Rodrigo Mello Franco

de Andrade, textos que poderiam abalar as estruturas do campo e promover mudanças.

Mas esta, como vimos já acerca dos embates no campo estatístico e sua relação com os museus, não era uma situação nova nem seria a última.

### **5.5. Mais um intruso no campo**

Mas se na década de 1950 temos até agora observado um intenso interesse do campo museal — e de organizações internacionais que atuavam neste campo — no conhecimento dos museus brasileiros, esse interesse não era restrito àqueles oriundos dos museus.

Esse foi também um momento no qual a organização do setor turístico também tomou corpo, em moldes semelhantes àqueles adotados pelo campo museal, com a realização de congressos nacionais e discussão de temas relevantes, e desde o I Congresso Brasileiro de Turismo, em 1953, os museus, o conhecimento acerca deles e a necessidade de divulgação já estavam em pauta.

Realizado em agosto de 1953, na cidade de Campos do Jordão (SP), sob o patrocínio da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, o I Congresso Brasileiro de Turismo organizou-se de modo a analisar e propor soluções para o desenvolvimento do turismo no Brasil, abordando temas como: transportes de modo geral, transporte urbano para turistas, tráfego rodoviário, turismo ferroviário, abolição de vistos nos passaportes, desembargo de bagagem, carteira de habilitação para estrangeiros, navegação entre Brasil e Estados Unidos, isenção de impostos para hotéis, criação de escolas profissionais para empregados de hotéis, concessão de crédito para a construção de hotéis, criação de campanha para produção de selos postais como propaganda turística, fomento à propaganda cinematográfica, criação na imprensa de seções de divulgação dos atrativos locais, a defesa da informação como elemento chave para o desenvolvimento do turismo.

Além desses temas, duas comissões foram constituídas para analisar e propor sugestões para os “atrativos” do turismo, bem como para temas gerais ligados ao setor.

Aqui destacaremos aquelas sugestões da “Comissão Atrativos”, que apresentou os seguintes temas como atrativos para o turismo: as reservas florestais, o folclore, o esporte e os museus. É significativo sublinhar que de todos os temas

tratados nas sugestões acerca dos atrativos do turismo<sup>383</sup>, publicado no periódico *Correio Paulistano*<sup>384</sup>, apenas os museus surgem em negrito na matéria, denotando a importância dos museus entre vários outros atrativos. São recomendações do I CNT sobre os museus, que:

[...] governos federal, estaduais e municipais, bem como as instituições de caráter cultural e científico, associações do Comércio, da Agricultura e da Indústria, que organizem museus onde sejam colecionadas peças de valor histórico, artístico, cultural ou folclórico, como também exposições de artigos e produtos da região. (CORREIO PAULISTANO, 19-08-1953, p. 10)

Em 1955, os Congressos Nacional de Turismo e Nacional de Hoteleiros foram fundidos, e nesse momento já existiam publicações especializadas sobre o turismo, entre elas a revista *Cicerone Brasileiro*, que em seu número 20, de outubro de 1955, publicou uma relação com os endereços “dos principais museus do Brasil”. Na notícia que divulgou tal publicação não há a lista propriamente dita, mas nos dá indícios da vontade de conhecimento e da divulgação das informações dos museus brasileiros, observando que nela há a percepção de que tal trabalho não havia ainda sido feito.

Sobre a lista publicada em *Cicerone Brasileiro*, a matéria afirma que “[...] ao que tudo nos indica, [é] a primeira lista de museus já publicada no país e que, sem dúvida, deve ter exigido um grande trabalho de pesquisa de seu organizador.” (CORREIO DA MANHÃ, 27-10-1955, p. 01, segundo caderno)<sup>385</sup>. Seu organizador foi o jornalista José Mario Alves da Silva, que nas edições subsequentes continuou a publicar mais informações de museus brasileiros<sup>386</sup>.

<sup>383</sup> A percepção de que os museus teriam papel importante no desenvolvimento não era, no entanto, nova naquele momento. Podem ser encontradas matérias desde a década de 1930, no Brasil, discutindo sobre o tema, além de bibliografia internacional que focada no desenvolvimento do turismo cita o impacto dos museus e dos produtos culturais como elemento atrativo de visitantes estrangeiros e ou de outras regiões do próprio país. Cf. Capítulo 6 de WALSH, Kevin. *The representation of the Past – Museums and heritage in the post-modern world*. Londres, UK: Routledge, 1992. VASCONCELLOS, Camilo de Mello. *Turismo e Museus*. São Paulo: Aleph, 2012.

<sup>384</sup> Na matéria citada há um amplo relato das discussões e propostas realizadas durante o I CNT. Cf. I Congresso Nacional de Turismo – Indicadas medidas da mais alta importância para a regulamentação e incremento do turismo no Brasil. *Correio Paulistano*, São Paulo, ano C, n. 29.865, p. 10, 19 de agosto de 1953.

<sup>385</sup> *Cicerone Brasileiro*. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LV, n. 19200, p. 01, segundo caderno, 27 de outubro de 1955.

<sup>386</sup> Na impossibilidade de consultar a revista *Cicerone Brasileiro*, encontramos indícios em outros periódicos que citam em seus conteúdos informações de que ao longo de 1956 e 1957 outros números da revista continuaram a publicar informações dos museus brasileiros. A notícia publicada em dezembro fala do volume 21, referente aos meses de novembro e dezembro de 1955, enquanto a matéria d’A *Gazeta da Farmácia*, de fevereiro de 1957 cita o número 25 de *Cicerone Brasileiro*, o que

Tal figura passou a ter papel de destaque nos periódicos não apenas por essa lista, mas pelos futuros desdobramentos que (possivelmente) teria. Isso porque com base nesse trabalho de pesquisa, José Mário Alves da Silva e Carlos José da Costa Pereira passaram os anos seguintes a elaborar um “Guia Comentado dos Museus Brasileiros”, obra que teve sua divulgação planejada para ocorrer deliberadamente durante a realização do I Congresso Nacional de Museus, em Ouro Preto, em 1956, tendo sido o trabalho apresentado e aprovado para apresentação pela comissão organizadora do evento.

Segundo matéria publicada no *Correio da Manhã*<sup>387</sup>, a obra poderia ser considerada inédita no país, e as informações dos museus seriam organizadas da seguinte forma: a) nome e endereço do museu; b) horário e dias de visitas; c) nome do diretor; d) espécie do museu; e) origem — legislação que criou e o desenvolveu; f) exposição — estudo generalizado do acervo; g) guias e catálogos; h) biblioteca, fototeca, discoteca e filmoteca; i) arquivo; j) consultas — informações sobre consultas dirigidas no museu; k) publicações — trabalhos — pesquisas; l) conservadores — laboratórios — técnicos; m) cursos e conferências; n) o prédio do museu; o) histórico do museu; p) relação entre o museu e a cidade ou entre o museu e a região<sup>388</sup>.

A matéria finaliza informando que no material preparado pelos autores há ainda “[...] cerca de 100 fotografias, plantas e croquis de exposições [que] completam êsse interessante trabalho, distribuído em três volumes”. (*CORREIO DA MANHÃ*, 12-07-1956, p. 02). Em notícia publicada em *O Jornal*, há, ainda a informação de que nos volumes constariam, também, listagem dos prédios tombados pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional<sup>389</sup>.

Após a realização do I CNM, os autores buscaram reformular o escopo de seu trabalho, dividindo a obra em apenas dois volumes: “Introdução à museografia brasileira” e “Guia comentado dos museus brasileiros”. Tais volumes seriam publicados pelos próprios autores, já com a contribuição de outros museus

---

nos leva a supor que a revista em questão tinha periodicidade bimestral. *Cicerone Brasileiro*. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LVII, n. 19861, p. 02, 2º caderno, 22 de dezembro de 1955; *Museu Antônio Lago*. *Gazeta da Farmácia*, Rio de Janeiro, ano XXV, n. 298, p. 17, fevereiro de 1957.

<sup>387</sup> *Guia de Museus Brasileiros*. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LVI, n. 19416, p. 02, 2º caderno, 12 de julho de 1956.

<sup>388</sup> Tal organização informacional pouco difere daquela proposta pelo CBPE, e efetivada por Guy de Hollanda, cujo produto foi o livro “*Recursos Educativos dos Museus Brasileiros*”.

<sup>389</sup> Valiosa obra para o Congresso dos Museus. *O Jornal*, Rio de Janeiro, ano XXXVII, n. 10.998, p. 02, sexta seção, 15 de julho de 1956.

brasileiros não arrolados inicialmente, de modo que “[...] nenhum museu deixe de constar da obra [...]”, e para isso, deveriam os museus enviar seus dados para José Mário Alves da Silva<sup>390</sup> (DIÁRIO CARIOCA, 12-08-1956, p. 05)<sup>391</sup>.

A matéria indica uma boa recepção durante o I CNM, dado que informa sua apresentação no evento, e que “[...] agora, será editado para a melhor utilização de todos os profissionais, professores, estudiosos e turistas nacionais e estrangeiros.” (Idem).

Nos parece, no entanto, que a obra passou ainda alguns anos em produção, dado que já em 1959, na condição de presidente da Associação Brasileira de Jornalistas e Escritores de Turismo, José Mário Alves da Silva viajou a São Paulo para participar da segunda edição do II Congresso Nacional de Museus, onde deveria “receber sugestões [para] o seu trabalho (dois livros) sobre os museus brasileiros” (CORREIO DA MANHÃ, 05-11-1959, p. 04).<sup>392</sup>

Não foi possível verificar se a obra foi efetivamente publicada, no entanto, ela é um indício de que o “surto de museus” não era apenas referente à criação, em todo o país, de instituições museológicas, mas também um surto no interesse em conhecê-las e divulgá-las, em um processo que deslocou o poder de informação sobre a realidade brasileira do setor estatístico federal e teve como consequência diversas iniciativas próprias de indivíduos — como Florisvaldo Trigueiros e José Mário Alves da Silva — às iniciativas institucionais, como aquela empreendida por Heloísa Alberto Torres, que discutimos no capítulo anterior, fomentada pelo IBECC, e a de Guy de Hollanda, fruto de uma proposta entrelaçada entre IBECC, ONICOM e CBPE.

## 5.6. Entrelaçando informações não-oficiais dos museus brasileiros

O que observamos, também, é que não se deve confundir os objetivos de cada uma dessas obras, pois cada uma delas teve finalidades diferentes. Quando

<sup>390</sup> José Mário Alves da Silva ainda apresentou a tese intitulada “Os congressos Internacionais e Nacionais como elementos valiosos para incrementar o turismo brasileiro” durante o IV Congresso Brasileiro de Turismo, realizado em setembro de 1956 na cidade de Santos, SP. No mesmo evento houve a publicação da tese “Monumentos Artísticos e Históricos”, de Paulo Eleutério Alvares da Silva, aprovada com adendos. Cf. Encerrado o IV Congresso Brasileiro de Turismo. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, ano LVI, n. 19474, p. 02, 18 de setembro de 1956.

<sup>391</sup> Importante guia dos museus brasileiros. Diário Carioca, Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 8614, p. 05, 12 de agosto de 1956.

<sup>392</sup> Várias turísticas. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, ano LIX, n. 20.433, p. 04, 2º caderno, 05 de novembro de 1959.

Trigueiros elaborou seus livros, a lista de museus aparece complementarmente ao conteúdo reflexivo e analítico, com o intuito possibilitar ao leitor que, tendo contato com sua obra e interessando-se pelos assuntos de museus, tivesse uma ampla gama de possibilidades para verificar e experimentar os museus brasileiros segundo os princípios por ele elaborados, sendo seu público-alvo aquele de professores e estudantes vinculados à museologia e áreas correlatas.

Já a obra de Guy de Hollanda, longe de ser apenas um repertório de museus, apresenta-se como um repertório de recursos educativos — entendidos de maneira ampla, incluindo exposições, coleções, materiais impressos, audiovisuais etc. — que deveria ser utilizado prioritariamente por professores no planejamento de suas visitas aos museus brasileiros, que com o material preparado pela pesquisa desenvolvida pelo CBPE poderia ter um grande conjunto de informações que possibilitaria o melhor proveito desses recursos para fins de colaboração com o ensino formal.

No caso de José Mário Alves da Silva, que pode ser visto como um *outsider*<sup>393</sup>, o objetivo de sua obra era principalmente para fins de divulgação dos museus como atrativo turístico, visto que se acreditava que sua obra de compilação de dados sobre os museus brasileiros, desde 1955, era um trabalho tanto inédito como necessário para o desenvolvimento do turismo brasileiro.

Mas, ao longo de toda a década de 1950, nos parece que o IBGE se manteve atento às sucessivas divulgações de dados sobre os museus brasileiros por parte de outros sujeitos, indicando uma atuação próxima aquela que Augustin Girard (1998)<sup>394</sup> apresenta quanto à relação aos ministros franceses, que têm os jornalistas como os únicos escritores lidos todas as manhãs. Fazemos tal interpretação, pois foi possível observar uma frequente sincronicidade entre a publicação de matérias que informavam dados numéricos sobre os museus

---

<sup>393</sup> Como afirmamos, não foi possível, ainda, discernir se a obra foi efetivamente publicada, e se não, quais motivos impediram sua publicação, mas não podemos deixar de imaginar que a sua condição de *outsider*, conforme elaborações de Norbert Elias (2000) e Howard Becker (2008), pode ter influenciado nas possíveis dificuldades em produzir tal material em formato livro, principalmente por serem esses eventos sobre museus realizados na década de 1950 aqueles nos quais se buscou o *estabelecimento* de uma ciência, a museologia, e de uma profissão, de conservador/museólogo, em processo que perdurou até a década de 1980 com a regulamentação da profissão. Cf. ELIAS, Norbert; JOHNSON, Scott. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. BECKER, Howard S. Outsiders – Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

<sup>394</sup> GIRARD, Augustin. As investigações sobre as práticas culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (coord.). Para uma história cultural. Lisboa, Portugal: Editorial Estampa, 1998, p. 281-292.



brasileiros, e o aparecimento nos periódicos, nos dias seguintes, de matérias informando os dados oficiais dos museus brasileiros produzidos pelo IBGE, mas tal ação fica mais clara quando observamos a divulgação ocorrer após determinados eventos.

No caso de *Museums of Brazil* esse tema já foi tratado, mas ao longo de toda a década de 1950 ele também foi percebido. Já citamos que uma das percepções desencadeadas a partir de pesquisa realizada pelo ICOM ainda em fins de 1954, foi que o Brasil passava por um “surto de museus”, e esse tema foi se consolidando ao longo de 1955, com base na divulgação dos preparativos do I Congresso Nacional de Museus e a Campanha Internacional de Museus, realizados respectivamente em julho e outubro de 1956.

Dessa forma, imediatamente após a realização do I Congresso Nacional de Museus, no segundo semestre de 1956, encontramos a publicação do comunicado sobre a Rede Brasileira/Nacional de Museus em pelo menos 03 (três)<sup>395</sup> periódicos da capital federal, divulgando os dados coligidos e publicados pelo Serviço de Estatística da Educação e Cultura na última edição, até então, do folheto “Alguns Aspectos da Vida Cultural Brasileira”<sup>396</sup>, que apresentou dados relativos ao ano de 1951 que haviam já sido publicados no AEB 1953, indicando a existência no Brasil de 115 (cento e quinze) instituições museológicas, em dados já bastante defasados, mas ainda assim, defendidos por seus produtores como válidos.

O que chama a atenção sobre a divulgação desses dados em agosto, então, é que ela ocorreu exatamente após a realização de um evento no qual o número de

<sup>395</sup> Os periódicos seguem em ordem cronológica de publicação: Rede Brasileira de Museus. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXVI, n. 177, p. 11, 01 de agosto de 1956. Rede Brasileira de Museus. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 129, n. 257, p. 05, 02 de agosto de 1956; Rede Nacional de Museus. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, ano X, n. 2846, p. 02, 03 de agosto de 1956.

<sup>396</sup> Tal folheto faz parte de uma série publicada desde fins da década de 1940 pelo Serviço de Estatística da Educação e Saúde (SEES), e a partir de 1956, pelo Serviço de Estatística de Educação e Cultura (SEEC). Em 1950 o folheto foi nomeado “Alguns aspectos da vida cultural”, e, sobre os museus, trouxe os mesmos dados publicados no AEB 1949, base no ano de 1947. Já o folheto do ano seguinte, que recebe uma pequena adição em seu título, “Alguns aspectos da vida cultural brasileira” (1951), apresenta dados de museus do ano de 1948, já publicados no AEB 1950. Em 1952 foi publicada nova edição, cujos dados de museus se referem ao ano de 1950, publicados no AEB 1952. Em 1954, sendo essa a edição citada nos periódicos em agosto de 1956, mais uma edição, dessa vez trazendo dados sobre o ano de 1951, publicados no AEB 1953. A partir de 1956 a publicação recebeu o título de “Aspectos estatísticos da vida cultural brasileira” (1956), apresentando dados de museus com base no ano de 1952 que já haviam sido publicados no AEB 1954. Os mesmos dados de 1952 seriam mais uma vez publicados no nº 02 do folheto, editado em setembro de 1958. Tais folhetos (com exceção dos volumes de 1952 e 1954) foram consultados a partir de digitalizações realizadas e disponibilizadas na Biblioteca Digital da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), entidade vinculada ao Governo do Estado de São Paulo. Disponíveis em <http://bibliotecadigital.seade.gov.br/> Acesso em julho de 2019.

museus brasileiros foi debatido, sem nenhuma dúvida pela obra de José Mário Alves da Silva, mas possivelmente também por Trigueiros, que já havia publicado seu livro quando ocorreu o I CNM, bem como não podemos descartar que a própria ONICOM tenha apresentado dados próprios. Não por acaso, o uso do termo “rede” para referir-se ao conjunto de museus brasileiros foi sistematicamente difundido nos materiais de divulgação do I CNM, que propagou ser um dos objetivos de sua realização, “dinamizar a rede de museus brasileiros”.

Da mesma forma, no período antes e após a realização da Campanha Internacional de Museus, entre 06 e 14 de outubro de 1956, foi observado que o mesmo comunicado foi publicado em pelo menos 04 (quatro) periódicos<sup>397</sup>. Ao mesmo tempo, foi possível também perceber que o comunicado fora atualizado, trazendo os dados que haviam sido publicados pela SEEC, no mesmo mês, no folheto “Aspectos estatísticos da vida cultural brasileira”<sup>398</sup>, sendo tal comunicado publicado em pelo menos 05 (cinco) periódicos no mês de outubro de 1956.

O indício de que essa foi uma ação programada pelo SEEC/IBGE aparece quando observamos que o número de museus noticiado é de 137 (cento e trinta e sete) museus, segundo dados de 1952. O número apresentado nas várias publicações do IBGE, no entanto, é 131 (cento e trinta e um), o que lança a possibilidade de um erro de redação no comunicado que foi enviado à imprensa para publicação.

Outro elemento indiciário de que os jornalistas, se tiveram acesso ao folheto, não o leram com atenção, é que apesar de trazer as mesmas tabelas publicadas desde o AEB 1954, há uma nota inédita (SEEC, 1956, p. 43)<sup>399</sup> em relação às outras publicações, informando que ainda em 1955 já existiam 170 museus em

---

<sup>397</sup> 115 museus no Brasil. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, ano LVI, n. 19.491, p. 18, 1º caderno, 07 de outubro de 1956; 115 museus no Brasil. O Estado, Florianópolis, ano XLIV, n. 12.567, p. 07, 16 de outubro de 1956; Rede brasileira de museus. Folha Mineira, Juiz de Fora, ano XXIII, n. 2630, p. 03, 17 de outubro de 1956; Rede brasileira de museus. Diário da Tarde, Curitiba, ano 58, n. 20.206, p. 02, 27 de outubro de 1956.

<sup>398</sup> Os dados publicados em 1956, referindo-se ao ano de 1952, anteriormente veiculados no AEB 1954 foram encontrados em pelo menos 05 (cinco) periódicos, ainda em outubro de 1956: Brasil com 137 museus. Diário Carioca, Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 8.666, p. 02, 12 de outubro de 1956; Existem no Brasil 137 museus. A Noite, Rio de Janeiro, ano XLV, n. 15.447, p. 02, 2º caderno, 18 de outubro de 1956; Existem no Brasil cento e trinta e sete museus. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, ano XXVII, n. 10417, p. 05, 4ª seção, 21 de outubro de 1956; Museus do Brasil. Imprensa Popular, Rio de Janeiro, ano IX, n. 1.946, p. 04, 23 de outubro de 1956; e, 137 museus no Brasil. O Estado, Florianópolis, ano XLIV, n. 12.576, p. 05, 26 de outubro de 1956.

<sup>399</sup> Secretaria de Estatística da Educação e Cultura do MEC. Aspectos estatísticos da vida cultural brasileira. Rio de Janeiro: MEC/SEEC, 1956.

franqueados ao público no Brasil<sup>400</sup>. Entendemos que essa foi uma estratégia da SEEC, na impossibilidade de atualizar as tabelas, inserir uma informação mais *atual* sobre as estatísticas dos museus brasileiros.

Assim, podemos verificar a ação divulgadora do IBGE de seus próprios dados em alguns momentos, em um embate midiático — completamente velado, sem dúvida — sobre quem teria a autoridade para falar sobre os dados estatísticos dos museus brasileiros. Não achamos que seja acaso, também, tal atuação do IBGE, no sentido que o Ministério das Relações Exteriores, o IBICC e o CBPE foram grandes parceiros na realização de tais eventos.

Objetivamente, entre 12 de novembro de 1955 e 04 de julho de 1958, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil era ninguém menos que José Carlos de Macedo Soares, que houvera sido presidente do IBGE de maio de 1936 a janeiro de 1951, quando foi substituído por Polli Coelho, desencadeador da crise da estatística. Ele ainda acumulou os dois cargos entre novembro de 1955 e maio de 1956. Assim, não é de surpreender a atenção dada pelo IBGE aos dados relacionados aos museus brasileiros, em um contexto de amplo destaque das instituições museológicas brasileiras no próprio país e no exterior.

Dessa forma, os sujeitos envolvidos no desenvolvimento (desde à criação ao aprimoramento do conhecimento teórico e técnico aplicado no dia a dia das instituições) dos museus brasileiros ao longo da década de 1950 estiveram frequentemente em contato com os setores de relações internacionais brasileiros e de produção estatística oficial, propiciando uma ampla produção de dados sobre as instituições brasileiras.

Tais informações foram, ao longo da década, utilizados para embasar argumentos como a necessidade de profissionalização dos trabalhadores do setor, os valores culturais dos museus na sociedade brasileira, divulgar a imagem de um país civilizado — ou, em desenvolvimento — no exterior, melhor formação técnico-profissional, a ampliação de acervos, promover o turismo, a criação de novos museus, a legitimação de setores anteriormente não priorizados — como o da arte moderna, com sua ascensão demarcada ao longo da década de 1950 — entre diferentes temas.

---

<sup>400</sup> Por não terem sido publicados dados sobre museus relativos ao ano de 1955, não descartamos que tal nota se refira aos dados publicados no arrolamento realizado por Trigueiros (1956).

As informações produzidas em âmbito oficial também passaram por momentos de descrédito, e não apenas em relação aos museus, mas que nesse setor, encaminhou a busca por dados para além daqueles produzidos oficialmente — mas sem descartar todo o trabalho já produzido pelo setor estatístico oficial, considerando que a maioria das obras aqui citadas — com exceção daquela empreendida por José Mário Alves da Silva, que afirmava ter sido uma iniciativa de pesquisa individual — se utilizaram de dados produzidos pela SEES, SEEC e divulgadas pelo IBGE.

Pode-se, assim, observando a profusão dos dados produzidos, imaginar que além de ter sido esse período uma “era de ouro” da criação de museus, como consolidada na memória da museologia brasileira, também foi uma “era de ouro” na produção de dados quantitativos sobre tais instituições, e também entendemos ter ocorrido uma “corrida pelos dados”, observando que sempre após a divulgação de dados produzidos por outros sujeitos — institucionais ou individuais — o campo estatístico visou demarcar seu lugar como polo privilegiado para a produção de tais informações.

No entanto, após a realização do Seminário Regional da UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus, tal interesse arrefeceu, no Brasil, a despeito dos interesses internacionais na continuidade da produção de dados, ocasionando um hiato na produção dessas informações por outros sujeitos além do IBGE até 1972, quando Fernanda de Almeida e Camargo coordena a primeira edição seu Guia dos Museus do Brasil, que seria reeditado em 1978 sob a coordenação de Maria Eliza Carrazzoni.

Nesse íterim, o SEEC e o IBGE permaneceram em seu consolidado processo de compilação e divulgação de dados estatísticos brasileiros, inclusive colaborando em âmbito internacional com a UNESCO na divulgação dos dados dos museus brasileiros.

No entanto, quantificar os dados sobre os museus brasileiros, não foi, de todo, uma prioridade do IBGE já a partir da metade da década de 1950 em diante, ocasionando que tais informações tivessem seu caráter desatualização ainda mais acentuado — foram apenas 02 (dois) os AEB (1965 e 1968) com dados inéditos sobre os museus, e não parecem ter alcançado o campo museal, eventualmente seu conhecimento permanecendo restrito ao campo estatístico ou umas poucas repartições públicas.

## 6. UM EPÍLOGO, OU, O OCASO DAS ESTATÍSTICAS MUSEAIS

Como temos visto, devido às interações ocorridas entre os campos museal, estatístico e da cooperação intelectual internacional, o ano de 1958, é, portanto, considerado o zênite do processo de produção e circulação de informações sobre os museus brasileiros com tais características, e, após a realização do Seminário do Rio, é iniciada uma etapa neste processo que consideramos conduzir ao ocaso das estatísticas museais no Brasil, no sentido em que ao longo da década de 1960 teremos um dos maiores vazios temporais relativos à produção de informações sobre museus por meio do setor estatístico federal, sem que isso signifique, entretanto, que não tenha havido demandas e tentativas de sua produção por outros agentes, ao mesmo tempo que o campo museal expandiu-se com ainda mais intensidade no país.

Destacamos que ainda antes da realização do Seminário do Rio, foi divulgado pela UNESCO o *Preliminary Report on Museum Statistics*<sup>401</sup>, publicado em janeiro de 1958. Nesse relatório são apresentados dados estatísticos de museus referentes a 20 (vinte) países<sup>402</sup>, em um trabalho acumulado desde o início dos anos 1950, fruto da colaboração da UNESCO com seus estados membros. Nele são apresentados, no caso do Brasil, uma série composta pelos dados publicados pelos AEB 1949, 1950, 1952, 1953 e 1954. A próxima tabela, de número 5, foi produzida com base na organização realizada pela UNESCO em 1958.

É interessante observar que a despeito das críticas realizadas no início da década de 1950 sobre a desatualização dos dados pelo IBGE, no caso dos museus, esse é um período de intensa divulgação de dados relativamente atualizados, mas, cuja prática posterior passará a enquadrar-se exatamente na crítica realizada, observando que após o AEB 1954, seriam publicados 06 (seis) AEBs até 1960, e apenas um deles traria dados inéditos, o de 1959, com dados relativos a 1958. No AEB 1956 foram republicados os dados relativos a 1952, enquanto os AEBs dos anos de 1955, 1957 e 1958 não trouxeram dados sobre o tema.

---

<sup>401</sup> UNESCO. Preliminary report on museum statistics – UNESCO/ST/R/1B. 1958, 28p.

<sup>402</sup> Foram países que tiveram suas estatísticas divulgadas nesse relatório os seguintes: Áustria, Brasil, Canadá, Ceilão, Checoslováquia, Dinamarca, Egito, República Federativa da Alemanha, Iraque, Itália, Japão, Holanda, Peru, Polônia, Portugal, Espanha, Suécia, União da África do Sul, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e Iugoslávia.

Os dados apresentados na tabela da UNESCO nos ajudam a compreender — da mesma forma que a Tabela 4, apresentada no tópico anterior — que não era injustificada a percepção de um “surto de museus” ocorrido no Brasil entre o fim da década de 1940 e o início da década de 1950, observando haver um crescimento de 58% no número de museus em apenas 05 (cinco) anos. Se compararmos, ainda, os dados oficiais de 1948, com aqueles de 1958, publicados no AEB 1959, tal crescimento representa um avanço de 93% em uma década. Também o crescimento dos museus de arte entre 1948 e 1950, numa taxa de 100%, fortalece a percepção do “surto de museus” especificamente voltados à arte, ainda que seus números naturais sejam relativamente pequenos.

Gostaríamos de chamar atenção, ainda, aos dados sobre visitação coligidos pelo IBGE e seriados pela UNESCO, no sentido que eles ajudam a elucidar também o desenvolvimento de uma prática mais atenta ao registro de visitantes pelos museus, considerando que a cada ano aumenta o número de instituições que registram seus visitantes. Mas, mais que isso, destacamos ser possível verificar que quando separados por tipologias, os museus de ciência estão em segundo lugar em quantidade total de instituições, estando da mesma forma, em segundo lugar em quantidade de visitantes.

Mas, quando atentamos aos números, observamos que a diferença entre o número de visitantes de museus ditos gerais e aqueles de ciência é quase ínfimo, de apenas 1.000 visitantes, ao mesmo tempo que esses últimos representam apenas um terço do número de museus gerais, dessa forma demonstrando serem os museus de ciência aqueles mais procurados naquele momento, e que, somados todos os visitantes dos museus de arte, históricos e outros — em um total de 39 (trinta e nove) instituições, não seria possível alcançar o nível de visitação encontrado nos museus de ciência brasileiros, em número de apenas 16 (dezesesseis).<sup>403</sup>

---

<sup>403</sup> A tese de doutorado de Maria Esther Alvarez Valente nos ajuda a compreender o papel desempenhado pelos museus de ciência e tecnologia ao longo das décadas de 1950 e 1970 no Brasil. Cf. VALENTE, Maria Esther Alvarez. *Museus de Ciências e Tecnologia no Brasil: uma história da museologia entre as décadas de 1950-1970*. Tese (Doutorado em Ciências). Universidade de Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

Tabela 5 — Dados dos museus brasileiros produzida a partir de *Preliminary Report on Museum Statistics* (1958)

<b>Classificação</b>	<b>1947</b>	<b>1948</b>	<b>1950</b>	<b>1951</b>	<b>1952</b>
<b>Total de museus</b>	83	90	102	115	131
<b>a) Por localização</b>					
<b>1. Em capitais</b>	47	52	59	60	63
<b>2. Outros museus</b>	36	38	43	55	68
<b>b) Pela dependência administrativa</b>					
<b>1. Museus públicos</b>	51	54	58	61	64
<b>2. Museus privados</b>	32	36	44	54	67
<b>c) Pelo tipo de coleções</b>					
<b>1. Museus gerais</b>	28	29	35	36	61
<b>2. Museus de arte</b>	06	07	14	17	14
<b>3. Museus históricos</b>	26	27	27	32	13
<b>4. Museus de ciência</b>	23	23	26	28	16
<b>5. Outros museus</b>	—	04	—	—	12
<b>6. Desconhecido</b>	—	—	—	—	15
<b>Visitantes</b>					
<b>Museus informantes</b>	71	85	91	99	104
<b>Número de visitantes (000)</b>	1,013	1,203	1,576	1,624	1,226
<b>Visitantes em 1952 com base na tipologia dos museus</b>					
<b>Categoria do museu</b>	<b>Número total de museus</b>		<b>Número de visitantes (000)</b>		
<b>Total</b>	104		1,226		
<b>Museus Gerais</b>	49		407		
<b>Museus de Arte</b>	14		173		
<b>Museus Históricos</b>	13		205		
<b>Museus de Ciência</b>	16		406		
<b>Outros museus</b>	12		35		

Fonte: UNESCO. *Preliminary report on museum statistics* — UNESCO/ST/R/1B. 1958.

Mas mais importante que os dados apresentados, que nós já conhecemos, a sua introdução do *Report* nos apresenta um quadro que pode indicar alguns elementos do subsequente abandono da busca periódica por dados estatísticos sobre os museus brasileiros<sup>404</sup>, em um movimento que não foi particular ao Brasil.

Assim, o relatório informa que desde a primeira vez que editou uma publicação que tivesse dados de museus, *Basic Facts and Figures*, em 1952, o valor desses dados estatísticos foi debatido, com argumentos afirmando que as

<sup>404</sup> Afirmamos tal abandono no sentido de que após a publicação das obras de Trigueiros (1958) e Guy de Hollanda (1958), a próxima obra produzida externamente ao setor estatístico federal só viria a público em 1972, e que ao longo de toda a década de 1960, apenas os AEB 1965 e 1968 trouxeram dados inéditos sobre os museus brasileiros.

estatísticas não tinham como demonstrar a importância cultural de tais instituições e o escopo de suas atividades, principalmente em uma escala internacional, sendo por isso inúteis para o campo (UNESCO, 1958, p. 03).

Nesse sentido, há concordância, por parte da UNESCO de que, de fato, os valores culturais dos museus não poderiam ser medidos meramente por estatísticas. Mas, questiona, se há valor nos dados estatísticos de outros produtos ou instituições culturais, como bibliotecas, livros, filmes, jornais etc. por qual motivo não haveria valor nos dados sobre museus?

Para defender seu ponto de vista, é afirmado que muitos países já publicavam sistematicamente estatísticas de seus museus<sup>405</sup>, e que os problemas advindos da comparação internacional poderiam ser sanados com a adoção, por parte dos diversos países-membro da UNESCO, de um padrão internacional na coleta e publicação de dados de museus, da mesma forma que ocorreu com outros setores da cultura que já possuíam dados estatísticos consolidados, e, assim, confiáveis<sup>406</sup>.

Não obstante a defesa realizada pela UNESCO na produção de dados estatísticos sobre os museus e na padronização desses dados por parte dos países-membro, passando publicá-las no UNESCO *Statistical Yearbook*<sup>407</sup>, cujo número

---

<sup>405</sup> Com todas as críticas que possam ser feitas ao trabalho do IBGE, sem dúvida o Brasil estaria entre esses países que desenvolveram um processo de coleta e divulgação sistemática dos dados dos museus brasileiros, mesmo que não tenha havido uma padronização dessa coleta, nem uma periodicidade homogênea na publicação desses dados.

<sup>406</sup> A UNESCO ainda produziu duas obras na década de 1960 que buscaram apresentar dados sobre os museus latino-americanos. Em 1961, o Centro Regional da UNESCO para o Hemisfério Ocidental, situado em Havana, Cuba, publicou o “Guia de los museus de Costa Rica, Chile, Ecuador, Guatemala, Haiti, Honduras, Paraguay, Uruguay y Venezuela. Edición preliminar a un Guía de museus de la América Latina”, que não contou com dados sobre os museus brasileiros. Tais dados seriam, todavia, apresentados na edição definitiva, publicada sob o título “Guia de museos de la América Latina”, em 1963. Não foi possível consultar uma cópia física do título, sendo encontradas duas cópias no Brasil, uma localizada na Biblioteca Nacional (RJ) e outra na Biblioteca da Universidade de São Paulo (SP). No entanto, há indícios de que o Brasil teve seus dados publicados na obra de 1963, com base em versão digital disponibilizada pelo *Hathi Trust*, que permite apenas a pesquisa de conteúdo, indicando que o termo “Brasil” é localizado três vezes na página 03, na mesma página foram encontradas 48 (quarenta e oito) entradas para o termo “Rio de Janeiro”.

<sup>407</sup> As edições do Anuário Estatístico da UNESCO foram consultadas a partir de acervo salvaguardado na Biblioteca Nacional de Portugal. Tal coleção não se encontra completa, com a ausência da primeira edição, referente ao ano de 1963, assim como as edições de 1968 e 1974. A instituição brasileira que localizamos ter uma coleção ampla desse periódico, com menos lacunas, por meio do Catálogo Coletivo Nacional de Publicações, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (CCN/IBICT), foi o Centro de Informação e Documentação em Educação (CIDOC), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas em Educação Anísio Teixeira (INEP), localizada em Brasília, DF.



inaugural se referiu ao ano de 1963, pouco mais de uma década depois, em seu volume referente ao ano de 1974, a publicação desses dados foi descontinuada<sup>408</sup>.

É possível afirmar que o Brasil teve os dados de seus museus publicados em quase a totalidade dos Anuários da UNESCO que apresentaram dados sobre museus — com exceção daqueles que já informamos não ter sido possível a consulta, no entanto, a principal característica desses dados foi a desatualização deles<sup>409</sup>, sendo inclusive esse o motivo de os dados dos museus brasileiros não terem sido publicados no Anuário de 1973<sup>410</sup>.

Não obstante o espaçamento maior entre a publicação de dados inéditos sobre os museus brasileiros pelo IBGE — após o AEB 1959, com dados do ano anterior, o AEB 1965 trouxe dados referentes a 1963, e o AEB 1969 apresentou dados sobre 1967, essa foi uma década na qual os dados tornaram-se mais complexo, apresentando temas que já eram questionados aos museus desde a década de 1940, mas que não eram tratados e divulgados para público, e correspondendo às expectativas apresentadas ainda durante a realização do Seminário da UNESCO em 1958, com algumas questões passando a figurar ao longo das próximas décadas nos AEB.

Assim, destacamos aquelas que achamos mais relevantes, como os dados sobre o pessoal empregado, observando a defesa da profissionalização dos museus, tema que figurará nos AEB a partir de seu volume de 1959 até o AEB 1987–1988.

A partir desse gráfico podemos observar que, assim como o número de museus brasileiros cresceu, também aumentou o número de profissionais nessas instituições. No entanto, podemos avaliar que entre os dados de 1958 e 1967 houve um aumento seguido de queda no número desses profissionais.

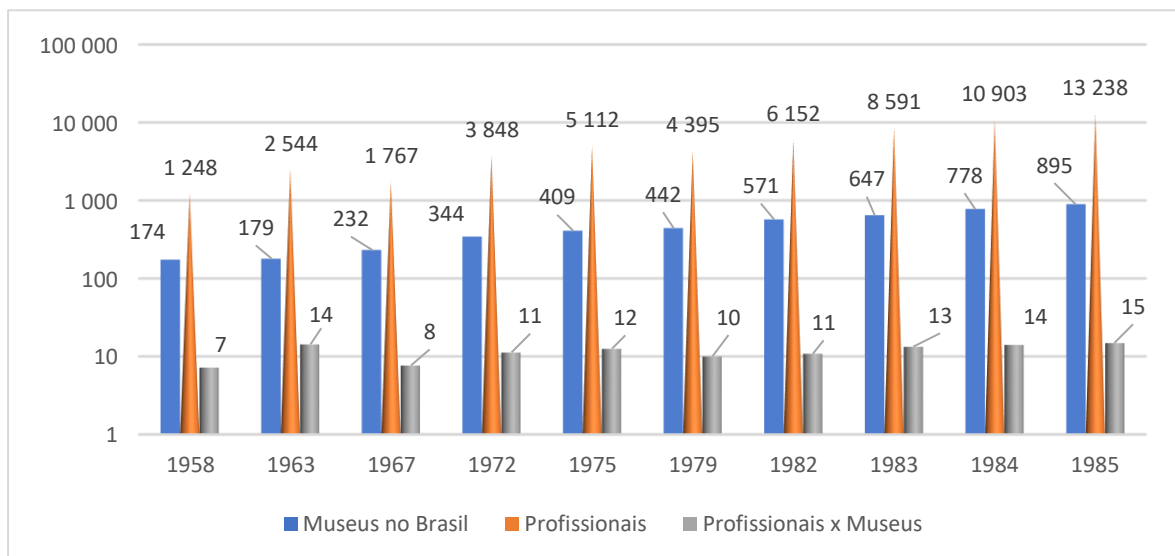
---

<sup>408</sup> Devido à ausência do volume referente ao ano de 1974, não foi possível verificar se os dados publicados nesse volume trariam as informações acerca do ano de 1972, publicados no AEB 1973. No entanto, no *UNESCO Statistical Yearbook 1975* há uma nota, na página 11, informando que no volume anterior a publicação das tabelas sobre museus – entre outras – havia sido descontinuada, informando também que tal volume apresentou dados sobre os profissionais de museus.

<sup>409</sup> Segue a lista dos anuários, e os ano-base dos dados sobre museus brasileiros publicados: 1964) 1951, 1958; 1965) 1958; 1966) 1958; 1967) 1958; 1969) 1967; 1970) 1967; 1971) 1967; 1972) 1967. Deve ser ressaltado que quando é publicado o Anuário de 1967 há uma defasagem de quase 10 anos nos dados brasileiros, sendo o Brasil, entre todos os países listados na tabela, o mais defasado.

<sup>410</sup> Há uma nota introdutória à tabela de museus que informa terem sido suprimidos os dados de países que fossem anteriores a 1968 – cinco anos de defasagem, e o último ano-base das estatísticas oficiais sobre museus brasileiros datava de 1967.

Gráfico 8 — Museus brasileiros e seus profissionais (1958–1985)



Fonte: IBGE. AEB 1959, 1965, 1969, 1973, 1979, 1981, 1984, 1985, 1986 e 1987–1988.

Acreditamos que o aumento no número de profissionais verificado em 1963 seja decorrente de todas as ações empreendidas ao longo da década de 1950 na defesa da profissão de conservador/museólogo, bem como das campanhas para a valorização dos museus. No entanto, a queda no número de profissionais pode ser atribuída à crise política e econômica na qual o Brasil mergulhou após o fim do governo de Juscelino Kubitschek, que culminou no golpe civil-militar de 1964.

Essa foi uma década de intensas disputas, e a cultura não ficaria de fora, mas se em um primeiro momento o governo civil-militar não tinha a cultura como um eixo prioritário de ação, a criação do Conselho Federal de Cultura, em 1966, seria o pontapé que faltava para a retomada das rédeas das políticas culturais no Brasil<sup>411</sup>.

Não achamos que seja por acaso que sejam os dados do ano de 1967 aqueles que apresentem a menor proporção de trabalhadores nos museus brasileiros. No fim da década de 1960, diferentemente da década anterior, havia a percepção de que os museus brasileiros passavam por uma crise.

<sup>411</sup> O Conselho Federal de Cultura foi criado por meio do Decreto-Lei nº 74, de 21 de novembro de 1966, sendo instalado em fevereiro do ano seguinte. Há uma vasta bibliografia sobre o CFC, sendo sugerida a leitura de alguns textos mais diretos sobre o assunto. Cf. CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. Anais do III ENECULT, Salvador, Bahia, 2007.; CALABRE, Lia. Intelectuais e Política Cultural: o Conselho Federal de Cultura. Ata do Colóquio Intelectuais, Cultura e Política no Mundo Ibero-Americano, Rio de Janeiro, RJ, 2006.

Essa percepção passou a ser disseminada principalmente nos círculos de arte, como no Colóquio de Museus de Arte<sup>412</sup>, cuja primeira edição ocorreu entre os dias 27 e 28 de setembro de 1966<sup>413</sup>, no Museu de Arte Contemporânea, em São Paulo, dirigido no momento por Walter Zanini<sup>414</sup> e cujas informações foram amplamente repercutidas nos periódicos nacionais.

Frederico Moraes relata que a fala de Zanini, abrindo o Colóquio, centrou-se num diagnóstico da situação dos museus de arte brasileiros, que “[...] a maioria esmagadora não possui instalações condignas, meios para a conservação e desenvolvimento de seus patrimônios artísticos, pessoal habilitado e recursos para cumprir as tarefas educacionais e culturais” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 20-10-1966, p. 15).

À fala de Zanini secundou a concordância dos presentes, que debateram sobre a situação do Museu de Arte de Belo Horizonte, do Museu de Arte Moderna de Florianópolis, do Museu de Arte do Paraná, e daquele de São Paulo, sendo representado pelo seu diretor Pietro Maria Bardi.

Além de realizar um diagnóstico da própria instituição, Bardi chamou a atenção para o fato de que as vagas de trabalho — e aqui não podemos inferir se ele se refere aos cargos de direção ou, em geral — nos museus brasileiros estavam sendo ocupadas a partir de critérios extraprofissionais, e que tais designações estariam “[...] servindo de meio de promoção social a indivíduos que ocupam cargos apenas por uma questão de prestígio e proveito pessoal” (Idem).

À avaliação de Bardi ainda se somou a de Zanini, que fez críticas à condução da arte e da cultura por parte dos órgãos federais, acusando o Ministério da Educação e Cultura de omissão ante aos vários problemas do setor, inclusive

---

<sup>412</sup> Da mesma forma que os Congressos Nacionais de Museus e os Seminários Regionais/Internacionais, os Colóquios de Museus de Arte serão abordados na próxima parte desta pesquisa de modo mais aprofundado, sendo aqui realizada apenas uma apresentação contextualizada.

<sup>413</sup> O jornalista apresentou um relato do Colóquio de Museus de Arte em sua coluna Artes Plásticas, indicando a participação dos seguintes: Pietro Maria Bardi, diretor do MASP; Ulpiano Bezerra de Meneses, diretor do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP (MAE/USP); Lourdes Amarim Cedran, do Museu de Arte Contemporânea de Campinas; Conceição Piló, conservador do Museu de Arte de Belo Horizonte; Carlos Scarincci, diretor do Museu de Arte do Rio Grande do Sul; Carlos Humberto Correia, diretor do MAM de Florianópolis, SC; Ênio Marques Ferreira, diretor do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação do Paraná; Flávio Mota e Araci Amaral, além do próprio Walter Zanini. MORAIS, Frederico. Artes plásticas – Museus brasileiros em crise. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, ano XXXVII, n. 13.473, p. 15, 20 de outubro de 1966.

<sup>414</sup> Walter Zanini (1925-2013) foi um professor universitário, crítico de arte e historiador da arte.

que o MEC sequer teria um cadastramento dos museus brasileiros<sup>415</sup>. Também a Divisão Cultural do Itamarati, instituição outrora prestigiada em todos os setores culturais brasileiros, recebeu seu quinhão de críticas, quando Zanini informou que não conseguia “sequer obter resposta para sua correspondência” a esse setor.

Como decorrência dos debates realizados no evento, Frederico informa que seria dada a continuidade a realização de mais edições do Colóquio, a organização de um Curso Intensivo de Museologia, que teria como professores alguns dos participantes do evento, a formação de uma comissão para avaliar a possibilidade de criar uma Federação de profissionais de museus de arte, e por fim, definiu-se que Walter Zanini iniciaria uma pesquisa na qual deveriam ser arrolados os museus<sup>416</sup> e coleções de arte brasileiros — e em breve voltaremos ao assunto.

Com base nas discussões realizadas nesse evento, foi efetivamente criada a Associação dos Museus de Arte do Brasil (AMAB)<sup>417</sup>, que passou a integrar o rol de instituições culturais da sociedade civil que militavam, entre outros temas, pelos museus, e iniciada a pesquisa cujo objetivo seria cadastrar museus e coleções de arte do Brasil. Diz matéria publicada no *Jornal do Brasil*<sup>418</sup> que a pesquisa, além de cadastrar, teria como objetivo produzir um estudo histórico e sociológico sobre os museus brasileiros — não apenas os de arte —, e que tal estudo auxiliaria a melhor compreender a situação pela qual passavam os museus brasileiros.

A pesquisa seria concluída com o levantamento também da legislação brasileira referente aos museus e as atividades artísticas no país. Segundo diz a matéria, além de ajudar a compreender a situação pela qual passavam os museus naquele momento, a finalidade do estudo seria:

---

<sup>415</sup> LAUS, Henry. Crítica aos órgãos de cultura. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXXV, n. 258, p. 02, caderno B, 02 de novembro de 1966.

<sup>416</sup> A jornalista Maria Carmen, do *Diário de Pernambuco*, informa que teria partido de Pietro Maria Bardi a necessidade de ser realizado um “levantamento amplo, minucioso e honesto” das condições em que se encontravam os museus. Não fica claro, no momento, se o levantamento seria de todos os museus brasileiros, apenas os museus de arte, ou até mesmo apenas aqueles cujos representantes participaram do Colóquio. *Diário de Pernambuco*. Colóquio de Museus de Arte. 01-01-1967, p. 02.

<sup>417</sup> A associação foi criada em 1967, atuando no primeiro semestre desse ano ainda informalmente nas dependências do MAC/USP, e teve sua primeira diretoria aprovada durante o III Colóquio de Museus de Arte, realizada em setembro de 1968 em Florianópolis, Santa Catarina, sendo presidida por Walter Zanini.

<sup>418</sup> Associação cadastra os museus. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, LXXVII, n. 95, p. 10, 27 de julho de 1967.

[...] alertar os poderes públicos para a crise em que estão os museus, procurando vincular sua programação ao plano cultural agora elaborado pelo Conselho Federal de Cultura e estabelecer relações mais claras e objetivas com o Itamarati. (JORNAL DO BRASIL, 27-07-1967, p. 10)

O questionário que embasou tal pesquisa foi elaborado ainda no primeiro semestre, sendo apresentado e aprovado na segunda edição do Colóquio, realizado em agosto de 1967, em Porto Alegre, sob patrocínio do Museu de Arte do Rio Grande do Sul<sup>419</sup>, mas naquele momento o foco da pesquisa ainda estava apenas nos museus de arte. A pesquisa continuou ao longo de todo o ano de 1967, sendo noticiado no início de 1968 que o Museu de Arte Contemporânea de São Paulo estava enviando a:

todos os museus brasileiros e entidades congêneres, um completíssimo questionário elaborado pela Associação dos Museus de Arte do Brasil, [e] com as respostas pretende fazer um levantamento, o mais completo possível, da situação museológica do país. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 09-01-1968, p. 03)<sup>420</sup>

Ao longo das edições subsequentes do Colóquio, realizado anualmente, é intensificada a demanda de maior participação dos museus de arte no financiamento realizado pela dotação orçamentária do Conselho Federal de Cultura, sendo, além do levantamento sobre os museus brasileiros, a relação entre museus e o governo alguns dos temas tratados na terceira edição do Colóquio, realizada em setembro de 1968<sup>421</sup>.

Não encontramos uma informação definitiva sobre a conclusão, ou publicação, do levantamento realizado pela AMAB, mas as suas demandas foram apresentadas, ainda em 1968, ao Conselho Federal de Cultura (CFC) sob a forma de sugestão para recuperação de diferentes museus brasileiros. Membro do CFC, vinculado à Câmara do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rodrigo Mello Franco solicitou à AMAB que esclarecesse quais eram os acervos ameaçados.<sup>422</sup> Não nos parece, no entanto, que o assunto voltou a ser tratado pelo CFC.

<sup>419</sup> II Colóquio dos Museus de Arte. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 140, n. 271, p. 04, 20 de agosto de 1967.

<sup>420</sup> MORAIS, Frederico. *Artes Plásticas – MAC: Atividades em 1967*. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XXXVIII, n. 13846, p. 03, 2ª seção, 09 de janeiro de 1968.

<sup>421</sup> Colóquio de museus. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXXVIII, p. 03, 14 de agosto de 1968; *Das artes*. *Jornal do Brasil*, ano LXXVIII, n. 181, p. 03, caderno B, 07 de novembro de 1968.

<sup>422</sup> Ata da 108.ª Sessão Plenária do Conselho Federal de Cultura, Realizada em 25 de outubro de 1968. *Cultura*, Rio de Janeiro, vol. 16, p. 99, outubro, 1968.

Ainda assim, pode-se supor que o trabalho realizado pelos membros da AMAB alcançou alguma ressonância tanto no setor estatístico federal, assim como no campo cultural.

Sobre o setor estatístico federal, afirmamos tal impacto, pois, a partir do AEB 1969, produzido com dados referentes ao ano de 1967, foram apresentados não apenas dados gerais sobre os profissionais de museus, mas também foi buscada a apresentação desses profissionais em diversas categorias, como podemos conferir no próximo gráfico.

Dessa forma, é possível avaliar, com base nos dados publicados no IBGE, a complexidade do trabalho profissional realizado nos museus brasileiros, por exemplo, quando observamos haver sempre mais cargos vinculados à direção das instituições do que o número total de museus. Esse dado indica a existência, além da direção-geral, de cargos diretores setorializados em alguns casos — mesmo que não seja possível afirmar que todos os museus arrolados tivessem um cargo de direção, sendo eventualmente subordinados a uma secretaria de Estado, ou a um chefe de repartição.

Também é possível observar que a partir dos dados de 1975, quando tal item passou a ser discriminado nos AEB, cada vez mais museólogos<sup>423</sup> passam a trabalhar nos museus brasileiros, em um desdobramento que sem dúvida auxiliou não apenas no desenvolvimento das instituições nas quais trabalhavam, mas também no fortalecimento de um campo específico do conhecimento, principalmente quando observamos que desde as demandas apresentadas na década de 1950, e também retomadas durante os Colóquios de Museus de Arte, na década de 1960–1970, era de que as instituições museológicas brasileiras contratassem profissionais detentores de um saber validado não apenas pela Universidade, mas pela disciplina museologia.

No entanto, permaneceu uma tendência, na qual a maioria dos trabalhadores dos museus brasileiros é enquadrada na categoria “administração”, e tal categoria, segundo consta nos AEB incluem não apenas os funcionários que realizavam serviço administrativo, propriamente dito — como secretários, atendentes

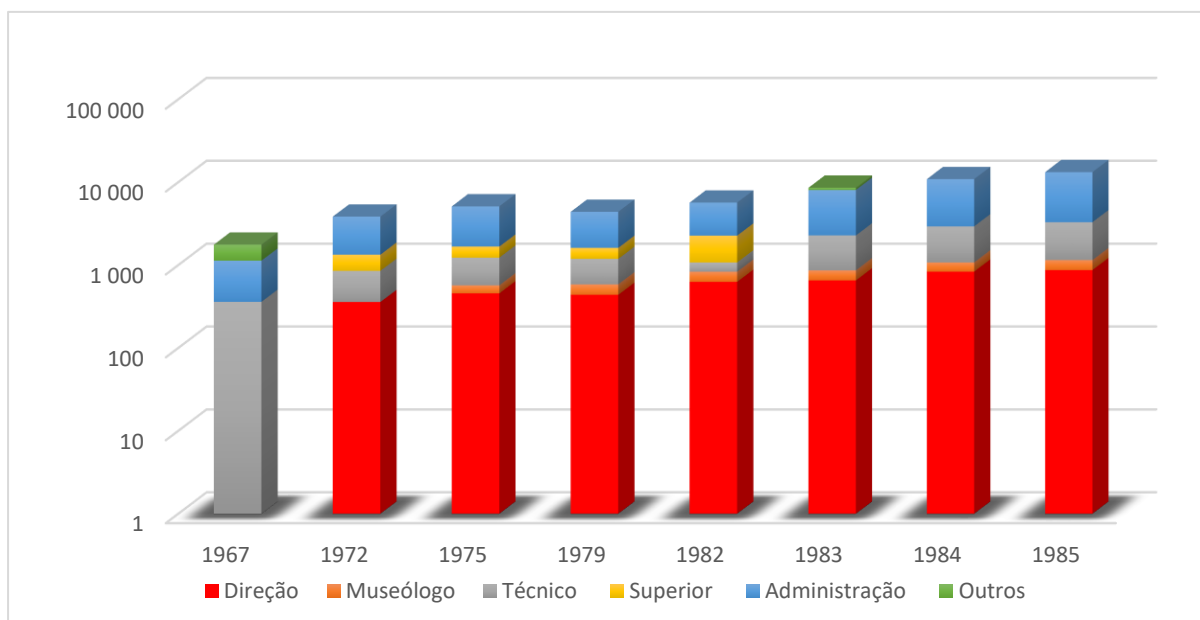
---

<sup>423</sup> E não podemos deixar de destacar a criação de cursos de graduação na área de Museologia em universidades brasileiras, como a ascensão ao nível superior, em 1951, do Curso de Museus originalmente criado no Museu Histórico Nacional, com posterior reformulação curricular em 1967 e a criação da graduação em Museologia, ocorrida em 1969, na Universidade Federal da Bahia.

e auxiliares, um serviço que não é a atividade-fim dos museus —, mas também incluía as áreas de manutenção, segurança, estagiários, entre outros.

Quando refletimos sobre esse último setor, analisamos ser exatamente na administração dos museus que há a maior taxa de contratação, podemos inferir que nesse período os maiores investimentos profissionais se deram nos âmbitos da manutenção e segurança do acervo, sem excluir os edifícios e a conservação cotidiana. Dessa forma, observa-se que tais níveis de contratação podem ter buscado contornar a crítica a qual se afirmava, ainda na década de 1960, de que os museus estavam em uma espécie de crise que se materializava pelas dificuldades na manutenção de seus prédios e seus acervos.

Gráfico 9 — Profissionais de museus por categoria x museus.



Fonte: IBGE. AEBs 1968, 1973, 1979, 1981, 1984, 1985, 1986, 1987–1988.

Mas a percepção de que o Estado brasileiro estava omissa em suas responsabilidades ante à cultura não foi uma prerrogativa apenas dos museus. Assumindo tais demandas como verdadeiras e de necessária remediação é que o Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho convocou os Governadores dos Estados a participar do Encontro sobre Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, realizado de 01 a 03 de abril de 1970, em Brasília, Distrito Federal, que teve como produto o documento Compromisso de Brasília<sup>424</sup>.

<sup>424</sup> A discussão sobre esse evento será aprofundada na próxima parte desta pesquisa. Seu relato foi publicado na edição 34, de abril de 1970, do periódico Cultura, editado pelo Conselho Federal de

Tal evento ainda teve uma segunda edição, realizada em Salvador, entre 25 e 29 de outubro de 1971, sob o título de II Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil, que teve como produto o documento “Compromisso de Salvador”<sup>425</sup>.

Por ora, tais eventos são de extrema relevância para o processo de quantificação e conhecimento do desenvolvimento dos museus brasileiros no sentido de que eles possibilitaram o apoio simbólico e financeiro no desenvolvimento da obra Guia dos Museus do Brasil, publicada em 1972.

Mas, entre a realização das duas edições dos “Encontros de Governadores”, ocorreu também o V Congresso Nacional de Museus, que teve lugar em Petrópolis, entre 05 e 10 de julho de 1970.<sup>426</sup>

Nesse evento, Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses debateu o problema da informação sobre os museus brasileiros, defendendo a necessidade de um intercâmbio de informações entre as instituições. No evento ele defendeu que era:

Necessário, sobretudo, para que nós saíamos do estágio e [em] que ainda nos achamos — de um conhecimento, meramente, empírico da realidade dos museus brasileiros. E, aqui, embora também se reconheça os percalços da estatística, me parece que sem um conhecimento verdadeiramente, científico dos museus do Brasil, não poderemos formular senão soluções de compromissos circunstanciais. (CFC, 1970, p. 15)<sup>427</sup>

Assim, foi sugerido que a Associação Brasileira de Museologistas (ABM)<sup>428</sup> deveria elaborar o “Guia Brasileiro de Museus”, que deveria ser publicado nos moldes da publicação intitulada Bibliotecas Especializadas Brasileiras, editada pelo

---

Cultura. Tal publicação encontra-se disponível para consulta na Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional. Disponível em <https://memoria.bn.br>.

<sup>425</sup> O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional publicou os Anais desse evento no número 26 da sua série “Publicações do IPHAN”, em 1973.

<sup>426</sup> O relato deste evento foi publicado no nº 01 do Boletim do Conselho Federal de Cultura (1971), publicação que substituiu a anterior “Cultura”, sendo editada até o fim da década de 1980. Sua coleção encontra-se disponível em versão digital na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional, excetuando-se os números 26, 27, e 67-73. Disponível em <https://memoria.bn.br>.

<sup>427</sup> Na intervenção de Ulpiano Meneses ainda houve a defesa da criação de uma política oficial de museus no Brasil, tema que será especificamente tratado na segunda e terceira parte desta pesquisa.

<sup>428</sup> A Associação Brasileira de Museologistas foi criada oficialmente em 1963, mas era ambicionada desde 1954, quando se iniciaram os preparativos para a realização do I Congresso Nacional de Museus. Seu percurso será abordado na próxima parte dessa pesquisa, visto que ao longo da segunda metade do século XX ela teve ampla participação na realização dos Congressos Nacionais de Museus.



Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), e era elaborada por meio de questionários enviados às bibliotecas. (CFC, 1970, p. 35)<sup>429</sup>.

Observamos que não é por acaso que Ulpiano Meneses tenha sugerido que se buscasse o desenvolvimento de um conhecimento científico — ou seja, sistemático, pautado em um método claro e referenciado a partir de um campo disciplinar — sobre os museus brasileiros. Como já apresentamos, ele foi um daqueles sujeitos diretamente ligados à realização dos Colóquios de Museus de Arte, que entre outras atividades, intentou realizar um levantamento sobre as informações dos museus brasileiros.

Assim, foi aprovada no V CNM, entre outras, a seguinte moção, de autoria de Lúcia Marques, Mercedes Rosa e Gisela Leite, respectivamente, Secretária de Educação e Cultura de Salvador–BA, diretora do Museu Costa Pinto e diretora do Museu do Estado da Bahia:

[...] 5. “Solicitar ao M.E.C., às Secretarias de Educação e Cultura dos Estados e aos Órgãos Culturais de cada Estado e Territórios que façam o levantamento dos seus Museus e Coleções Particulares, se possível, capital e interior, enviando ao Ministério da Educação e Cultura e à Associação Brasileira de Museologistas para que êstes façam uma publicação — edição em português de caráter popular e outra em 3 ou 4 línguas (espanhol, francês, inglês e alemão) para divulgação no estrangeiro, para distribuição em Embaixadas, Consulados, Companhias Aéreas, Marítimas e Rodoviárias e Agências de Turismo e postos à venda em aeroportos, estações marítimas, rodoviárias, etc., etc. (Idem, p. 45).

Como consequência das discussões empreendidas ao longo do fim da década de 1960, nos Colóquios de Museus de Arte e sua tentativa de realizar um levantamento dos museus brasileiros, bem como da acolhida, durante o V CNM, foi potencializada a produção do “Guia dos Museus do Brasil — Roteiro dos bens culturais brasileiros levantados em pesquisa nacional”, coordenado por Fernanda de Camargo e Almeida, que teve sob a sua supervisão as pesquisadoras Lourdes Maria Martins do Rêgo Novaes e Edna Palatnik Benoliel.

Esta obra marcará uma nova alvorada para a produção e circulação de informações sobre os museus brasileiros, seja no próprio território nacional ou alhures, em um complexo contexto de acentuação da perseguição política no Brasil, fruto da ditadura civil-militar em voga desde 1964, seguida do retorno da democracia

---

<sup>429</sup> Tal sugestão foi realizada por Neusa Dias de Macedo, identificada como professora de Bibliografia Especializada do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP).

ao longo da década de 1980 e da elaboração de políticas públicas para os museus brasileiros inseridas no bojo das políticas para o patrimônio cultural, mas este é assunto para outra investigação.

## 7. CONSIDERAÇÕES À GUIA DE ENCERRAMENTO

Como foi dito no início desta narrativa, iniciar um processo de escrita é difícil, mas mais ainda o é encerrá-lo. Há sempre aquela angústia de saber onde e quando parar. Entretanto, às vezes, somos, em verdade, parados como num sinal fechado a informar que de lá não podemos passar, sob pena de causar um acidente irremediável.

E, assim, encerremos. E o façamos, pois esta é uma história cuja narrativa está encerrada. Ao longo dos últimos 05 (cinco) capítulos foram apresentadas, questionadas e refletidas as ações de diversos sujeitos, categorizados como intelectuais, ou seja, trabalhadores que desempenham suas atividades remuneradas a partir mais do trabalho mental do que o físico-motor, para nos apropriarmos, talvez um tanto quanto ironicamente, de Gramsci (1982).

Tais trabalhadores, selecionados e analisados, estiveram envolvidos em um mesmo processo, ainda que tenham tido funções diferentes e figurado, alguns, em tempos diversos, outros já participaram da sua maior parte. Este processo foi o da produção e circulação de informações sobre os museus brasileiros, seja no interior do país, seja internacionalmente.

A determinação desse mesmo processo deu-se, não sem razão, com base na identificação do produto do trabalho desses intelectuais: as informações sobre os museus brasileiros. Assim, o movimento realizado foi, em verdade, do produto ao produtor, portanto, para circunscrever o processo analisado foi necessário que, de antemão, nosso olhar estivesse com suas balizas limitadoras fluidas.

Portanto, quem lê, sem dúvida alguma, percebeu que apesar de termos compreendido nossa análise entre os anos de 1927 e 1958, foi necessário tanto que recuássemos no tempo em nossa narrativa, quanto, da mesma forma, avançássemos, de modo a demonstrar as particularidades do período em cuja análise se centrou.

Assim, ao longo do primeiro capítulo desta investigação foi identificado que apesar do *desejo de conhecer* os museus brasileiros existisse em território nacional desde a década de 70 do século XIX, havendo inclusive tentativas no período em mapear tais instituições, os produtos gerados por esse trabalho não produziram ecos na sociedade ou mesmo entre os museus existentes no período.

Com o apoio da bibliografia especializada foi ressaltado que, relativamente às interações em escala internacional, os museus brasileiros — notadamente aqueles museus de história natural, como o Museu Paraense Emílio Goeldi, o Museu Nacional e o Museu Paulista — já participavam das redes de intercâmbios de peças, informações e pessoas interessadas no assunto. Ainda assim, tais redes podem ser consideradas como “ponto-a-ponto”, nas quais cada instituição tem suas interações isoladas uns dos outros, eventualmente havendo sobreposições.

A investigação demonstrou que o fim dos anos 1920 foi marcado pelo início do processo de estruturação das redes de cooperação intelectual de matriz transnacional, mediadas por organizações internacionais multilaterais, o que não significa dizer que as relações desenvolvidas no interior dessas redes fossem, de todo, equânimes.

Foi verificado que neste mesmo contexto, devido a interesses geopolíticos diversos, houve a intensificação do processo de produção de informações sobre as Estados-Nação em uma matriz estatística que pretendia ser tanto uma ferramenta de gestão dos Estados, como uma forma de compartilhar conhecimento sobre os diferentes povos do mundo, na defesa da ideia de que o acesso a tais dados poderia potencializar a busca pela paz, objetivo da Sociedade das Nações e de seu braço executivo para os assuntos da intelectualidade, o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual.

Também foi possível apreender que apesar dos esforços, seja do Delegado do Brasil no IICI, Elyseu Fonseca de Montarroyos, seja de outros trabalhadores, como Giuseppe Prezzolini, este foi um momento de baixa adesão aos desígnios da Cooperação Intelectual Internacional no Brasil, especificamente acerca das informações sobre os museus — apesar de não ser, entretanto, uma realidade exclusiva do país.

Não sem razão, os diálogos possíveis entre as instituições brasileiras e internacionais até meados da década de 1930 foram pautadas principalmente por silêncios, ou, quando muito, murmúrios e balbucios sem continuidade ou complexidade.

Considerando exatamente a existência — e a permanência — das redes ponto-a-ponto, foi também possível verificar a circulação de informações sobre museus brasileiros ainda como fruto dessas redes, no que podemos destacar a viagem de Laurence Vail Coleman ao Brasil e as apropriações do produto de seu

trabalho, o *Directory of South American Museums* por Mário Melo, Secretário Perpétuo do IAHGP, no estado de Pernambuco.

Foi possível avaliar a adequação de nossa baliza inicial, o ano de 1927, como um marco transnacional da produção e circulação de informações sobre os museus, ainda que, do ponto de vista puramente nacional, o marco tenha sido a publicação de uma obra com dados extremamente defasados, de aproximadamente 20 anos antes, o *Anuario Estatístico do Brazil 1908–1912*.

Foram explorados os modos como os processos de seleção e exclusão, que são intrínsecos à produção de informações, afetam a própria recepção dos dados publicados, frequentemente tomados como *verdades absolutas*, posto que produzidos por intelectuais autorizados, ao passo que foi demonstrado que diferentes obras ainda que se debruçam sobre o mesmo tema, terão produtos variados conforme os métodos e interesses envolvidos.

Assim foram, pois, demonstrados os motivos que levam a obras publicadas quase em sincronia apresentarem dados tão díspares, enquanto uma, o *Directory* de Coleman, foi produzido especificamente para coletar e processar informações sobre museus, o *Anuario* tinha o tema (museus) como *apenas um entre tantos outros*, não sendo, assim, uma prioridade, sendo destacado também que o *Anuario* é caso exemplar de que não se deve tomar o ano de publicação de uma obra como referência única acerca de sua produção, pois foi observado que os dados apresentados podem ser tratados como uma herança daqueles coligidos e publicados no Boletim Commemorativo da Exposição Nacional de 1908.

A pesquisa também demonstrou a adequação desse elemento balizador não por ele, em si, mas pelos acionamentos realizados posteriormente por agentes do campo estatístico, como Mário Augusto Teixeira de Freitas, que assumiria a condução da Estatística brasileira, papel agenciado por José Luiz Sayão Bulhões de Carvalho, diretor da estatística brasileira em ambas as ocasiões, em 1908 e 1927.

Ao longo do segundo capítulo, foi avaliado que com a Revolução de 1930, a reestruturação do IICI, a assinatura do Convênio Estatístico em 1931 e a criação do Curso de Museus do MHN, a realidade estava em transformação, sendo os anos seguintes aqueles nos quais haveria interesse declarado por parte do Estado Nacional no campo cultural, ao mesmo tempo em que nos focamos apenas naquele relacionado ao patrimônio cultural e aos museus.

Havia, ainda, um corpo de indivíduos que compartilhava o desejo de conhecer e difundir os museus brasileiros, inseridos na máquina pública da cultura, então em estabelecimento, e que tais desejos eram fruto tanto de questões e interesses relativos aos campos em que estavam inseridos — museal, estatístico e da cooperação intelectual, como também fruto de uma política de estado dedicada a produzir uma imagem positiva do país e da cultura brasileira.

Não foi, como demonstrado, um processo rápido e sem percalços, pois ao longo de quase toda a década de 1930 a produção e circulação de informações sobre os museus brasileiros permaneceu, para dizer o mínimo, tímida.

Ainda assim, este foi um momento que marcou o estreitamento de laços entre o setor estatístico federal e os agentes nacionais de cooperação intelectual internacional, que, cada um a seu modo e dentro de suas competências, fomentaram o aceleração desse processo, por meio tanto da comunicação direta com as instituições museais brasileiras, quando na utilização da imprensa periódica para divulgar e, dizemos, apelar à colaboração dos museus brasileiros.

Ainda assim, a pesquisa identificou que foi apenas após a criação do SPHAN, do IBGE e da reestruturação do setor de Cooperação Intelectual do MREx, em meio ao estabelecimento do Estado Novo por Getúlio Vargas, que os diálogos entre o Brasil e o IICI, e seu departamento dedicado aos museus, o *Office International des Musées* se tornou mais fecunda.

Apesar da fecundidade apontada após o marco de 1937, a pesquisa demonstrou que a principal demanda de informações sobre os museus brasileiros, a criação de um repertório dessas instituições no país, continuaria por mais de uma década sem ser suprida.

A pesquisa demonstrou, ainda, que apesar de não ter sido alcançada a preparação de um repertório de museus brasileiros na década de 1930, a produção de informações sobre tais instituições foi enriquecida com base nas interações entre Elyseu Fonseca de Montarroyos, Delegado do Brasil no IICI, Vincenzo Castrilli, chefe do Setor de Informações, e Mário Augusto Teixeira de Freitas, chefe do Serviço de Estatística da Educação e Saúde e longo Secretário-Geral do IBGE, gerando alterações nos modos de produzir estatísticas sobre os museus brasileiros no período.

Para o IBGE, os museus continuaram a ser apenas um elemento dentre aqueles passíveis de quantificação relativos à estatística intelectual, permanecendo

a prioridade relacionada aos dados do ensino. Ao mesmo tempo, os últimos anos da década de 1930 tornaram públicos vasto conjuntos de dados de extrema riqueza e detalhamento sobre os museus brasileiros.

Foi possível identificar, portanto, as influências das propostas de Vincenzo Castrilli, do OIM, para a elaboração de estatísticas de museus, divulgadas no periódico *Mouseion*, obra que se verificou ter sido frequentemente remetida por Elyseu Montarroyos a Teixeira de Freitas desde o início da década de 1930.

Também foi explorado o nível de detalhamento apresentado pela estatística nacional, ou seja, a qualidade das informações, identificando que seu aumento ocorreu ao custo da quantidade de instituições publicadas, sendo significativo o nível de defasagem entre os museus existentes no país — indicados por fontes produzidas pelo próprio IBGE ou outros autores, posteriormente — e aqueles tornados públicos nos Anuários Estatísticos.

Foi avaliado que a circulação de informações sobre museus do exterior para o Brasil, por meio do afluxo de conhecimentos promovido pela ação do IICI e do OIM, associada à produção de indicadores nacionais e da percepção da ausência desses mesmos indicadores do país em meio ao concerto das nações passa, ao fim da década de 1930, veio a catalisar entre os agentes do campo museal o questionamento sobre o próprio desenvolvimento dos museus no Brasil, produzindo avaliações sobre o passado dos museus brasileiros, a situação em que se encontravam e projeções sobre o seu futuro.

É neste contexto que Mário Barata, apropriando-se da reflexão de Alcindo Sodré, quando do seu primeiro relatório como diretor do Museu Imperial, recém-criado, e da sua própria experiência como consumidor dos dados apresentados por publicações internacionais e a vinda de especialistas estrangeiros ao país, sugere a adequação, pelos caminhos até então seguidos pelos museus e suas relações com as sociedades demonstradas por meio de publicações internacionais, da denominação do século XX como “o século dos museus”.

Apesar da ruptura promovida na vida dos países — e, sem d vida também dos museus — com o início da II Guerra Mundial, no terceiro capítulo avaliou-se que ao longo da década de 1940 foram empreendidos esforços — antes da adesão do Brasil   guerra, e posterior ao seu encerramento — na busca pela produção de um repertório de museus brasileiros,   semelhança de outros que j é haviam sido produzidos nos ditos países civilizados.

Verificou-se, entretanto, que foi apenas após a criação do IBCEC e de uma estrutura técnico-administrativa, assim como o estabelecimento de uma rede de intelectuais das mais variadas áreas em prol do fomento às áreas da educação, a ciência e a cultura que se tornou possível a elaboração do trabalho que teria como produto a obra *Museums of Brazil*, de autoria de Heloísa Alberto Torres, publicada em inglês, sendo editada e distribuída pelo Ministério das Relações Exteriores.

Neste mesmo contexto, foi explorado como as próprias estatísticas dos museus estavam no centro de uma disputa interna no âmbito do setor estatístico federal, no qual um conjunto de procedimentos consolidados e validados por todo o setor passou a ser questionado por uma nova geração de agentes do campo estatístico ao ascenderem aos espaços de poder outrora ocupados por uma geração que caminhava para o ocaso das suas vidas profissionais.

Em meio à “crise estatística” avaliou-se o silêncio relativo à produção da obra de Heloísa Alberto Torres — associada a profusão comunicados informando os números dos museus com base nos arrolamentos do IBGE em periódicos nacionais dos mais variados tamanhos e matizes ideológicos — como indício de uma disputa disciplinar, na qual os agentes do campo estatístico buscavam reforçar a própria legitimidade ante a participação de sujeitos externos ao IBGE, tendo em vista tanto a discrepância entre os números apresentados quanto ao fato de ter sido a obra publicada posteriormente à “crise”, da qual, como demonstrado, estiveram as informações sobre os museus brasileiros no centro da questão.

Explorou-se ainda o processo de produção da obra e produto e seu conteúdo informacional, demonstrando que a própria condição para a existência de tal obra deu-se com base nas interações entre os campos museal, estatístico e da cooperação intelectual, em escala transnacional, em demandas que remontavam a mais de 20 anos antes da sua produção efetiva, servindo este produto como material de propaganda do Brasil e distribuído pelo MREx a organizações culturais onde havia presença de diplomatas brasileiros.

Tal não será significativamente diverso daquilo demonstrado no quarto capítulo, sendo na década de 1950 o período no qual identificamos a maior produção e circulação de informações sobre os museus brasileiros em território nacional.

Apesar da quebra de regularidade na produção de indicadores sobre os museus brasileiros pelo IBGE, fruto das disputas internas que levaram à Crise



Estatística, esta foi a década na qual foi encontrado não apenas o maior número de obras publicadas ou projetos que demonstravam o desejo de conhecer e divulgar as instituições museais do Brasil, como também foi singular o debate público apreendido por meio da atuação de intelectuais — conservadores de museus e outros — na imprensa periódica nacional, fruto também da realização de eventos como o I Congresso Nacional de Museus, promovido pela Organização Nacional do ICOM, da Campanha Internacional de Museus e do Seminário Latino-Americano sobre o papel educativo dos museus, promovido no Brasil pela UNESCO, com o auxílio do seu braço local, o IBICC, e a colaboração da ONICOM e do DPHAN.

Também se verificou que se suspeitamos — e não pudemos verificar — de um silêncio planejado ante à obra de Heloísa Alberto Torres devido a disputas disciplinares entre os campos museal e estatístico, pudemos conferir que relativamente à obra assinada por Guy de Hollanda este é um fato, sendo o autor compreendido como uma pessoa externa ao campo e, por isso, desqualificada para elaborar um trabalho de tal escopo. Foi explorado ainda o projeto do jornalista José Mário Alves, que oriundo do turismo era um completo *outsider* a quaisquer dos campos abordados.

Tal não foi o caso de Florisvaldo dos Santos Trigueiros, que membro da ONICOM e dono de uma carreira construída no Rio de Janeiro, publicou três obras ao longo da década, sendo a última, publicada à mesma altura daquela de Guy de Hollanda, prefaciada por Heloísa Alberto Torres, indício de seu endosso ao autor e a obra — elemento negado a Guy de Hollanda — ainda que não se tratasse de um livro novo, sendo, em verdade, uma ampliação dos trabalhos anteriormente publicados.

O ano de 1958 marcou, assim, com a publicação de duas obras e a realização de evento internacional sobre os museus, o fim de um ciclo iniciado três décadas antes, sendo significativo apontar que também este ciclo se encerrou devido à saída de cena, ao longo da década, de atores fundamentais para esse processo, seja por meio do falecimento, como foi o caso de Teixeira de Freitas (1956), assim como o afastamento da própria Heloísa Alberto Torres e José Carlos de Macedo Soares, que apesar de continuarem ativos na década seguinte, já não tinham o mesmo protagonismo de antes.

Assim afirmamos, pois foram estes alguns sujeitos que tiveram maior protagonismo ao longo dos trinta e um anos que circunscrevem o período

identificado pela pesquisa como aquele no qual as interações entre os campos museal, estatístico e da cooperação intelectual internacional fomentaram a produção e circulação de informações sobre os museus brasileiros.

Nesse processo foram construídas diferentes imagens sobre tais instituições, que correspondiam a diferentes interesses e questões, frequentemente acionando experiências de tempo diversas, ao mesmo tempo que pôde ser identificada uma constante: o Brasil deveria ter mais museus para ser considerado um país dito civilizado, e que a percepção de aumento nos números de tais museus era interpretada, portanto, como indício da própria *evolução* da sociedade brasileira, significando que ela se tornava mais consciente do seu passado e, assim, o protegia.

A pesquisa indicou que após o pico na produção e circulação identificado no fim da década de 1950, houve como um refluxo, não se devendo descartar a influência das instabilidades políticas no país previamente ao Golpe civil-militar de 1964.

E, em busca de avaliar o acerto da demarcação de nossa baliza final, apresentamos um “epílogo” demonstrando que a troca de informações sobre os museus brasileiros com a UNESCO ao longo das décadas de 1960 e 1970 não se tratou de avanço, pois os dados publicados em seu *Statistical Yearbook* frequentemente apresentaram-se defasados devido à falta de responsividade do IBGE na produção e fornecimento de dados atualizados sobre os museus.

Também a pesquisa indicou que já após a instauração da ditadura civil-militar, permanecia o desejo de conhecer e divulgar os museus brasileiros por agentes do campo museal, ao mesmo tempo em que já havia uma autonomia deste campo ante o estatístico, ao passo que paralelamente se buscava o reforço com a cooperação internacional, produzindo a recusa dos dados defasados e/ou incompletos produzidos pelo setor estatístico federal ao longo dos anos 1960, e que, a partir do início dos anos 1970, seria iniciado outro processo relacionado à produção e circulação de informações sobre os museus brasileiros, mas, agora, com propriedades diversas daquelas que caracterizaram o período entre 1927 e 1958.

Assim, percebemos que a produção e circulação de informações sobre os museus brasileiros — por meio de livros, estatísticas ou notícias em periódicos — foi elemento basilar na construção de uma percepção do desenvolvimento do campo museal, frequentemente catalisando ações no campo, como a defesa de criação de

novos museus, seja por parte do Estado ou por agentes privados, ou da valorização de categorias profissionais que atuam em tais instituições.

Por fim, a pesquisa apontou que a percepção e análise da interação entre os campos museal, estatístico e da cooperação intelectual no período foi condição *sine qua non* para a compreensão da complexidade desse processo, demonstrando que neste caso em específico, estamos frente a uma história cruzada, que apesar de ocorrer por meio da ação de sujeitos em sua maioria baseados em território brasileiro, têm suas histórias interligadas por meio de interesses transnacionais.

## REFERÊNCIAS

### LEGISLAÇÃO

BRASIL. **Decreto n.º 4676 de 14 de janeiro de 1871**. Crêa na Côrte do Imperio uma Directoria Geral de Estatistica, em virtude da autorização concedida pelo art. 2º da Lei n.º 1829 de 9 de setembro de 1870, e manda executar o respectivo Regulamento. Disponível em:

<https://legis.senado.leg.br/norma/405740/publicacao/15734825> Acesso em junho/2019.

BRASIL. **Decreto n.º 21.355 de 25 de junho de 1946**. Aprova os estatutos do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura. Disponível em

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/D21355.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D21355.htm). Acesso em 06 de maio de 2019.

BRASIL. **Lei n.º 1.920, de 25 de julho de 1953**. Cria o Ministério da Saúde e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/l1920.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l1920.htm) Acesso em 06/07/2019.

### DOCUMENTAIS

#### **CBPE**

CBPE. **Processo CBPE 1924/1958**. Disponível em:

[http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/7/9/0/7900cd05e3282a373928bbd13c14710fe02fd81d8496600caf00d60ee9f4ff8b/CBPE\\_m012p01\\_ParecerSobreCartaDeHeloisaAlbertoDoProfessorRuyDeHollanda1923.PDF](http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/7/9/0/7900cd05e3282a373928bbd13c14710fe02fd81d8496600caf00d60ee9f4ff8b/CBPE_m012p01_ParecerSobreCartaDeHeloisaAlbertoDoProfessorRuyDeHollanda1923.PDF) Acesso em 07/08/2021.

HOLLANDA, Guy. **Nota Prévia de Os museus do Brasil e seus recursos**

**educativos**. Disponível em <http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/cbpe-m012p02-osmuseusdobrasileseusrecursoseducativos-1958> Acesso em 07/08/2021.

#### **OIM/IICI**

IICI. **Circular C.1.6**. Paris, 1926. Disponível em:

<https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/c5970d03-9f81-46a8-f5f8-547b07840f60/media/aac583bc-b2ad-dd2b-cbc3-d615863a4f9e> Acesso em 13/06/2021.

IICI. **C. L. 6.(1)**. Paris, 1926. Disponível em:

<https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/c5970d03-9f81-46a8-f5f8-547b07840f60/media/122016af-02ea-9b2b-8157-03eb913eeaf> Acesso em 13/06/2022.

LUCHAIRE, Julien. **Carta a Elyseu Fonseca de Montarroyos**. Paris, 08 de maio de 1926. Disponível em: <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici->

[documents/detail/60e90d61-78e2-47d3-5855-8f54b1501b94/media/5cbc7020-8daf-566d-93b3-7386423cb64e](https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/60e90d61-78e2-47d3-5855-8f54b1501b94/media/5cbc7020-8daf-566d-93b3-7386423cb64e) Acesso em 13/06/2020.

LUCHAIRE, Julien. **Carta ao Diretor de Estatística do Brasil**. Paris, 14 de maio de 1926. Disponível em: <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/9f67988b-4f85-e0f2-2631-d93fa85ce5a5/media/ba14e336-a188-4b9b-64eb-4e72a28f2e76> Acesso em 13/06/2020.

HYDE, James H. **Carta à Julien Luchaire**. Paris, 19 de maio de 1926. Disponível em <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/c59478a6-89e0-b95b-2bfa-96d2c9738a31/media/390b3d3a-7cbc-c284-0227-b58b5fc5cb95> Acesso em 18/03/2021.

DUPIERREUX, R. **Carta a Jacques Lefrancq**. Paris, 05 de novembro de 1926. Disponível em <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/a3de5519-4668-ba9b-f936-0804067bfa1a/media/9ade0bbe-653f-ecd2-f17c-faa6094ebe97> Acesso em 22/07/2022.

LEFRANCQ, Jacques. **Le rôle éducatif des Musées**. Bruxelas, 1926. Disponível em: <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/a3de5519-4668-ba9b-f936-0804067bfa1a/media/eebe0b87-701b-0a13-6abe-a3e8a119a212> Acesso em 22/07/2022.

DUPIERREUX, Richard. **Conversation avec M. Capart, Conservateur du Musée du Cinquantenaire à Bruxelles**. Paris, 01 de dezembro de 1926. Disponível em <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/a3de5519-4668-ba9b-f936-0804067bfa1a/media/0102e819-cdd5-6c39-e33b-1f0e0882f7b3> Acesso em 22/07/2022.

IICI. **Lista de países que não responderam ao questionário de maio de 1926**. Paris, s/d. Disponível em: <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/87563712-cc4a-06fb-209b-3ee45c39e9c6/media/fc8d9686-4b10-af44-1a9c-e429eb18efdf> Acesso em 30/01/2021.

PREZZOLINI, Giuseppe. **Carta a Elyseu Fonseca de Montarroyos**. Paris, 13 de janeiro de 1927. Disponível em: <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/60e90d61-78e2-47d3-5855-8f54b1501b94/media/b9c4120e-65fa-93b9-1d38-699c93a2479b> Acesso em 13/06/2020.

PREZZOLINI, Giuseppe. **Carta ao Embaixador Souza Dantas**. Paris, 14 de janeiro de 1927. Disponível em: <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/9f67988b-4f85-e0f2-2631-d93fa85ce5a5/media/1ea80aca-8851-e0a7-d810-7801a0be9cc9> Acesso em 13/06/2020.

CARVALHO, José Luiz Sayão Bulhões de. **Carta a Giuseppe Prezzolini**. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1927. Disponível em: <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/9f67988b-4f85-e0f2-2631-d93fa85ce5a5/media/dcacd9cf-8c8e-995f-1a55-e893623d97bb> Acesso em 13/06/2020.

DGE. **Programma dos trabalhos da 4ª Secção**. Rio de Janeiro, s/d. <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/9f67988b-4f85->

[e0f2-2631-d93fa85ce5a5/media/ccf01f31-676d-feb5-0260-a1bdbbcf39b4](https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/9f67988b-4f85-e0f2-2631-d93fa85ce5a5/media/ccf01f31-676d-feb5-0260-a1bdbbcf39b4) Acesso em 13/06/2020.

DGE; IICI. **Respostas do Brasil ao Programme d'une Statistique Annuelle de l'Activité Intellectuelle**. Rio de Janeiro/Paris, s/d. <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/9f67988b-4f85-e0f2-2631-d93fa85ce5a5/media/d5e1bbf4-6d2f-6ceb-f533-e1f0a46d47a4> Acesso em 13/06/2020.

PREZZOLINI, Giuseppe. **Statistique Intellectuelle**. Paris, 17 de setembro de 1927. Disponível em <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/abebb946-7780-997d-3ff9-8ace1b7c2256/media/8a32e81a-21b7-4d48-b24c-319b232f9fa8> Acesso em 18/03/2020.

PREZZOLINI, Giuseppe. **Carta ao Diretor de Estatística do Brasil**. Paris, 28 de março de 1928. Disponível em <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/9f67988b-4f85-e0f2-2631-d93fa85ce5a5/media/e396dafb-fddb-0bc6-a005-e4c41827a5f6> Acesso em 03/02/2021.

CARVALHO, José Luiz Sayão Bulhões de. **Carta a Giuseppe Prezzolini**. Rio de Janeiro, 24 de abril de 1928. Disponível em <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/9f67988b-4f85-e0f2-2631-d93fa85ce5a5/media/7d9d0810-3f1a-ac2d-d92e-a787e1d67d11> Acesso em 03/02/2021.

PREZZOLINI, Giuseppe. **Nota ao Diretor do IICI**. Paris, s/d. Disponível em <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/9f67988b-4f85-e0f2-2631-d93fa85ce5a5/media/3510b020-7f56-0e18-7b14-ad210326a53b> Acesso em 03/02/2021.

FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. **Carta a Henri Bonnet**. Rio de Janeiro, 30 de março de 1931. Disponível em <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/60e90d61-78e2-47d3-5855-8f54b1501b94/media/c9cdde05-5f49-a331-962a-d8bfcedb9b88> acesso em 04/01/2020.

IICI. **Répertoire International des Musées O.I.M.** 14. Paris, 1932. <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/f3191323-8cf9-5d18-6bc4-ab192e9e92e5/media/e6f0e3b1-185c-721a-19f3-257e19b89655> Acesso em 13/06/2022.

MONTARROYOS, Elyseu Fonseca de. **Carta a Henri Bonnet**. Paris, 25 de janeiro de 1933. Disponível em <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/9f67988b-4f85-e0f2-2631-d93fa85ce5a5/media/909273ae-a146-d02c-910f-5b4f9008246f> Acesso em 08/03/2020.

MONTARROYOS, Elyseu Fonseca de. **Carta ao Diretor do IICI**. Paris, 01 de fevereiro de 1933. Disponível em: <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/08133765-cdee-68c3-d725-14fccde4a9e4/media/aa6eae1f-ff61-7138-5938-266b4e3e8bf2> Acesso em 26/03/2021.

CASTRILLI, Vincenzo. **Carta a Elyseu Fonseca de Montarroyos**. Paris, 18 de julho de 1933. Disponível em <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/87563712-cc4a-06fb-209b-3ee45c39e9c6/media/06929907-a0ee-0c73-7307-b7208f00840a> Acesso em 08/03/2020.

CASTRILLI, Vincenzo. **Carta a Elyseu Fonseca de Montarroyos**. Paris, 02 de fevereiro de 1934. Disponível em: <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/87563712-cc4a-06fb-209b-3ee45c39e9c6/media/f2e78b97-4d6d-1447-85b6-8a7a70903810> Acesso em 08/03/2020.

SRA. **Feuille de renseignements**. Paris, 16 de março de 1936. Disponível em: <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/c5970d03-9f81-46a8-f5f8-547b07840f60/media/32b7ab06-2130-3d5c-c1ca-79d8f34661ea> Acesso em 13/06/2021.

MONTARROYOS, Elyseu Fonseca de. **Carta manuscrita para A. Establier**. Paris, 23 de agosto de 1938. Disponível em: <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/bb4dd392-c540-f269-66c7-8fa91e7cfb21/media/e78782e9-3dc8-a034-dbf5-b936cdc36bae> Acesso em 15/02/2021.

BONNET, Henri. **Carta a Elyseu Fonseca de Montarroyos**. Paris, 02 de novembro de 1939. Disponível em: <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/f60ff2d8-d47b-eb2b-a7c5-3c5f7ada5ae7/media/72addfee-2097-bf49-e1af-92dd0f7e719d> Acesso em 30/05/2020.

IICI. **Assinaturas de Musées Scientifiques**. Paris. s/d. Disponível em <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/90da7054-95ed-3c21-ca7e-3bb471f12da1/media/51800d7c-f38c-fcff-dfb1-a7b3877d0bbe> Acesso em 08/03/2020.

IICI. **Assinaturas de Musées et Monuments**. Paris, s/d. Disponível em: <https://digital.archives.unesco.org/en/collection/iici-documents/detail/4628186f-35cd-9c5c-bb78-19718d00e55d/media/678f09df-edd7-f1cd-8855-b909917fdfe3> Acesso em 08/03/2020.

### **MREx**

MONTARROYOS, Elyseu Fonseca de. **Ofício n. 14**. Remessa do último relatório sobre a atividade do Instituto Internacional de Cooperação Intellectual. Paris, 25 de maio de 1932.

MONTARROYOS, Elyseu Fonseca de. **Ofício n. 32**. Colaboração dos Museus brasileiros na obra da Organização Internacional dos Museus. Paris, 20 de setembro de 1932.

MONTARROYOS, Elyseu Fonseca de. **Ofício n. 37**. Remessa de “Musées et Monuments” (Nos. VII e VIII). Paris, 25 de outubro de 1932.

MONTARROYOS, Elyseu Fonseca de. **Ofício n. 42**. Remessa de “Musées et Monuments” (N. X). Paris, 05 de dezembro de 1932.

MES. **Aviso A/684/296**. 19 de dezembro de 1932.

MONTARROYOS, Elyseu Fonseca de. **Ofício N. 4**. Assignatura das publicações do Instituto de Cooperação Intellectual, em condições especiais para o Brasil. Paris, 18 de janeiro de 1933.

MONTARROYOS, Elyseu Fonseca de. **Ofício n. 11**. Remessa da revista *Mouseion* (volume 23–24). Paris, 22 de janeiro de 1934.

BARROSO, Gustavo. **Ofício n. 196**. Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1937.

BARROSO, Gustavo. **Ofício n. 10**. Repertorio de colleções numismáticas. De Museu Histórico Nacional para Ministério das Relações Exteriores. Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1938.

SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Relação de Museus Brasileiros**. Rio de Janeiro, 02 de janeiro de 1939.

DUTRA, Osório. **Relação dos museus existentes no Brasil**. Rio de Janeiro, 11 de junho de 1945.

## PERIÓDICAS

### ***ANUÁRIO DO MUSEU IMPERIAL (RJ)***

**O relatório da Diretoria do Museu**. Anuário do Museu Imperial, ano 1, vol. 1, pp. 322–326, 1940.

### ***ART ET DÉCORATION (França)***

**Chronique — Informations et Expositions**. Art et décoration: Revue mensuelle d'art moderne. Paris, setembro, p. 01, 1926.

### ***BULLETIN DE L'ART ANCIEN ET MODERNE, LE (França)***

**Les beaux-arts à l'Institut International de Coopération Intellectuelle**. Le Bulletin de L'Art Ancien et Moderne. Paris, n. 725, fev., p. 41, 1926.

### ***CORREIO DA MANHÃ (RJ)***

**Os monumentos históricos e artísticos do paiz**. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, ano XXXI, p. 05, 21 de outubro de 1931.

**A língua portuguesa na Sorbonne**. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, ano XXXI, n. 11.358, p. 04, 23 de dezembro de 1931.

**Habitos antigos...** Correio da Manhã, Rio de Janeiro, ano XXXII, n. 11.683, p. 04, 05 de janeiro de 1933.

**A orientação educacional na escola secundária**. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, ano XL, n. 14.082, p. 03, 29 de setembro de 1940.



**Conselho Internacional de Museus.** Correio da Manhã, Rio de Janeiro, ano LII, n. 18.448, p. 12, 17 de maio de 1953.

**Nossos museus vistos por um americano.** Correio da Manhã, Rio de Janeiro, ano LII, n. 18.465, p. 07, 06 de junho de 1953.

**Será em Ouro Preto o Primeiro Congresso Nacional de Museus.** Correio da Manhã, Rio de Janeiro, ano LIV, n. 18.938, 19 de dezembro de 1954.

**Cicerone Brasileiro.** Correio da Manhã, Rio de Janeiro, ano LV, n. 19200, p. 01, segundo caderno, 27 de outubro de 1955.

**Cicerone Brasileiro.** Correio da Manhã, Rio de Janeiro, ano LVII, n. 19861, p. 02, 2º caderno, 22 de dezembro de 1955.

**Especialistas discutirão sobre Ciências Sociais no continente.** Correio da Manhã, Rio de Janeiro, ano LV, n. 19.304, p. 11, 01 de março de 1956.

**Comissão de Museus no IBECC.** Correio da Manhã, Rio de Janeiro, ano LV, n. 19308, p. 15, 06 de março de 1956.

**Nova Comissão de Museus no IBECC.** Correio da Manhã, Rio de Janeiro, ano LV, n. 19.316, p. 15, 15 de março de 1956.

MAURÍCIO, Jayme. **Itinerário das Artes Plásticas.** Correio da Manhã, Rio de Janeiro, ano LV, n. 19320, p. 16, 20 de março de 1956.

**Transformações de nossa estrutura ocupacional.** Correio da Manhã, Rio de Janeiro, ano LV, n. 19389, p. 10, 1º caderno, 10 de junho de 1956.

**Guia de Museus Brasileiros.** Correio da Manhã, Rio de Janeiro, ano LVI, n. 19416, p. 02, 2º caderno, 12 de julho de 1956.

**Encerrado o IV Congresso Brasileiro de Turismo.** Correio da Manhã, Rio de Janeiro, ano LVI, n. 19474, p. 02, 18 de setembro de 1956.

**Campanha Internacional de Museus.** Correio da Manhã, Rio de Janeiro, ano LVI, n. 19.490, p. 11, 06 de outubro de 1956.

**115 museus no Brasil.** Correio da Manhã, Rio de Janeiro, ano LVI, n. 19.491, p. 18, 1º caderno, 07 de outubro de 1956.

MAURÍCIO, Jayme. **Itinerário das Artes Plásticas** — Enviado especial da Unesco vem preparar o Estágio Internacional de Museus do Rio de Janeiro em 1958. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, ano LVI, n. 19.584, p. 12, 1º caderno, 26 de janeiro de 1957.

MAURÍCIO, Jayme. **Itinerário das Artes Plásticas** — Novos entendimentos para o estágio de museus da UNESCO no Rio. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, ano LVI, n. 19.589, p. 12, 02 de fevereiro de 1957.

**UNESCO colabora com o Brasil em pesquisas educacionais.** Correio da Manhã, Rio de Janeiro, ano LVI, n. 19593, p. 12, 07 de fevereiro de 1957.

**Várias turísticas.** Correio da Manhã, Rio de Janeiro, ano LIX, n. 20.433, p. 04, 2º caderno, 05 de novembro de 1959.

### ***CORREIO PAULISTANO (SP)***

**I Congresso Nacional de Turismo** — Indicadas medidas da mais alta importância para a regulamentação e incremento do turismo no Brasil. Correio Paulistano, São Paulo, ano C, n. 29.865, p. 10, 19 de agosto de 1953.

### ***CULTURA (RJ)***

**Ata da 108.ª Sessão Plenária do Conselho Federal de Cultura**, Realizada em 25 de outubro de 1968. Cultura, Rio de Janeiro, vol. 16, p. 99, outubro, 1968.

**CFC.** Cultura. Rio de Janeiro, ano 1, vol. 1, 1971.

### ***CULTURA POLÍTICA (RJ)***

BARATA, Mario. **Proteção ao nosso patrimônio histórico e artístico no quinquênio 1937–1942.** Cultura Política, Rio de Janeiro, ano II, num. 21, pp. 327–354, 10 de novembro de 1942.

### ***DIÁRIO CARIOCA (RJ)***

**Importante guia dos museus brasileiros.** Diário Carioca, Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 8614, p. 05, 12 de agosto de 1956.

**Brasil com 137 museus.** Diário Carioca, Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 8.666, p. 02, 12 de outubro de 1956.

### ***DIÁRIO DA MANHÃ (ES)***

**Cooperação Internacional dos Museus.** Diário da Manhã, Vitória, ano XXVI, n. 3113, p. 02, 14 de janeiro de 1933.

### ***DIÁRIO DA TARDE (PR)***

**NOVA linha de bonds.** Diário da Tarde. Curitiba, ano V, n. 1280, pp. 01–02, 18 de maio de 1903.

**Rede brasileira de museus.** Diário da Tarde, Curitiba, ano 58, n. 20.206, p. 02, 27 de outubro de 1956.

### ***DIÁRIO DE NOTÍCIAS (RJ)***

**Conservadores de museus.** Diário de Notícias, Rio de Janeiro, ano XXIII, n. 9.105, p. 02, suplemento literário, 06 de julho de 1952.

**Impulso nos museus brasileiros.** Diário de Notícias, Rio de Janeiro, ano XXIV, n. 9462, p. 05, suplemento literário, 06 de setembro de 1953.

**Os técnicos de museus brasileiros centram seus esforços, no plano nacional e internacional.** Diário de Notícias, Rio de Janeiro, ano XXV, n. 9803, p. 05, suplemento literário, 17 de outubro de 1954.

**Congresso Brasileiro de Museus.** Diário de Notícias, Rio de Janeiro, ano XXV, n. 9850, p. 05, 12 de dezembro de 1954.

**Reunião do Comitê-Brasileiro do Conselho Internacional de museus.** Diário de Notícias, Rio de Janeiro, ano XXV, n. 9861, p. 05, suplemento literário, 25 de dezembro de 1954.

BARATA, Mário. **Conservadores de museus.** Diário de Notícias, Rio de Janeiro, ano XXVI, n. 10.154, p. 05, suplemento literário, 11 de dezembro de 1955.

BASTOS, Clemente de Magalhães. **Arte no Brasil** — Ernani Vasconcelos fala-nos sobre os problemas atuais da arte. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, ano XXVI, n. 10.166, p. 05, suplemento literário, 25 de dezembro de 1955.

BASTOS, Clemente de Magalhães. **Arte no Brasil** — Quirino Campofiorito e o ambiente artístico. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, ano XXVI, n. 10.178, p. 05, suplemento literário, 08 de janeiro de 1956.

BASTOS, Clemente de Magalhães. **Arte no Brasil** — Importante depoimento de Abelardo Zaluar. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, ano XXVI, n. 10.184, pp. 04–05, 15 de janeiro de 1956.

BASTOS, Clemente de Magalhães. **Arte no Brasil** — Ubi Bava fala-nos sobre Artes plásticas. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, ano XXVII, n. 10.189, pp. 04–05, suplemento literário, 22 de janeiro de 1956.

BARATA, Mário. **Vida das artes.** Visitas-guiadas a museus. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, ano XXVII, n. 10348, p. 02, segunda seção, 31 de julho de 1956.

**Semana Internacional de Museus.** Diário de Notícias, Rio de Janeiro, ano XXVII, n. 10.414, p. 02, segunda seção, 18 de outubro de 1956.

**Existem no Brasil cento e trinta e sete museus.** Diário de Notícias, Rio de Janeiro, ano XXVII, n. 10417, p. 05, 4ª seção, 21 de outubro de 1956.

MORAIS, Frederico. **Artes plásticas** — Museus brasileiros em crise. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, ano XXXVII, n. 13.473, p. 15, 20 de outubro de 1966.

**Colóquio de museus.** Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, ano LXXVIII, p. 03, 14 de agosto de 1968.

MORAIS, Frederico. **Artes Plásticas** — MAC: Atividades em 1967. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, ano XXXVIII, n. 13846, p. 03, 2ª seção, 09 de janeiro de 1968.

**DIÁRIO PERNAMBUCANO (PE)**

**Instituto Archeologico.** Diário Pernambucano, Recife, ano 103, n. 283, p. 05, 05 de dezembro de 1928.

MELO, Mário. **Os museus da América do Sul.** Diário de Pernambuco, Recife, ano 104, n. 250, p. 03, 30 de outubro de 1929.

### ***ESTADO, O (SC)***

**115 museus no Brasil.** O Estado, Florianópolis, ano XLIV, n. 12.567, p. 07, 16 de outubro de 1956.

**137 museus no Brasil.** O Estado, Florianópolis, ano XLIV, n. 12.576, p. 05, 26 de outubro de 1956.

### ***ESQUERDA, A (RJ)***

**A bordo do “Western World”.** A Esquerda, Rio de Janeiro, ano II, n. 322, p.04, 14 de julho de 1928.

### ***FLUMINENSE, O (RJ)***

**Museus do Brasil.** O Fluminense, Niterói, ano 32, n. 7347, p. 03, 29 de abril de 1909.

**Exposição Nacional.** O Fluminense, Niterói, ano 33, n. 7349, p. 02, 01 de maio de 1909.

### ***FOLHA MINEIRA (MG)***

**Rede brasileira de museus.** Folha Mineira, Juiz de Fora, ano XXIII, n. 2630, p. 03, 17 de outubro de 1956.

### ***GAZETA DA FARMÁCIA (RJ)***

**Museu Antônio Lago.** Gazeta da Farmácia, Rio de Janeiro, ano XXV, n. 298, p. 17, fevereiro de 1957.

### ***ICOM NEWS (FRANÇA)***

**Brazil.** ICOM News, Paris, vol. 07, n.º 03, 1954.

### ***IMPARCIAL, O (RJ)***

**O Western World na Guanabara.** O Imparcial, Rio de Janeiro, ano XVI, n. 6.193, p. 14, 14 de julho de 1928.

### ***IMPrensa POPULAR (RJ)***

**Museus do Brasil.** Imprensa Popular, Rio de Janeiro, ano IX, n. 1.946, p. 04, 23 de outubro de 1956.

### ***JORNAL, O (RJ)***

**No *Western World* chegaram...** O Jornal, Rio de Janeiro, ano X, p. 08, 14 de julho de 1928.

**Para o exato conhecimento dos monumentos históricos e artísticos do Brasil.** O Jornal, Rio de Janeiro, ano XIII, p. 02, 21 de outubro de 1931.

**Valiosa obra para o Congresso dos Museus.** O Jornal, Rio de Janeiro, ano XXXVII, n. 10.998, p. 02, sexta seção, 15 de julho de 1956.

### ***JORNAL DA EXPOSIÇÃO NACIONAL DE 1908 (RJ)***

**Fauna Brasileira.** Jornal da Exposição Nacional de 1908, Rio de Janeiro, ano 1908, n. 24, p. 02, 29 de setembro de 1908.

### ***JORNAL DO BRASIL (RJ)***

**Será em Ouro Preto o Primeiro Congresso Nacional de Museus.** Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, ano LXIV, n. 291, p. 09, 17 de dezembro de 1954.

**Rede Brasileira de Museus.** Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, ano LXVI, n. 177, p. 11, 01 de agosto de 1956.

**Roteiro Cultural.** Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, ano LXVI, n. 233, p. 08, 06 de outubro de 1956.

LAUS, Henry. **Crítica aos órgãos de cultura.** Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, ano LXXV, n. 258, p. 02, caderno B, 02 de novembro de 1966.

**Associação cadastra os museus.** Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, LXXVII, n. 95, p. 10, 27 de julho de 1967.

**Das artes.** Jornal do Brasil, ano LXXVIII, n. 181, p. 03, caderno B, 07 de novembro de 1968.

### ***JORNAL DO CEARÁ (CE)***

**Museu Rocha.** Jornal do Ceará, Fortaleza, ano II, n. 280, p. 02, 13 de outubro de 1905.

### ***JORNAL DO COMMERCIO (RJ)***

MONTARROYOS, Elyseu Fonseca de. **Instituto Internacional de Cooperação Intelectual.** Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, ano 99, n. 62, p. 02–03, 04 de março de 1926.

**Monumento histórico e Artístico.** Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, ano 104, p. 03, 21 de outubro de 1931.

**Os Monumentos Históricos e Artísticos** — Medidas de proteção e conservação. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, ano 105, n. 89, p. 05, 15 de abril de 1932.

**Cooperação Internacional dos Museus** — as vantagens dêsse intercâmbio. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, ano 106, n. 07, p. 08, 08 de janeiro de 1933.

**O Centenário de Petrópolis.** Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, ano 116, n. 139, p. 02, 17 de março de 1943.

**Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura.** Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, ano 121, n. 103, p. 04, 30 de janeiro de 1948.

**Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura.** Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, ano 123, n. 306, p. 04, 28 de setembro de 1950.

**Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura.** Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, ano 124, n. 18, p. 03, 21 de outubro de 1950.

**Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura.** Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, ano 124, n. 51, pp. 03–04, 30 de novembro de 1950.

**Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura.** Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, ano 125, n. 153, pp. 03, 04 de abril de 1951.

**Conselho Internacional de Museus** — A reorganização do Comitê Brasileiro. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, ano 126, n. 156, p. 05, 05 de agosto de 1953.

**II Congresso Brasileiro de Folclore.** Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, ano 126, n. 284, p. 08, 06 de setembro de 1953.

**I Congresso Nacional de Museus.** Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, ano 127, n. 22, p. 02, 25 de outubro de 1954.

**Conselho Internacional de Museus** — Reunião do Comitê-Diretor brasileiro do Conselho. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, ano 128, n. 66, p. 03, 17 de dezembro de 1954.

**Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura.** Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, ano 129, n. 155, p. 06, 04 de abril de 1956.

**Rede Brasileira de Museus.** Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, ano 129, n. 257, p. 05, 02 de agosto de 1956.

**Os museus vão ser melhor conhecidos.** Um manual destinado ao trabalho dos educadores será editado pelo C.B.P.E. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, ano 131, n. 40, p. 03, 17 de novembro de 1957.

**II Colóquio dos Museus de Arte.** Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, ano 140, n. 271, p. 04, 20 de agosto de 1967.

### ***JORNAL DO DIA (RS)***

**Rede Nacional de Museus.** Jornal do Dia, Porto Alegre, ano X, n. 2846, p. 02, 03 de agosto de 1956.

### ***JORNAL DO RECIFE (PE)***

**Associações.** Jornal do Recife, Recife, ano LXXXI, n. 284, p. 02, 05 de dezembro de 1928.

### ***JORNAL PEQUENO (PE)***

MELO, Mário. **Os Museus da América do Sul.** Jornal Pequeno, Recife, ano XXXI, n. 257, p. 1 e p. 04, 13 de novembro de 1929.

### ***MANHÃ, A (RJ)***

FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. **Analisando os cinco últimos septênios da evolução estatística brasileira.** A Manhã, Rio de Janeiro, ano 2, n. 614, pp. 03 e 21–23, 08 de agosto de 1943.

**A próxima conferência Internacional de Museus.** A Manhã, Rio de Janeiro, ano 12, n. 3.621, p. 08, 03 de junho de 1953.

### ***MOUSEION***

OIM. **L'Œuvre de Coopération Intellectuelle.** Mouseion, Paris, ano I, n. 1, 1927.

\_\_\_\_\_. **Programme de l'Office International des Musées.** IN: Mouseion, Paris, ano I, n. 1, 1927.

\_\_\_\_\_. **Muséographie:** Un manuel pour les petits musées. Mouseion, Paris, ano I, n. 2, 1927.

\_\_\_\_\_. **Guide des musées américains.** Mouseion, Paris, ano 3, n. 7, p. 93, abril de 1929.

\_\_\_\_\_. **L'activité de l'American Association of Museums.** Mouseion, Paris, ano 3, n. 8, p. 174, setembro de 1929.

CASTRILLI, Vincenzo. **La Statistique et les Musées.** Mouseion, Paris, vols. 27 e 28, n.ºs. III-IV, pp. 185–191, 1934.

\_\_\_\_\_. **La statistique et les musées.** Mouseion, Paris, ano 9, vols. 29–30, n.ºs. I — II, Pp. 139–145, 1935.

### ***MUSEUMS JOURNAL (UK)***

MUSEUMS JOURNAL. **General notes** — Musée Goeldi, Para, Brazil. Londres, v. 6, n. II, maio, 1907, p. 395.

### ***NOITE, A (RJ)***

**Assembleia do Conselho Internacional de Museus.** A Noite, Rio de Janeiro, ano XLII, n. 14.440, p. 02, 01 de julho de 1953.

**Mais de cem museus no Brasil.** A Noite, Rio de Janeiro, ano XLII, n. 14.670, p. 12, 01 de abril de 1954.

**Instala-se, hoje, o I Seminário Latino-Americano de Ciências Sociais.** A Noite, Rio de Janeiro, ano XLIV, n. 15.256, p. 02, 05 de março de 1956.

KELLY, Celso. **Letras e Artes** — Museu — Instituição do Tempo — Relação com o povo. A Noite, Rio de Janeiro, ano XLIV, n. 15.318, p. 02, 2º caderno, 19 de maio de 1956.

**Existem no Brasil 137 museus.** A Noite, Rio de Janeiro, ano XLV, n. 15.447, p. 02, 2º caderno, 18 de outubro de 1956.

#### **PAIZ, O (RJ)**

**O Western World em transito para o Prata.** O Paiz, Rio de Janeiro, ano XLIV, n. 15.973, p. 05, 14 de julho de 1928.

#### **RADICAL, O (RJ)**

**Cooperação Internacional dos Museus.** O Radical, Rio de Janeiro, ano II, n. 212, p. 02, 07 de janeiro de 1933.

#### **REPUBLICA, A (PR)**

**A Exposição.** A Republica, Curitiba, ano XXIII, n. 10, p. 01, 13 de janeiro de 1908.

**Exposição Nacional.** A Republica, Curitiba, ano XXIII, n. 32, p. 03, 07 de fevereiro de 1908.

**Exposição Nacional.** A Republica, Curitiba, ano XXIII, n. 39, p. 01, 15 de fevereiro de 1908.

**A Exposição.** A Republica, Curitiba, ano XXIII, n. 85, p. 01, 11 de abril de 1908.

**As provas do Paraná.** A Republica, Curitiba, ano XXIII, n. 252, p. 01, 26 de outubro de 1908.

#### **ÚLTIMA HORA (RJ)**

**Prancheta** — Sobre Van der Haagen. Última Hora, Rio de Janeiro, ano VII, n. 2.038, p. 11, 18 de fevereiro de 1957.

#### **BIBLIOGRÁFICAS**

ABRANTES, Antonio C. S. de; AZEVEDO, Nara. **O Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura e a institucionalização da ciência no Brasil, 1946–1966.** Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 05, n. 02, pp. 469–489, maio–agosto. 2010.

ALENCAR, Valéria Peixoto. **O Mediador Cultural:** considerações sobre a formação e profissionalização de educadores de museus e exposições de arte. Dissertação (Mestrado em Artes). Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2008.



ALMEIDA, Cícero Antônio Fonseca de. **A Função educativa dos museus de Bertha Lutz**: uma peça (quase) esquecida do quebra-cabeça da museologia no Brasil. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 26, n.º 2, pp. 123–132, jul./dez. 2013.

ALMEIDA, Fernanda de Camargo e (org.). **Guia dos Museus do Brasil**. Rio de Janeiro: Editôra de Guias LTB; Editôra Expressão e Cultura, 1972.

ALVES, Vânia M. S. **Museus escolares no Brasil**: de recurso de ensino ao patrimônio e a museologia. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; MAST, Rio de Janeiro, 2016.

AMARO, Danielle Rodrigues. **Controvérsias acerca da institucionalização da história da arte no Brasil**: debates sobre a criação de cursos de graduação e perspectivas epistemológicas. 2017. 606f. Tese (Doutorado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

ARAUJO, Marcelo Mattos; CAMARGOS, Marcia (org.). **Pinacoteca**: a história da Pinacoteca do Estado de São Paulo. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2008.

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica**. Teoria e método. Bauru: Edusc, 2006.

BARCELLOS, Daisy Macedo de. **Dante de Laytano e o Folclore no Rio Grande do Sul**. *Horizontes antropológicos* [online]. 1997, vol.3, n.7, pp.252–275.

BECKER, Howard S. **Outsiders** — Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BERNER, Talitha dos Prazeres. “**Às minhas meninas**”: um estudo sobre os discursos de Laura Jacobina Lacombe dirigidos às alunas. *Anais do VI Congresso Brasileiro de História da Educação*, Vitória, ES, 2011.

BLOCH, Marc. **Apologia da história**, ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada, 1983.

BRASIL. **Modern Brazil** — Resources, Possibilities. Rio de Janeiro: Conselho de Imigração e Colonização, 1949.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CALABRE, Lia. **Intelectuais e Política Cultural**: o Conselho Federal de Cultura. Ata do Colóquio Intelectuais, Cultura e Política no Mundo Ibero-Americano, Rio de Janeiro, RJ, 2006.

CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas**. Anais do III ENECULT, Salvador, Bahia, 2007.

CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. 2.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CARDOSO, Ciro Flamarion S.; BRIGNOLI, Hector Perez. **Os Métodos da História**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

CARRAZZONI, Maria Eliza (org.). **Guia dos Museus do Brasil** — 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editôra Expressão e Cultura, 1978.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

CERTEAU, Michel de. **História e psicanálise: entre a ciência e a ficção**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

CHAGAS, Mário de Souza. **A imaginação museal: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: MinC/Ibram, 2009.

CHAGAS, Mário S. **Museus, memórias e movimentos sociais**. Cadernos de Sociomuseologia, 41, 2012.

CHAUNU, Pierre. **Histoire quantitative ou histoire sérielle**. Cahiers Vilfredo Pareto, T. 2, n.º 3, 1964, pp. 165–176.

COELHO, Djalma Polli. **A questão do Conselho Nacional de Estatística**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1952.

COLEMAN, Laurence Vail. **Les Musées de l'Amérique du Sud**. Mouséion, Paris, ano 3, n. 9, pp. 249–260, dezembro de 1929.

COSTA, Carina Martins. **Uma arca das tradições** — Educar e comemorar no Museu Mariano Procópio. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011.

CURY, Marília Xavier. **Comunicação museológica: uma perspectiva teórica e metodológica de recepção**. 2005. Tese (Doutorado) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de museologia**. São Paulo: Armand Colin; Comitê Internacional para Museologia do ICOM; Comitê Nacional Português do ICOM, 2014.

DGE. **Boletim Comemorativo da Exposição Nacional de 1908**. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1908.

\_\_\_\_\_. **Anuario Estatístico do Brazil** — 1º anno — (1908–1912). Vol. 3. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1927.

\_\_\_\_\_. **Relatorio e trabalhos estatísticos** — apresentados em 31 de dezembro de 1876. Rio de Janeiro, Typographia Hyppolito José, 1876. Disponível em: [http://memoria.org.br/ia\\_visualiza\\_bd/ia\\_vdados.php?cd=meb000000404&m=289&n=00017](http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_vdados.php?cd=meb000000404&m=289&n=00017) Acesso em 19/06/2019.

DUMONT, Juliette. **L'Institut International de Coopération Intellectuelle et le Brésil (1924–1946): Le pari de la diplomatie culturelle**. Paris: Éditions de l'IHEAL, 2008.

ELIAS, Norbert; JOHNSON, Scott. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

EWBANK, Cecília de Oliveira. **A parte que lhe cabe deste patrimônio: o projeto indigenista de Heloísa Alberto Torres para o Museu Nacional (1938–1955)**. 2017. 296f. Dissertação (Mestrado em História Cultural). Programa de Pós-Graduação em Histórica, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

FARIA, Ana Carolina Gelmini de. **Educação em museus: um mosaico da produção brasileira em 1958**. *Mouseion*. Canoas, n. 19, dez., 2014, pp. 53–66.

FARIA, Ana Carolina Gelmini de. **Educar no Museu: O Museu Histórico Nacional e a educação no campo dos museus (1932–1958)**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

FARIA, Ana Carolina Gelmini de. **O caráter educativo do Museu Histórico Nacional: o Curso de Museus e a construção de uma matriz intelectual para os museus brasileiros**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

FERREIRA, Oliveiros da S. **Lourival Gomes Machado**. *Estudos Avançados*, vol. 8, n.º 22, São Paulo, set./dez., 1994.

FLORES, Moacyr. **Historiografia de Dante de Laytano**. *Estudos Ibero-Americanos*. PUC-RS, v. XXVI, n.º 1, p. 7-22, julho 2000.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GIRARD, Augustin. As investigações sobre as práticas culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (coord.). **Para uma história cultural**. Lisboa, Portugal: Editorial Estampa, 1998, p. 281–292.

GOUVEIA, Inês. **Waldisa Rússio e a Política no Campo Museológico**. 2018. 375f. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; MAST, Rio de Janeiro, 2018.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1982.

GRANDJEAN, Martin. **Les réseaux de la coopération intellectuelle: La Société des Nations comme actrice des échanges scientifiques et culturels dans l'entre-deux-**

guerres. 2018. 607f. Tese (Doutorado em Letras), Seção de História, Faculdade de Letras, Universidade de Lausanne, Lausanne, 2018.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. **L'interdisciplinarité en Muséologie**. MuWop/DoTraM, Estocolmo: ICOM, n. 2, p. 58–59, 1981.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HOLLANDA, Guy de. **Recursos Educativos dos Museus Brasileiros**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais/ONICOM, 1958.

IBGE. **Brazil 1938**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1939.

\_\_\_\_\_. **Educação e Saúde** — Comunicados do órgão central de estatística do Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro: IBGE/CNE, 1942.

JULIÃO, Letícia. **Enredos museais e intrigas da nacionalidade**; museus e identidade nacional no Brasil. Tese (Doutorado), UFMG, Belo Horizonte, 2008.

KNAUSS, Paulo. **A presença de estudantes** — o encontro de museus e escola no Brasil a partir da década de 1950 do século XX. VARIA-HISTÓRIA, Belo Horizonte, vol. 27, n.º 46, jul./dez., 2011, pp. 581–597.

KÖPTCKE, Luciana. S.; PEREIRA, Marcele R. N. **Museus e seus arquivos**: em busca de fontes para estudar os públicos. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 17, p. 809–828, 2010.

LANARI, Raul Amaro de Oliveira. **O Projeto de Reorganização Nacional de Mário Augusto Teixeira de Freitas**: estatísticas, território, Estado e Nação (1908–1953). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

\_\_\_\_\_. **O Patrimônio por escrito**: a política editorial do serviço do patrimônio histórico e artístico nacional durante o estado novo. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica**: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

LOURENÇO, Maria C. F. **Museus acolhem o moderno**. São Paulo: EdUSP, 1999.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2015, pp. 111–153.

LUZ, Eliane Coelho. **As lentes de Guy de Hollanda**: A disciplina história na obra “Um quarto de século de programas e compêndios de história para o ensino secundário brasileiro” (1957). Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. **Troféus da Guerra perdida**: Um estudo histórico sobre a escrita de si de Gustavo Barroso. Tese (Doutorado em História), Programa

de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

NEDEL, Letícia Borges. **Da coleção impossível ao espólio indesejado**: memórias ocultas do Museu Julio de Castilhos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.º 38, p. 11–31, julho–dezembro de 2006.

NERY, Pedro. **Arte, pátria e civilização**: A formação dos acervos artísticos do Museu Paulista e da Pinacoteca do Estado de São Paulo, 1893–1912. 2015. 193f. Dissertação (Mestrado em Museologia), Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. **Por um Inventário dos Sentidos**: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005.

NOMURA, Hitoshi. **Um grande naturalista cearense**: Francisco Dias da Rocha. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, ano LXXIX, tomo LXXIX, pp. 224–249, 1965.

PAUSINI, Adel Igor dos Santos Canguero Romanov. **Modernidade e Provincianismo**: MASP, MAM-SP e a Campanha Nacional de Museus Regionais no nordeste brasileiro. 2020. 498f. Tese (Doutorado em Museologia), Departamento de Museologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2020.

POSSAMAI, Zita Rosane. **Olhares Cruzados**: Interfaces entre História, Educação e Museologia. *Museologia & Interdisciplinaridade*, vol. III, n.º 6, março/abril de 2015, pp. 17–31.

POSSAMAI, Zita Rosane. **“Lição de Coisas” No Museu**: O Método Intuitivo e o Museu do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, nas Primeiras Décadas do Século XX. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*. v. 20, p. 43, dez. 2012.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Rio de Janeiro: Autêntica, 2014.

REA, Paul Marshall (org.). **A directory of American museums of art, history, and science**. Nova Iorque, EUA: Buffalo Society of Natural Sciences, 1910.

REZENDE, José Armando Zema de. **A cooperação intelectual internacional da Sociedade das Nações e o Brasil (1922–1938)**: dinâmicas de um processo. 2013. 136 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

RIBEIRO, Henrique de Vasconcellos Cruz. **Um capítulo na história da Museologia no Brasil**: um olhar sobre o surgimento do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional (1922–1935). 2014. 116f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio), Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

ROCHA, Ana Karina Calmon de Oliveira. **Construção e disputas do campo museologia no Brasil**: os fóruns nordestinos (1988–1996). Tese (Doutorado em Museologia), Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2020.

RODRIGUES, Rodrigo José Cantarelli. **Contra a conspiração da ignorância com a maldade**: a Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais e o Museu Histórico e de Arte Antiga do Estado de Pernambuco. Dissertação (Mestrado em Museologia), Rio de Janeiro, 2012.

SANTOS, Fausto H. dos; MOURA, Fernando M. de; FERNANDES, Neusa. **Catálogo dos museus do Brasil**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Museologia, 1984.

SANTOS, Marco Aurélio Martins. Capítulo 16 — Teixeira de Freitas: figura solar do sistema estatístico. IN: SENRA, Nelson. **História das estatísticas brasileiras** — vol. 03. 1936–1972. Rio de Janeiro: IBGE, 2008, pp. 485–538.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **A escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2006.

SANTOS, Norma Breda dos. **Repensando a participação brasileira na Liga das Nações**: elementos para uma nova interpretação. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, vol. 46, n. 1, pp. 87–112, 2003.

SANTOS, Paulo César. **Produtos da terra**: tempo, espaço e técnica nas exposições industriais (1861–1922). 2016. 300f. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870–1930. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

Secretaria de Estatística da Educação e Cultura do MEC. **Aspectos estatísticos da vida cultural brasileira**. Rio de Janeiro: MEC/SEEC, 1956.

SENRA, Nelson. **História das estatísticas brasileira** — Estatísticas organizadas (c. 1936–1972). Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

SIQUEIRA, Graciele Karine. **Curso de Museus** — MHN, 1932–1978. O perfil acadêmico-profissional. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/ Museu de Astronomia e Ciências Afins. Rio de Janeiro, 2009.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. IN: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

THOMPSON, JAMES David. **Handbook of learned societies and institutions**: America. Washington: Carnegie Institution of Washington, 1908.

TORRES, Heloísa Alberto. **Museums of Brazil**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1953.

TRIGUEIROS, Florisvaldo dos Santos. **Museus — sua importância na educação do povo**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1956.

UNESCO. **Preliminary report on museum statistics** — UNESCO/ST/R/1B. 1958, 28p.

UNESCO. **UNESCO Statistical Yearbook**. Paris, 1964–1972.

VALENTE, Maria Esther Alvarez. **Museus de Ciências e Tecnologia no Brasil: uma história da museologia entre as décadas de 1950–1970**. Tese (Doutorado em Ciências). Universidade de Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

VASCONCELLOS, Camilo de Mello. **Turismo e Museus**. São Paulo: Aleph, 2012.

WALSH, Kevin. **The representation of the Past** — Museums and heritage in the post-modern world. Londres, UK: Routledge, 1992.

ZIMMERMANN, Bénédicte; WERNER, Michael. **Pensar a História Cruzada: entre empiria e reflexividade**. Textos de História, v. 11, n. 1-2, p. 89–127, 2003.